

A Defesa Nacional



ABRIL
1958

NÚMERO
525

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

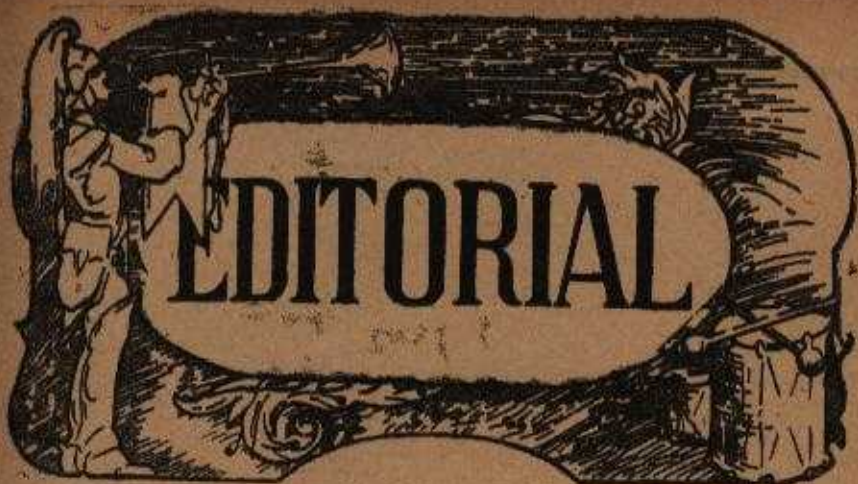
A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ans XLV	BRASIL — RIO DE JANEIRO, ABRIL DE 1950	N. 525
---------	--	--------

SUMARIO

	Págs.
Editorial	5
General Raízel Danton Garrastuiz Teixeira	7
CULTURA PROFISSIONAL	
A técnica e a tática da guerra revolucionária — Major Serzedelo Coeibo — Do CEM	9
Exercícios de postos de Comandos — General A. de Lyra Tavares	33
Instrução de oficiais: Atualização — Ten-Cel Carlos Alberto da Fomoura Missels — Capitão-de-Corveta Alexandre Portela Barbosa Lima	43
O Fogueté é um míssil sem cérebro (Tradução adaptada de dois artigos de "All Hands" n. 482-537, pelo Capitão-de-Corveta Alexandre Barbosa Lima)	45
CULTURA GERAL	
O Problema nacional das secas	56
Insuação de novas indústrias em uma cidade (Belém do Pará) — 1.º Artigo — Major João Lopes de Oliveira	95
Os seis equívocos fundamentais sobre a Petrobrás — Mensagem de esclarecimento aos brasileiros de boa fé, quaisquer que sejam suas convicções, no terreno político, económico ou social — Helle Beltrão, ex-Diretor da Petrobrás	98
DIVERSOS	
Comércio regional e pagamentos na América Latina — Lulu S. Swenson	103
O Mercado comum europeu apreciado em reunião do GATT	113
Pagamento de vencimentos e vantagens por intermédio das Caixas Económicas — Major Alair Chaves Pacheco — COSEF/S	121
"Sistema de petróleo" ou super-líquese?	123
Um grupo de peritos estabelece as bases para seu mercado regional	125
Racionalização do uso da energia eléctrica	129
BRASILEIRAS	
Perspectivas do mercado de manganês — Problemas do aço no Brasil — O minério de ferro provoca entusiasmo — Cresce a produção brasileira de lã — Mercado de cambalhões — Os cursos superiores do Brasil — População estrangeira — Desenvolvimento da exportação do Recôncavo Baiano — Cuba, grande centro industrial — Jaxida de chumbo — A indústria de artefactos de borracha no Brasil	133
NOTÍCIAS MILITARES	
Sesquicentenário do 1.º Regimento de Cavalaria de Guardas — General Floriano Peixoto Keller	143
Um duelo técnico USA — URSS "Os mísseis" (Artigo da "Revue Militaire D'Information" — Nov de 1957) — Tradução do Major Paulo Correia Lima	149
ACTOS OFFICIAIS	
Decretos, Avisos e Portarias	155



*P*OR força de eleição passamos a constituir a nova diretoria de "A DEFESA NACIONAL".

Retornamos à atividade nesta Casa, cónscios das responsabilidades e dos encargos e também da oportunidade que se nos apresenta para mais uma vez demonstrarmos o permanente desejo de servir e servir com devotamento ao nosso Exército.

Identificados com a ação dos companheiros que tão brilhantemente dirigiram a Revista no triênio anterior, manteremos o mesmo programa de trabalho, isto é:

- equidistância das querelas políticas que separam em vez de unir;
- focalização de assuntos que interessem a Defesa Nacional e ao aperfeiçoamento profissional;
- sugestões que objetivem o aperfeiçoamento e a racionalização de algo do organismo militar.

Estamos certos de continuar a contar com o indispensável auxilio dos Dirigentes do Exército, o apoio dos Chefes Militares e o estímulo da cooperação e do aplauso dos companheiros.



GENERAL RAFAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA

No dia 2 d'êste mês, faleceu nesta Capital o Exmo. Sr. General-de-Divisão Rafael Danton Garrastazú Teixeira, que no mês anterior havia deixado o cargo de Diretor-Presidente de nossa Revista, por conclusão de mandato.

Soldado de raras virtudes, profissional ilustrado, mui cuidadoso com seu preparo militar, patriota convicto e brilhante por fôrça de seus profundos conhecimentos da História Pátria, Chefe militar equilibrado, ponderado e justo, exemplar chefe de família.

Desfrutava o General Danton de merecido destaque nos meios sociais e civis graças à sua cultura geral, lhanza de trato e prestimosidade.

Nesta Revista seu nome será sempre recordado como dum Diretor eficiente, dinâmico e orientador seguro, como atestam os editoriais publicados em sua gestão.

Com sua morte perde a Revista grande amigo e colaborador.

A Revista foi representada em seus funerais pelo Diretor-Presidente, simbolizando o último afeto de seus companheiros de trabalho e fará rezar missa de 30º dia.

Sobre tão marcante personalidade, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, baixou o seguinte Aviso:

GENERAL GARRASTAZU

A propósito do falecimento do General Garrastazú Teixeira, ocorrido a 2 do corrente, nesta Capital, o Ministro da Guerra assinou, ontem, o seguinte Aviso:

"Com profunda mágoa, dou conhecimento oficial ao Exército do falecimento, nesta Capital, a 2 do corrente mês, do Excelentíssimo Sr. General-de-Divisão Rafael Danton Garrastazú Teixeira.

Portador de brilhante fé de ofício, que registra os excelentes serviços prestados ao Brasil durante mais de quarenta anos, deixa o General Garrastazú grande lacuna no quadro dos dedicados servidores do Exército e imensas saudades a todos que tiveram a ventura de conhecê-lo, ou de com êle trabalhar.

Entusiasmado oficial de Artilharia, dividiu suas proficuas atividades entre vários corpos de sua Arma, Estados-Maiores Regionais e Estado-Maior do Exército, em trabalho constante e produtivo, onde o saber e a dedicação profissional confirmaram o sempre crescente conceito que merecidamente conquistou em nossa instituição. Exerceu ainda com destaque as funções de Instrutor da Escola Militar Provisória, da Escola de Estado-Maior do Exército e bem assim as de oficial de Gabinete Ministerial e de Diretor de Recrutamento. Como Oficial-General continuou dando sobejas provas de eficiente atividade de oficial de Arma e de Estado-Maior. Sua passagem no Comando da Polícia Militar do Distrito Federal e no da 1ª Região Militar comprovou sua capacidade de chefe culto, capaz e dedicado. Nas funções de membro da Junta Interamericana de Defesa, nas de Ministro convocado do Superior Tribunal Militar ou ainda nas de Diretor-Geral da Remonta, soube sempre pôr a sua inteligência a serviço do interesse público, em cujo proveito empenhou inteiramente, com os melhores resultados, a sua indiscutível personalidade de soldado e cidadão.

Reverenciando a memória de tão ilustre camarada, apresento em meu nome e no do Exército, à sua Exma. Família a expressão do nosso profundo pesar e as nossas mais sentidas condolências."





A TÉCNICA E A TÁTICA DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

SERZEDELO CORELHO

Major do C. E. M.

"Ao século XX corresponde uma nova forma de Guerra. Podemos designá-la por Guerra político-militar pois os meios políticos e psicológicos tornaram-se tão eficazes como os aviões, os tanques e os carros."

Bulgárine

Num modesto apontamento anterior tentamos situar a agressão revolucionária no quadro geral da Política e da Guerra. Nesse artigo (1), exprimimos o parecer — que procuramos justificar — de que o processo não constitui uma novidade, nem é uma criação original do comunismo. Sublinhamos, também, os fatores que favorecem o seu atual desenvolvimento e as razões que levam a URSS a conceder-lhe marcada preferência. Por fim, tivemos a lamentável idéia — e dizemos la-

mentável porque o tempo escasseia, os elementos não são muitos, estão muito dispersos, e o assunto é complexo — de nos comprometermos a abordar de novo o problema com fundamento no estudo dos movimentos registrados na Ásia, no Médio Oriente e na África. É essa razão de ser do apontamento de hoje com o qual se pretende ventilar, com um pouco mais de pormenor, um assunto que parece merecedor de estudo e de reflexão.

(1) Revista Militar, Agosto de 1957 — "A Guerra Revolucionária".

Arrumaremos os pontos a focar nas rubricas seguintes:

1. Definição de Guerra Revolucionária
2. Fatores fundamentais
3. Técnica e tática
4. Condução da Guerra Revolucionária
5. Os movimentos na Indochina e na Tunísia
6. Conclusão

1. Definição de Guerra Revolucionária

Segundo alguns autores, a Guerra Revolucionária é a "forma de agressão que tem por fim a conquista do poder político por intermédio da participação ativa da população, dominada física e moralmente, pela aplicação sistemática de determinados processos técnicos". A definição não nos parece inteiramente clara. De fato, para que haja Guerra Revolucionária é necessário que se verifique a interferência de uma Potência no sentido de alterar o equilíbrio político no território de outra Potência. Se tal não acontecer, a Guerra Revolucionária reduz-se a um problema de caráter interno. Nestas condições, julgamos mais objetivo considerar a Guerra Revolucionária como forma de agressão pela qual uma Potência fomenta ou provoca, sem se empenhar diretamente, uma transformação política interna num dado país com o fim de o sujeitar à sua esfera de influência, de o neutralizar ou de obter quaisquer outras vantagens de ordem estratégica. A intervenção é realizada por intermédio de um Partido político — comunista ou não — previamente aliado, organizado e preparado para o efeito. No caso geral, a Potência agressora procura permanecer à margem da luta, sem intervir diretamente. Quando as circunstâncias a forcem a isso recorre a processos não formais — as conhecidas brigadas de "voluntários", o auxílio material, etc., — procurando evitar a generalização do conflito ainda que

para tal se veja obrigada a abandonar os insurretos à sua sorte.

A Guerra Revolucionária é, por consequência, a arte de fazer a Guerra sem recorrer aos processos clássicos e tradicionais, isto é, sem recorrer diretamente ao poder militar. Trata-se de uma gradação intermédia entre a Guerra generalizada e o estado de Paz que permite à União Soviética o exercício permanente, eficaz e impune da agressão.

2. Fatores fundamentais

A Guerra Revolucionária é encarada com uma dose apreciável de incredulidade e de ceticismo. O fato é uma característica da própria agressão revolucionária que visa a alteração gradual e progressiva do equilíbrio estratégico mediante uma ação global resultante da combinação de forças políticas, psicológicas, sociais, económicas e militares orientadas segundo as linhas de menor resistência do adversário. A estratégia global ou integral da Rússia Soviética, maleável e flexível, ardilosa e chantagista, capaz de se adaptar e de explorar todas as situações, opõem-se os EE.UU. uma estratégia rígida, clássica e tradicional, exclusivamente fundamentada no potencial militar. Ora, quando a China se bolchevizou, quando a Coreia do Norte e depois a Indochina foram esmagadas pela onda vermelha, os americanos detinham ainda o monopólio das armas atômicas o que, segundo parece, se deveria ter traduzido numa decisiva vantagem política. A realidade, porém, foi, infelizmente, muito diferente. A estratégia americana, fundamentada nas repulsivas maciças da sua poderosíssima aviação, não permite enfrentar as agressões locais e as ofensivas políticas e psicológicas da Rússia sem o risco de provocar um conflito geral de consequências imprevisíveis. Quer dizer, nem a estratégia militar se adapta a uma resposta adequada de caráter local, nem, só por si, sem a con-

jugação com todos os restantes elementos — políticos, económicos, psicológicos, etc. — pode ter resultados frutuozos.

Os fatos que apontamos não podem deixar de pesar nos êxitos da Guerra Revolucionária. Temos, assim, o primeiro fator fundamental a ter em consideração ao estudar o problema: **Inexistência de uma estratégia contra-revolucionária.**

A condução da Guerra Revolucionária exige, antes de tudo, unidade política, não só de cada uma das partes considerada em si mesma como do conjunto. Do ponto de vista parcelar há regimes políticos que não permitem realizar uma defesa eficaz, enérgica e oportuna. As lutas partidárias, travadas ao abrigo de um conceito de liberdade muito pouco consentâneo com as realidades, impedem, ou pelo menos retardam, a atuação dos Governos que ficam em manifesta situação de inferioridade em face de um inimigo que decide e executa com rapidez sem quaisquer obstáculos de ordem interna. O problema é ainda agravado pela existência, tolerada e legalizada, de simpatizantes e até de inimigos declarados — Partido comunista e outros — dentro dos próprios países. Cria-se, assim, um estado de agitação, de insegurança e de instabilidade que paralisa os Governos. Para completar o quadro, já de si bastante negro, transpõem-se as instituições políticas metropolitanas — com todos os seus defeitos e o seu caráter demagógico — para os territórios ultramarinos criando nestes a confusão de espíritos favoráveis à agressão revolucionária.

A ONU — excelente meio para os países comunistas e aderentes consumarem a sua política agressiva e levarem a sua propaganda insidiosa até às populações ocidentais — é teatro de verdadeiras ofensivas psicológicas contra alguns países que são publicamente caluniados e apelidados de "imperialistas". Por vezes, até, a

vítima é objeto das críticas dos próprios aliados que, sem consciência do perigo, fazem a sua política particular com vista a interesses próprios, sem atenderem, se favorecem ou não o inimigo comum. Foi desta forma que, em certos casos, se originou um ambiente internacional favorável às rebeliões. Os responsáveis consideram filosofia e menosprezam a idéia de manobra gizada por Lenine: **"A revolução proletária, propriamente dita, deve ser precedida, nos territórios coloniais, por uma fase nacionalista durante a qual é necessário apoiar e cusinar a burguesia indígena. Só mais tarde, depois da independência, se poderá pensar na sua liquidação"**. Raras vezes o inimigo deu a conhecer com tanta clareza e com tanta antecendência as suas intenções.

Em geral, as ofensivas oratórias são desencadeadas pelos representantes de países incipientes cuja população permanece num estado de pré-civilização sujeita à vontade despótica de governos semifeudais. A situação degradante — conhecida e reconhecida por todos — dessas infelizes populações não tem paralelo — o que todos também sabem — com o bem-estar que usufruem os indígenas dos territórios "colonizados". As exceções só se observam nos países recém-independentes onde os "imperialistas" conseguiram, com muito trabalho e dinheiro, criar novas condições de vida e rasgar novos horizontes. Por outro lado, certos homens públicos, em posições de notável destaque, fazem viagens de propaganda aos países que "expulsaram os terríveis imperialistas", distribuindo abraços e sorrisos, favorecendo, com uma ingenuidade virginal, verdadeiramente afliativa, a política do seu implacável adversário, a URSS. Mas, paradoxalmente, aqueles políticos não se mostram capazes de resolver, no seu próprio país, certos problemas racistas que são desconhecidos nos países apelidados de "coloniais". Desta maneira forne-

cem ainda a propaganda inimiga um tema de eleição.

Os antagonismos econômicos e a falta de senso de uma Imprensa que ora diz, ora se desdiz, escrevendo o que não deve e não escrevendo o que deve, completam o panorama. O ambiente correspondente é de dúvida, ceticismo e descrença. As populações, desorientadas, só pensam no dia que passa, só se preocupam com o seu bem-estar pessoal e tornam-se, dia a dia, menos aptas ao sacrifício em proveito da comunidade. Por sua vez, os governos desprestigiam-se a si próprios e desprestigiam e enfraquecem as alianças que firmaram e os países a cuja sorte estão indissolúvelmente ligados.

O vírus da Guerra Revolucionária encontra um meio ambiente extremamente favorável ao seu desenvolvimento. É esta uma das razões basilares — senão a principal — dos êxitos que tem alcançado nos últimos anos: **A falta de unidade política dos adversários da URSS.**

A Guerra Revolucionária é um conjunto de ações de natureza política, econômica, social, psicológica e militar, que não podem dissociar-se, nem devem ser consideradas separadamente. Como é do conhecimento geral, a força da organização revolucionária é, na fase inicial da insurreição, extremamente fraca em comparação com o poder das forças à disposição das autoridades. Mesmo mais tarde, quando o movimento aumenta de envergadura e dispõe de forças militarizadas que lhe permitem a luta em campo aberto, aquelas forças são de valor técnico muito inferior ao das forças legais. Este fato torna-se relevante quando as forças revolucionárias são forçadas a combater fora do seu meio ambiente. A origem de força dos rebeldes não deriva do seu potencial militar mas sim **do apoio que recebem da população.** Nos períodos inicial e intermédio da sedição o fator militar não é o elemento decisivo. Ora, as autoridades têm tendência para

fundamentar a segurança do território quase exclusivamente no poder militar e policial. Sucede, porém, que os rebeldes procuram anular a situação de inferioridade em que se encontram e alterar a situação a seu favor recorrendo a meios contra os quais aquelas forças não estão habilitadas a lutar. **O seu objetivo primordial é a conquista do apoio da maioria da população.** É essa a mais importante missão em que se empenha o partido revolucionário. Para isso os rebeldes procuram interessar a população nos problemas que afetam a maioria. Ao mesmo tempo tentam impedir as autoridades de restabelecer a situação mediante a realização ou a proposição de reformas e de promessas.

Uma vez obtida a participação ativa da população e ampliada a infra-estrutura revolucionária — trabalho muito lento, realizado durante anos — é possível organizar as primeiras guerrilhas. As autoridades começam então a sentir os efeitos de terem perdido a batalha para a conquista das massas populacionais. Estas passam a informar o inimigo, a praticar a sabotagem, etc., e, sobretudo, a fornecer aos rebeldes tudo quanto necessitam para viver e combater. A população deixa de ser uma origem de recrutamento e um elemento de trabalho à disposição das autoridades. As forças legais passam a ser flageladas, por toda a parte, por um inimigo invisível, que aparece e desaparece, que é impossível forçar a um combate decisivo. Desterem os seus golpes no vácuo sem poderem evitar a sangria e a desmoralização lentas que o inimigo lhes inflige continuamente. Acabam por ficar isoladas no meio de um território e de uma população hostis. Pelo contrário, as forças rebeldes crescem sem cessar graças ao recrutamento de voluntários. Em certas regiões mais afastadas e de difícil acesso a administração legal é suprimida e substituída pela organização revolucionária local. Os rebeldes começam a organizar verdadeiras unidades e iniciam a luta à ma-

neira clássica. A sua origem de força continua a ser, porém o apoio que a população lhes concede.

A conquista psicológica das populações e a obtenção da sua participação ativa na luta é, por consequência, o terceiro fator fundamental a considerar no desenheamento e na condução da agressão revolucionária. A esse trabalho, realizado em profundidade, com extraordinária habilidade e sem quaisquer escrúpulos, dedica o partido revolucionário o melhor do seu esforço, empenhando-se numa vasta ação de estequização levada a cabo por equipes de agitadores e de propagandistas. Para combater uma ação desta natureza, em geral bem planeada e bem sistematizada, não chegam as ações de polícia e a aplicação de medidas de censura. É indispensável uma contrapropaganda e uma contra-agitação ativas, bem concebidas e racionalmente executadas. A Guerra Revolucionária tem um campo de ação que transcende largamente as operações militares e as ações de polícia tradicionais. Põe em jogo todas as atividades e todos os sentimentos das massas populacionais. Obriga a lutar em todos os domínios.

O quarto fator a considerar nos conflitos de natureza revolucionária é a existência — legal ou clandestina — de uma infra-estrutura organizada, isto é, de um partido político cujos membros estejam possuídos de uma forte convicção ideológica. Não é necessário — já o acentuamos — que o partido em questão seja comunista. Isso não obsta que seja cópia fiel do partido comunista e atue nos mesmos moldes, embora o suporte da convicção ideológica sejam os sentimentos nacionalistas e os odios raciais e religiosos. Em relação ao partido revolucionário, o partido comunista desempenha, na sombra, o papel de aliado, de mestre e de instrutor.

Finalmente, o quinto fator fundamental favorável a agressão é a existência de um certo grau de

instabilidade política, social, económica e moral capaz de produzir nas "massas" as condições de fluidez necessárias à penetração psicológica.

Não é possível, nem conveniente — os conflitos humanos não cabem em esquemas, nem se subordinam ao articulado dos regulamentos — deduzir das guerras revolucionárias conhecidas um modelo geral onde caibam todas. Em cada caso, as condições gerais e particulares que presidiram à eclosão dos movimentos são completamente diferentes. O único elo de ligação entre eles é o método de análise das situações e a forma de conduzir a luta sempre de harmonia com os processos comunistas. No entanto, é possível distinguir, com nitidez, na maioria dos movimentos, três fases distintas, de duração variável e que se sobrepõem mais ou menos. São elas:

- A fase inicial, ou fase preparatória, em geral clandestina e subterrânea, de longa duração. É a fase de agitação e de organização da infra-estrutura revolucionária.
- A fase intermédia, de flagelação armada, de ampliação da organização partidária na qual o objetivo fundamental é a conquista e o domínio da população.
- A fase final, de luta armada, à maneira clássica — guerra civil — conduzida com pequenas e grandes formações militarizadas, em geral de curta duração e de efeitos rápidos e espetaculares.

A 1ª fase é o período de agitação-propaganda e de desenvolvimento em superfície da infra-estrutura revolucionária. Visa a constituir uma vasta rede de organizações paralelas e independentes, de malha apertada e com várias sobreposições.

Na 2ª fase, constituída já uma sólida organização em superfície, são iniciadas vastas ações psicoló-

gicas reforçadas com ações violentas — sabotagens, atentados, assassinatos, etc. —, que têm também em vista o treino de pequenas formações de combate: Grupos de ação, equipes de sabotadores, guerrilhas, etc.

Na 3ª e última fase, conquistada e dominada a população, desmantelada a administração legal em certas regiões do território — bases de apoio —, é possível recrutar combatentes entre a população e constituir verdadeiras unidades de combate tendo por núcleos as formações elementares já organizadas e experimentadas. Começa a luta em campo aberto que, como é óbvio, não foge às regras e às normas que regem as operações militares. Tal não quer dizer, contudo, que o fator fundamental das decisões a tomar para a condução da luta seja sempre e exclusivamente o fator militar.

3. Processos técnicos e táticos

Como já dissemos, a 1ª fase das insurreições caracteriza-se pela enorme desproporção entre os meios à disposição dos rebeldes e as forças legais. Talvez por essa razão e também pelo fato de grande número de movimentos não terem abertamente caráter ou filiação comunista — casos do Neo-Destour, na Tunísia, do movimento na Argélia, etc. — os responsáveis têm a tendência para considerar as sublevações, no seu início, como sedições do tipo tradicional. Ora, não é indispensável a presença de elementos comunistas para que o movimento apresente as características da Guerra Revolucionária, isto é, que a sua infra-estrutura — partido político — seja organizada nos moldes do partido comunista e adote os mesmos processos de luta. Na Argélia, a rebelião foi classificada, erradamente, como um levantamento de tribos de caráter análogo a outros movimentos anteriores. As entidades responsáveis preo-

cupam-se principalmente em determinar as causas da rebelião. Dentro dessa orientação são levadas a propor reformas com o fim de fazer desaparecer aquilo que supõem ser os motivos de descontentamento. Verificam, porém, que as suas intenções são deturpadas pelos insurretos que se recusam sistematicamente a aceitar as medidas reformadoras. A organização revolucionária tem um único objetivo do qual não se desvia: **A conquista total do poder**. O fato da insurreição ter estalado não deriva de quaisquer reivindicações a fazer aceitar pelas autoridades mas somente daquele propósito e de os revoltosos entenderem que a situação interna e externa é favorável à eclosão do movimento. As reformas não são aceites porque fariam perigar, ou até desaparecer, os fatores que favorecem os revoltosos — muitas vezes criados por eles — e que servem de suporte à agitação-propaganda (1). Por esta razão, quando a insurreição está em marcha, sempre que as autoridades anunciam reformas, a violência e a resistência aumentam. Também quanto maior é a projecção internacional do movimento, maiores se tornam as manifestações de rebelião. Note-se que, quando na O.N.U. se discute o assunto, as ações de rebelião aumentam de intensidade.

De início, o poder da minoria revolucionária é ridículo em comparação com a força à disposição das autoridades legais. Os esforços dos revoltosos orientam-se, então, no sentido de desorganizar e paralisar a máquina governamental e de, ao mesmo tempo, ampliar e generalizar a reduzida infra-estrutura revolucionária. Nesta fase elementar da insurreição os rebeldes servem-se, simultaneamente, de meios destrutivos e meios construtivos. Vejamos em que consistem uns e outros.

(1) "Princípios do Leninismo" — Stalin.

Os meios destrutivos compreendem as ações destinadas a destruir o equilíbrio social, o terrorismo seletivo, a intimidação, o terrorismo sistemático, a desmoralização e a eliminação.

A paz social é destruída pelo recurso às greves, à resistência passiva, às desordens e aos motins executados de acordo com um plano previamente estabelecido para todo o território ou para uma parte dele. Estas ações são completadas pela prática do **terrorismo seletivo** que consiste em suprimir, pelo assassinato, as personalidades com influência nos vários setores da população: médicos, professores, sacerdotes, etc. O desequilíbrio e a agitação social são depois acentuados por intermédio de certos meios de intimidação. Destes, os principais são: as manifestações de propaganda maciças, o terrorismo sistemático, a sabotagem e a guerrilha.

O terrorismo sistemático difere do terrorismo seletivo pelo fato de não ter em vista a supressão ou o afastamento dos indivíduos hostis ou cuja influência junto da população é prejudicial, mas procurar obter, apenas, um efeito psicológico de alcance geral. Para isso, os revoltosos assassinam sistematicamente as individualidades em destaque: banqueiros, grandes comerciantes, industriais, grandes proprietários, funcionários categorizados, etc. Estabelece-se, assim, um ambiente de terror que leva grande parte dos indivíduos visados a encerrarem as suas atividades e a fugirem. A economia do território é profundamente atingida.

A sabotagem é utilizada para completar a desorganização e destruição da economia local. É dirigida contra as instalações dos pequenos industriais, comerciantes e agricultores com o fim de os arruinar e de os impedir de pagar os seus impostos, sujeitando-os à reação das autoridades. Visa a criar um ambiente geral de desmoralização e de descrença favorável à sedição.

A guerrilha serve para flagelar as forças legais, roubar armamento e provocar um clima de insegurança permanente que acaba por afastar a população das autoridades.

A desmoralização visa os meios políticos e as forças militares do adversário. Os processos utilizados são a negação sistemática dos sucessos, a ampliação e o exagero das derrotas infligidas, a criação de um ambiente psicológico de ceticismo e de descrença na eficácia das medidas tomadas pelas autoridades civis e militares e na sua competência e honestidade. Trata-se de generalizar e manter uma atmosfera de suspeita e de dúvida no próprio seio do aparelho governamental.

Ao mesmo tempo, os rebeldes procuram manter fora da luta os indivíduos que não podem ser suprimidos, nem desmoralizados, até ao momento em que é possível eliminá-los. A **eliminação** — cópia da tão conhecida "depuração" comunista — é aplicada aos irreductíveis sempre que há oportunidade favorável.

A par dos meios de destruição do equilíbrio político, económico e social, os insurreitos servem-se de **meios construtivos** para edificar e ampliar a sua organização. Esses meios são os seguintes: a **seleção**, a **instrução dos Quadros**, a **disseminação**, a **ação psicológica** — **agitação** —, o **enquadramento** e a **edificação**.

A **seleção** é aplicada, com rigor, no recrutamento dos membros do Partido Revolucionário. A **instrução dos Quadros** visa a formação dos agitadores, propagandistas, técnicos psicológicos dos diferentes meios populacionais, sabotadores, guerrilheiros, etc. A **disseminação**, consiste em distribuir os Quadros já formados pelos vários setores da população e pelos grupos de ação já organizados.

A **ação psicológica**, no seu duplo aspecto agitação-propaganda, é uma das principais armas dos rebeldes. É por meio do seu em-

prêgo judicioso e metódico que se consegue transformar uma população indiferente numa "massa" ativa e entusiástica. A intoxicação psicológica não chega, só por si, para empenhar as populações na luta ativa. Para isso é necessário **enquadrar e organizar** as "massas". O processo adotado consiste em criar um grande número de organizações, todas situadas no mesmo nível, totalmente independentes umas das outras. Essas organizações — algumas legais — são os sindicatos de operários e de agricultores, as associações da juventude, as sociedades desportivas, e, principalmente, a organização partidária. O partido revolucionário, embora sem ligação aparente com o partido comunista, organiza-se da mesma forma, isto é em células, comissões locais e comissão central.

A **edificação** consiste em ligar todas as organizações criadas, em as multiplicar e alargar a partir dos órgãos fundamentais.

O conjunto dos meios construtivos que enunciamos permite erguer a pouco e pouco, na clandestinidade, uma complexa organização revolucionária, primeiro em superfície e depois em profundidade. A organização é concebida, como já dissemos, em paralelo, de forma tal que a referencição ou liquidação de uma das suas partes não afete as restantes.

É claro que a guerra revolucionária não se processa somente pela vontade dos rebeldes. As autoridades legais reagem violentamente, lançando mão, em geral, de todos os meios de repressão clássicos: ação policial, judicial, administrativa e militar; medidas de pacificação, ocupação de certos locais ou regiões com forças policiais ou militares, vigilância com unidades móveis, etc., isto é, mediante uma defesa em superfície. Ora, estas ações, embora indispensáveis, são insuficientes se não forem resultantes de uma orientação de conjunto, judiciosa e fir-

me que tenha em conta os aspectos político, económico e psicológico do problema.

Os meios empregados pelos rebeldes são aplicados segundo uma tática determinada com vista a atingir três objetivos fundamentais:

1º. — **Separar as populações do poder legal e conjugar a vontade coletiva em torno dos motivos de luta enunciados pelo partido revolucionário.** Esta finalidade é atingida por fases, num certo ritmo e depende dos efeitos da ação psicológica desenvolvida em superfície e em profundidade. O estado psicológico das populações apresenta, por consequência cambiantes diversas; isto é, há períodos em que o sentimento coletivo da vontade de lutar se expande, aumenta ou, pelo contrário, sofre uma regressão. Esta última hipótese a verificar-se, representa para os rebeldes um revés **multo mais grave do que uma derrota militar.**

2º. — **A organização de uma vasta rede revolucionária que enquadre os vários setores da população e permita constituir "bases de apoio"** (regiões onde a população confere apoio total aos revoltosos).

3º. — **A militarização, isto é a edificação de uma máquina militar que é empenhada na luta à medida que vai sendo criada.** De início, são organizados pequenos **grupos de ação.** Estes são depois reunidos para formarem **bandos ou guerrilhas locais.** Logo que os habitantes de uma região estão dominados e deixam de obedecer à administração legal, são organizadas **milícias** que, depois, vão dar origem a **unidades territoriais e a unidades de intervenção.** Por fim, estas são reunidas para constituírem grandes unidades. Nas forças que organizam, os revoltosos procuram obter uma perfeita simbiose entre as unidades territoriais e a população armada. A regra foi enunciada por Mao-Tse-Toung: "Na nossa guerra, o povo

armado e o Exército Vermelho são braços do mesmo corpo. O Exército Vermelho sem o apoio da população em armas e sem as guerrilhas seria um combatente sem braços".

Os objetivos que definimos não são atingidos simultaneamente. O processo é lento e demorado mas é, muitas vezes, terrivelmente eficaz. O seu esquema evolutivo é, em certos casos, o seguinte: O trabalho inicial compete aos **agitadores**. Logo que uma equipe de agitação conseguiu impregnar psicologicamente um grupo de indivíduos, isto é, logo que o grupo adquiriu uma **convicção ideológica** suficientemente forte, procede-se à divisão e à atribuição de missões dentro do agrupamento. Tal corresponde a **organizar** o grupo. Em seguida os seus membros são instruídos militarmente até ficarem aptos a fazerem parte de uma pequena **"equipe de ação"** a fornecer pelo grupo. A **"equipe de ação"** é finalmente lançada em pequenas operações contra postos de polícia, de sentinelas, etc., com o fim de roubar e obter armamento. O grupo passa a considerar-se **militarizado**. Uma vez obtidas as armas necessárias o chefe do grupo planeia e realiza uma ação de maior vulto cujo sucesso é habilmente aproveitado para obter um largo efeito psicológico junto da população local de maneira a ampliar o grupo e a constituir um **"conselho"** de aldeia ou de bairro, etc. Um processo, semelhante permite estabelecer **"comissões de província"**. Graças à agitação-propaganda o número de voluntários aumenta. A organização vai crescendo e desenvolvendo-se sem cessar. A determinação do maior ou menor grau de consecução dos estados de **impregnação psicológica**, da **organização** e da **militarização**, constitui um bom índice de apreciação da situação.

Os três objetivos fundamentais são interdependentes. Se o estado psicológico é bom, o que corresponde a uma convicção ideo-

lógica firme, mas se a organização e a militarização são fracas, a situação pode ser considerada **favorável** porque as autoridades podem, mediante uma ocupação militar suficientemente densa, impedir a progressão da ação revolucionária. Porém, se a par de uma boa impregnação psicológica existe uma organização clandestina perfeita, com missões distribuídas e bem articuladas, a situação deve ser considerada **desfavorável**, embora o grau de militarização seja muito fraco ou incipiente. Neste caso, as autoridades apreciando o inimigo à maneira clássica serão induzidas em erro porquanto a ocupação militar, só por si, não pode impedir a progressão da ação revolucionária.

Logo que os revoltosos conseguem o domínio total de uma parte do território — **base de apoio** — organizam um **Governo Provisório**. O processo revolucionário acelera-se e os meios de ação adquirem uma eficácia muito maior.

4. Condução da Guerra Revolucionária

Como já dissemos, a Guerra Revolucionária é um conflito global que põe em jogo todos os fatores que regulam e influenciam a vida das sociedades humanas. O seu campo de ação é muito mais vasto e muito mais complexo do que aquele em que se desenrola a Guerra tradicional. O fim em vista é também muito diferente: **trata-se de destruir uma dada ordem social e conquistar o poder político**. Procurar reduzir a Guerra Revolucionária a um simples problema militar, ou pretender ganhá-la somente à custa do emprego das forças militares e policiais é um erro que, em geral, se paga muito caro. Os partidos revolucionários, denominados nacionalistas, sabem adaptar-se à situação, não só do seu país, como também à situação internacional. São hábeis a explorar os fatores que lhes são favoráveis e, bem assim, as **"contradições"** e os atritos que

dividem o seu adversário. As insurreições só são desencadeadas no momento oportuno, em função de uma análise fria da situação encarada em todos os seus aspectos. Por detrás dos partidos revolucionários, seja qual for a sua natureza, está a U.R.S.S. que, direta ou indiretamente, lhes dá o seu apoio e lhes ensina a apurada técnica revolucionária leninista e lhes incute a disciplina e a organização característica do Partido Comunista.

No período de 1917 a 1957 registraram-se dezoito conflitos revolucionários. Poder-se-á atribuir ao acaso a sua eclosão? Desenvolveram-se nos mais variados lugares e em condições completamente diferentes. A sua frequência e amplitude aumentou notavelmente depois da 2ª Guerra Mundial. As vítimas diretas têm sido quase sempre, as Potências europeias. O fato é uma consequência das novas condições geradas pela guerra. A propaganda soviética junto dos povos de cor foi reforçada pelas vitórias obtidas durante a luta e, também, pelo êxito de Mao-Tse-Toung na China. Aos apelos contra o imperialismo colonial e a aliança com os nacionalistas escravizados seguiu-se a comunicação dos países recém-independentes. A aliança com os nacionalismos iridentes é uma tática temporária. O comunismo não se desvia do seu objetivo final: A revolução mundial.

Os americanos definiram a sua atitude na Carta do Atlântico: o direito de cada povo escolher a forma de governo que quiser. A declaração — art. 3º da Carta — veio favorecer somente a política chantagista da União Soviética. Por outro lado, o mundo de negócios americano procura, por todos os meios, destruir as barreiras que detêm a sua expansão. Chegou-se, assim, ao paradoxo de as políticas comunista e capitalista concorrerem para o mesmo fim. A guerra fria modificou um pouco o ponto de vista oficial dos E.E.U.U. que verificaram a origem

comunista de alguns movimentos revolucionários. Porém, os americanos estão convencidos que lhes é possível evitar a comunicação dos países recém-independentes favorecendo o seu nacionalismo. A realidade, contudo, é muito diferente.

Não é possível provar que as Guerras Revolucionárias até agora verificadas obedecem a um plano de conjunto. Do que não resta dúvidas é de que os revoltosos, seja qual for a sua tendência política — isso pouco interessa à União Soviética —, são sempre apoiados pelo partido comunista que lhes ensina a maneira como devem combater. As ações revolucionárias são conduzidas sistematicamente no espaço e no tempo e para as combater de pouco tem valido a superioridade militar e policial das autoridades em relação aos insurretos. Tal parece ser consequência de apreciar as situações à maneira clássica dentro do critério tradicional. A situação é avaliada através de uma carta onde se assinalam a lápis de cor as posições ocupadas pelas forças militares e policiais. Essa imagem da situação não traduz a realidade porque ignora a gangrena que corrói os sentimentos dos indígenas e a força da organização clandestina dos revolucionários. Não é com o emprégio exclusivo da força material que se pode evitar que o inimigo desenvolva a sua infra-estrutura e conquiste o domínio físico e moral da população. Note-se, ainda, que o processo tem uma evolução lenta que chega a demorar alguns anos. É necessária uma ação de conjunto, unitária — política, econômica, social, psicológica e militar —, para anular os fatores favoráveis aos revoltosos e não perder a confiança e o apoio das massas. É indispensável analisar e apreciar a situação em conjunto para conduzir criteriosamente a ação contra-revolucionária. Na obra a "Estratégia da Guerra Revolucionária na China", Mao-Tse-Toung explica a forma como os chefes

revolucionários fazem a análise da situação com vista à conduta das operações. No capítulo II, Mao aprecia a situação geral da China em 1938. Vejamos como procede. Os fatores considerados são os seguintes:

- O meio;
- As forças político-militares em presença;
- A convicção ideológica;
- A situação internacional.

O meio é o fator mais geral e mais estável cujo estudo se pode fazer com maior objetividade. O "meio" é apreciado pormenorizadamente em todos os seus aspectos (geográfico, económico, social, etc.). Os pontos principais a tocar são: a situação económica e a situação social, taxas de mortalidade e de natalidade, crescimento da população, natureza das suas principais atividades, população urbana e rural, nível de vida, distribuição do rendimento nacional, minorias, sindicalização, etc. Do estudo do meio são fundamentais as conclusões económico-sociais, no sentido de determinar o estado de equilíbrio ou desequilíbrio social, quer este se manifeste por uma oposição ou desnivelamento de classes sociais, quer por antagonismos raciais ou religiosos. Se o desequilíbrio não existe é indispensável criá-lo.

No estudo das forças político-militares em presença procura-se avaliar as possibilidades que o inimigo tem no que se refere à fiscalização da população, isto é, qual o valor e o desenvolvimento das organizações política, social, administrativa, judicial, policial e militar; pontos fracos, capacidade de reação, permeabilidade à desmoralização, sindicatos, partidos políticos, Imprensa, Rádio, etc. Na análise consideram-se secundários os meios militares. Interessa muito mais apreciar as possibilidades de iludir a fiscalização que o inimigo exerce sobre a população. Para isso, a exis-

tência de uma minoria organizada, instruída nos métodos da luta subversiva e na agitação-propaganda é fundamental e constitui condição indispensável para o bom êxito da agressão.

O terceiro fator considerado por Mao é a "convicção ideológica". Há que investigar se existe ou não um estado de tensão psicológica resultante de quaisquer antagonismos, ódios ou frustração sentimental da maioria. Se tal não se verifica é necessário averiguar das possibilidades de a criar artificialmente. Só assim será possível separar psicologicamente a população das autoridades e conseguir a sua participação ativa na luta. A vontade de lutar é apreciada sem ter em conta os meios materiais à disposição dos insurretos, porquanto o caso normal consiste em aqueles meios serem muito inferiores, quase ridículos, em comparação com a força à disposição das autoridades. O fato, porém, não se repercute no estado psicológico da maioria se já existir uma infra-estrutura clandestina a trabalhá-la. Na realidade, num dado território onde a população apóia os rebeldes, as autoridades só conseguem uma vitória completa quando destroem ou capturam a totalidade dos meios revolucionários. A operação é extremamente demorada e exige, quase, a deportação maciça da população.

Finalmente, o quarto fator é a "situação internacional". Neste aspecto do problema interessa avaliar os apoios com que o movimento pode contar no estrangeiro e as ajudas que os revolucionários podem vir a receber. Interessa, também, averiguar da estabilidade do bloco de nações a que pertence o país atacado e as formas como cada uma pode vir a interpretar a ação revolucionária consoante os seus interesses particulares.

Da análise dos fatores que passamos em revista resulta um balanço da situação que permite tomar uma decisão quanto à forma

mais conveniente de conduzir a luta.

Se nos detivermos um pouco na análise do método materialista para estudo de uma situação — o método não é exclusivo da Guerra Revolucionária — concluímos que, além de dar uma importância relevante às forças econômico-sociais e às forças sentimentais ou psicológicas, muitas vezes em detrimento de todas as outras, a sua característica principal é a unidade de apreciação. As operações — e quando dizemos "operações" não nos referimos apenas às militares — são concebidas como um todo em que todos os elementos constituintes, seja qual for a sua natureza, são lógica e harmoniosamente ligados. O método conduz à chamada "estratégia integral" e à condensação numa só personalidade ou entidade da responsabilidade de uma decisão global. O método em si não tem nada de novo nem chega a ser original. A sua aplicação e a possibilidade de o fazer sistematicamente é que tem importância porque asseguram uma completa unidade político-militar. Esta circunstância, aparentemente sem interesse, tem grande valor se atendermos a que, em geral, quer por motivos de ordem interna, quer por motivos de ordem internacional, quer, até, por uma questão de formação pessoal, as ações contra-revolucionárias são concebidas e executadas com fundamento na "situação militar" em obediência a diretivas e a condicionamentos políticos que não se coadunam, nem favorecem, por vezes, as ações de força material. A falta de unidade político-militar é, quase sempre, a característica da condução da luta contra-revolucionária. Há a tendência cômoda para avaliar as situações por meio de um simples balanço entre os meios de que se dispõe e as forças do adversário que são, quase até ao final da luta, muito inferiores. Ao abrigo dessa superioridade continua-se, sem preocupações, a alimentar a divisão e

os antagonismos políticos. As ações de caráter psicológico são ignoradas ou consideradas pura fantasia. Ora, os conflitos que se vêm a verificar há meio século põem em jogo forças que transcendem largamente as operações puramente militares. Na luta conduzida à maneira comunista, o potencial militar é necessário mas, só por si, é insuficiente para combater eficazmente as insurreições, nas suas fases inicial e intermédia. Depois, quando os rebeldes se sentem suficientemente fortes para aceitar a luta à maneira clássica, as forças contra-revolucionárias encontram-se já em situação de inferioridade, desmoralizadas e rodeadas por uma população que lhes é declaradamente hostil. As regras que regem a batalha e o combate não são já, apenas, as regras e as normas clássicas. A força dos canhões é necessária mas não chega. É uma pequena parte do complexo de forças que são desencadeadas pelos conflitos modernos. A luta que é imposta ao Mundo Livre é uma batalha global. Querer limitá-la ao campo militar é ignorar a sua natureza essencialmente política e condenar a ação militar, quando chegar a sua oportunidade, a um insucesso irremediável. Há que dar à batalha o sentido de unidade de que carece e que forjar as mesmas armas de que o inimigo se serve.

O método de análise que procuramos apresentar é suscetível de se reduzir a um esquema, tipo quadro, do qual ressalte, em dedução quase matemática, a desejada decisão. Mas, a Guerra, hoje mais do que nunca, é um conflito humano em permanente evolução e de aspectos sempre diferentes. Tudo quanto seja procurar o esquema, o quadro, a dedução empírica, é falsear a realidade. Para cada caso os fatores dominantes tem o seu encadeamento próprio que conduz a uma ordenação particular. Por consequência, parece preferível recorrer ao estudo pormenorizado dos exemplos forne-

cidos pelos conflitos conhecidos e tirar deles as lições convenientes. Esse estudo não está na índole do nosso modesto apontamento. Limitar-nos-emos a citar dois exemplos da aplicação do método de análise apresentado e que são colhidos de um conflito que é do conhecimento geral: a Guerra Civil chinesa.

Ao analisar os fatores dominantes da situação na China em 1936, Mao-Tse-Toung começa por dizer: "Aqueles que não admitem, não sabem ou não querem saber que a Guerra da China tem características próprias, consideram que o conflito entre o Exército Vermelho e o Kuo-Min-Tang não difere de uma guerra civil em geral, ou da guerra civil russa em 1917. Por isso, adotaram para nos combater as mesmas diretivas militares e até a mesma tática. O nosso inimigo não viu, ou não quis ver, que para nos combater tinha de adotar uma estratégia e uma tática diferente..."

Segundo Mao, os dados fundamentais da situação na China, em 1936, eram os seguintes:

País semicolonial, com um território imenso quase sem comunicações. Desenvolvimento político e desenvolvimento econômico desequilibrados — coexistência de uma economia capitalista muito frágil e de uma economia semi-feudal predominante. Maioria constituída por uma paupérrima população rural de muitos milhões de indivíduos. A revolução de 1927 permitira formar e organizar uma sólida infra-estrutura comunista. O inimigo — Kuomintang —, dispunha do poder em quase todo o território e de forças armadas muito superiores às forças vermelhas. O Exército Vermelho era muito fraco, mas estava bem enquadrado e bem comandado e, sobretudo, dispunha do apoio da maioria da população rural graças à prometida reforma agrária.

Do conjunto da situação, Mao deduz:

Fatores favoráveis:

- Possibilidades de viver nas regiões mais afastadas e inacessíveis e, bem assim, de efetuar movimentos de retirada intermináveis.
- Superioridade esmagadora da classe agrícola e as suas miseráveis condições de vida.
- A existência da U.R.S.S.
- A existência de uma sólida infra-estrutura partidária e de quadros experimentados.
- Divergências no seio do Kuomintang e características feudais da organização das suas forças militares.
- A reforma agrária que constituía um forte esteio para obter e manter o apoio ativo da classe maioritária e despertar o seu desejo de lutar.

Fatores desfavoráveis:

- O fracionamento e a dispersão da massa rural, o que dificultava muito a conjugação de esforços.
- O pequeno número de cidades em poder das forças vermelhas, o que as privava da maioria dos bens de produção.
- A U.R.S.S. não podia fornecer nenhum auxílio material.
- O Kuomintang contava com a ajuda das principais potências.
- Superioridade esmagadora das forças militares do Kuomintang, em particular, das forças de Tchang-Kai-Chek.
- Hostilidade declarada dos grandes proprietários.

Da comparação dos fatores favoráveis e desfavoráveis, Mao conclui:

Para conduzir a guerra corretamente era indispensável assegurar as condições seguintes:

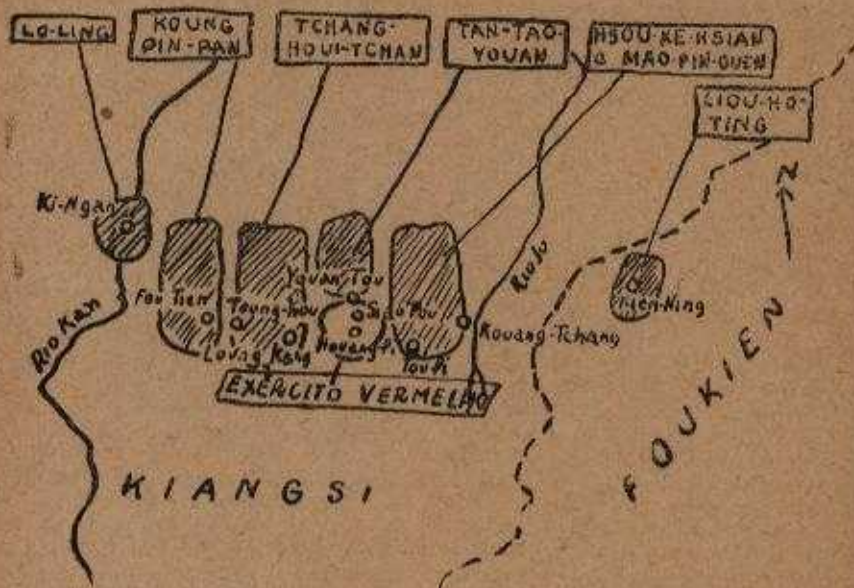
- Obter o apoio total da população rural.
- Só combater nos terrenos propícios e nas regiões onde a população fornecia apoio ativo às forças vermelhas.
- Manter sempre todas as forças concentradas.
- Desmoralizar e fatigar o adversário por todos os meios possíveis.
- Explorar as faltas e todas as contradições do inimigo.

Mao-Tse-Toung afirma que o apoio da população é a condição mais importante a ter em consideração. "Para bater um Exército muito mais forte não se pode

desprezar aquela condição. Há sempre terrenos favoráveis para retirar quando convém, mas de pouco valerão se nêles não se contar com uma população que nos apoie e hostilize o inimigo. Por isso, as forças vermelhas só devem retirar para os territórios cuja população esteja sob o controle do partido".

Na primeira campanha de aniquilamento, em 1931, Tchang-Kai-Chek tentou destruir as forças vermelhas em formação. A situação era a seguinte:

Tchang-Kai-Chek pusera à disposição de Lou Ti-ping, presidente do governo provisório do Kiangsi, cinco divisões (100.000 homens) — Koung Pin-Pan, Tchang-Hau-Tchan, Tan-Tao-Youan Hsou-Ke-Hsian e Mao-Pin-Ouen — sob o comando em chefe de Tchang-Hau-Tchan que também comandava uma das divisões. As forças do Kuomintang encontravam-se (fig. 1) en-



tre os rios Kan e Ju, marchando em direção ao sul com o fim de cercar e destruir o Exército Vermelho. Em Ki-Ngan e em Kien-Ning (Foukien), muito afastadas de Houang-Pi, encontravam-se duas divisões Kuomintang: a divisão Lo-Ling e a divisão Liou-Ho-Ting.

O Exército Vermelho, num total de 40.000 homens, ocupava Houang-Pi e Sião-Pou.

O terreno na região de Loung Kang (divisão Tchang-Hou-Tchan) apresentava-se favorável a um ataque na direção este-oeste. Em Sião-Pou era fácil estabelecer posições defensivas e em Youan Tou podia ser detido um ataque vindo do sul.

A população em Loung Kang (divisão Tchang) e em Youan Tou (divisão Tan-Tao) apoiava as forças vermelhas e podia cobrir a sua aproximação (informações, guerrilhas, sabotagem, etc.). Nas regiões de Foukien e Toung-Kou, pelo contrário, a população estava ao lado das forças Kuomintang.

As divisões Tchang e Tan-Tao constituíam as principais forças do Kuomintang. O seu aniquilamento arruinaria o dispositivo, já de si desequilibrado — grandes intervalos e falta de ligação entre as divisões —, adotado por Tchang na sua marcha para sul. As duas divisões contavam, cada uma, com 15 mil homens. O Exército Vermelho seria-lhes superior se as atacasse separadamente.

As divisões Kuomintang eram pouco manobradoras e a divisão de Tchang, ao centro, não podia contar com o apoio das divisões laterais. O Exército Vermelho estava bem enquadrado, bem comandado e tinha grande mobilidade.

As forças Kuomintang eram apenas fiéis aos respectivos chefes que eram, na realidade, os seus proprietários. A sua vontade de lutar estava longe de comportar todos os sacrifícios. As forças Vermelhas estavam, pelo contrário, animadas de uma forte vontade de combater graças ao tra-

balho de impregnação psicológica do partido.

Não havia possibilidade de fugir ao combate.

Em face da análise da situação, Mao conclui:

Terreno :

- Favorável ao ataque — Região de Loung Kang.
- Favorável à cobertura face a N — região de Sião-Pou.

Balanço das forças político-militares :

- Regiões de população favorável — Loung Kang e Youan Tou.
- Exército Vermelho muito inferior em número mas bem comandado.
- Forças inimigas muito superiores mas mal comandadas.
- O dispositivo inimigo permite obter a superioridade local.

Vontade de lutar :

- Forças inimigas sem convicção ideológica. Fiéis aos chefes que lhes pagam os soldos. Uma derrota parcial pode desmoralizá-las por completo.
- Forças vermelhas animadas de forte vontade de lutar e psicologicamente convencidas da sua superioridade técnica.

Decisão :

— Atacar no centro a divisão Tchang na região de Loung Kang, porque :

- 1º. — População favorável capaz de informar e de reforçar os efetivos das forças vermelhas.
- 2º. — Terreno propício.
- 3º. — Superioridade de efetivos.
- 4º. — Possibilidade de aniquilar a divisão do coman-

dante-chefe e obter largo efeito moral.

- 5º. — Possibilidade de partir o dispositivo inimigo em duas partes e explorar o sucesso sobre a divisão Tan.

A divisão Tchang, enganada pela população, foi colhida de surpresa e perdeu mais de metade dos efetivos. A divisão Tan-Tao desmoralizada pela fuga dos homens da divisão Tchang através do seu dispositivo bateu em retirada mas foi alcançada e aniquilada. As restantes divisões retiraram pouco depois.

Poderíamos apresentar muitos outros exemplos. De todos ressalta a importância que assume no desfecho da luta a **unidade político-militar**. Normalmente os revolucionários só combatem quando não têm outra alternativa. Para eles é mais importante modificar a seu favor os "factores desfavoráveis" do que aproveitar imediatamente os que lhes são "favoráveis". É nesse sentido que orientam o seu esforço. Daí o ritmo extraordinariamente lento da Guerra Revolucionária. Na China arrastou-se durante dez longos anos. Porém, logo que a situação se inverteu a favor dos revolucionários, as operações sucederam-se rapidamente e terminaram num êxito espetacular.

5. Os movimentos na Indochina e na Tunísia

A. O Movimento Revolucionário Indochinês

Foi na cidade francesa de Tours, tão recheada de recordações de uma história gloriosa, que nasceu o partido comunista francês. Em 1920, acorreram à velha cidade numerosos bolchevistas para tomarem parte no congresso que deu origem à sucursal francesa do comunismo internacional. Entre eles, quase passou despercebido, um jovem anamita de vinte e oito anos, Nguyen Ai

Quoc, magro e melancólico, de aparência modesta, que viera de Saigão, a sua terra natal, para colher os benefícios da cultura universitária francesa. Não era fácil descortinar nesse jovem de tez amarelada, olhos ligeiramente envieçados e ar submisso, o futuro chefe da revolução comunista indochinesa. Ho-Chi-Minh, regressou pouco depois ao Extremo Oriente onde desempenhou incansavelmente as funções de agitador e propagandista. Vamos encontrá-lo, em 1926, em Cantão; no Sião, em 1928, e, em 1930, em Hong-Kong, sempre ligado e envolvido em movimentos revolucionários. Em 1930, fundou o partido comunista indochinês e recebeu de Moscou a missão de dirigir a ação revolucionária em todo o Sudeste asiático. No período de 1935 a 1939, depois de ter estado exilado na China, regressou ao seu país onde organizou solidamente o partido graças às facilidades concedidas pela frente popular francesa.

A sua longa prática — uma vida inteira dedicada a atividades subversivas — conferia-lhes a qualidade de verdadeiro revolucionário profissional. Culto e inteligente, rodeou-se de uma equipe de hábeis colaboradores, entre os quais se destacam Glap, o chefe das forças revolucionárias militarizadas, Pham Van Dong, etc.

Ho-Chi-Minh começou a preparar a revolta da Indochina em 1926. A técnica empregada foi a doutrinação e codificada por Lenine e Mao-Tse-Toung, convenientemente adaptada às servidões locais. O partido lançou-se imediatamente na luta pela conquista da população mediante uma campanha psicológica, pacientemente executada.

A Indochina não tem unidade geográfica, nem unidade racial. Nos ricos e férteis deltas do Tonkin e da Cochinchina e na estreita faixa que os une na costa abrupta do Anam agita-se um formigueiro de 17 milhões de anamitas de civilização chinesa.

Nas terras do interior vivem os cambodgianos — 3 milhões — e os laocianos — 2 milhões — de civilização hindu. As rudes escarpas da cadeia anamita são habitadas por cerca de um milhão de montanhese. A Cochinchina era uma colônia francesa. O Anam e o Tonkin protetorados. A revolução chinesa de 1911 criou uma onda de ódio contra o branco por toda a Ásia. Em 1930, rebentaram revoltas no Tonkin (Yen-Bay) e no Anam (Vinh) que foram reprimidas. Os chefes da revolta refugiaram-se na China. Entre eles está Ho-Chi-Minh que estabeleceu ali a sede do partido comunista indochinês, o "Viet-Minh".

Em 1945, os japoneses liquidaram a administração francesa. Bao-Dai proclamou a independência. Quando os japoneses abandonaram o país, já Ho-Chi-Minh tinha estabelecido uma sólida organização partidária clandestina em todo o território e conquistado o apoio da classe maioritária — os camponeses anamitas — graças à promessa de uma reforma agrária equitativa. Serviu-se, para isso, simultaneamente, do sentimento nacionalista e do mito da "democracia-popular". O poder de Bao-Dai era sustentado pelas forças japonesas. A 16 de agosto daquele ano, o Viet-Minh tomava conta do poder em Hanoi, os mandarins foram escuraçados e Bao-Dai foi forçado a abdicar.

Em 1946, os franceses regressam à Indochina. Em Fontainebleau, no velho palácio de Francisco I, realizam-se negociações entre Ho-Chi-Minh e o governo francês. A França propõe-se reconhecer a independência do Viet-Nam dentro da União Francesa, criada pela Constituição votada naquele ano. Mas, não estava no espírito de Ho-Chi-Minh transformar a Indochina num estado federado. As conversações encerraram-se por um completo mal-entendido e, na noite de 19 de dezembro, o Viet-Minh atacou as forças francesas

em Hanoi. Começava a Guerra Civil.

As forças comunistas tinham-se organizado e treinado durante a Guerra Mundial. No ano de 1941, as forças de Giap atravessaram a fronteira da China com o pretexto de lutar contra o imperialismo nipônico.

O chefe militar do Viet-Minh sabia perfeitamente que a derrota dos japoneses não dependia da ação das suas reduzidas forças. Mas, a ocasião era excelente para treinar os seus homens e armá-los com o armamento que os americanos distribuíam em para-quedas às guerrilhas "nacionalistas" que hostilizavam as forças japonesas de ocupação. Na data da capitulação, Giap dispunha de 6.000 homens, razoavelmente armados, bem enquadados e solidamente instruídos. A organização do partido envolvia o país numa verdadeira teia. Grande parte da população anamita conferia inteiro apoio ao Viet-Minh. Ho-Chi-Minh conquistou o poder em dez escassos dias. Giap apoderou-se de grandes quantidades de armamento japonês.

O Viet-Minh, logo que obteve o poder, após a saída dos japoneses é uma vez eliminados todos os outros concorrentes, desenvolveu a organização partidária respeitando o mais possível a organização tradicional do território. O elemento fundamental da sociedade anamita é a "aldeia". Em cada uma foi criada uma comissão à qual foram atribuídos todos os poderes (político, militar e judicial). Cada comissão compreendia várias seções — muitas só com um elemento — responsáveis pelos vários serviços: ordem, informação e propaganda, pessoal, economia, defesa (guerrilheiros e forças militarizadas), etc. As comissões dominavam por completo a vida e as atividades dos habitantes de cada aldeia. As aldeias com as suas comissões foram agrupadas em "grupos de aldeias", estes em "delegações" que, por sua vez foram reunidas

em "províncias". Existiam ainda, para maior facilidade de comando, "grupos de províncias". Em cada escalão foi constituída uma comissão "executiva", semelhante às comissões de aldeia. As comissões em todos os degraus hierárquicos eram senhores de um poder absoluto só prestando contas dos seus atos à Comissão Central do Partido e aos seus delegados. No vértice da organização situava-se "O Governo", constituído, praticamente, por Ho-Chi-Minh, secretário-geral e chefe incontestado do partido. Foi imposta uma rigorosa disciplina à qual todos foram obrigados a submeter-se, sem exclusão, mesmo dos membros mais notáveis do partido. Em 1951, Nguyen Binh, prestigioso organizador da resistência na Cochinchina, foi acusado de ter tomado medidas pouco harmônicas com as diretivas da Comissão Central do Partido. Por esse motivo foi encarregado de uma missão perigosa onde veio a morrer.

A organização governamental sobrepunha-se a organização encarregada de ativar e vigiar todas as atividades. O partido compreendia a Comissão Central, a Comissão de Fiscalização e Segurança do Partido, a Comissão de Fiscalização das Comissões de Províncias, a Comissão Militar, as Comissões de Fiscalização das células de funcionários, das células organizadas entre a população e das células criadas nas forças armadas. A organização apresentava, no seu conjunto, as características seguintes: centralização, elasticidade, facilidade de fiscalização e estabilidade. **A unidade de comando político-militar ficou assegurada em todos os escalões.**

Além das organizações que descrevemos, foram criadas outras paralelas e independentes, agrupando os habitantes em "associações" conforme a sua profissão, religião, idade, etc. Eram as associações da juventude, de agricultores, de operários, de católi-

cos, de caudistas, etc. Todos pertenciam a qualquer agrupamento. A razão desta multiplicação de organizações de toda a espécie deriva da necessidade de criar as condições indispensáveis ao exercício de uma propaganda eficaz. Esta, como é sabido, exige que os agrupamentos humanos estejam organizados. De contrário, em vez de "massas" constituem "multidões" sobre as quais a propaganda não é eficaz. A organização estabelecida, aparentemente complicada, permitia subordinar tudo e todos à fiscalização do poder revolucionário.

Os revolucionários, conscientes da sua inferioridade material, dão sempre uma importância capital aos problemas interdependentes da **segurança** e da **informação**. Neste capítulo, o trabalho é minuciosamente organizado e planejado. **Não fazem distinção entre "informação militar" e "informação política"** o que é uma consequência lógica da forma como apreciam e encaram as situações e da unidade político-militar que dogmáticamente procuram manter. Também, o campo de pesquisas abrange, indistintamente, todo o território amigo e inimigo. Quer num caso, quer noutro, a informação é pesquisada e tratada da mesma forma. A unidade político-militar na condução das operações exige a unidade de informação político-econômico-militar. A pesquisa tem por fundamento a organização política que descrevemos. De fato, aquela organização não só torna quase impossível a infiltração de agentes inimigos — são facilmente referenciados e capturados por denúncia dos habitantes — se o não fizerem serão passados pelas armas — como também se adapta facilmente à pesquisa da informação. As ordens de pesquisa são dadas através dos vários órgãos e entidades a todos os habitantes, desde o camponês que se desloca diariamente à cidade para vender os seus produtos agrícolas até ao agente especiali-

zado. Um processo muito eficaz consiste em utilizar os indivíduos que vivem em território inimigo, mas têm família nas regiões em poder dos rebeldes. Sob a ameaça de liquidação dos pais ou dos filhos, aqueles indivíduos não hesitam em se tornarem agentes dos revoltosos. Além dos processos descritos, o Viet-Minh dispunha de órgãos especializados. Eram a "segurança" e o "Serviço militar de informações" (Trinh Sat). O primeiro compreendia uma "seção e informações políticas" com representantes em todos os escalões territoriais além de formações de mil homens nas várias províncias. O Trinh Sat tinha representantes de a companhia até à divisão. O trabalho de pesquisa e de estudo da informação era realizado com uma meticulosidade e paciência extraordinárias. Qualquer operação era precedida por um esforço na recolha de informações iniciada com muitos meses de antecedência. Graças à sua organização e ao serviço de informações o Viet-Minh atuava com grande segurança e uma confiança quase absoluta.

Para conquistar o domínio de uma região o Viet-Minh procurava transformá-la numa "base de apoio". A "base" é uma zona na qual a população está sujeita a uma rígida e inflexível fiscalização clandestina que permite aos rebeldes comandar secretamente todos os indivíduos. Nas regiões transformadas em "bases" o movimento tem inteira liberdade de ação. Pode dispor de um forte auxílio material — humano e económico — e anular por completo a ação dos agentes inimigos que são logo desmascarados. Estas vantagens contrabalançam a sua debilidade militar.

A instalação de uma base é um trabalho de paciência. O Viet-Minh destacou para as aldeias isoladas na selva numerosos agitadores. Estes, judiciosamente preparados, começaram a trabalhar a população sem se dizem comunistas, respeitando os

tensivamente as crenças religiosas e as tradições locais. A sua ação dirigia-se exclusivamente contra as autoridades. Começaram a surgir os simpatizantes. Nas grandes empresas agrícolas o processo adotado foi o mesmo. Graças ao trabalho de agitação, os trabalhadores rurais, desertaram em massa e reuniram-se no interior às forças rebeldes. É claro que a agitação era reforçada com largo emprego de processos terroristas. Quando numa aldeia a maioria da população se tornava tacitamente favorável ao Viet-Minh os agitadores davam início ao trabalho de organização, instituindo a "comissão de aldeia", etc. O trabalho foi realizado de tal maneira que, em 1950, existia uma administração clandestina sobreposta à administração legal. Esta como os indígenas continuavam a pagar os seus impostos, julgava-se segura. Entretanto no interior da floresta iam-se formando e instruindo as forças populares militarizadas. As forças legais eram vítimas de agressões, emboscadas, etc., e acabavam por se desorientar ao sentirem a hostilidade surda e passiva dos aldeões. Cometiam erros que o Viet-Minh aproveitava para promover a evacuação dos habitantes das aldeias para as regiões em seu poder.

Nas "bases de apoio" a população é mobilizada e alistada, em formações de "defesa local", em "grupos de ação" e em "guerrilhas". Porém, as "guerrilhas" e as pequenas formações dispersas não são favoráveis a uma sólida organização. Mao-Tse-Toung admite a sua necessidade inicial mas não lhes reconhece senão um valor acessório. Por isso, logo que é possível começam a ser organizadas "forças regionais" reunindo os "grupos de ação" e as guerrilhas em companhias clandestinas. Paralelamente, são organizadas as "forças regulares", a verdadeira "élite" de Exército revolucionário, avidamente reservadas para a contra-ofensiva geral. As tropas regionais fornecem recrutas

para as tropas regulares, mantendo-se uma corrente de recrutas e soldados num e noutro sentido.

As forças militares foram organizadas no Viet-Minh com fundamento nos valores militares tradicionais e nos valores revolucionários. O comando era bom, realista, inflexível na execução, maleável na apreciação e na correção dos seus erros, senhor de uma unidade político-militar absoluta. A instrução dos quadros e das tropas era rigorosíssima e de caráter permanente mesmo durante as operações. A disciplina era uma verdadeira religião. As ordens, mesmo aquelas que acarretavam pesados sacrifícios, foram sempre cumpridas sem hesitação.

Ao exército foi aplicado o sistema já conhecido dos comissários políticos. Além disso, 30% dos dos subalternos, 50% dos capitães e 75% dos oficiais superiores eram membros ativos do partido. A hierarquia militar sobrepunha-se a hierarquia do partido. A formação política do soldado era cuidadosamente considerada.

Procuramos dar uma idéia das forças e dos fatores que o Viet-Minh pôs em jogo para bater as forças militares francesas. A razão fundamental da vitória foi a unidade da direção, quer local, quer internacional, e a unidade de comando político-militar, asseguradas por uma organização totalitária capaz de permitir o domínio da população animada por uma convicção sentimental e ideológica ativa e dinâmica. **Unidade** em todos os escalões e em todos os domínios tal parece ter sido a arma fundamental do Viet-Minh.

B. A Revolta na Tunísia

O caso da Tunísia tem um interesse especial porque oferece o exemplo de uma guerra Revolucionária conduzida **por um Partido "nacionalista", do modelo ocidental**, inspirado e apoiado diretamente pelos partidos comu-

nistas francês e tunisino e, indiretamente, pela URSS e pelos países árabes.

Depois de alguns fracassos iniciais, a Guerra foi coroada de êxito e deu origem à formação de um estado autônomo, primeiro passo para a independência total, graças aplicação dos princípios da ação revolucionária e a circunstâncias internacionais favoráveis (Dien Bien Phu, apoio da ONU, etc.). O vencedor foi o Partido Liberal Constitucional ou Neo-Destour, agrupamento ainda minoritário em 1934, ano em que foi criado.

A luta levada a cabo pelo Neo-Destour — em cerca de 20 anos — permitiu alargar a sua influência a todo o país e atingir o primeiro objetivo em vista: a autonomia interna da Tunísia, "etapa fundamental no caminho da independência".

O movimento foi preparado e conduzido dentro dos princípios leninistas e a luta aberta começou logo que foram realizadas as condições indispensáveis. Uma fase político-psicológica preparou a fase político-militar na qual o período fellaga foi o período decisivo.

Os dirigentes do Neo-Destour formaram-se nas Universidades francesas. Ao mesmo tempo o partido comunista francês aliciava-os e ministrava-lhes os ensinamentos necessários à sua formação revolucionária. Quando regressaram à Tunísia sabiam perfeitamente o que queriam e a forma como deviam atuar para o realizar.

Em 1930, a situação era a seguinte:

A potência protetora pretendia estabelecer uma soberania conjunta, que assegurasse a participação dos franceses na administração. A intenção era justificada pela existência na Tunísia de 300 mil europeus. A administração estava totalmente nas mãos dos franceses, que dispunham de uma fiscalização eficaz. O elemento

europeu, embora quantitativamente fraco, era qualitativamente forte e indispensável ao equilíbrio econômico da Tunísia.

O número de tunisinos evoluídos era fraco mas em aumento progressivo. Além deles só havia uma massa inculta e amorfa agrupada em organizações tradicionais — as tribos —, sobretudo no interior do território.

Nos estatutos do Partido, os fins políticos enunciados eram, em 1934, os seguintes:

- Conquista da autonomia interna.
- Em seguida, logo que as "élites" tunisinas tivessem assimilado a administração interna e que o novo Estado dispusesse dos quadros necessários, proclamar a independência.

A tática posta em prática assentou nos princípios:

- Para bater o inimigo é necessário romper o seu equilíbrio introduzindo nas operações um fator psicológico ou econômico que o coloque em inferioridade, antes de o atacar abertamente.
- O fim deve consistir em colocar o adversário em desequilíbrio por forma tal que as forças revolucionárias, embora mais fracas consigam batê-lo.

Para atingir os fins em vista havia que:

- Conquistar o apoio das populações de maneira a dispor de um fator psicológico e econômico indispensável à ação decisiva.
- Obter, no exterior, apoios capazes de ajudar a compensar a desproporção de forças.

A ação interior malograr-se-ia se não se obtivesse o apoio ativo dos partidos simpatizantes franceses, o apoio americano e o apoio dos estados árabes.

O plano de ação foi delineado nos seguintes moldes:

- Criação de um Partido capaz de unificar as populações, verdadeiro instrumento de combate, habilitado a lutar contra os partidos inimigos — destouriano tradicionalista e outros — e contra a autoridade estabelecida.
- Conquista de apoios exteriores e ligação com os partidos simpatizantes, estrangeiros.

Em 1934, o núcleo revolucionário do Destour, provocou uma rutura no seio do Partido, eliminou os tradicionalistas e fundou o Neo-Destour. O novo Partido foi organizado à comunista. A Comissão Central do Partido subordinava quatro secções — Propaganda, Juventude, Formação de Quadros e Negócios Sociais — e vários grupos de ação. O território foi invadido em "regiões". Em cada uma delas foi criada uma "Comissão Regional" com organização semelhante à da Comissão Central. Por sua vez, as "regiões" foram articuladas em "células". Cada célula compreendia a "direção" — presidente, secretário e tesoureiro — delegado para a Propaganda, delegado para a juventude, delegado para os negócios sociais, delegado para a formação de militantes e um ou mais grupos de ação.

Os processos adotados para a conquista das "massas" foram a persuasão e a violência. Esta era empregada contra os recalcitrantes e contra os franceses: atentados, sabotagens, destruições, etc., com o fim de os suprimir e desmoralizar.

Em 1938, o Neo-Destour tinha atingido o seu primeiro objetivo: sublevar as populações. Por esse motivo as autoridades dissolveram-no. Passou então a atuar na clandestinidade até ao final das hostilidades, mas os dirigentes do Partido concluíram que os meios psicológicos e o terrorismo, sen-

do indispensáveis, não eram suficientes.

A criação da liga árabe em 1945 veio fornecer aos insurretos o apoio exterior necessário à ação nos seus novos moldes:

- Criação no seio do Partido de uma Comissão de Resistência.
- Organização de novas organizações (sindicatos, agrupamentos profissionais, agrupamentos da juventude, etc.) para amplificar e tornar mais eficiente a ação psicológica.
- Formação de agrupamentos militarizados.
- Estabelecimento de relações íntimas com os organismos ocidentais que se interessavam pela libertação dos "povos dependentes".
- Obtenção de armamento por intermédio dos estados árabes.

Em 1952, estavam alcançadas todas as condições favoráveis ao desencadeamento da luta armada. O partido dominava inteiramente a população. No estrangeiro havia sido obtido o apoio declarado de numerosos países ocidentais e orientais.

A Revolução, no seu conjunto, compreendeu as três fases a que aludimos no §. 2º, deste trabalho:

- Na 1ª fase: Conquista sentimental da população e desenvolvimento da organização partidária nos seus novos moldes.
- Na 2ª fase: Foi completada a ação iniciada na fase anterior mediante uma vasta campanha terrorista que serviu também para desmoralizar o adversário.
- Na 3ª fase: Ataque por meio do "Exército de Libertação", organizado clandestinamente, com o apoio ativo da população.

Finalmente, em 1954, o Partido terminava a luta vitoriosamente,

Nas margens do Mediterrâneo ou nos confins do Oriente, nos deltas do Tonkin e da Cochinchina, os processos e a maneira de conduzir as ações foram idênticos. Bourguiba soube aproveitar inteligentemente as lições de Mao-Tse-Toung e de Ho-Chi-Minh: Unidade político-militar em todos os escalões, organização, disciplina, convicção ideológica, hábil aproveitamento dos apoios exteriores, em oposição a um adversário militarmente muito superior mas dividido e sem apoio firme dos seus aliados.

6. Conclusão

A Guerra Revolucionária é a forma de agressão característica da época atual. A URSS pratica-a e fomenta-a ao nível mundial e em certas regiões de acôrdo com o seu plano de conquista da hegemonia mundial. É uma realidade palpável cujos efeitos estão à vista de todos e que não pode ser iludida ou sofismada. No entanto, apesar disso, há uma relutância tácita em o reconhecer. Procura-se iludir o problema sem tentar encontrar os meios e as medidas necessárias à concepção e à execução de uma estratégia contra-revolucionária. Por enquanto, as vítimas principais da agressão têm sido as potências europeias que possuem territórios e interesses na Ásia, no Médio Oriente e na África. Psicologicamente, porém, os efeitos fazem-se sentir gravemente em toda a parte.

Como o avestruz que, quando é surpreendido pelo caçador, mete a cabeça debaixo da asa, os países ocidentais abrigam-se, trânsidos e inquietos, às cotoveladas uns aos outros, com certa desconfiança do parceiro do lado, à sombra do poder protetor de algumas grossas de bombas nucleares prontas a ser despejadas nas cúpulas do Kremlin caso a Comissão Central do PC soviético decida atacar militarmente um país ocidental. Mas a União Soviética, "campeã da coexistência pacífica", "de-

fensora da Paz" e dos "povos oprimidos" não parece manifestar intenções de se atribuir a responsabilidade de disparar o primeiro tiro. Por que cometer esse erro e correr tão grande risco — as consequências seriam pelo menos, tão nefastas para a Rússia como para os seus antagonistas — revelando brutalmente às "massas" as suas verdadeiras intenções, se pode fazer a Guerra por processos mais rendosos, muito menos arriscados e que os seus adversários tanto procuram facilitar? Não foi sem empenhar diretamente um soldado que bolchevizou a China e a Indochina e pôs em cheque, na Coreia, as forças da "ONU"? Que tem vindo a reduzir as potências europeias às acanhadas dimensões dos seus territórios continentais, superpovoados, arruinando a sua economia, enfraquecendo-as com revoltas locais sucessivas e atirando-as contra os EE.UU.? Que se instalou no Cairo e se alapardou da Síria? Que os seus agentes vão espalhando, pacientemente, no continente africano os germens do ódio e da revolta contra o europeu?

Não. Uma atitude bélica, à Napoleão ou Hitler, orquestrada por um continuo bater de esporas, não está no espírito do Partido Comunista. Uma atitude dessa natureza representaria o repúdio e a negação da estratégia leninista que tão bons resultados tem dado nos últimos 50 anos.

Todos os atos e todas as atitudes da União Soviética não têm outros fins que não sejam dar execução ao seu plano revolucio-

nário. Não é da Lua Vermelha — incontestavelmente o maior cartaz de propaganda dos últimos tempos — nem dos foguetões balísticos intercontinentais, que o Ocidente deve ter medo. Por muito que os soviéticos possam avançar na ciência e na técnica não parece fácil alcançarem uma superioridade decisiva em relação aos EUA. A URSS serve-se do potencial militar para garantir a sua segurança e manter a liberdade de ação política indispensável à condução da agressão revolucionária. A unidade do bloco comunista — forçada ou não — sob todos os aspectos, aliada ao poder militar, permitem-lhe imprimir à luta uma unidade político-militar total e manter a iniciativa estratégica das operações, em oposição à falta de unidade dos seus adversários. Para o Ocidente o problema não está em colocar no espaço um satélite artificial, nem em enviar um projétil à Lua. O problema é de natureza exclusivamente terrena: não se trata de vencer a força da gravidade mas de eliminar, de uma vez para sempre, as resistências que impedem a completa unidade do Ocidente. Só assim será possível apresentar ao adversário uma frente sem brechas, que cubra e defenda, efetivamente, o patrimônio espiritual e material da civilização ocidental. Sem realizar previamente essa condição não é possível enfrentar com êxito a agressão revolucionária da União Soviética. Ignorá-lo ou não querer reconhecê-lo é cometer um erro de consequências desastrosas.

BIBLIOGRAFIA

- A Estratégia da Guerra Revolucionária na China — Mao-Tse-Toung.
 Revue Militaire d'Information e Defense Nationale.
 Histoire de les revolutions communistes — F. Grenier.
 Les empires coloniaux — H. Deschamps.
 L'Union Française — Berjer-Levrault.
 O Socialismo e a Guerra — Lenine.
 Les principes du Leninismo — Staline.
 La mal des foules — J. Tchakotine.
 Guerre Psychologique — F. Bouton.

EXERCÍCIOS DE POSTOS DE COMANDOS

Gen. A. DE LYRA TAVARES.

I — OBJETIVO E OPORTUNIDADE

É evidente que os Exercícios de PCs e QGs (eventualmente) não podem substituir os exercícios com tropa em todos os seus aspectos. Nenhum processo de instrução pode ser mais completo e mais necessário do que aquele em que os Chefes de todos os escalões conduzem os seus homens, no terreno, e enfrentam com eles, não apenas os problemas táticos semelhantes aos da guerra, como as condições características da vida em campanha e as suas dificuldades de ordem material, sobretudo quando se trata de exercício de dupla ação, em que intervêm as sanções imediatas e vivas de um inimigo figurado, materializadas pelas suas atitudes e ações. Somente nessas condições é possível testar e aprimorar a eficiência dos comandos, da tropa e dos materiais.

Nem sempre é possível, porém, contar com tal tipo de exercícios no terreno, por motivos óbvios, que procuraremos assinalar. E, mesmo quando isso se dê, é altamente recomendável que eles sejam precedidos por exercícios de PCs, que proporcionam a coesão e o treinamento dos Comandos e dos Estados-Maiores em tempo de serem corrigidas as deficiências reveladas e de ambientá-los, intelectualmente, no quadro a ser vivido no exercício com tropa no terreno. Neste último se trata de um corcamento da Instrução, que deve ser conduzido nas melhores condições de preparação.

Nestas condições, o Exercício de PCs, tanto pode preparar e

completar, como, em certos casos, substituir o Exercício com tropa no terreno, quando as circunstâncias o impõem. Nesta última emergência, como ele sofre menos limitações, é possível realizá-lo mais de uma vez, com grandes vantagens para a instrução dos quadros e como processo altamente recomendável de alimentar, de modo econômico, em torno de problemas de ordem eminentemente profissional, a coesão e o espírito coletivo de uma Grande Unidade.

II — VANTAGENS PRINCIPAIS DA SUA REALIZAÇÃO

Os Exercícios de PCs constituem uma solução lógica para certos problemas que representam, no Brasil, um obstáculo normal ao desenvolvimento da instrução tática que congregue, vincule e aperfeiçoe profissionalmente os quadros de uma Grande Unidade, em trabalho que os englobe, a todos, em torno de um objetivo comum e salutar. O maior dos referidos problemas, que o Exército está, precisamente agora, empenhado em resolver, é o da falta de Campos de Instrução. Ela se agravou com a valorização, o loteamento e a disseminação de construções rurais, que se operam, em ritmo crescente, nos arredores das Guarnições, tornando cada vez mais difícil a disponibilidade de terrenos para exercícios, mesmo de pequeno porte.

As regiões de procura se distanciam cada vez mais, criando, para as necessidades mais corren-

tes da instrução, o problema de transportes longos e onerosos, que só serão compensadores em casos especiais e, isto mesmo, quando se disponha dos recursos necessários. Além disso, a imposição de acampar, por vários dias, nem sempre é conciliável com as outras atividades do quartel, sobretudo quando se trata de escalões maiores.

A reunião periódica dos vários Comandos subordinados, no quadro de uma Grande Unidade, deve constituir, por outro lado, nas Diretrizes de Instrução, um dever e uma preocupação do seu Comando. Além de atender à necessidade do trabalho profissional em conjunto, com a participação das Armas e dos Serviços, realiza, no caso dos Exercícios de PCs, com pequena despesa e grande rendimento, a atualização dos conhecimentos, o contato direto entre os quadros e, acima de tudo, o reforçamento do espírito de Grande Unidade, que deve ser, sem dúvida, um dos grandes objetivos da Instrução de tempos de paz.

O sistema de "dupla-incorporação", aliado às dificuldades a que nos referimos, dificilmente permite realizar, de outro modo, tão alto objetivo. Nos Exércitos mais adiantados, que costumamos tomar como modelos, as Grandes Unidades e, mesmo, os GTs, vinculam, em tempo de paz, as suas Unidades integrantes, pela adequada sediação das Guarnições, quando não o fazem, como nos Estados Unidos da América, num mesmo Campo de Instrução (Fortes), dotados de todos os recursos para a instrução de Combinação das Armas. O caso brasileiro é, porém, muito diferente, exceção feita de alguns núcleos mais densos de aquartelamento, em torno de grandes cidades, isto mesmo com os inconvenientes resultantes da localização de Unidades em áreas urbanas de vida muito intensa, inadequadas para as atividades normais da instrução da tropa.

A 5ª DI, por exemplo, não dispõe, nas proximidades das Unidades de Infantaria do Vale do Itajaí, de nenhuma Unidade de Artilharia. O Grupo da Lapa, o 1/5º RO 105, que deve assegurar, com elas, a instrução de Combinação das Armas, está a uma distância de cerca de 600 kms (ida e volta), em estradas precárias, o que significa, além de um desgaste obrigatório das viaturas orgânicas, um grande consumo de gasolina e de tempo. Em idêntica situação se encontra o 9º RI (Pelotas), da 3ª DI, em relação às Unidades da Artilharia Divisória, para só citar alguns casos com que lidamos mais diretamente.

Ocorre, além disso, em favor dos Exercícios de PCs, não apenas que eles podem ser realizados com o simples deslocamento individual de alguns oficiais, como permitem recorrer, para a sua organização e execução, aos mais qualificados, dentro de uma Grande Unidade.

III — AMPLITUDE E NATUREZA DOS EXERCÍCIOS DE PCs

Outra característica favorável do Exercício de PCs é a grande gama de variações que ele comporta, desde a sua mais simples organização em sala, em que as comunicações podem ser substituídas pela ligação direta, e se suprime a figuração dos QGs, restringindo-se, ao mínimo, a composição dos elementos dos EM, até o exercício no terreno, na base de acampamento, de deslocamentos sucessivos dos PCs, dotados do pessoal respectivo, inclusive dos Serviços, com instalação do sistema de comunicações correspondente, cobrindo distâncias reais. Entre um e outro tipo, o Comando dispõe de grande margem de escolha para atender às disponibilidades de recursos, em pessoal, material e tempo. Do mesmo modo, podem variar, largamente, em concordância com a amplitude

do Exercício, a composição da sua Direção, da Arbitragem e da Figuração do inimigo, sendo esta até passível de supressão, conforme o papel que se atribua à Arbitragem.

Determinados, em cada caso, os principais objetivos a serem atingidos, cumpre prever, na montagem e na organização do Exercício, os elementos necessários ao seu atendimento, criando oportunidades para o acionamento dos diferentes Comandos, no sentido desejado, com o necessário realismo. Assim, por exemplo, se se trata de dar ênfase ao trabalho de Informações, será preciso:

a) orientar, previamente, os S/2, quanto aos textos regulamentares a serem estudados e a documentação a elaborar;

b) equipá-lo, convenientemente, para a obtenção e manipulação dos informes;

c) estimular a ação tática dos Comandos e as suas ligações com o Escalão superior, no sentido de obter os informes que a situação tática aconselhe e justifique;

d) industrializar supostos prisioneiros de guerra, de modo compatível com a situação tática, e entregá-los, para interrogatório, aos Comandos interessados, caso eles tenham executado ações com o objetivo de capturá-los (golpes de mão, ações de patrulhas, etc.);

e) do mesmo modo, figurar a captura de agentes sabotadores, pilotos de aviões abatidos, material de guerra, etc.

Quando se trata de dar ênfase ao funcionamento dos Serviços, há um grande número de incidentes a serem criados para verificar a eficiência do seu desdobramento, a flexibilidade da cadeia de suprimento e evacuação e a adaptação da rede rodoviária, inclusive pela suposta interdição de certos trechos;

f) em todos os casos, deve haver a constante preocupação de criar, no que respeita à par-

te operacional, um ambiente de maior realismo possível, promovendo o interesse e a atuação objetiva dos diversos Comandos figurados, não apenas no sentido de exercitar os princípios de Chefia, como de explorar e estimular o trabalho dos Estados-Maiores e, sobretudo, de situar adequadamente os diversos escalões na cadeia de Comando. Neste particular, a colaboração da Arbitragem se torna imprescindível para provocar as decisões, a expedição de ordem aos elementos subordinados e a exploração e o encaminhamento dos informes, inclusive os que devem ser colhidos ou obtidos mediante ações da iniciativa dos próprios Comandos.

Essa grande variação da amplitude de um Exercício de PCs resulta em que pode também variar, nas mesmas proporções, o tempo a ele consagrado. O que é essencial é que:

— Não haja solução de continuidade na evolução do Exercício. Uma vez iniciado, ele não deve ser interrompido por nenhuma outra atividade diferente, razão que, em via de regra, aconselha a fixação de um limite máximo de duração, que não deve exceder de dez dias, a fim de não prejudicar os encargos normais dos quadros.

O limite mínimo seja determinado pelo volume do trabalho de preparação exigida, tendo em vista os ensinamentos a obter, como condição para o aproveitamento adequado do trabalho. É claro que não seria compensadora a duração de dois dias, para um exercício que requer, por exemplo, conforme sua amplitude, um tempo idêntico para a sua instalação material, aí entendido o trabalho dos quadros, em conjunto.

— A duração permite realizar os objetivos visados, num ritmo intenso de trabalho progressivamente crescente, sem chegar a estabelecer um ambiente de monotonia e de desinteresse, quase sempre resultante de duração

prolongada e falta de entusiasmo e objetividade.

— O local de realização seja diferente e afastado da sede normal das atividades dos quadros participantes, de modo que a sua atenção se concentre no Exercício e não seja desviada para outros problemas.

Em todos os casos, as jornadas vividas devem corresponder, mediante calendário e roteiro previamente organizados, às que corresponderem no tema considerado, às fases a serem vividas, e os locais de trabalho devem ser considerados, para todos os efeitos, os dos PCs, nos pontos em que estariam realmente localizados no terreno. Para esse fim, é imprescindível que cada sala disponha de uma indicação do local, dia e hora, considerados.

As distâncias reais entre os diferentes PCs e a instalação do sistema de comunicações respectivo só seriam de execução exequível e justificável se se tratasse de exercitar, no terreno, a organização e o funcionamento desse sistema.

De um modo geral, porém, as distâncias são figuradas e as comunicações reduzidas ao mínimo conveniente, indo até ao simples exercício em salas, em que os PCs se grupam num mesmo local ou em compartimentos próximos, conforme as disponibilidades de tempo e de meios, e a finalidade que se tem em vista. É aconselhável, na maioria dos casos, que os PCs sejam localizados em salas próximas e diferentes, estabelecendo-se uma rede telefônica sumária, que permita esboçar um Centro de Mensagens e a respectiva escrituração, o que concorre para maior realismo.

IV — NORMAS A OBSERVAR

1) Cumpre adotar, na organização e no curso do Exercício, todas as medidas adequadas para assegurar um ambiente de realismo. É preciso, por outro lado,

criar um clima de entusiasmo e de intensidade de trabalho, fazendo com que cada participante viva o seu papel e esteja sempre em atividade, o que exige, quando for o caso, a intervenção do árbitro respectivo.

As condições climáticas, da rede redoviária, da atitude da população civil (território inimigo) e demais informações complementares do tema devem estar sempre presentes ao espírito dos participantes, cumprindo explorá-las em proveito do realismo desejado.

2) A eficiência do Exercício depende muito da ambientação, do interesse e do entusiasmo dos executantes. Durante a sua realização, eles não devem ser distraídos para nenhum outro fim. Pelo mesmo motivo, uma vez iniciado, o Exercício não deve ser interrompido, fim para o qual, quando se realizam no terreno, o domingo deve ser computado como dia útil. No caso de exercício em sala, o ideal é iniciá-lo numa segunda-feira e encerrá-lo no sábado seguinte, não havendo inconveniente em que a crítica final seja realizada na segunda-feira subsequente.

3) Dentro do princípio anterior, as primeiras jornadas se destinam à organização material e intelectual. Os documentos, previamente preparados, que motivarão os estudos e reações dos executantes, serão inicialmente distribuídos com grandes intervalos, tendo em conta que a fase inicial é sobretudo de ajustamento. Durante ela, os participantes se preocuparão, principalmente, com o trabalho de situar os seus Estados-Maiores no problema a ser vivido e de organizar o trabalho de equipe, para que haja coesão e unidade de vistas e sejam dirimidas as dúvidas suscitadas. Por outro lado, os Comandos executantes terão, por seu turno, dúvidas a serem sanadas pela Direção do Exercício, através dos árbitros, cuja intervenção se torna muito necessária para orientá-los,

dentro dos objetivos visados. O êxito do Exercício depende, fundamentalmente, da compreensão, do entusiasmo e da cordialidade entre os elementos da Direção e de execução. Trata-se, na realidade, de testar e aprimorar a capacidade profissional dos participantes, mas será contraproducente considerá-los como alunos que são examinados, quando se tem em vista, ao contrário, estimular neles a iniciativa e autonomia de ação, além da auto-confiança, imprescindível ao exercício de funções de Comando e de Estado-Maior.

É claro que eles serão conduzidos a fazê-lo dentro dos limites dos princípios doutrinários e das normas regulamentares, cujo conhecimento e cuja observância constituem a razão de ser principal de um Exercício de Postos de Comando; mas isso pode e deve ser obtido por processos indiretos, a cargo da Direção do Exercício, e pela atuação hábil dos elementos da Arbitragem.

V — ORGANIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O trabalho intelectual de organização de um Exercício de Postos de Comando requer que o respectivo Diretor disponha de uma equipe de oficiais que, sob a sua direção elabore, previamente, a seguinte documentação básica:

- 1 — Diretrizes — A cargo do Diretor do Exercício;
- 2 — Situação tática de base — A cargo do E/3;
- 3 — Plano para o desenvolvimento das informações — A cargo do E/2;
- 4 — Plano de Administração (sobretudo no Exercício no terreno) — A cargo dos E/1 e E/4;
- 5 — Plano de Contrôlo (Arbitragem) — A cargo do E/3, do Chefe da Arbitragem ou de ambos;

- 6 — Orientação e crítica — A cargo do E/3 ou do Chefe da Arbitragem;
- 7 — Relações Públicas (conforme o Escalão executante) — A cargo do Of. de Rel. Públicas;
- 8 — Programa de preparação e treinamento — A cargo do E/3.

1) DIRETRIZES

Nelas, o Diretor do Exercício, quando não o fizer a Autoridade que o designar, estabelece as bases e os objetivos do Exercício, fixando, discriminadamente, os elementos participantes e os recursos a serem considerados. Além disso, ele fixa o período de realização e estabelece, em princípio, a distribuição do tempo, que é dividido em três fases: o planejamento, a preparação intelectual e material e, por fim, a execução, nesta incluída a crítica geral. Devem constar, também, destas Diretrizes, as ações a serem vividas pelos diversos escalões, os assuntos principais a serem explorados e as normas para o estabelecimento de roteiro do Exercício, tais como o horário de trabalho, as prescrições de serviço e de ordem, etc.

2) SITUAÇÃO TÁTICA DE BASE

Destinada a servir de quadro ao desenrolar do Exercício, é preparada pelo E/3, com os auxiliares que forem designados, de acordo com os objetivos fixados nas Diretrizes. Será distribuída aos executantes com antecedência razoável e levará em conta as disponibilidades de cartas. Nada impede que seja aproveitada como situação de partida o mesmo quadro tático de um tema já estudado, o que tem a vantagem de aproveitar as mesmas cartas e dispensar a ambientação dos quadros em nova situação.

3) PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS INFORMAÇÕES

Destinado a servir de motivação ao desenvolvimento do Exercício, é de importância fundamental para a objetividade e o realismo das ações. O E/2 tomará por base, seja um documento que organizará para regular, dentro da situação, as operações que seriam desencadeadas pelo inimigo, seja um repertório de ações de maior interesse, que ele seria levado a realizar e que motivarão as reações dos diversos Comandos participantes do Exercício. Com base em tal estudo, elaborará um Plano de Distribuição de Informes, que será executado de acordo com o roteiro do Exercício, a evolução da situação tática e as ações dos Comandos executantes para o fim de obter tais informes.

No Exercício controlado, em que não há atuação livre do inimigo, o sistema e a técnica de distribuir os informes exigem cuidadosa atenção por constituírem o instrumento principal de que dispõe o Diretor para canalizar os acontecimentos, de acordo com o roteiro previsto, assim como para aplicar sanções, motivar ensinamentos, flexionar o espírito dos executantes e emprestar realismo ao Exercício.

A fim de assegurar o cumprimento fiel do roteiro estabelecido, em função do tempo disponível e das ações a serem vividas pelos executantes, torna-se necessário, normalmente, elaborar o citado Quadro de Distribuição dos Informes, que contém a sequência e as oportunidades em que eles deverão ser do conhecimento dos diversos Comandos, desde que este, com a assistência e o controle dos árbitros, atuem no sentido de obtê-los, por ações ou pedidos ao escalão superior, indicados nos Regulamentos. Esse Quadro comportará:

- a) — O número da Mensagem ou informe;

- b) — Hora aproximada da distribuição e situação em que foi obtido o informe;
- c) — Autoridade que emitiu (Árbitro, Escalão Superior, etc.);
- d) — Texto do informe ou situação revelada.

No caso de prisioneiros capturados ou outros agentes, serão eles figurados, para maior realismo, por intermédio de oficiais escolhidos, para serem entregues aos Comandos interessados, depois de devidamente instruídos para fornecerem apenas os informes verossímeis, previstos no referido quadro.

4) PLANO DE ADMINISTRAÇÃO

A cargo do E/1 e E/4, aos quais incumbe elaborar os documentos necessários à organização material do Exercício, estabelecendo as previsões, provendo todas as necessidades relativas a pessoal, material e instalações.

Além desse trabalho, que cumpre elaborar na fase da montagem do Exercício e que vai condicionar a sua amplitude e outras condições de realização, cabe aos E/1 e E/4 preparar, em conjunto, os documentos necessários ao emprego dos Serviços no quadro tático criado pelo E/3, em função dos objetivos e dos assuntos a serem explorados, constantes das Diretrizes.

5) PLANO DE CONTRÔLE (ARBITRAGEM)

É atribuído ao E/3, ao Chefe da Arbitragem ou a ambos. Constitui o documento através do qual será executada a idéia do Diretor do Exercício para manter-se ao par de todos os aspectos da sua evolução, em condições de assegurar a orientação e o programa previstos. O controle é obtido, principalmente, através da Arbitragem, cujo sistema é organizado para acompanhar as atividades de todos os escalões, permitindo ao

Diretor, não só intervir, a qualquer momento, quando necessário, como obter as indicações necessárias para a crítica geral.

Normalmente, o Plano de Controle pode abranger, por isso mesmo, as medidas de orientação e as normas de procedimento da crítica, pelo que deve conter os assuntos que interessam, nesse particular, a todos os participantes, devendo ser do conhecimento de todos eles. Figurarão, assim, em documento separado, as prescrições destinadas exclusivamente aos elementos da Direção do Exercício, aí compreendida a Arbitragem.

Entre os assuntos a figurar no Plano de Controle, podemos destacar os seguintes:

- 1 — Conduta e treinamento dos árbitros;
- 2 — Plano de distribuição dos árbitros pelos comandos executantes;
- 3 — Plano de Comunicações da Arbitragem;
- 4 — Tipos de relatórios a serem elaborados pelos árbitros e condições de entrega;
- 5 — Transporte dos árbitros. Meios atribuídos (Eventualmente);
- 6 — Identificação dos árbitros e suas viaturas (Eventualmente);
- 7 — Relação completa dos árbitros;
- 8 — Plano de orientação e crítica, com as normas a observar.

6) PLANO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

A ser organizado em certos casos especiais, pelo Oficial de Relações Públicas em Campanha. Ele pode apresentar aspecto de suma importância, sobretudo nos altos Escalões e, particularmente, quando se opera em território inimigo. Os aspectos principais a serem focalizados nesse tipo relativamente novo de instrução de-

vem compreender os seguintes pontos:

- a) Necessidades e normas do sigilo: Como tratar a população civil;
- b) Influência do Serviço de Relações Públicas na elevação do moral das tropas e no que se destina a apoiá-las;
- c) O Serviço de Relações Públicas, como instrumento da Guerra Psicológica.

7) PLANO DE TREINAMENTO

Uma vez completamente planejado o Exercício, os participantes da sua Direção devem ficar integrados de todos os aspectos da sua realização, mediante um programa de treinamento ou "pré-exercício" que abrange, particularmente, um número adequado de sessões destinadas ao preparo da Arbitragem. O FM 105-5 apresenta, para esse fim, um modelo de programa previsto para a duração de 120 horas, mas é evidente que se trata aí de condições ideais, dificilmente realizáveis entre nós. Esse tempo poderá ser sensivelmente reduzido, sem prejuízo do Exercício, tendo-se em conta a sua amplitude, os objetivos a atingir e o Escalão considerado. De qualquer modo, o que se tem em vista é, principalmente, estabelecer a coesão da equipe dirigente, sobretudo a da equipe da Arbitragem, da qual depende a eficiência do controle do Exercício e a obediência às Diretrizes que o regulam. Não há dúvida de que a eficiência de um Exercício de Postos de Comando depende direta e substancialmente do perfeito funcionamento do sistema de controle que fôr estabelecido.

Cabe ao E/3 ou ao Chefe da Arbitragem, conforme decida o Diretor do Exercício, estabelecer quais os elementos que devem tomar parte no treinamento e escolher o local, os dias e o horário

da sua realização, preparando, com antecedência, as reuniões previstas (cartas, documentos, etc.). Os participantes serão orientados, inicialmente, sobre a finalidade do Exercício, os princípios doutrinários a serem focalizados e as normas a observar durante a sua execução.

Esse "Pré-exercício" já é, em si, um tipo de instrução necessária ao preparo dos oficiais, e terá influência decisiva na execução de qualquer Exercício de Postos de Comando, cujo êxito depende, antes de tudo, da organização intelectual e material com que for montado e da coesão e eficiência da equipe que tiver o encargo de dirigi-lo e controlá-lo.

VI — FUNÇÃO DA CRÍTICA

A crítica tem um duplo e importante papel, nos Exercícios de Postos de Comando:

— de acordo com a Direção do Exercício, canalizar os acontecimentos e as atividades dos diversos Comandos no sentido do roteiro e dos objetivos do Exercício;

— retificar, mais pela persuasão, assistência e orientação, do que pela correção direta e imediata, de caráter escolar, os erros essenciais que possam comprometer a evolução e os objetivos do Exercício;

— estimular e tornar atraente o trabalho dos quadros, como processo psicológico de integrá-los, voluntariamente, nos problemas táticos, com o necessário entusiasmo, o que propiciará maior interesse e melhores condições de rendimento dos exercícios ulteriores do mesmo tipo. Convém frisar que tal orientação não significa que não sejam assinalados os ensinamentos de interesse coletivo, focalizando-se, quando imprescindíveis, os erros individuais. Isso deve ser feito, porém, sem o emprego de expressões e comentários que destimulem a autoconfiança do executante citado nem, muito menos, desconsidere a sua autoridade profissional. As

observações de caráter negativo ou desprimoroso devem ser simplesmente anotadas para governo do Comando interessado, ao qual cumpre usá-las, oportunamente, para os fins previstos nos regulamentos.

É preciso levar em conta que cada executante saberá tirar partido — e será o maior interessado em fazê-lo — dos ensinamentos resultantes dos próprios erros, referidos na crítica coletiva. Além disso, os Comandantes das diversas Unidades organizarão, depois do Exercício, sessões especiais destinadas a explorá-lo em benefício do preparo profissional dos seus comandados e tendo em vista a não repetição dos mesmos erros nos exercícios ulteriores.

Cumpre ter sempre em vista que qualquer exercício deve despertar o interesse e o entusiasmo dos oficiais na realização de futuros exercícios idênticos, sem o que a finalidade da instrução, no quadro de uma Grande Unidade, ficará comprometida num dos seus objetivos essenciais.

VII — ESPÉCIES DE CRÍTICAS

De acordo com a finalidade e as normas que orientam a crítica, pode ela compreender três categorias diferentes:

1 — A crítica parcelada, feita em determinada fase do Exercício, para focalizar erros e tirar ensinamentos que interessem ao seu prosseguimento ou devam ser ressaltados de imediato;

2 — A crítica geral, que constitui o coroamento do Exercício, com a reunião formal de todos os participantes, tendo por fim o exame de conjunto dos trabalhos executados, para salientar os principais ensinamentos de interesse coletivo, explorando, inclusive certos erros assinalados pela Arbitragem, quando interessarem aos objetivos do Exercício;

3 — A crítica particular, a cargo de cada Cmt de Unidade participante, a ser efetuada no quartel respectivo, como sessão de

instrução destinada a tirar partido do Exercício no que se refere e interessa particularmente aos oficiais da Unidade.

A crítica parcelada pode acarretar o inconveniente de constituir uma interrupção do Exercício, desviando o interesse e a atenção dos participantes. Em princípio, ela se aplica somente quando o Exercício comporta situações diferentes, caso em que pode ser realizada no intervalo entre as duas situações.

A crítica geral deve ser previamente preparada e é da responsabilidade do Diretor do Exercício. Terminado este, deve ser previsto o tempo necessário para os entendimentos, não só entre o referido Diretor e o Chefe da Arbitragem, como entre este, antecipadamente, com os diversos árbitros Chefes (ouvidos, antes, os seus auxiliares), o que permite apurar e resumir as observações de todos os integrantes do sistema de arbitragem, através do qual o Exercício é controlado. Estudam-se os documentos elaborados pelas Unidades e as decisões por elas adotadas; focalizam-se os erros e os ensinamentos a ressaltar, apurando-se assim, as deficiências que merecem ser registradas.

O programa da Crítica Geral pode ter a participação de certos Comandos ou Chefes de Serviço de maior interesse, caso em que eles necessitarão de tempo para preparar, pelo mesmo processo, as observações da especialidade ou escalão de Comando respectivo.

Na Crítica Geral, feita normalmente em grande auditório, podem ser utilizados gráficos ou ilustrações, com ótimos resultados pedagógicos.

VIII — ARBITRAGEM

O Sistema de Arbitragem constitui a rede de controle do Exercício, e seu eficiente funcionamento é condição fundamental do êxito que se tem em vista. É através dele que o Diretor orienta, controla e registra o trabalho do conjunto e de cada um dos Comandos participantes. Assim sendo, é necessário preparar com antecedência a organização da Arbitragem, destinando a esse fim sessões especiais, depois da escolha e convocação do número imprescindível de árbitros, adequadamente calculado, tendo em vista os diversos escalões de tropa a serem representados no Exercício. Os árbitros devem ser oficiais selecionados pelo seu padrão profissional, excluídos os pertencentes às Unidades participantes, para não privá-las dos seus elementos próprios (exatamente os melhores), uma vez que o Exercício tem em vista, precisamente, a realização do trabalho de equipe dos integrantes dos EM dessas Unidades. Como regra, será necessário recorrer, por isso, a oficiais de outras Unidades ou Guarnições.

De um exemplo de Exercício de PCs da Escola de Comando e EM Norte-Americana, baseado no FM 105-5, tiramos a seguinte distribuição de árbitros para o caso de um Exercício de DI:

PC da DI	3 oficiais	3
PC da AD	2 oficiais	2
RI	2 oficiais	6
BI	2 oficiais	18
G Art	1 oficiais	5
Btl Carros	2 oficiais	2
Btl Saúde	1 oficiais	1
BE Comb	1 oficiais	1
Material Bélico	1 oficiais	1

39 oficiais

NOTA:

- 1 — Para o Exercício no terreno, teriam que ser acrescentados 35 motoristas;
- 2 — A DI é, no caso, o escalão executante;
- 3 — A Arbitragem é levada, como se vê, apenas até o nível BTL INF-GR ART. O número seria, evidentemente, bem maior se ela fosse levada até Pel Fuz e ainda muito maior se não tratasse de um Exercício controlado; do contrário teria de ser equipada a figuração do inimigo.

Cumprе considerar, ainda, a necessidade de uma rede de comunicações da Arbitragem, que acarreta o emprego do material necessário e dos respectivos operadores e dirigentes. Essa rede pode, porém, ser muito reduzida, quando se trata de Exercício em salas, como já vimos.

IX — CONCLUSÕES

1) O Exercício de Postos de Comando, amplamente variável na sua amplitude, é excelente processo de treinamento dos Comandos subordinados no trabalho de equipe, proporcionando, além dos estudos táticos, o contato direto dos vários elementos de uma Grande Unidade.

2) Ele alimenta, assim, o espírito da Grande Unidade, dando-lhe coesão, ao mesmo tempo que põe o Comando em contato direto com os elementos subordinados, para observá-los e estimulá-los.

3) Além de preparar, em melhores condições, os exercícios com tropa no terreno, que constituem o necessário e verdadeiro coroamento do Ano de Instrução, ele pode, mesmo, substituí-lo quando as circunstâncias não permitirem a realização desses exercícios.

4) Conforme a disponibilidade de meios e tempo, o Exercício de PCs pode ser realizado em salas ou no terreno. Um dos principais fatores a considerar é o da disponibilidade de meios de Comunicações, convindo exercitar os executantes na importância e nas dificuldades que apresenta o problema da ligação.

5) O grupo diretor do Exercício, instalado em um PC próprio, deve dispor dos elementos necessários dos diversos aspectos dos problemas a encarar os controle da evolução do Exercício e a assistência e observação do trabalho de todos os Comandos executantes. Estes dois últimos encargos são atribuídos à Arbitragem, cujo chefe é diretamente ligado e subordinado ao Diretor do Exercício.

6) A eficiência do funcionamento das Arbitragens requer:

- oficiais selecionados pelo alto padrão profissional;
- uma preparação prévia e cuidadosa, sob a supervisão do Diretor do Exercício;
- um espírito imaginativo e a permanente preocupação de transmitir entusiasmo, estímulo e confiança à ação dos executantes.

7) No quadro de uma Grande Unidade, os oficiais devem ser convenientemente habituados a esse tipo de Exercício, cuja amplitude moral deve ser reduzida a esse único objetivo. A realização de um Exercício de grande amplitude deve ser, por isso, precedida de outros menores.

8) Embora o E/3 seja, funcionalmente, o oficial mais indicado para a preparação do Exercício, cumpre interessar nele todos os oficiais do Estado-Maior Geral, integrando-os no trabalho de montagem e dando-lhes funções na fase de realização.

INSTRUÇÃO DE OFICIAIS: ATUALIZAÇÃO

Ten-Cel CARLOS ALBERTO DA FONTOURA

Constitui problema dos mais graves, no Exército, a instrução de seus oficiais.

No tempo de paz, a instrução dos quadros e da tropa, a fim de preparar reservas para a guerra, é quase que a única razão de ser dos Exércitos dos países civilizados.

Ee de um lado a preparação da tropa é relativamente fácil, de outro a instrução de seus quadros de oficiais e de sargentos assume aspectos de complexidade crescente. Constituem os quadros, particularmente o quadro permanente de oficiais, a verdadeira espinha dorsal do complicado organismo das forças terrestres. Descurar de seu preparo, relegar a plano secundário o seu adestramento, constitui verdadeiro crime, que pode atingir às raízes de calamidade nacional, se e quando soar a hora terrível da guerra.

À medida que a civilização avança — embora seja paradoxal — mais complexas e destruidoras se tornam as armas de guerra. A ciência e a técnica, a serviço da guerra, não conhecem mais limites, máxime na desabalada corrida pela conquista da última palavra, neste já longo decênio de "guerra fria". O que era ontem o avião mais veloz do mundo amanhã será obsoleto. O teleguiado de maior potência e alcance, é superado cada vinte e quatro horas. O submarino atômico já recebeu o seu irmão mais novo, embora mais volumoso, o porta-aviões, também movido à energia atômica. O satélite aí está, a descobrir um novo mundo, justificando já as propostas de neutralização do espaço sideral. Os mais audaciosos planejam a ocupação da Lua, como futura base de operação para a conquista da terra. Os problemas de natureza logística atingem âmbito universal, a par de uma diversificação ilimitada.

O mundo dividido em dois grandes campos, muito mais do que aparentemente irreconciliáveis — praticamente inimigos. — Separa-os, no terreno ideológico mais do que no geográfico, uma verdadeira "cortina de ferro".

Aí, em traços muito gerais, o panorama de nossos dias.

Volvendo os olhos para a jovem América do Sul, e mais particularmente para o Brasil, somos levados a algumas considerações indispensáveis.

Infelizmente — ou felizmente — devido às condições de país novo e de indústria nascente, estamos ainda à margem do fluxo armamentista que arrasta as grandes Nações. Mas, não estamos imunes, nem livres de participação, ainda que em proporções modestas, num futuro e possível conflito mundial. Nestas condições, cumpre que o Exército cuide da instrução de seus oficiais, ou mais particularmente de sua ATUALIZAÇÃO, com o carinho e o empenho que a tarefa merece.

É ponto pacífico que as atuais escolas de aperfeiçoamento (EsAO, EsCEME, etc.) desempenham eficientemente suas missões. Entretanto, há a considerar o fato de que os oficiais ao cursarem a EsAO o fazem no posto de capitão e, a EsCEME, via de regra, no de major. De capitão e major a coronel, medeiam cerca de 15 e 10 anos, respectivamente. Tais períodos são demasiados longos, para dispensar a ATUALIZAÇÃO.

Realmente, os oficiais que se não destinam à EsCEME, quando atingem os postos de comando (Ten-Cel o Coronel), o fazem completamente desatualizados, pois a simples instrução de oficiais dos corpos de tropa é insuficiente, na prática, para mantê-los em dia. O mesmo sucede com os que cursam a

EsCEME, os quais, após 3 ou 10 anos de vida rotineira (as mais das vezes burocrática), estão a carecer de conhecimentos novos, novas técnicas de estado-maior, contatos mais íntimo com problemas operacionais, quer de natureza tática, quer logística.

Se associarmos esses prazos à evolução dos métodos e processos de combate, ao surgimento de novas armas e engenhos, às novas técnicas de chefia e comando e até à volubilidade da terminologia militar, chegaremos à conclusão da imprescindibilidade da chamada ATUALIZAÇÃO.

Surge, pois, o como fazê-la?

Haverá um grande número de soluções possíveis. O que pretendemos é apresentar apenas uma que esteja em consonância com as características do Exército de hoje. Não poderá fugir, é claro, às condições mesológicas, incluídos aqui, é óbvio, os fatores tempo e espaço, e sobretudo o fator económico.

Várias soluções já foram tentadas, mas sem resultados práticos, e até mesmo algumas não passaram do terreno conjectural. Via de regra pecavam pela falta de objetividade e esbarravam no aspecto económico. Criar novas escolas, novos cursos, novos e dispendiosos encargos. Afastar um grande número de oficiais de suas ocupações normais, por períodos de tempo demasiado longos. Viagens, problemas domésticos, habitação. Realizar cursos por correspondência. Subdividir o curso da EsCEME em dois: o de estado-maior e o de comando.

Tudo isso já foi objeto de cogitação, mas de positivo nada se fez.

Isto pôsto, aqui vai a nossa tentativa de solução:

1. Serão objeto de instrução de ATUALIZAÇÃO os oficiais-generais (Cmt de GU), os oficiais superiores e os capitães já aperfeiçoados.

2. Para os generais (Cmt de GU) e seus estados-maiores:

a) local: Sede do comando do Ex a que pertencerem;

b) Duração: 10 dias de trabalho intensivo (jornadas de 12 horas);

c) Época: a regular (em princípio no início ou no fim de cada ano de instrução);

d) Instrutores: a designar pelos Cmt Ex, aproveitando em princípio os oficiais mas recentemente diplomados pela EsCEME;

e) Assuntos: estudo, desenvolvimento e solução na carta, de dois temas (ofensiva e defensiva) tanto quanto possível no quadro geral da missão do Exército em causa: conhecimento dos assuntos de natureza atômica, generalidades, emprêgo, defesa, etc.; notícia sintética do progresso no campo das novas armas (foguetes, teleguiados, etc.).

3. Para os oficiais superiores e capitães:

a) Local: sede do comando da GU a que pertencerem;

b) Duração: como 1 b, acima;

c) Época: a regular;

d) Instrutores: a designar pelos Cmt GU, obedecendo, tanto quanto possível, o exposto em 1 d, acima;

e) Assunto: como 1 e, acima, porém no quadro geral da missão da GU.

Pensamos que não seja difícil a realização do que acima foi explicado. Os deslocamentos serão mínimos, porque anuais (deslocamentos anuais e englobando maior número de oficiais e praças são feitos com finalidade meramente desportiva). As despesas também serão pequenas, praticamente reduzidas às de transportes. O conagração anual, em termos de trabalho e instrução, concorrerá para o fortalecimento dos laços de comando e de camaradagem repercutindo destarte no aspecto moral e disciplinar, preocupação primeira de qualquer força armada constitucional.

Aí fica a sugestão.

MISSEIS

Cap. Corveta ALEXANDRE PORTELA BARBOSA LIMA

1) INTRODUÇÃO

A tecnologia tem, nestes últimos tempos, trazido, incessantemente, considerável progresso às armas convencionais e criado armas e acessórios novos, o que trouxe consigo o emprêgo de novas técnicas, e o aparecimento de terminologia e nomenclatura novas.

No Brasil — e mesmo na Marinha — há um assunto sobre o qual não há ainda doutrina firmada, e que vem carecendo de imediato de uma definição. Referimo-nos às expressões inglesas "Missiles", "Guided Missiles" e "Ballistic Missiles". Infelizmente, está sendo provocada uma grande confusão — principalmente por parte dos leigos em geral e pelos jornalistas em particular — entre os significados destas palavras e conceitos já bem definidos e consagrados. As traduções destas expressões estão recebendo "apelidos jornalísticos" de Projétil Dirigido, Projétil Foguete, Projétil Teleguiado, Foguete Teleguiado, Engenho Dirigido, simplesmente Projétil, e "n + k" combinações possíveis e a bel prazer dos "peritos".

Assim, no afã de procurar trazer um pouco de luz sobre a questão, trago a minha modesta e despretenciosa colaboração:

Recorrendo aos filólogos, vemos que:

Projétil — É todo objeto arremessado ao espaço e abandonado à sua própria sorte; que se pode arremessar (adj.). Qualquer sólido pesado, que se move no espaço, abandonado a si pró-

prio, depois de ter recebido um impulso; qualquer objeto que se arremessa para fazer mal; corpo arremessado por boca de fogo.

Missil — adj. Próprio para ser arremessado ou lançado (Pl.: misseis).

Missivo — adj. Que se envia; que se remete; que se desprende ou arremessa.

Missivas — (Armas — Que servem para arremessar objetos, tais como: o arco, a balista, a besta, etc. (ant.).

Os americanos e os ingleses não tendo na sua língua palavra ou expressão para designar os novos engenhos em desenvolvimento, foram buscar justamente no latim a expressão que lhes faltava: *Missile*. Evidentemente substantivaram um adjetivo, o que também é lícito na nossa língua. Por exemplo: do adjetivo, *Fusível*, (que se pode fundir) derivou o substantivo *Fusível* (fio de fusibilidade calibrada, para garantir as instalações elétricas contra excessos de corrente).

Na Marinha Italiana são empregadas as expressões "*Missile*" e "*Missile Teleguidate*".

Na França, são empregadas as expressões "*Missile*" e "*Engin Guidé*".

Julgó pois, (pelos motivos que adiante exporemos) como mais indicada a utilização das expressões "*Missil*", "*Missil Guiado*" e "*Missil Balístico*", como correspondentes, respectivamente, aos termos "*Missiles*", "*Guided Missiles*" e "*Ballistic Missiles*".

Para uma análise comparativa, daremos abaixo alguns conceitos já consagrados para os Artilheiros, seguidos das definições e conceitos que ora propomos para a questão.

2) PROJÉTIL DE ARTILHARIA

O Projétil de Artilharia é corpo bem definido arremessado no espaço por bôca de fogo, para produzir dano ou outro efeito tático desejado.

Esta definição está de acôrdo com as lições de Artilharia Naval, mandadas adotar pelo Aviso número 9.955, de 11-II-915.

Recebe apenas o impulso traduzido pela sua velocidade inicial (Vo), e, logo após deixar a bôca de fogo, fica abandonado à sua própria sorte.

O impulso inicial é conseguido pela expansão dos gases quentes, provenientes da queima de uma carga de projeção dentro de uma câmara, fechada pelo próprio projétil. A velocidade inicial é da ordem de 2.600 f.p.s. (792) m/seg.

O acêrto depende da boa pontaria feita no seu aparelho de lançamento: "a bôca de fogo".

Chama-se a atenção para o fato do Projétil de Artilharia ser **MUNIÇÃO** e, não, **ARMA**. A arma é o aparelho de lançamento: a bôca de fogo.

Chama-se também a atenção para o fato de, na Balística, considerar-se que a queima da carga de projeção somente impulsiona o projétil até o instante em que este abandona a arma e, como consequência, a Balística Externa considera a arma reduzida a um ponto, como se o impulso fôsse instantâneo.

3) ROJÃO OU PROJÉTIL-FOGUETE

O Rojão, ou Projétil-Foguete é o engenho de guerra que, à semelhança do Projétil de Artilharia, recebe apenas um impulso inicial, sendo, porém, este impulso conseguido pelo princípio da reação (Lei das quantidades de movimento).

O seu acêrto sobre o alvo, do mesmo modo que o do Projétil de Artilharia, depende da boa pontaria feita com seu aparelho de lançamento.

Os aparelhos de lançamento de Rojão (ALR) podem ser dos tipos seguintes:

- a) Tubulares (Por exemplo, a Bazooka)
- b) Rampa, ou Estativa (usada em Embarcação de Desembarque)
- c) Trilho-Guia (usado na aviação).

Chama-se a atenção que a queima da carga de projeção, do mesmo modo que no Projétil de Artilharia, é considerada extinta ao ser abandonada a arma (Aparelho de Lançamento). O que mais caracteriza seu emprego é a ausência de recuo da arma, o que permite a sua instalação em viaturas leves (jipe) ou mesmo sob os ombros de um homem (bazooka).

4) BOMBA DE AVIAÇÃO

A Bomba de Aviação é o engenho de guerra "largado" de uma aeronave. Assim sendo, a velocidade da própria aeronave caracterizará a sua trajetória, que, salvo casos particulares, apresenta somente o ramo descendente.

Entre os empregos táticos de maior importância pode-se citar:

- a) Nucleares (A e H)
- b) Incendiárias (Napalm, ou Gasolina gelatinosa)
- c) De Demolição
- d) Anti-Submarino.

5) BOMBA ANTI-SUBMARINO

As Bombas Anti-Submarino são engenhos de guerra lançados ou então "largados" por navio de superfície contra submarino imerso.

Dividem-se em:

- a) Bombas de Profundidade (largadas por calha ou lançadas por morteiro)

- b) Bombas-Granadas (lançadas por espigões, ou Hedge-Hog)
- c) Bombas-Foguete (lançadas por rampas, ou Mouse-Trap).

Há ainda três novos tipos de aparelho de lançamento: a Arma-A (Weapon ABLE), o Limbo e o "Squid".

6) MISSIL

Um Missil (m) é um "veículo não-tripulado, empregado como arma, que viaja acima da superfície da terra".

Um Missil difere de um "Veículo de Prova" (Test Vehycle) (TV), pelo fato de ser provido de uma cabeça de combate.

Um Missil difere de um "Projétil de Artilharia" em vários pontos, entre os quais poder-se-ão alinhar os seguintes:

- 1º) O Missil é arma e o Projétil é munição.
- 2º) O Projétil, por definição, é arremessado e por boca-de-fogo, ao passo que o Missil é lançado por motor próprio (às vezes, é auxiliado).
- 3º) O Missil é impulsionado continuamente na sua trajetória, ao passo que o Projétil somente recebe um impulso inicial (Vo).
- 4º) A trajetória do Missil é totalmente diferente da do projétil, sendo a deste último uma parábola deformada.

O seu acerto no alvo não depende do aparelho de lançamento; a pontaria neste caso tem como propósito a economia de combustível, para permitir maior duração do voo ou maior alcance.

Os Misseis podem ser guiados ou não.

7) MISSIL GUIADO

Um Missil Guiado (GM) é um missil, cuja trajetória é passível de ser alterada em pleno voo, por dispositivos internos e, algumas vezes, externos também.

Um Missil Guiado difere de um Projétil de Artilharia, principalmente, por ser sua trajetória, por definição, passível de ser alterada em pleno voo, ao passo que o projétil, também por definição, é abandonado à sua própria sorte, uma vez lançado. Neste ponto, o Missil Pré-Ajustado se aproxima do Projétil de Artilharia, pois ambos não têm "inteligência" para se adaptar a novas situações.

Assim, o que mais caracteriza um Missil Guiado é o fato dele possuir um Sistema de Direção e Contrôlo, enquanto que os restantes só possuem Sistema de Contrôlo.

Os Misseis Guiados podem ser classificados, conforme seu Sistema de Direção e Contrôlo em:

- a) Autoguiados, ou de Atração (Homing)
- b) Teleguiados (Beam Rider and Command)
- c) Tele-autoguiados, ou de Linha-Base (Base Line)
- d) Combinados, que é uma combinação dos 3 anteriores.

8) MISSIL BALISTICO

Um Missil Balístico (BM) é um missil cujo sistema de propulsão somente funciona no trecho inicial de sua trajetória, isto é, é o engenho de guerra não tripulado que age como missil no trecho inicial de sua trajetória e como projétil de artilharia no trecho final.

O Missil Balístico (BM) pode ser, normalmente, múltiplo estágio; quanto ao sistema de propulsão, findo o último ficará reduzido praticamente a um projétil.

Os Misseis Balísticos (BM) podem ser classificados de acordo com o alcance intentado, em:

- a) de Alcance Curto (Short Range Ballistic Missile — SRBM)
- b) de Alcance Intermediário (Intermediate Range Ballistic Missile — IRBM), cujo alcance é cerca de 1.500 milhas = 2.400 km.

- c) Intercontinental (Intercontinental Ballistic Missile — ICBM), cujo alcance vai a 5.500 milhas = 8.000 km.

9) PORQUE "MISSIL GUIADO"

A palavra Missil é do vernáculo, se bem que fora de uso. A tradução "Projétil Dirigido" para a expressão "Guided Missile" é incorreta pelo fato de, por definição, um projétil ser arremessado por boca-de-fogo, o que não é o caso dos "Guided Missiles". O item 6) já alinhavou outras razões que desaconselharam o emprêgo desta expressão.

Quanto à expressão "dirigido", vemos que todos: projétil, missil, rojão ou bomba, são sempre dirigidos, contra o alvo, obviamente.

Sempre haverá uma "Direção" de onde emanam as "ordens". Agora, passível de ter sua trajetória alterada em pleno voo, de acordo com uma "inteligência" só mesmo o Missil Guiado. Por exemplo: um avião pilotado poderá ser dirigido do local, ou então pode ser dirigido a distância, como no caso de pouso em Nae. Nos dois casos ele é guiado pelo piloto. Entretanto, se houver, digamos comando-rádio, como no caso dos Drone (Aviões sem piloto, para exercício de Tiro AA), ele está sendo guiado a distância, ou melhor, ele está sendo "teleguiado".

Então, se a tradução "Projétil Dirigido" para os "Guided Missiles" já é incorreta, pior ainda é a tradução "Projétil Balístico", para os "Ballistic Missiles", que, além do mais, é pleonástica.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÓRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

O FOGUETE É UM MISSIL SEM CÉREBRO

Tradução adaptada de dois artigos de "All Hands"
n.º 482/1957 pelo Cap. Corveta ALEXANDRE BARBOSA
LIMA.

O QUE É UM FOGUETE

De acôrdo com o glossário da terminologia de Mísseis Guiados, usada pelo Departamento de Defesa dos EE.UU., um FOGUETE pode ser tanto um "sistema produtor de força propulsiva" (sistema de propulsão) como um "missil completo", cuja força propulsiva deriva da ejeção de gases aquecidos, gerados por material transportado do próprio sistema, e que não requer entrada de ar ou de água.

Na realidade, contudo, quando um "missileman" falar a respeito de "foguetes" e "mísseis guiados", ele querará dizer um pouco mais que isto. Para ele, um FOGUETE não tem mais meios de governo — uma vez lançado — que um projétil que tenha deixado o canhão ou o fuzil.

Por outro lado, um missil guiado (mesmo o de motor a foguete) é governado em pleno voo por dispositivos nele contidos ou por equipamento de controle a distância (remote control).

Assim, quando um FOGUETE for submetido a um sistema de governo, ele deixa de ser um foguete e passa a ser um missil guiado, tal como o define o glossário do Departamento de Defesa (DOD) dos EE UU (Ver o artigo sobre Mísseis Guiados, no BTI n. 2) :

"Um MISSIL GUIADO é um veículo não tripulado, que se move acima da superfície da terra, cuja trajetória é passível de ser alterada em pleno voo por meio de um mecanismo interno do veículo".

HISTÓRIA DOS FOGUETES

Contrariamente ao conhecimento e à crença populares, os conceitos relativos aos foguetes e mísseis guiados estão longe de ser coisa nova. Na realidade, eles são bastante antigos.

A História revela que já desde o ano 3.000 A.C. os chineses usaram foguetes. Eles eram propelidos por pólvora negra e eram bastante semelhantes aos usados hoje em dia na época dos festejos de São João. Do mesmo modo, os chineses os usavam então em festejos e celebrações.

Os foguetes somente foram usados como arma de guerra por volta de 1232 DC. Defendendo a cidade de Pein-King (Pequim), os chineses ataram setas aos foguetes e os usaram não apenas como arma perfurante, mas também como arma incendiária. (E as hastas das setas ainda tiveram uma ação estabilizadora da trajetória).

Estas notícias sobre os foguetes rapidamente se espalharam e, durante os séculos 13 e 14, a História registrou várias ocasiões em que eles foram empregados através da Europa.

A idéia de vãos de foguetes tripulados também está longe de ser nova. Lá pelo século 15, os chineses tiveram também seu "Roy Roger" ou "Capitão Vídeo", chamado Wan-Hu, o qual tentou o primeiro voo do "foguete humano". Ele adaptou 47 foguetes a uma cadeira montada sobre esquis e, então, amarrou-se nela. Assim que 47 colíres acenderam ao mesmo tempo os 47 foguetes, o mestre de escola

e cientista chinês desapareceu numa nuvem de chama e fumaça. A História não registra os resultados deste vôo, pois, quando a fumaça se dissipou, Wan-Hu não foi mais visto ou ouvido.

O interesse pelos foguetes como arma continuou a se espalhar e, por volta de 1790, as tropas hindus usaram, contra os ingleses, mais de 100.000 foguetes. Estes pesavam de 6 a 8 lb e eram feitos de um tubo de ferro, ao qual era amarrado, com arame, uma vareta de bambu de 10 pés, para estabilizá-los em vôo. Como resultado, os ingleses começaram imediatamente um estudo detalhado para desenvolver uma artilharia de foguetes. Os resultados foram tão satisfatórios que influenciaram grandemente a sorte das guerras Napoleônicas e a guerra de 1812.

Na batalha de Bladensburg (24-7-1814), os foguetes ajudaram à derrota das inexperientes tropas americanas que defendiam Washington, D.C. No mês seguinte, os "navios-foguetes" ingleses foram empregados no bombardeio de Fort Mc Henry. Ali, uma bateria escondida afundou um desses navios com toda sua tripulação e outras embarcações a foguete foram forçadas a se retirar sem terem completado suas missões. Entretanto, o seu fogo foi tal e causou tanta impressão a Francis Scott Key que estão agora permanentemente gravadas no Hino Nacional Americano as seguintes palavras: "... o clarão vermelho dos foguetes e as bombas explodindo no ar ...".

O sucesso do foguete com os ingleses fez com que logo os exércitos de outras nações também o adotassem, tornando-o uma arma popular por muitas décadas.

Em 1846, William Hale, um inventor americano, desenvolveu o primeiro foguete sem vareta estabilizadora. Este foguete primitivo tinha 3 abas curvas, que o obrigavam a girar, como um projétil de artilharia. Apresentava-se em 2 tamanhos — 6 e 12 lb — e tinha um alcance de 2.200 jd. Nesse mesmo ano, foi formada uma bateria com

foguetes deste tipo em Fort Monroe, Va. Em 1947, foram organizadas mais 10 baterias iguais a esta. Entretanto, pouco depois foram abolidas, visto que o interesse pelos foguetes começou a declinar, logo que o fuzil e o canhão raiados, provaram, na Guerra do México, que tinham maior precisão.

Assim, por volta de 1850, com a aparição do canhão raiado, o foguete tornou a ficar novamente "fora de moda". Cerca de 1900 ele era considerado quase obsoleto em toda parte, chegando mesmo, em 1942, a ser referido na Enciclopédia Britânica, sobre a sua importância na guerra moderna, com a seguinte expressão:

"A idéia de um míssil com propulsão baseada no princípio do foguete, entretanto, não "pegará" e é reavivada de tempos em tempos pela discussão entre os colaboradores de jornais militares".

Evidentemente, estes "colaboradores de jornais militares" sabiam o que diziam, porquanto na 2ª Grande Guerra o foguete voltou à cena, sendo notada a sua presença pelo seu "bang" (ou, pelo menos, pelo seu "chiuu..."). A bazooka leve e seus projéteis-foguetes permitiram que a infantaria pusesse a "knock-out" os tanques. Por sua vez, a U.S. Navy usou um navio de desembarque lançador de foguetes, designado LSMR (Landing Ship Medium — Rocket-Navio de Desembarque Médio, com Foguetes) nas invasões do Norte da África, Sicília, Itália, Normandia, Sul da França, Cabo Gloucester, Kwajalein, Eniwotck, Saipan, Guam, Palau, Filipinas, Borneo e Okinawa.

Além disso, visto que o foguete oferecia um máximo de potência de fogo, com um mínimo de aumento de peso — e ausência de recuo, ele foi logo adotado como armamento de aviação. Os primeiros foguetes americanos lançados do ar não eram mais que adaptação da bazooka, porém, pelo fim da guerra, os aviões navais já batiam o inimigo com o TINY TIM, um foguete de 11.75 pol. cujo peso era de 1.288 lb e que levava, como cabeça

de combate, uma bomba semi-perfurante de 500 lb. Um outro empreço importante do foguete na aviação foi a JATO (Jet Assisted Take-Off — Foguete auxiliar de decolagem), que permitia aos aviões, demasiadamente carregados, uma decolagem de pistas muito menores que as exigidas ordinariamente.

Por ironia da história, a mais devastadora arma propelida por foguete aparecida na 2ª Grande Guerra foi usada contra a Inglaterra, a nação que introduzira o foguete na Europa. Esta arma era a Bomba V-2 alemã.

ATUAL EMPREGO DO FOGUETE

Após a guerra, este novo campo da técnica militar — a Ciência dos Foguetes — foi dividido praticamente em 3 diferentes, porém comumente conjugados, setores de estudo:

- 1º) Motores a foguetes para mísseis guiados e para aviões.
- 2º) Pesquisa em altas altitudes, por meio de foguetes.
- 3º) Desenvolvimento das armas a foguete.

Quanto ao 1º setor de estudos, ele produziu a força motriz de 3 dos 5 mísseis guiados atualmente em uso na U.S. Navy: o SPARROW (AAM), o SIDEWINDER (AAM) e o TERRIER (SAM).

Quanto ao 2º setor, foram lançados projetos registradores de dados, de instalações terrestres, navios, aviões e balões, para ajudar a descoberta dos segredos da alta atmosfera e do espaço interplanetário. Neste trabalho, a U. S. N. empregou a V-2, o AEROBEE, o AEROBEE-HI, o DEACON, o ASP, o LOKI, o CAJUN, o VIKING e uma

variada combinação deles, tais como o NIKE-DEACON e NIKE-CAJUN. O AEROBEE-HI alcançou uma altitude de 164 milhas. O VIKING chegou a 158. As V-2 lançadas pelas U. S. N. atingiram cerca de 105 milhas. Entre os foguetes que estão sendo desenvolvidos atualmente encontram-se:

- a) ARCON — um DEACON de características excepcionais.
- b) IRIS — uma versão do AEROBEE, de combustível, que deverá atingir altitudes acima de 200 milhas.

No Projeto VANGUARD, que promoverá o lançamento de um satélite artificial como parte do Ano Geofísico Internacional, coube à U. S. N. a parte referente à fase dos foguetes de lançamento, isto é, de levar o satélite à altitude de sua órbita.

Quanto ao 3º setor de estudos, verifica-se que, como os sistemas de governo e controle continuam muito complicados e caros, o foguete, sem tais sistemas, continua a ser uma parte integrante do armamento da U.S.N. Assim sendo, além das LSMRs, que estiveram em ação na 2ª Grande Guerra e na Coreia, a U.S.N. tem agora o IFS (Inshore Fire Ship), que é maior e de maior potência de fogo que a LSMR. Para a guerra anti-submarino, a Marinha Americana possui agora a ARMA ABLE (Arma A). Para a guerra aérea, ela possui o MIGHTY MOUSE, o primeiro foguete ar-parar de sucesso.

Isto é, em breves palavras, o que a história registra sobre foguetes até agora. Bastante disparatada, é verdade, apesar dos seus 700 anos. Entretanto, a parte mais importante desta história está por ser escrita.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO NÚCLEO DE PARA- QUEDISTAS DO EXÉRCITO E SEUS COMANDADOS VISITARAM O SAPS

— “Creio que não existe em nenhum outro país do mundo uma organização com as finalidades do SAPS” — declarou o Coronel Silvío Américo de Santa Rosa



Na foto um aspecto da visita. Nutricionistas da Autarquia farão um estágio no Núcleo da Divisão Aeroterrestre

Acompanhado por oficiais para-quedistas, seus comandados, esteve ontem em visita ao edifício-sede do SAPS, à Praça da Bandeira, o Coronel Silvío Américo de Santa Rosa, Chefe do Estado-Maior do Núcleo da Divisão Aeroterrestre do Exército. Recebidos pelo Coronel Benedito Gama e General Luiz de Azevedo Evora, Diretor-Geral e Diretor Executivo, diretores de Divisão e nutrólogos da Autarquia, o ilustre visitante e sua comitiva percorreram as principais dependências daquela

instituição, como o Laboratório, o Biotério, a Biblioteca e o Restaurante Central na ocasião quase inteiramente lotado por trabalhadores previdenciários.

Em seguida, a Direção-Geral do SAPS ofereceu-lhes um almoço na Cozinha-Escola, findo o qual o Chefe do Estado-Maior do Núcleo de Pára-quedistas externou para os presentes suas impressões sobre o SAPS, e, em especial, sobre algumas de suas tarefas específicas no campo da assistência e educação alimentar, acentuando que os Chefes militares deviam conhecer os serviços da Autarquia que o orador não imaginava fossem de tanta importância e funcionassem com tanta eficiência. Prometeu realizar gestões nesse sentido, até porque já havia solicitado e voltará a solicitar para a sua unidade, a ida em caráter experimental de uma ou duas nutricionistas.

Esperava — prosseguiu o Coronel Santa Rosa — que os seus comandados tivessem recolhido ensinamentos úteis da visita que acabavam de fazer ao SAPS, cuja direção estava confiada a um homem digno, honesto e capaz, que soubera escolher para seu colaborador imediato um companheiro à altura, que tudo vem fazendo para prestigiar a instituição. Era o conceito que fazia do Coronel Benedito Gama e de seu amigo General Luiz de Azevedo Évora. Após fazer outras oportunas considerações, e agradecer em seu nome e de seus comandados, a acolhida que tivera, o Chefe do Estado-Maior do Núcleo de Pára-quedistas, concluiu com estas palavras: "Creio que não existe em nenhum outro país do mundo uma organização das altas finalidades do SAPS".

O Coronel Benedito Gama, falando em seguida, disse de sua satisfação pela presença no SAPS de tão ilustres visitantes, presença que compensava em grande parte as preocupações, o trabalho árduo e incessante que atormentavam o espírito dos dirigentes da instituição para conduzi-la com ordem e eficiência.

O Coronel Santa Rosa, antes de retirar-se convidou a Direção-Geral do SAPS e seus técnicos para uma visita ao Núcleo de Pára-quedistas.



O PROBLEMA NACIONAL DAS SECAS

Eis o parecer que o Conselho Nacional de Economia emitiu sobre o Problema Nacional das Secas desincumbindo-se, assim, da tarefa que lhe fora cometida pelo Presidente da República. A permanente atualidade desse problema e a sua importância nacional justificam os estudos realizados pelo Conselho no intuito de bem equacioná-lo.

SUMARIO DA 1ª PARTE

PREAMBULO — 1. Significação nacional — 2. Secas e desemprego — 3. Teatro da incidência — 4. O solo e suas características — 5. Regiões e tipos ecológicos — 6. A propriedade rural — 7. Resumo da conceitualização.

PREAMBULO

O Conselho Nacional de Economia recebeu em 1953 do Sr. Presidente da República a incumbência de opinar sobre o "anteprojeto de lei de irrigação para aplicação no Polígono das Secas", elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária e submetido à apreciação de Sua Excelência pelo Ministro da Agricultura.

Dedicando o mais alto interesse à tarefa que lhe foi cometida, verificou o Conselho, de acordo com os estudos que vinha realizando, que, para cabal desempenho de sua missão, não bastaria a apreciação isolada do anteprojeto referido.

Tornava-se indispensável considerar o problema das secas em termos mais gerais, para que melhor fossem atendidos os altos propósitos do Governo.

Assim, deliberou realizar, na base de trabalhos anteriores e de novos dados que iria colher, um estudo que compreendesse os diversos setores da região e os vários elementos que se correlacionam no problema. E, para tanto, organizou um plano em três etapas.

A primeira consistiu em ouvir, nesta capital, as mais categorizadas autoridades na matéria. Nessa primeira fase, Governadores e ex-Governadores de Estado, ex-Minis-

tros da Viação e da Agricultura. Deputados e Senadores, com larga experiência dos aspectos administrativos e políticos do problema, antigos e atuais diretores dos serviços de secas, nos seus diversos setores, geólogos, engenheiros civis, hidrologistas nacionais e estrangeiros, agrônomos, ecologistas, geógrafos, economistas e agricultores da própria região — uma ilustre plêiade de profissionais e homens públicos — trouxeram, num franco e elevado debate, a inestimável contribuição de seus conhecimentos científicos e práticos.

A segunda etapa dos trabalhos constou da inspeção do campo em que o fenômeno se manifesta. Foram observados, pela missão do Conselho enviada ao local, os aspectos mais característicos, entrando ela em contato com diversas classes informantes localizadas na região — autoridades, administradores, administradores de serviços públicos, técnicos, agricultores e criadores — visitando laboratórios e serviços experimentais, realizando reuniões com interessados de várias categorias e ouvindo instituições públicas e associações privadas.

Finalmente, como terceira etapa, o Conselho, em sessões plenárias, examinou longamente os elementos colhidos para, por fim, condensar o seu pensamento no presente parecer, com que espera ter situado o problema das secas do Nordeste em seus verdadeiros termos.

1 — SIGNIFICAÇÃO NACIONAL

O fenômeno das secas periódicas não interessa apenas às regiões em que incidem. As suas perturbações econômicas e sociais repercutem de tal modo na vida do país, que o dever de combatê-las e reparar os seus efeitos constitui um imperativo vital da nacionalidade. A área

em que se projetam compreende mais de um oitavo do território brasileiro, ou cerca de 1.115.000 quilômetros quadrados, e, acrescida das terras por elas intimamente influenciadas, atinge a 15.000.000 quilômetros quadrados aproximadamente. A população dessa área corresponde a quase 25% da de todo o Brasil. Quatro capitais e diversos municípios estão dentro do seu perímetro (1). A densidade demográfica, em algumas de suas partes componentes, é uma das maiores do país, e, mediante os contingentes de emigração que pode fornecer para outras regiões e fronteiras nacionais, representa instrumento valioso de ocupação econômica e consolidação política, do que é exemplo a Amazônia.

Essa densidade populacional revela certas condições favoráveis de salubridade de clima, de fertilidade de solos e variedades de riquezas naturais, como veremos nos capítulos seguintes.

Não deixaremos, no entanto, de mencionar de passagem que, entre o polígono e a Amazônia encontra-se a maior reserva nativa de oleaginosas do mundo, os babaçuais do Nordeste ocidental; e dentro do polígono, com caráter de monopólio, os carnaubais, que não lograram ser cultivados em condições econômicas em terras fora do Brasil. Na relação das matérias-primas vegetais é preciso também ser incluída desde já, uma grande riqueza brasileira, o algodão de fibra longa, vegetal completamente adaptado às condições ecológicas.

E, além disso, altamente promissor o desenvolvimento da produção de fibras, óleos, cêras, resinas, peles e couros, além de riquezas minerais que constituem a base para a expansão de uma importante indústria de produtos semimanufaturados, seja para a integração do parque industrial do país, seja

(1) — Capitais: Fortaleza 270.160 hab., Natal 103.000 hab., João Pessoa 119.326 hab. e Teresina 90.723 hab. Municípios: Campina Grande (173.000), Caruaru (102.000), Garanhuns (161.000), Feira de Sant'Anna (107.000), Poções (106.000), Vitória da Conquista (100.000), Jequié (100.000), apenas para mencionar alguns dos mais populosos.

como fornecedora de parcela ponderável para a exportação nacional.

Assim, encarado sob o aspecto econômico, o Nordeste apresenta um campo evidentemente remunerador de inversão de capital, no interesse do país. De modo geral, cresce a importância das zonas equatoriais e subequatoriais do Brasil, como fonte abastecedora de matérias-primas, utilizadas crescentemente pela técnica moderna.

Mas não se reduz ao fator social e econômico a contribuição da região ao fortalecimento e unificação nacional; e esta sucinta relação ficaria incompleta, se não fosse mencionado o seu papel na defesa do país e do próprio Continente.

Não é preciso para isso, voltar aos tempos coloniais e citar as tentativas de ocupação então realizadas. Basta recordar o papel que, na última guerra, as bases aéreas de Natal e Recife desempenharam no desfecho vitorioso da luta. Sem a colaboração do denominado "trampolim do Atlântico" poder-se-ia ter retardado o seu desfecho.

Se hoje, sob este aspecto, o problema apresenta modificações substanciais, criadas pela amplitude do raio de ação da aviação militar, permanece, ou melhor, cada dia mais se acentua a importância do Nordeste sob o ponto de vista da defesa continental e do Brasil. Ela repousa no mar, isto é, no trecho da costa que é o ponto de grandes ameaças, fato comprovado pelas duas guerras mundiais. Em face de Dakar, o Nordeste, com a sua alta expressão demográfica, representa o mais importante saliente da defesa nacional.

Tôdas essas razões de ordem social, econômica e militar, demonstram como é urgente a integração dessa extensa região no ritmo do desenvolvimento brasileiro. Pôde, assim, ser definitivamente superada a fase em que se levantava a hipótese do seu despoivoamento sistemático, para solução dos problemas criados pelas crises climáticas. A consciência da complexidade do

assunto, e da possibilidade de enfrentá-lo, bem como da importância que assume em relação ao futuro econômico e social do país, e, por fim, o próprio sentimento de solidariedade nacional, foram tomando vulto; e seria fácil acompanhar tal evolução nos debates no Parlamento e na imprensa e através das decisões dos governos. Foi, por fim, inaugurada a definitiva conceituação do problema das sêcas, quando a Carta Constitucional de 1934, no art. 177, reconheceu explicitamente a importância de sua solução, como de interesse vital para o país.

2 — SÊCAS E DESEMPREGO

Para a visão panorâmica do problema, nada melhor que o exame direto da região na fase de prosperidade, e na de depressão ocasionada pela estiagem. Também muita luz trará o estudo comparado das diversas crises, que se sucederam nos últimos oitenta anos.

Nas épocas normais, que coincidem com a regularidade das chuvas, a economia das áreas nordestinas apresenta-se equilibrada, repousando, em grande parte, nas atividades agropecuárias. O gado aumenta, as lavouras se processam normalmente e as safras, em algumas das zonas de produção, são de tal modo abundante que, permitem, em determinados períodos, abastecer outras regiões, havendo mesmo sobras para exportação. O Ceará já se colocou, não há muito, como segundo exportador de milho, do país.

Sobrevenha, porém, estiagens prolongadas, com "invernos" (2) sucessivamente mais escassos, e a queda da produção se manifesta com violência. Desencadeada a seca total, o homem, que tem na agricultura o principal meio de vida, perde, como empresário e como salariado, a sua fonte de renda. Não podendo plantar, e muitas vezes não colhendo o que havia plantado, não pode ocupar o número de braços que, nos períodos normais, recruta para sua faina.

(2) — "Inverno" é a denominação dada, no Nordeste, ao período das chuvas.

O gado começa a sofrer da carência de forragem e de água nos bebedouros habituais. São necessárias longas caminhadas para atingir os poços, os "barreiros" e açudes, onde as reservas vão escasseando cada dia mais. Definha, perde peso e valor. O criador procura, pela venda antecipada da rês, que não atingiu plena maturidade comercial, evitar completo prejuízo. Utiliza toda a sorte de esforços, desde a transumância para zonas menos atacadas, até o emprêgo da alimentação de concentrados, na penosa tarefa de conservar a "semente". De outro lado, esgotam-se os produtos para alimentação humana, as reservas aparentes e também os estoques invisíveis, disseminados um pouco por toda a parte, nos pequenos estabelecimentos de comércio e nos paiós e despensas domésticas; os preços sobem pela escassez real e, sobretudo, pela especulação.

O homem salariado emigra na primeira leva; o agricultor, proprietário ou rendeiro, procura resistir; esgota as suas provisões, e seu crédito; sacrifica a criação para o consumo ou para obter recursos. Depois, quando se devanece a esperança da chuva salvadora, vende tudo que lhe resta; o fumento, as cabras, os móveis, os instrumentos de trabalho e, às vezes, a terra.

O quadro da calamidade, para ser completo, teria de fixar também os que procuram outras regiões, especialmente o sul, e formam as levas de "retrantes". Em outros tempos empreendiam a marcha, com suas famílias e haveres, até encontrar o litoral ou os pontos terminais das estradas de ferro, e rumavam para as lavouras longínquas, na esperança de obterem emprêgo e alto salário. Hoje, além das vias férreas, marítimas e fluviais, têm abertas diante de si as rodovias, e se encarpitam nos "paus de arara", que vêm oferecendo tema, por vezes trágico, para

ampla literatura. Não representam eles, porém, a realidade das regiões semi-áridas. Significam apenas as sobras de uma população reduzida à extrema carência, e simbolizam uma situação merecedora de amparo. Os "flagelados" — assim qualificados pejorativamente — não constituem amostra representativa do nordestino. Este, acossado periodicamente pelas secas, não quer piedade, mas compreensão e trabalho. Devemos, pois, abolir a expressão depreciativa que não será utilizada neste trabalho e situar o homem no seu verdadeiro sentido de "desempregado".

As cidades da região que, com as secas, ficam repletas de uma multidão de rurícolas desocupados, esvaziam-se logo às primeiras chuvas. Atendendo a um impressionante chamamento da terra, traço característico de sua psicologia, o homem rural do Nordeste regressa à gleba. A missão do Conselho pôde constatar que, vinte dias depois das primeiras chuvas, apesar da incerteza do "inverno" e do aleatório do cultivo, surgiam centenas e centenas de "roçados", manchas escuras de terra revolvida como para trabalho cuidadoso de horticultura, no meio das mantas verdes de vegetação renascida, daquilo que Euclides da Cunha descreveu como "mutação de apoteose". Em Campina Grande alguns milhares de "retrantes", no dia seguinte às chuvas, dispensaram a ajuda em dinheiro; reclamavam, apenas, "enxada e semente". Cabe aqui a tradução em cifras dessa atração da terra. De 1877 a 1943 atingiu a 609.324 o número de cearenses que emigraram, e deles regressaram 384.000 (3).

Na perspectiva da crise, retrai-se o comércio, que de forma direta ou indireta financiava a lavoura, através de sua agências nos centros de produção, do sistema de compra por antecipação de safras, pendentes ou a findar, e do crédito pessoal, concedido pelos pequenos co-

(3) — Apud "O Ceará" de Raimundo Girão e Antônio Martins-Filho, 2ª edição, pág. 342, Editora Fortaleza — 1945.

merciantes da localidade. Os créditos bancários para a produção ou com ela relacionados, reduzem-se ou são inteiramente suprimidos. O produtor passa a ser apenas consumidor, rompidos os termos da equação que traduz a estrutura da economia de trocas. Desencadeia-se a crise e surge o problema do desemprego.

A seca, no seu sentido econômico, deve, pois, ser definida como um fenômeno de depressão, e com sua característica de paralisação de produção e consequente desemprego. A sua conceituação nestes termos é de singular importância no encaminhamento de soluções seguras e duradouras. Deixa-se de focalizar apenas o ambiente físico, para abranger os diferentes aspectos sociológicos que o fenômeno realmente encerra.

Somente partindo duma visão de conjunto, assim obtida, se poderá correlacionar, num todo coerente, as soluções de emergência com aquelas que são de longa duração, e as medidas que se destinam a remediar os efeitos imediatos das secas com as que possam impedir o prolongamento de suas consequências. Nesse sentido, é necessário traçar um programa de providências de ordem técnica, combinadas com outras de ordem financeira e social, como base de uma sã política de combate às consequências da seca.

Temos a prova da importância dessa estrutura no fato de que certa parte da população, pelas condições especiais de situação financeira, espírito de previdência, organização da propriedade, com disponibilidade de água e cultura adequadas, consegue obviar os efeitos da crise climática.

Convém lembrar algumas secas a partir de 1877, notadamente a que então se iniciou. Advinda depois de trinta anos de bons invernos, por isso mesmo não encontrou medida alguma de precaução por parte dos habitantes e do Poder Público.

Naquele ano, já bem remoto, mas que vive na memória das populações nordestinas pela intensidade do fenômeno, com suas tremendas consequências, a atividade econômica da região era exclusivamente agropecuária, e a mais rotineira. "As dificuldades de transportes eram imensas, os caminhos sulcados pelos carros-de-boi deixavam vestígios tão profundos que, caindo as chuvas, formavam outras tantas sarjetas por onde as águas se escoavam". "Vir do Crato a Icó ou de Sobral à capital, era empreitada séria e demandava demorado preparo de semanas" (4).

A população da província devia ser aproximadamente de 750.000 habitantes (5), dos quais 21.000 em Fortaleza. "Cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo de uma raça em penúria. Em dezembro (1877) já estavam aí 85.000 pessoas, que em março de 1878, eram 100.000 e em setembro 114.000" (6). Aracati — então a segunda cidade marítima do Estado — com 6.000 habitantes, estava comportando mais de 60.000 retirantes.

Quando a seca terminou, haviam deixado o Estado, apenas por via marítima, 54.875 de seus filhos. Com o total das saídas, a população foi reduzida em cerca de uma terça parte, da qual, por morte, 119.000 pessoas. (7)

(4) — Relatório Fluzza Pequeno, citado na História Econômica do Ceará, Raimundo Girão — Editora "Instituto do Ceará" — 1947.

(5) — O censo de 1872 apurou população de 721.636 — e o de 1890 de 805.000 (186).

(6) — Raimundo Girão, obra citada.

(7) — Para definir o horror da situação, transcrevemos a seguinte notícia de "O Publicador" de 24 de abril de 1877: "A 27 de março próximo findo, a retirante Dionysia dos Anjos encontrou na cidade de Pombal, a menor Maria, de 5 anos de idade, levou-a com o maior carinho, para sua casa, próxima ao cemitério; aí chegando, decapitou a mesma menor, enterrou a cabeça e comeu a carne do corpo de sua vítima. Prêso, Dionysia confessou êsse horroroso crime. Está sendo processada pelas autoridades daquela cidade". (Apud "A Paraíba e seus Problemas", José Américo de Almeida, 1923 — pág. 113).

Em 1915 já se observa a presença de alguma orientação no combate aos efeitos depressivos. A conhecida descrição de Rodolfo Teófilo é instrutiva. "Os retirantes de 1915 foram mais felizes do que os de 1877... A população de Fortaleza não faltou serviço. Fizaram-se diversas obras, com o dinheiro que alguns Estados mandaram para os retirantes. Não ficaram estes tão desamparados como em 1900. Felizmente acabou-se a seca e não foi registrado um só caso de varíola, fato assombroso e a primeira vez observado durante tais calamidades. Na seca de 1915 a população que se deslocou não chegou a cinquenta mil almas" (8).

A luta contra o desemprego, então melhor organizada, se vai aos poucos definindo como meio eficiente de impedir a desordem social. Estava encerrado o período em que se pensava apenas na emigração. Campos Sales, primeiro Presidente da República que se defrontou com a seca do Nordeste, havia pedido ao Congresso crédito para socorrer as vítimas da calamidade, não lhes oferecendo assistência e trabalho, mas somente recursos para se retirarem rumo a outras regiões. Transporte e não trabalho no local.

A seca de 1932 marca, sem dúvida, o início da aplicação da doutrina, hoje aceita pacificamente, que consiste em dar emprego, no próprio ecumeno, às populações afetadas pela crise. Ouçamos um depoimento oficial: "Verificadas em abril de 1932 a extensão, intensidade e progresso impressionante do flagelo, com todo o seu cortejo de misérias, foi resolvido imediatamente o socorro intensivo às populações castigadas, com a organização rápida de novos serviços, assistência direta, transportes, concentrações, enfim todas as medidas prontas e decisivas para impedir o

êxodo em massa, o aniquilamento pela fome ou invasão de cidades pela população flagelada, com os perigos de epidemias mortais, do banditismo e de todas as misérias já confirmadas em épocas anteriores.

A crise que se iniciava tinha um aspecto de generalidade nunca observado até então. O fenômeno estendia-se desde o Piauí e parte do Maranhão até além dos vales do Vasa Barris e Itapicuru, na Bahia, em uma extensão que se pode avaliar em 650.000 km., compreendendo uma população aproximada de 3.000 pessoas. Esgotada por dois anos de precipitações escassas e mal distribuídas, não dispunha a natureza de reservas para enfrentar a era seca que surgia. O êxodo para o litoral se iniciou no Ceará e generalizou-se rapidamente, seguindo-se os assaltos e depredações. Impunha-se a organização rápida de numerosos projetos, a assistência permanente às variadas obras em início e presteza nas alterações que surgissem (9). O total de operários em março de 1932 era de 7.000 e, em fins do mesmo ano, chegou a 220.000 dirigidos por 83 engenheiros, com uma despesa diária de 800 contos de réis.

Através do relatório já referido, verificam-se as tremendas dificuldades surgidas com o emprego dessa massa enorme de deslocados, lutando com a falta de programa e instrumento de trabalho e de abastecimento organizado, numa época em que a construção de rodovias na região estava em início, e não havia experiência de serviços de socorro imediato.

O obituário geral registrou 22.616 mortos, dos quais 14.738 menores e 7.878 adultos, inclusive nos campos de concentração administrados pelo Governo Cearense (10). Este número, por certo

(8) — Rodolfo Teófilo — "A Seca de 1915". Imprensa Inglesa, Rio de Janeiro, 1922.

(9) — Relatório da Inspeção de Obras Contra as Secas. Trabalho realizado em 1931/1933, pelo Engenheiro Luiz Vieira.

(10) — Relatório da Inspeção de Obras Contra as Secas. Trabalho realizado em 1931/1933, pelo Engenheiro Luiz Vieira.

elevado, é bem inferior ao da seca de 1877, em que faleceram, só no Ceará, cerca de 119.000 pessoas, para uma população três vezes menor.

Ainda persistia, todavia, a improvisação. Mas a obra efetuada, numa amplitude nunca antes verificada no país, em qualquer tempo e em qualquer contingência de calamidade pública, deixou proveitosos exemplos para a luta a travar nas fases agudas das calamidades.

A de 1952/53, a que acabamos de assistir, atingiu a uma população muito maior, talvez de sete milhões de habitantes; no entanto, apesar do drama ter sido evidenciado em todo o seu realismo pelos diversos meios de publicidade, produzindo intensa emoção em todo o país, é evidente que as secas anteriores tiveram conseqüências bem mais graves do que esta. Não houve perda de vidas humanas, os rebanhos não foram tão fortemente atingidos, e o deslocamento de população foi bem menor (11).

Os fatos, que sucintamente são aqui mencionados, nos permitem uma primeira indicação sobre quais os tipos de providências necessárias ao combate às secas, desde que devidamente conceituadas como problema de desemprego, proveniente, de um lado, da falta de resistência econômica das regiões, e, de outro, da ausência de adequada organização de medidas preventivas e de preparo de programas de emergência.

Vimos, nos exemplos das secas sucessivas, o importante papel representado pelas vias de transporte, pelos centros de ação do Poder Público na região, realização de obras diversas e auxílio à iniciativa privada, em conformidade com a

mentalidade da época e os meios disponíveis.

Verificamos, também, que, se tivesse havido maior providência, expressa em planos anteriormente preparados, maior presteza na execução das obras de emergência e na liberação das verbas sem tropeços administrativos, as conseqüências do desemprego poderiam ter sido muito menores (12).

De fato, constata-se que, a proporção que a economia nordestina vai criando maior resistência estrutural, reduz-se a intensidade do impacto que lhe trazem as crises climáticas. E, também, que as medidas de emergência, para serem eficientes, dependem de programas previamente elaborados e de sua articulação com as de caráter permanente, conforme se indicará nesta exposição.

Teremos, assim, para uma política eficiente, duas ordens de providências bem distintas: a) as de emergência; b) as de caráter permanente.

Entre as primeiras, deve ser considerado o problema de dar ocupação ao homem privado de trabalho através de medidas que se enquadram especialmente nos dois seguintes tipos de obras: a) realizadas pelo Governo; b) a cargo da iniciativa particular, financiadas pelo poder público, quando necessário.

A segunda ordem de providências destina-se a organizar a economia da região de modo a serem alcançados os seguintes objetivos:

- 1) — impedir o rompimento da continuidade nas atividades econômicas;
- 2) — racionalizar a produção agropecuária e industrial,

(11) — Segundo o testemunho do Governador Raul Barbosa, do Ceará, numa população de 3.000.000 de habitantes, apenas 500.000 foram atingidos pelos efeitos da seca.

(12) — A missão do Conselho verificou, apenas um mês após o início da chuva, nas hospedarias e hotéis situados nas margens das rodovias do polígono, grande variedade de alimentação, de produção local. Anotou de quatorze até vinte pratos servidos a preços razoáveis, sendo os preços fixos para cada refeição. O mesmo constatou no mercado de Fortaleza, onde havia abundância de legumes e frutas, a preços bem inferiores aos vigentes nesta Capital.

de acôrdo com as condições da região, de modo a obter-se o melhor rendimento das zonas irrigáveis e das zonas não suscetíveis de irrigação;

3 — conhecer e explorar novos recursos naturais.

Mas essa apreciação seria incompleta e falharia a seu objetivo se não fosse examinada a importância da adaptação do homem às condições peculiares da região. O problema do Nordeste, mais do que o de qualquer outra zona, deve ser encarado em toda sua amplitude sociológica. Aliás, assim já se manifestou Saturnino de Brito: "Na minha opinião, não basta o estudo daqueles fatores (o geológico, o topográfico e o etnográfico e o aumento da lavoura e arborização) para sôbre eles resolver de modo eficaz o problema terreno das secas, ou da vida humana nas regiões em que a luta se trava de modo heróico e animal; é preciso que o problema tenha solução sociológica, de modo que as medidas garantidoras da vida animal consigam efetivamente melhorar as condições, para o surto das energias daquele povo" (13).

Certamente revelava tal afirmativa, há cerca de meio século, ponto de vista muito avançado para a época. Mas cada dia, na alta esfera do pensamento nacional, se vai consolidando o conceito de que, no problema das secas, não se podem dissociar as partes de um sistema que só comporta tratamento em seu todo.

1 — TEATRO DA INCIDENCIA

Antes de estudarmos mais minuciosamente as medidas necessárias

a combater os efeitos das secas, é conveniente um exame prévio do meio físico e humano em que elas se manifestam, ao qual poderemos dar a denominação expressiva de "teatro do problema".

A área reconhecida pela legislação como sujeita às repetidas crises climáticas, e que, no conceito nacional, deveria ser objeto de providências especiais por parte dos Poderes Públicos, circunscrevia-se, até 1933, a certa parte dos Territórios do Ceará, da Paraíba, e do Rio Grande do Norte, excluídos até mesmo as respectivas capitais. Raramente Pernambuco era incluído na esfera de amparo oficial, e o Piauí só escassamente nela se admitia. O episódio calamitoso era designado vulgarmente pela expressão: secas do Ceará.

Depois que a Constituinte de 1934 fez incluir na Carta Magna desse ano o art. 177, a área acima referida sobremodo se dilatou.

A lei número 175 de 7 de janeiro de 1936, denominada "Sampaio Corrêa", ampliou o campo da aplicação da quota constitucional instituída pelo diploma referido. Foi a região definida como o "polígono das secas", que se apresentou com uma área de 1.150.700 quilômetros quadrados.

Os constituintes de 1946 modificaram a redação do artigo da Carta de 1934. (14). Foi introduzida uma concepção nova: a da "denominada secas do Nordeste", o que sobremodo possibilita o aumento do âmbito para aplicação dos recursos nela estabelecidos.

Nas vésperas da promulgação da Carta Constitucional, pelo Decreto-lei número 9.857, de 13 de setembro de 1945, foi ainda uma vez alargada a área do polígono das secas. E neste momento transitam pela

(13) — Saturnino de Brito, "Jornal do Comércio" — 21 de agosto de 1957.

(14) — "Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União despenderá anualmente com obras e serviços de assistência econômica e social quantia nunca inferior a três por cento de sua renda tributária" (Art. 198 da Constituição de 1946). "A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte, obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União que despenderá, com as obras e serviços de assistência, quantia que não será inferior a quatro por cento de sua receita tributária, sem aplicação especial". (art. 177 da Constituição de 1934).

Câmara dois projetos que ainda a estendem mais. (15).

A tendência do legislador é ampliar a área contemplada, procurando estender os benefícios ao maior número de habitantes. Entretanto, por mais respeitáveis que sejam os propósitos dessa ampliação, ela se está processando em detrimento de soluções racionais e metódicas. É evidente a dificuldade de executar em todo o polígono — que é hoje de 1.150.662 km² — um plano sistemático e permanente de combate às secas.

A área mencionada na lei em vigor, mercê dos fatores atrás referidos, não é expressão rigorosamente técnica do teatro do problema. Resulta, antes, da força compressor de toda a sorte de interesses. Num estudo em que o problema tem de ser apresentado à Nação em seus exatos termos, não se pode fugir à menção desse fato: o atual polígono é antes uma delimi-

tação de sentido político. Certas áreas deviam ser excluídas, e outras abrangidas, à vista das características que elas apresentam de região semi-árida.

Há também a considerar a da superposição da área da Comissão do Vale do São Francisco, cuja ação também objetiva atenuar os efeitos das secas numa região de 600.000 km², dos quais cerca de 300.000 situados no polígono.

O Polígono das Secas abrange três das grandes regiões geográficas do país:

Nordeste Ocidental — Piauí.

Nordeste Oriental — Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Leste — Sergipe, Bahia, Minas Gerais.

Os quadros a seguir permitem fixar certos aspectos, quanto às áreas, condições demográficas e divisão administrativa.

ESTADOS INCLUIDOS NO POLIGONO DAS SECAS

ESTADOS	ÁREA — (km ²)		
	Total	Zona seca segundo a Lei n. 3.857, de 13/9/1946	
		Números Absolutos	% s/total da área dos Estados
Piauí	249.317	245.552	98,5
Ceará	153.245	153.245	100
Rio Grande do Norte	53.048	53.048	100
Paraíba	56.232	56.232	100
Pernambuco	97.016	82.406	85,0
Alagoas	28.531	12.972	45,5
Sergipe	21.037	12.290	58,4
Bahia	563.281	404.711	71,8
Minas Gerais	581.975	130.033	22,3
TOTAIS	1.903.732	1.150.662	60,9

(15) — Projetos ns. 3.092, de 1953 e 3.262, de 1953.

ESTADOS	POPULAÇÃO (Censo de 1/7/1950)			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km ²)		
	Zona seca			Zona		Zona Úmida
		Números Absolutos	% s/total	Seca		
Piauí	1.064.438	1.048.791	98,5	4,3	4,3	4,2
Ceará	2.755.868	2.730.868	100	17,9	17,9	—
R. G. do Norte ..	983.572	983.572	100	18,5	18,5	—
Paraíba	1.730.784	1.730.784	100	30,8	30,8	—
Pernambuco	3.430.630	2.073.205	60,4	33,4	25,1	93,5
Alagoas	1.106.484	337.693	30,5	38,8	26,0	40,4
Sergipe	650.132	282.206	43,4	30,9	23,0	62,0
Bahia	4.900.419	2.784.287	56,8	8,7	6,9	13,3
Minas Gerais ...	7.839.792	554.899	7,1	13,5	4,3	16,1
TOTAIS	24.442.089	12.581.305	51,3	13,6	10,9	18,2

MUNICÍPIOS INCLUIDOS NO POLÍGONO DAS SECAS

	% s/o total	
Municípios totalmente dentro do polígono das secas	342	61
Municípios parcialmente dentro do polígono das secas	55	9,9
Totalmente fora do polígono	162	29
	560	100

Como foi anteriormente mencionado, três Estados (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) encontram-se totalmente incluídos no polígono; os demais o estão parcialmente.

As populações atingidas pela crise não estão em proporção às áreas afetadas de cada Estado. A densidade demográfica varia muito, e também as principais atividades da região. O Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Piauí têm a sua economia fortemente condicionada às secas. Enquanto que a Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Minas Gerais encontram seu principal apoio econômico em regiões sobre as quais não incide o fenômeno climático.

Entre os fatores de confusão, criando errônea impressão sobre a dificuldade do problema, está o da imensa área do polígono. Homens, mesmo entre os de alta categoria mental e social, examinando a questão menos atentamente, em face do milhão e cento e cinquenta mil quilômetros quadrados do polígono, ou mais de cem milhões de hectares, passam a julgar uma quimera "combater a seca em tão dilatada área". É um conceito, aliás encontrado em livros, publicações e estudos de vários tipos.

Cumprе, portanto, esclarecer que não se terá de irrigar toda essa imensa extensão, nem de captar, para tal fim, água por meio de adagem. A sua linha delimitante

circunscreve, na verdade, regiões geo-econômicas do mais variado tipo. Não correspondem elas à classificação de zona estritamente semi-árida, de acordo com o conceito universalizado, em que a escassez de chuvas é um fenômeno anual. São regiões em que, em noventa anos de cada século, há chuvas normais. E tal situação de relativa escassez não se processa em todo o ecúmeno. Na realidade, há no polígono, uma variada gama de situações climáticas, e nem todas as quais a economia está na estrita dependência do suprimento artificial de água, seja porque em algumas delas as chuvas são suficientes, seja porque outras são destinadas a determinados tipos de exploração com lavouras xerófilas, que se adaptam à ecologia da região.

Na bacia do São Francisco, que, como acima dissemos, compreende cerca de seiscentos mil quilômetros quadrados, dos quais mais da metade dentro do polígono, há também vasta rede de rios permanentes, desde o principal curso d'água até os seus menores afluentes, alguns irrigando terras das mais férteis do país, com precipitações normais em todos os tempos. Há também a região das serras, que agem como grandes condensadores de umidade, quando dispostas em condições favoráveis em relação às correntes aéreas, o que constituem verdadeiros oásis, recebendo em média mais 1.000 milímetros de chuva por ano.

Este rápido esboço permite situar o problema em seus exatos termos: apenas uma parte do polígono tem de contar com água acumulada para o seu aproveitamento econômico.

Mas, se a dificuldade desse modo se restringe, o caso assume, de outro lado, aspecto que, não sendo aí peculiar, tem características pouco conhecidas, conforme se verá no decurso desta exposição.

Em termos gerais, o polígono das secas pode ser definido como um arquipélago composto de grandes ilhas semi-áridas e de outras, também grandes, possuindo condições perfeitamente normais para a vida

animal e vegetal. Outro fato que é importante assinalar desde já, antes de descrevermos, com alguns detalhes indispensáveis para o entendimento da matéria, as diversas regiões que constituem o polígono, é que elas se compõem de dois grandes setores: o dos rios periódicos, intermitentes, cursos d'água que "cortam" constituindo o nordeste clássico das secas e o que dispõe, como um grande eixo, de um rio perene — o S. Francisco — para o qual convergem numerosos formadores, também permanentes, detanhando uma grande rede natural de irrigação. Essa classificação deve ser entendida em sentido muito geral. No setor dos rios periódicos encontram-se alguns perenes, tais os da região do Cariri e o Parnaíba, e no da região Sanfranciscana, rios que "cortam", como certos afluentes situados no Estado de Pernambuco, o Moxotó, o Pajeú, etc. São, assim, duas grandes divisões: setor nordeste e setor leste, conforme serão doravante indicados, para simplificar.

Dada, assim, essa primeira visão do teatro do problema, apresentaremos nos capítulos seguintes certas outras características, nem sempre conhecidas em seu exato sentido.

4 — O SOLO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Convém determo-nos no exame das relações do solo com os problemas em estudo, deixando de lado os aspectos comuns às demais regiões do país.

De modo geral, salvo em formações sedimentares, nas margens de certos rios, e em limitadas áreas das serras, o polígono se compõe de terras rasas, que não podem acumular água pela sua pouca profundidade e constituição, onde a rocha ainda não decomposta aflora à superfície, criando dificuldades para o seu aproveitamento e impedindo certas técnicas como o "dry farming", adotadas em solos profundos de outras regiões semi-áridas do globo. Este ponto merece especial destaque, pois tem sido ori-

gem de conceitos errôneos quanto aos métodos de trabalho agrícola no polígono.

Outra característica é a tendência à salinização, a denominada "salga da terra". Os sais dissolvidos pelas águas de chuvas ou da irrigação penetram no solo e retornam à superfície, onde se acumulam. A evaporação rápida causada pelo calor e pelo vento vai deixando na terra uma concentração salina cada vez mais forte. Quando atinge certo grau, impede a vida das plantas.

O fenômeno é corrente nas regiões semi-áridas, e existem centenas de quilômetros quadrados, no cinturão tropical do planeta, que a salga estragou; e o mesmo se está verificando no Nordeste. O fato é, porém, desconhecido nas regiões do país de pluviosidades regulares, e daí, uma das causas de confusão.

O controle da salinização no polígono é uma das tarefas mais sérias e difíceis da agronomia. Depende da ação vigilante dos técnicos, e sem ela toda a obra de açudagem e distribuição de águas será, não só perdida, mas até contraproducente. A drenagem, facilitando o escoamento das águas carregadas de sal é uma dos meios indicados. Mas os solos rasos — que são regra do sertão — impedem a drenagem profunda, o que torna difícil o combate à salga. O controle da salinização é feito pela verificação do sal levado à terra pela água de irrigação e do retirado pela água de drenagem. A entrada do sal e sua saída têm de ser acompanhadas pelo exame das camadas do solo.

O centro de pesquisas agrônômicas do Departamento de Obras Contra as Secas, o Instituto José Augusto Trindade, possui neste sentido notável aparelhamento, dispondo de um dos melhores lisímetros do continente e de uma experiência já prolongada, colhida de milhares de experimentos de solos salgados. Tudo indica que o controle da salinização, desde a escolha dos locais para açudagem, das ter-

ras a irrigar e da condução da irrigação, tem de ser conduzido com supervisão rigorosa, sob pena de completo fracasso, conforme já demonstrado pela experiência.

Durante muito tempo, a salinização foi mal conhecida e até contestada. Hoje, entretanto, a matéria entrou no conhecimento corrente e constitui uma das mais valiosas aquisições da nossa ainda incipiente irrigação no Nordeste. Sua importância é tal que todas as medidas sobre o aproveitamento do solo terão como ponto de partida impedir a inutilização das terras pela salga.

Outro aspecto a salientar é a alta fertilidade dos aluviões fluviáteis do setor nordeste, que se situam entre as melhores terras do país. Este conceito, que se tornou conhecido às primeiras análises de certos aluviões, está hoje confirmado por milhares de análises realizadas por ocasião do levantamento agrológico das diversas bacias da região.

Mas não basta que as terras sejam quimicamente férteis, elas devem possuir ainda qualidades físicas quanto à permeabilidade e drenagem. Um exemplo é o caso da dessalinização. Para tal objetivo, a dose d'água não pode ser pequena e a drenagem terá que dar escoamento às águas de lavagem e que baixar o lençol subterrâneo para além de 2 metros. (16) Daí o conceito fundamental: para efetuar a irrigação no nordeste o homem tem de fiscalizar permanentemente dois fatores: as condições do solo e o funcionamento da drenagem.

O estudo e a vigilância fazem, pois, da lavoura irrigada uma ocupação absorvente e delicada, que exige do irrigante preparo e qualidades especiais. Por isso, nos grandes açudes, que exigiram esforços enormes de ordem financeira e técnica, os sistemas de irrigação não devem funcionar sem estarem devidamente instalados e organizados. Ocorrendo apareci-

(16) — Guimarães Duque: "Solo e água no Polígono das Secas" (2ª ed.) Pub. n. 149 — Série I-A, do DNOCS.

mento de manchas salgadas, se não forem corrigidas com cargas de gesso, se a drenagem não estiver completa e a fiscalização rigorosa, o solo tornar-se-á tóxico e o irrigante ver-se-á expoliado da terra que não soube gerir.

Conclui-se que os chamados trabalhos pré-agrícolas: a terraplenagem, os canais de irrigação, a drenagem etc., que asseguram o bom funcionamento da irrigação, têm de ser considerados na legislação de combate às sêcas, que, ao lado do aproveitamento das terras, terá de considerar o sistema de exploração dos grandes açudes. O solo aí tem de ser apreciado especialmente pelo seu valor social, e não pela rentabilidade da propriedade individual.

Extensas áreas deste tipo (aluvios) são ocupadas por lavouras de algodão ou por carnaubais, oiticica e outras culturas. Torna-se, assim, ainda mais restrito o espaço que pode ser destinado a atender à necessidade primordial da população, que é o problema alimentar.

Cabe aqui menção ao solo das áreas não compreendidas nos baixios, aluvios e bacias de irrigação, e que não os das caatingas e das serras, e também do agreste.

A erosão, determinada por diversos fatores naturais, reduziu de muito as qualidades dos solos, em especial os das caatingas, já por si pouco profundos e de natureza adversa.

A ação perturbadora do homem, desde os primeiros tempos da ocupação do território, tem exercido verdadeira depredação, alterando o equilíbrio entre vegetação e solo, que nas regiões semi-áridas é de importância vital para que não desapareça a capacidade produtiva da terra.

Nas épocas de chuvas razoáveis, as melhores manchas são cultivadas com cereais e outras lavouras de subsistência. Mas, é para o cultivo de xerófilas que tais solos se devem destinar, pelas suas condições intrínsecas e pelas condições pluviométricas, higrométricas e de insolação. Toda uma gama de solos,

de diversos tipos, estrutura e formação, pode ser registrada nos tabuleiros, cerrados, serras, agreste e caatingas, onde são realizadas as mais variadas lavouras, de subsistência e industriais. Impõe-se o seu policiamento para impedir a degradação, pelos métodos insensatos de trabalho. Mas é sobretudo para as terras irrigáveis, que se deve atentar com maior cuidado, pela sua alta significação social e econômica.

Os solos do polígono — quer do “nordeste” quer do “leste” estão mal estudados. Com exceção das bacias de irrigação, onde o estudo está sendo cientificamente conduzido pelos agrônomos do Instituto José Augusto Trindade, através de cerca de trinta mil análises, as demais áreas anquadraram-se no conceito geral dos solos brasileiros, dos quais existem estudos apenas em pequenas manchas, em reduzidas regiões do país. Um grande esforço deve ser feito neste sentido, sendo de lembrar os métodos modernos de levantamentos geofísicos, que servirão para dar aos técnicos e aos homens do Governo uma primeira orientação sobre a matéria.

Toda a ênfase que, numa política orgânica de combate às sêcas, for dada ao conhecimento dos solos do polígono, terá repercussão altamente benéfica. O Instituto José Augusto Trindade tem procurado sistematizar a classificação dos solos nas bacias de irrigação. Foram distribuídos em seis categorias, que apenas vamos mencionar sem descer a detalhes, tendo em vista sua necessária interferência com o problema da apreciação das glebas. Trata-se de uma primeira aproximação. São elas: aluvião, massapé, salão, tabuleiro, várzea e arenoso, e distribuídos em classes de acordo com o esquema abaixo:

Solos de 1ª classe para irrigação — aluvião, fluvial e argiloso.

Solos de 2ª classe para irrigação — massapé, aluvião, argiloso e salgado.

Solos de 3ª classe para irrigação — aluvião salgado, várzea, massapé salgado e tabuleiro.

Solos de 4ª classe para irrigação — tabuleiro cristalino.

5 — REGIÕES E TIPOS ECOLÓGICOS

Já nos referimos à formação complexa do polígono das secas, constituído de um conjunto de áreas que se diferenciam pela formação geológica, altitude, clima, revestimento vegetal e outros atributos naturais. É de fundamental importância a apreciação de cada um dos tipos ecológicos em que eles se podem classificar, a fim de determinar qual a sua destinação económica, para que contribuam harmonicamente no desenvolvimento regional e se tornem capazes de resistir aos efeitos das secas.

Numerosas tentativas têm sido feitas, desde os primeiros naturalistas que percorreram o polígono e os que sucessivamente trataram da matéria, para alcançar uma classificação adequada; mas ainda não foi possível estabelecer a sistemática perfeita que atenda à variedade que o caracteriza. (17)

Vamos, por isso — e para o caso é suficiente — ater-nos às denominações usuais: litoral, mata, agreste, caatinga, sertão e serras. Incluímos na descrição que se segue, o litoral ou zona praieira, porquanto o polígono se estende até o oceano em alguns de seus trechos, e também a zona da mata que, embora não compreendida em seu âmbito, representa um dos pontos de apoio para o combate às secas.

LITORAL

A orla marítima apresenta-se, em geral, baixa no Nordeste, de constituição predominantemente arenosa, sendo as suas maiores elevações constituídas por dunas, às vezes

movediças, e também por tabuleiros, como acontece no litoral paraibano. A vegetação típica é de coqueiros e de mangues, que invadem os rios espraiados e as lagoas.

O coqueiro, (*cocos guicifera* L.) não sendo vegetação nativa, é um dos traços mais característicos da paisagem litorânea do Nordeste, cujas praias são a principal área de localização dessa palmácea no Brasil, que aí se desenvolveu mercê de condições especiais do solo (presença de cal). É ainda de salientar outro aspecto típico da zona litorânea. Pela escassez da água no solo e intensa evaporação dada a grande insolação e livre incidência dos ventos, encontra-se aí vegetação xeromorfa, como nas regiões semi-áridas. (18)

Largo trecho dessa região encerra alguns dos chamados vales úmidos característicos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que representam uma das "zonas complementares" mais importante para o combate organizado contra os efeitos da seca.

A zona praieira, ora se estreita a poucas centenas de metros, ora se alarga por alguns quilômetros, principalmente na Paraíba e Alagoas. Nela estão localizadas as salinas, graças às condições especiais da topografia e à prevalência de tempo seco e de vento forte e constante, no período de safra salina.

MATA

A zona da mata, que deriva seu nome da cobertura de florestas existentes em outros tempos, mas em muitos casos já desaparecidas, "caracteriza-se pela estrutura do solo argiloso, profundo, rico em umidade, por uma atmosfera úmida e pesada, e ainda por um regime pluviométrico favorável às formações vegetais de tipo higrofilo". (19)

(17) — Mencionamos especialmente, a este propósito, os continuados estudos realizados pelo IBGE, dos quais nos temos frequentemente servido.

(18) — Lindalvo Bezerra dos Santos — "Estudo Esquemático da Vegetação do Brasil" — Boletim Geográfico — Anexo IX, n. 104.

(19) — Vasconcelos Sobrinho — "As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio com a Civilização" (Livreria Freitas Bastos).

É a região típica da cana-de-açúcar. É a faixa açucareira do Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, etc.). Em forma de ilhas no interior da caatinga existem alguns pontos conhecidos como "brejos", que são zonas úmidas, de vegetação igual à da mata, e cuja produção agrícola é beneficiada por essa circunstância.

A mata constitui no Nordeste um prolongamento da grande faixa das florestas orientais brasileiras que, partindo de São Paulo, segue para o Norte, numa largura de 70 km em Pernambuco e não chega quase à Paraíba. (20) Assim, o Ceará é inteiramente desprovido de zona da mata. As matas existentes no Ceará constituem apenas limitadas formações, localizadas em vales e serras que lhe são propícios. São elevações isoladas, sem interligação com o grande maciço das florestas orientais, partindo do Sul, ou das grandes florestas que do Amazonas alcançam o Piauí. (21)

O mesmo ocorre no Rio Grande do Norte e na Paraíba, sendo aí a ausência de matas minorada pelos vales úmidos dos rios permanentes, que criam condições propícias à agricultura. Estes fatos são de particular relevância e explicam as circunstâncias que no período de crises, se agravam no Ceará, pois que não têm uma costa marítima com vales úmidos.

Na Paraíba, onde não chegam as faixas das florestas orientais brasileiras, a região açucareira, situada na zona da mata, estende-se pela "várzea" que, com os "tabuleiros", constitui a zona intermediária entre o litoral, de uma lado, e o agreste e a caatinga, de outro. Na zona da mata as chuvas podem alcançar até 2 metros por ano descendo a 1.750 m e até 1 metro, conforme o afastamento do litoral.

A mata e o brejo apresentam para a condução do problema singular importância sob o aspecto econômico e social; regiões econô-

micamente desenvolvidas de agricultura industrializada, como a açucareira e de indústrias e comércio comercial, desempenham singular função nas crises das regiões semi-áridas. Exercem o papel de "volante" na mecânica do problema, ajudando a absorver a mão-de-obra desocupada na época das secas. Essa a explicação de poder Pernambuco, com 85% de seu território na região semi-árida, enfrentar as crises climáticas muito melhor que outros Estados.

AGRESTE

Entre as regiões úmidas, de precipitações regulamentares, permitindo uma agricultura estável, que são a mata e o brejo, encontra-se uma zona intermediária, que é o agreste, com menor regularidade de precipitações, sujeita à estiagem.

A vegetação do agreste participa de algumas características xerófilas (22) do Nordeste, entre elas a de manter a vida em meios de baixa pluviosidade ou extremamente secos. Apresenta-se em formações dispersas, sem a aglomeração típica das matas. Nela se encontram quando não foi degradada pela intervenção do homem com suas derrubadas e queimadas — árvores de grande porte. As cactáceas, embora sem exclusividade, estão sempre presentes. Formam-se pastos arbóreos, dos quais se beneficia amplamente a pecuária.

Ao contrário do da mata, o seu solo não é profundo sendo entretanto menos raso do que o do sertão. A sua pluviosidade média é de 800 a 1000 mm anuais, favorecida pelos ventos úmidos do oceano. (23) Participa, assim, em certo grau, do regime higrométrico da mata e do litoral.

Isso explica a sua participação intensa na lavoura de subsistência, constituindo-se em Pernambuco o celeiro do Estado, e sendo na Bahia e no Ceará, onde o agreste vem

(20) — Vasconcelos Sobrinho — Ap. cit.

(21) — Vasconcelos Sobrinho — Ap. cit.

(22) — Xerófilo — O ser vivo que vive bem nas regiões secas.

(23) — J. Duque — ap. cit. pág. 31 — (2ª ed.).

quase ao litoral, zona de eleição para a cultura da mandioca. Iguais possibilidades apresenta para a pecuária, conforme mencionamos, com os pastos arbóreos. (24) Assim, nas árvores e trepadeiras o gado encontra seu alimento. As árvores, porém, são principalmente leguminosas, e seus galhos pendentes, peçados de folhagem nova, aparecem desde o início das chuvas, dando ao criatório farta "rama". E o gado desenvolve-se aos pulos, enche-se de carnes e lustra o pelo, farto de proteínas das mil leguminosas, e medicado pelas vitaminas e hormônios dos brotos novos recém-formados; em breve toda a impressão cadavérica do período das secas desaparece. (25)

Cumprido recordar que não há um agreste típico. Variam muito as suas condições na extensão do ecúmeno; diferencia-se, por exemplo, o agreste pernambucano, onde a produção agrícola e a densidade demográfica são consideráveis, do agreste do Piauí, que mais se aproxima das características fortemente xerófilas das caatingas.

A importância do agreste é de excepcional relevância, pelas possibilidades que apresenta a um programa de elevação econômica, como área de abastecimento permanente de produtos de subsistência, de fruticultura, de pecuária e de avicultura.

Para avaliar a sua função na economia do polígono, basta citar o caso de Pesqueira, Estado de Pernambuco, onde se está processando, em larga escala e nos mais modernos moldes, uma das maiores culturas de tomate do mundo.

CAATINGA

O papel de excepcional relêvo, que a caatinga representa no problema das secas, revela-se, desde

logo, no fato de que ocupa cêrca de 700 mil quilômetros quadrados do milhão e 115 mil da área do polígono. Convém, portanto, dar-lhe o mais atento tratamento, acompanhando as peculiaridades que lhe são próprias. (26)

Sem entrar em controvérsia e minudências, descabidas numa apreensão de ordem econômica, podemos definir caatinga como "um conjunto de arbustos e árvores, densas, baixas, retorcidas, de aspecto seco, de folhas que são pequenas e caducas no verão para que a planta seja protegida contra a desidratação pelo calor e pelo vento, e, por fim, de raízes muito desenvolvidas, grossas e penetrantes". (27)

O solo é silicoso ou sílico-argílico, muito seco, raso, pedregoso, quase sem humus, pobre de azoto, mas que, logo às primeiras chuvas, apresenta uma pujante vegetação.

A vegetação de caatinga, sofrendo o tremendo impacto de condições adversas, cria formas de resistência que são interessante exemplo de capacidade de adaptação. A densa cobertura de sua vegetação (catigueiros), acácias, umbuzeiros, maníobas, macambiras, cactáceas, pereiros, etc., protege o solo no inverno com a sua folhagem verde, e no verão cobre-o de folhas fenadas. Para compensar a perda d'água, dada a estreita dependência dos três fatores: solo-temperatura-umidade, estabelece-se como que uma simbiose da flora com a atmosfera e a terra. O vegetal reduz a superfície folhear, reforça a cutícula, recobrando-a, em muitos casos, de cêra, e torna-se espinhento. Cria, assim, uma verdadeira agudagem de reservas alimentícias, ao transformar as raízes, tubérculos e xilópodos em inúmeros pequenos armazéns de fécula. Isto explica porque os xerófitos (28) que na estia-

(24) — Vasconcelos Sobrinho — ap. cit. pág. 47.

(25) — Vasconcelos Sobrinho.

(26) — O nome da região, de origem indígena, significa "a mata rala, pouco fechada."

(27) — José Guimarães Duque — "Solo e Água no Polígono das Secas", pág. 21. (Publicação n. 149 do DNOCS).

(28) — Xerófilos — planta da região seca.

gem apresenta sinais de tremenda decadência, às primeiras chuvas, recuperam, numa como explosão, seu revestimento de folhas.

Dos grandes tipos de vegetação do Brasil, é a caatinga, sem dúvida, o mais heterogêneo, sendo nela incluído grande número de formações e associações vegetais. O fenômeno mais generalizado, e que por isso é mencionado em primeiro plano, é a completa perda de folhas da quase totalidade das espécies durante a estação seca. Exceutam-se a Jurema, o Umbú e poucos outros exemplos. Também é geral a inexistência de vegetais de folhas longas, predominando as de folhas compactas, os de profusa ramificação e abundantes em rebentos e as plantas espinhentas.

As plantas, na sua adaptação, chegam a adquirir gradativamente a capacidade de formar tubérculos nas raízes, como se pôde notar com a mucana. Observações recentes permitem concluir que o mesmo ocorre com o algodão mocó, cujas fibras são tanto melhores quanto mais desenvolvidas as raízes. (29) O vegetal como que está ensinando ao homem o processo de sua adaptação ao meio, o que tem de ser realizado pelo equilíbrio entre períodos excedentes e deficientes, com a criação de reservas alimentares.

Pela natureza do solo, sem profundidade e até excessivamente raso, pelo regime de distribuição de água da evaporação, pela diferenciação da temperatura diurna e noturna, deixando que sobrevivam, e até prosperem, vegetais adaptados a tais condições, e pela impossibilidade de armazenamento d'água no solo, ocasionada pela sua composição e relevo, a caatinga tem de ser encarada como centro de explora-

ção xêmica, isto é, de atividade adaptada à semi-aridez. Todas as medidas, no método de preparar a terra, na escolha das culturas, nos problemas da pecuária e em todos os demais de ordem econômica, social e financeira, têm de visar aquele objetivo (30).

Muitos erros têm sido cometidos pelo desconhecimento, e às vezes pela proposital indiferença, determinando soluções inadequadas à caatinga, compreendida como relevo integrante a formosa região do Seridó, que é "habitat" de uma das mais valiosas fibras de que a civilização moderna dispõe — o algodão Mocó. Deverá ela constituir-se em rico manancial de matérias-primas vegetais de tipo tropical, que, apesar dos sintéticos, são ainda avidamente desejados pela civilização em nossos dias, pois convém lembrar que o seu suprimento, pelos velhos produtores africanos se vai tornando precioso.

Algumas dessas matérias-primas estão já em exploração, como a carnaúba, o algodão mocó, a manihoba e outras mais recentes, como o caroá, o sisal e a oiticica. Outras ainda há de imensas probabilidades, como o faveleiro, fonte de óleo de grande possibilidade. As palmáceas, abundantes em extensas regiões, notadamente no Nordeste ocidental, são uma valiosa riqueza a explorar — das quais algumas espécies, as orbignias (babaçu) integram, como foi dito, a maior reserva nativa de oleaginosas vegetal de todo mundo.

SERTÃO

Existe certa dificuldade em definir exatamente o "sertão", conforme foi apontado, há muitos anos, por Saint Hilaire. O próprio Euclides da Cunha, na sua obra, "Os

(29) — Agrônomo Carlos Frias. Apud. "Solo e Água no Polígono das Sêcas", de J. Guimarães Duque.

(30) — A ecologia, pelos seus fatores preponderantes, o solo, o clima, o relevo, está indicando o caminho a seguir no aproveitamento dos recursos econômicos desse setor. O seguinte exemplo o poderá pôr em evidência. O homem, para enfrentar a temperatura do solo, a sua aspereza, e os espinhos da vegetação rasteira, adota comumente a alpercata, o que constitui uma exceção entre a população rural brasileira. São também de uso generalizado para o vaqueiro, o chapéu de couro, o gibão, as luvas, as pernas com "guardas pés" e em alguns casos o revestimento encourado para o animal que cavalga.

Sertões", não definiu o termo que lhe serviu de epígrafe. Na imprecisão da linguagem popular, é a região de costumes primitivos, desprovida de recursos.

Começou, porém, desde algum tempo a buscar-se um sentido mais preciso, e vai se generalizando nos meios científicos uma noção mais limitada para a expressão, conforme as características de flora, climatologia e relevo do solo, que, em seu conjunto, configuram a região.

A noção se vai, assim, fixando na terminologia geográfica, em meio às interpretações diferentes que ainda suscita.

Quanto ao Nordeste, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na sua "Divisão Regional do Brasil", estabeleceu para a região semi-árida, dois tipos ou duas subdivisões: o "sertão hipoxerófito" e o "sertão hiperxerófito". E segundo a descrição de um conceituado conhecedor dessa parte do nosso país, "é a região mais quente, de solo duro e pedregoso, onde o gneise, o granito e o selenito afloram aqui e acolá, com vegetação mais rala ou menos densa do que a da caatinga. Sua altitude vai, em geral, de 200 a 300 metros não chegando porém a 400 metros. Sua vegetação típica varia nos baixios e nas colinas, sendo de aluviões o solo daqueles, e secos nestas últimas. Existem aluviões de beira de rio que inundam na época das enchentes, e sua formação é mais dura, mais profunda, heterogênea na composição mineral, produzindo densa vegetação.

"Os aluviões do sertão são os solos mais férteis e menos secos do Nordeste. São os produtores de milho, feijão, arroz e bananas" (31). "Do ponto de vista climático, o sertão hipoxerófito está sujeito às secas periódicas. As chuvas ocorrem, com mais abundância, no verão. A pluviosidade média varia em geral, de 600 a 800 mm, recebendo as regiões mais elevadas, chuvas em maior abundância, entre 800 a

1.000 mm. (Pág 60 da "Divisão Regional do Brasil-Nordeste"). "O Sertão hiperxerófito é quente e seco. É aí que se faz sentir, de modo mais agudo, a escassez das chuvas, recebendo, em grande parte, menos de 700 mm anuais. A reduzida pluviosidade é ainda agravada pela má distribuição das chuvas. (Página 72 da mesma publicação). A temperatura média varia pouco, em torno de 27° C. Mas as precipitações são incertas, indo do seu completo desaparecimento (estiaagem e seca) até as violentas chuvas, que assumem proporções cataclísmicas. A altitude tem especial importância na variação das temperaturas. Ao contrário do que acontece com as das caatingas, em que as grandes diferenças entre a diurna e noturna criam ambientes adequados para a vegetação que lhe é própria, elas apresentam no sertão oscilações pouco acentuadas. Do fator-altitude decorre também a situação peculiar dos cursos d'água, criando condições favoráveis a formações aluvionais e à irrigação.

Os rios são aí periódicos, de regime torrencial, agindo como verdadeiras "calhas" no escoamento das precipitações maciças que, não raro, se despejam em limitado espaço de tempo, determinando inundações por vezes destruidoras. As bacias fluviais constituem os locais especialmente eleitos para a irrigação pela acudagem, ou por meio da elevação d'água pelo bombeamento, ou de sua retenção pelas barragens submersas, do que trataremos depois. Do conveniente aproveitamento das hacias hidráulicas e das bacias irrigáveis, quando estes dois fatores se encontrem reunidos em condições favoráveis, é que depende o suprimento d'água necessária à vida vegetal e animal da região, na zona de rios periódicos. Por isso, o "sertão" adquire grande relevo no problema de combate às secas, neste setor do polígono.

Para os efeitos deste trabalho, o "sertão" compreende as áreas

(31) — Guimarães Duque — Publicação n. 149 do DNOCS, Serviço Agro-Industrial, pág. 26.

que apresentam as seguintes características:

a) altitudes que vão de poucas dezenas de metros a 200 e, excepcionalmente, até 400 metros;

b) temperatura sem grandes oscilações diurnas e noturnas, e cuja média é de cerca de 27° C. (32);

c) precipitações que se situam em torno de 700 mm, com distribuição irregular (33) não só quanto à duração mas também quanto à extensão de sua incidência, e que nas grandes estiagens cíclicas se reduzem ou se anulam, ocasionando as sécas na sua plena intensidade;

d) solo raso, com exceção das bacias dos rios, onde é mais profundo em virtude da sedimentação;

e) relevo topográfico determinando a existência de "calhas", que são os cursos d'água intermitentes, e onde se constituíram bacias de terras férteis, propícias à irrigação de diversos tipos, mas em extensões limitadas em relação à área do polígono.

SERRAS

As "serras" do Nordeste, além da influência amenizadora do clima, que é própria dos acidentes orográficos, exercem aí uma importante função que as torna um dos mais valiosos apoios da economia da região. São coletores da umidade trazida pelos ventos marítimos, os aliseos, quando situadas perpendicularmente à direção destes. Encontrando obstáculos da serra, eles são barrados e elevam-se na atmosfera até as camadas mais frias, que provocam a precipitação da água de que vêm carregados, sob a forma de chuva ou neblina.

É o que ocorre, com o "brejo" paraibano, região privilegiada do Estado, onde se desenvolve próspera atividade policultural.

Outro exemplo é a serra do Araripe, que se eleva entre os Estados

do Ceará e Pernambuco. Constituída de arenito poroso, qual esponja, as águas da precipitação que nela se infiltram são retidas pelas camadas impermeáveis de argilas. Sendo essas inclinadas, o declive favorece o escoamento para o Estado do Ceará, e criou-se, assim, no sopé daquela serra, um verdadeiro oásis: o Cariri. Situado no alto do sertão mas beneficiado por cursos d'água permanentes, alimentados por fontes nascidas no arenito do Araripe, apresenta um alto grau de prosperidade. Enquanto isso, as terras do lado de Pernambuco, pela disposição desfavorável das camadas retentoras, não são assim beneficiadas. A serra do Araripe, segundo estudos do saudoso mestre da geologia brasileira, Euzébio de Oliveira, contém nos seus arenitos imensa reserva d'água, cujo volume chega a se comparar ao da baía de Guanabara, concluindo que pode ser qualificada como "açude suspenso", dos maiores do mundo.

Nela as reservas d'água estão acumuladas há milênios, na opinião de geólogos, e se estão renovando continuamente pela infiltração da água da chuva.

É, pois, indicado, mediante estudos, o seu futuro aproveitamento por meio de galerias filtrantes subterrâneas, prática corrente em Marrocos, espécie de túneis de declividade branda, que vão buscar, às vezes, muito longe, no interior das montanhas, as águas dos lençóis nelas existentes.

O Ceará tem cerca de 155 serras. Algumas são centros de grande atividade econômica. Dentre elas, citamos a de Baturité, onde lavouros cafeeiras, graças ao sombreamento por leguminosas, se mantêm produtivas há mais de 120 anos, e onde o arroz é plantado em plena encosta, seguindo os mais fortes aclives. Ainda, no Ceará, é importante a serra da Ibiapaba, (34) com

(32) — A Região é atravessada pela isoterma anual de 27° C.

(33) — Os regimes de chuvas não são os mesmos para todo o ecúmeno, e o da região semi-árida não é bem definido. Ver a explicação do capítulo: Climatologia.

(34) — Na serra da Ibiapaba, entre o Ceará e o Piauí, existe imensa chapada de cerca de 200 quilômetros de extensão, e das regiões mais pluviosas do Ceará, com vários cursos d'água perenes.

engenhos de cana-de-açúcar, culturas de café e frutos. Em Pernambuco, um exemplo a mencionar é a serra do Triunfo, onde as lavouras de café, de cana, de fruticultura, constituem um verdadeiro oásis na caatinga semi-árida.

Apesar de suas áreas limitadas, a "serra" apresenta, na agropecuária do setor norte do polígono, um instrumento econômico particularmente valioso. A conservação de suas reservas florestais, o amparo da agricultura, notadamente a do café protegido pelo sombreamento, e da fruticultura, são pontos altos de qualquer programa que se organize para uma política de desenvolvimento nordestino.

As regiões ecológicas descritas constituem, em área e importância econômica, os mais relevantes setores fitogeográficos do polígono das secas. Outros não se encontram, tais como "os serrados" e "as chapadas", que, embora ocupando áreas extensas, constituem tipos ecológicos economicamente marginais.

O que foi mencionado parece ser suficiente para o encaminhamento das soluções a serem examinadas adiante.

6 — A PROPRIEDADE RURAL

O regime de propriedade rural no polígono das secas, pelas suas peculiares condições e variedades, tem sido alvo de grande confusão. De fato, nessa vasta região, que abrange quase a oitava parte do território brasileiro, verificam-se diversas formas de propriedade. Ali se encontram, desde as "terras em comum" (sistema de propriedade comunal, indivisa, própria para o criatório ultra-extensivo), até o latifúndio individual, como também o minifúndio, que se traduz em uma tal subdivisão da gleba que sua exploração não é mais lucrativa pelos métodos normais.

Em outras regiões, através das diversas etapas da civilização, contribuíram para a ocupação do solo

a pressão demográfica, a fertilidade da terra, as condições climáticas e as facilidades de comunicação. No Nordeste semi-árido, entretanto, a água foi o grande fator determinante da apropriação. Onde as precipitações meteorológicas se apresentam com mais regularidade ou o suprimento pôde ser obtido por outros modos, a população se adensou. Nas regiões em que a água é escassa, pela ausência de chuvas ou de fontes permanentes para o homem e para os rebanhos, essa circunstância tem obstado a ocupação da terra, e nela ocorre, às vezes, um rareamento demográfico dos mais acentuados do país.

Como exemplo de concentração, pode ser mencionada, pelas suas condições características, a região do Cariri, no Ceará, a qual, situada no mais fundo sertão, em ponto bem distanciado do litoral, de transporte difícil na época de sua ocupação, apresenta municípios de mais alta densidade do Brasil, de propriedade fortemente subdividida e intensamente cultivada. É que as condições criadas pela natureza, com a umidade proveniente da Serra do Araripe, permitiram uma acumulação demográfica com todas as conseqüências dela decorrentes. Ai se pratica intensamente a agricultura, e já se vem notando o uso de métodos racionais, em virtude da presença de uma série de rios pequenos, mas perenes.

A correlação entre o povoamento e a água é ainda verificável na região litorânea do Ceará. Não é ao longo do Oceano, mas um pouco para o interior onde o terreno adquire regular altitude, que mais se condensou a população. De fato, a orla litorânea é pouco mais povoada que o sertão, ao passo que determinadas encostas das serras apresentam densidades elevadas (33).

Outros exemplos de que a presença da água no polígono, condiciona a apropriação da terra, os temos no sertão baiano, na região sanfranciscana de Januária, em Santa Ma-

(33) — Maria Luiza da Silva Lessa — Distribuição da População do Estado do Ceará, em 1940. Conselho Nacional de Geografia.

ria, Barreira e Barra. De 4.792 propriedades rurais 26,6% têm áreas inferiores a 10 hectares. E ao lado de 1.324 de área até 9,9 hectares, há latifundiários que possuem 36 propriedades, totalizando 60.000 hectares. Essa disparidade está condicionada à presença da água.

E, fazendo contraste com o Cariri, temos os chapadões baianos, onde a escassez d'água só permite a pecuária ultra-extensiva, em regime de compáscuo, em que são necessárias dezenas de hectares para a manutenção de um bovino. (36)

A freqüência com que se apresenta a propriedade de áreas reduzidas na região do médio São Francisco tem expressão nas pequenas roças das vasantes, aproveitando os vales e as margens do rio principal e seus afluentes. São as glebas dos posseiros ou os lotes daqueles que trabalham nas áreas de regadio, cultivando-os ao máximo e utilizando intensamente a irrigação.

Junto aos rios e ilhas estão os granjeiros, com pequenas plantações de milho, feijão, bananas, melancias, aipim, que geralmente acompanham o abaixamento das águas do São Francisco.

A propriedade fracionada no polígono é característica da agricultura, ao passo que o latifúndio é mais adequado à pecuária ultra-extensi-

va. E, dos contrastes entre os fatores que aglutinam, ou não, a população, resultam arquipélagos de centros mais povoados entre zonas de fraca densidade humana.

Não é, portanto, a proximidade dos centros urbanos o que determinou ali a divisão da terra. O que acontece é que as margens dos cursos d'água apresentam condições próprias para maior concentração humana, pela possibilidade de cultura de vasante. (37)

No quadro que acabamos de esboçar encontra-se a justificativa dos depoimentos aparentemente contraditórios sobre a existência de latifúndios e minifúndios na área do polígono (38).

Com relação à pecuária, que é uma das bases da economia regional, a água é ainda fator predominante, pois tem de ser levado em conta para a manutenção do rebanho. A propriedade pecuária se mantém, em muitas regiões indivisa, pela necessidade de suprimento d'água, que existe às vezes num só ponto para toda uma vasta região. A utilização de "barreiros" e fontes d'água para o rebanho tem criado, às vezes, conflitos sociais graves. E o regime de criatório, à "solta", em terras por isso indivisas, não permite adotar métodos racionais

(36) — É o que ocorre com a Várzea da Barra, no sertão da Vasa Barris, mencionado pelo Dr. Luiz Vieira, conforme o trecho abaixo transcrito. "Na estrada que vai de Januária a Posse — passagem para Goiás — 20 léguas distante da primeira, há um lugar denominado "Várzea da Ema". É uma campina ampla, a perder de vista, arenosa e coberta de capim "agreste", semelhante ao panasco que cobre, na Bacia Média inferior do Vale, os tabuleiros Jeteriã e Floresta (Pernambuco) Glória (Bahia) e o Pôrto da Fôlha (Sergipe). Esses terrenos não têm preço, bem assim aqueles dos gerais de Januária e outros Municípios. Assim, no polígono, ao lado do imenso latifúndio, de centenas de quilômetros, abrangendo três Estados, encontraremos o minifúndio, cuja exploração chega a ser anti-econômica" — Comissão do Vale do São Francisco — Diretoria de Produção e Assistência — Levantamento Econômico Social dos Municípios de Januária, Santa Maria da Vitória, Barreira e Barra, por uma equipe de técnicos.

(37) — Não basta a presença do mercado Belo Horizonte continua a receber do Rio suprimento de banana, laranja, pelas péssimas terras para a agricultura que circundam a capital mineira.

(38) — Em depoimento prestado em sessão do Conselho Nacional de Economia, o deputado pela Bahia, Nestor Duarte e o senador pelo Rio Grande do Norte, Ferreira de Souza, asseveraram ou negaram a existência dos latifúndios no polígono das sécas, tendo em vista, cada um, os Estados que representam no Congresso.

e até elementares preceitos de zootecnia. (39)

Convém mencionar textualmente o depoimento prestado ao Conselho Nacional de Economia pelo deputado Nestor Duarte, representante da região, na Câmara Federal, pelos esclarecimentos que traz:

"No Nordeste cearense, como na Bahia, dois regimes em referência às terras se apresentam: um, que é o mais comum, em que existe a apropriação individual, em que o proprietário tem um título e ocupa realmente a terra, a cerca e delimita. Outro, é o regime que, na Bahia, se denomina de "terras em comum". Determinado titular adquire a posse da terra, e a propriedade quase sempre se circunscreve a uma casa e um curral, e nada mais; não tem ele a preocupação de delimitar a propriedade, até porque não pode construir o limite. Segundo as próprias condições de criação dessa região, o gado vive à solta, não existindo cercados ou tapumes para distinguir a propriedade. A água está quase sempre em lugares incertos; e assim, o que importa é assegurar, quanto possível, dentro do regime de propriedade privada, casa, curral e aguada, pois o mais pertence a todos. As pastagens são nativas. Importa conhecer também a flora do Nordeste, a fim de saber quais as forragens que melhor podem alimentar o gado. De modo que o regime de propriedade comum, se não anula, pelo menos muito, simplifica a questão de desapropriação de terras, pois seria necessário desapropriar ape-

nas a aguada, a casa e o curral. No nordeste da Bahia, há diferença na linguagem, para traduzir essa situação: em certas regiões as lavours são chamadas "japões", isto é, local onde fazem as lavours coletivas, em cercados, para distinguir de outros locais onde não existem cercados e o gado pode viver à solta. Quanto ao problema da propriedade de terra, há que se encarar seu destino agrícola. Assim, as terras destinadas à pecuária não podem ter o mesmo tratamento a ser dispensado às que se destinam à agricultura". (40)

A situação baiana é, aliás, parecida com as de outras regiões do Nordeste, quanto a áreas de criação pelo regime de "terras em comum". Assim, durante longo tempo dominou em Pernambuco o sistema de "travessão", no qual as zonas de pecuária e de lavoura estavam separadas por tapumes de várias naturezas. (41) Nestas terras de pecuária, a lavoura, existente em menor escala, é feita em terrenos cercados, para evitar a invasão do criatório, vivendo em regime de solta. Nas áreas de lavoura ocorre o contrário: a criação é encercada em pequenos cercados, por ser a lavoura a atividade dominante. Os "travessões" cortavam vários municípios, com léguas de extensão subindo e descendo montes e vales. É um sistema que tende a desaparecer, à medida que a terra se valoriza e vai tornando interessante a apropriação do solo, o que permite a adoção de melhores técnicas de pecuária.

(39) — Segundo uma autoridade na matéria, o Dr. Renato Faria, Zootecnista dos mais reputados do país e atual Diretor do Instituto do Nordeste, uma das razões do abastecimento dos caprinos naquela região é a sua criação em pastagens indivisas. A fêmea fecundada antes de sua maturidade fisiológica, tem o seu crescimento prejudicado pela verdadeira expropriação que sofre o organismo materno em benefício do feto, regra geral aliás, em biologia. Quando criados em regime de pastos divididos, com esta simples providência aumentam de peso e de valor, quer quanto à carne quer quanto à pele.

(40) — Depoimento ao Conselho pelo Deputado Nestor Duarte, em 26 de março de 1953, conforme notas taquigráficas deste Conselho.

(41) — O nome deriva de cercas de madeira, "fachinado" de pau roliço, sólidamente entrelaçado, com cipó ou pregos de tipo local. Outros modos de tapume são também usados, como os valados, as cercas de pedra solta e as sebes ou cercas vivas de ávelões, planta causticante peculiar à região.

Em toda a parte a determinante é a mesma: "no Nordeste a água é tão importante, que regula talvez 80 a 90% do valor da própria terra". (42) Assim, uma propriedade que dispõe de açude é altamente valorizada em relação a outras de igual acesso e fertilidade.

A influência da disponibilidade da água é de tal forma dominante que as propriedades, às vezes, se dividem em faixas com pequena largura e grande comprimento, de modo que todas sejam ribeirinhas, participando do acesso à região úmida. Em alguns casos, a divisão decorrente de várias sucessões, pulveriza literalmente a propriedade, como aconteceu no vale do alto Jaguaribe, onde foram encontrados lotes individuais de duas braças de largura por meia légua de fundo. (43)

O mesmo ocorre, no vale do baixo Jaguaribe, em cuja bacia, de acordo com o levantamento agrológico, aí feito, há cerca de seis mil proprietários, 8 com mais de 15 Ha, e apenas 3 com mais de 50 Ha. No vale do Açú, Rio Grande do Norte, a área total irrigável é de 12.000 hectares, distribuídos por 1.101 proprietários.

Temos, assim, pelo parcelamento decorrente das sucessões, a tendência ao minifúndio, do que se poderiam citar inúmeros exemplos nas bacias e nas regiões supridas d'água (vale do Cariri, Serras etc.). Em vez do latifúndio, nos defron-

tamos, pois, nas bacias das áreas irrigáveis, com o risco do minifúndio, economicamente improdutivo. (44)

Se considerarmos que, na região do polígono Nordeste a área irrigável é assaz reduzida, concluiremos que a gravidade do caso será ainda maior. E a pressão demográfica, devida à escassez de terras úmidas, será cada vez mais forte à medida que a terra, irrigada e tecnicamente tratada, tornar-se mais produtiva.

O panorama geral da situação peculiar do regime de propriedade na extensão do "polígono", que acabamos de traçar, permite-nos fixar certas medidas adequadas ao levantamento da economia da região.

Desde logo, convém considerar que, nas bacias irrigáveis, e, em geral, nas terras destinadas à agricultura, onde o latifúndio é praticamente inexistentes, é necessário evitar a pulverização da propriedade, e promover o reagrupamento das áreas diminutas, de modo a tornar possível a sua exploração em condições remuneradoras. Impõe-se, de outro lado, a revisão das propriedades de pecuária, para que o regime da indivisão das terras não continue a prejudicar a adoção das técnicas indicadas para o melhoramento dos rebanhos.

E, dado que a possibilidade da água condiciona qualquer espécie de aproveitamento econômico, conclui-se que no seu suprimento para

(42) — Depoimento do Deputado Alencar Araripe, no Conselho Nacional de Economia, no dia 26 de março de 1953. (Notas taquigráficas deste Conselho).

(43) — J. G. Duque — "Solo e Água no Polígono das Sêcas", segunda edição, pág. 161. O exame da bacia de um dos açudes, cuja distribuição de propriedade é bem conhecida, dará disso uma exata idéia. Trata-se da bacia de irrigação do açude São Gonçalo, no município de Souza, no Estado da Paraíba, a área irrigável, de propriedade particular, era de 2.994 Ha. Em 1950, a parte cultivável por já ter sido adaptada pela terraplenagem aos canais de irrigação, era de 2.442 hectares. A que dependia da terraplenagem, era de 551 hectares.

Pela relação de propriedades, verifica-se que a maior tem 446 hectares ou cerca de 90 alqueires geométricos. Vale observar a tendência ao minifúndio, sob a pressão dos fatores já referidos. A propriedade se vai ali pulverizando. Observem-se na relação a área inferior a 1 hectare, as 41 propriedades com área abaixo de 10 Ha, ou seja 50%. Duas propriedades têm áreas entre 10 a 20 Ha. (Relação detalhada em anexo).

(44) — Ver quadro em anexo.

os diversos fins está o primeiro passo para a solução dos problemas da região, (conforme demonstram tabelas das páginas seguintes).

7 — RESUMO DA CONCEITUAÇÃO

Excede do âmbito desta exposição o exame detalhado das causas e origens do fenômeno das secas, como também indagar se as áreas em que ele se manifesta, sobretudo o setor Nordeste, se enquadram rigorosamente no moderno conceito de região semi-árida. Isso não significa considerarmos esse estudo irrelevante, pois poderá trazer futuras soluções das mais importantes e valiosas. Fenômeno cíclico, de períodos irregulares, com intervalos às vezes de quarenta anos, e às vezes de alguns poucos, a sua previsão poderá constituir uma das pedras angulares de uma "política orgânica" bem conduzida. (45).

Tudo faz crer que essa previsão seja possível, uma vez que se conceda a homens de ciência e a técnicos realmente capazes, não só recursos financeiros, mas a confiança necessária para a continuidade de trabalhos de tal tipo que, pela sua própria natureza, não têm data certa para conclusão e não podem ser conduzidos com orçamentos mesquinhos.

Tem sido freqüentemente mencionado que as precipitações no polígono excedem às de muitos países europeus, de economia agrícola estabilizada, frisando-se que em Fortaleza chove mais do que em Paris. Não se deve enfeixar o problema nesse simples fato estatístico, pois outras importantes circunstâncias são as que criam a complexidade do problema nordestino.

Quanto à quantidade d'água que se precipita, há a registrar um fato da mais alta significação. Em contraste com a situação das regiões semi-áridas norte-americanas, hoje centro de atividades agrícolas dos mais intensos, no Brasil "há água em abundância" para a irrigação artificial, mas os solos adequados

"são limitados", por condições topográficas e edáficas.

Nos Estados Unidos "há excesso de terra a irrigar e escassez d'água de origem local". Tal fato tem exigido esforços enormes daquele país, aliás altamente compensados, visando à adução d'água de distâncias consideráveis, para transformar regiões tipicamente desérticas em áreas agrícolas muito ativas.

Uma política de combate às secas, terá, assim, de levar em conta este fator: a limitação de áreas em condições adequadas à irrigação. É imperioso, portanto, "aproveitá-las ao máximo", na área de utilização e nos meios de exploração, num continuado esforço, seja através da ação pública, seja estimulando a iniciativa privada.

Na verdade, à medida que se procede a um mais detalhado estudo da região, vemos quanto se afasta da realidade o belo sonho de Epitácio Pessoa, que calculava, na sua famosa mensagem, só para o Ceará, "mais de um milhão de hectares de terras irrigáveis".

Se são bem mais limitadas as áreas irrigáveis, no entanto, não falta água para tal tarefa. Segundo cálculos mencionados em outro local, o "diflúvio", no polígono, é de 73.000 metros cúbicos por quilômetro quadrado. O que nos cumpre fazer é tirar o maior proveito dessa massa líquida disponível, conforme indicaremos em outro capítulo.

Cabe aqui ainda uma referência às "consequências cíclicas" das secas, embora sejam bem conhecidas e vulgarmente mencionadas. É que a irregularidade do seu aparecimento criou uma situação de instabilidade de ordem psicológica, repercutindo nos demais setores da vida, social e econômica. Tudo está condicionado à estiagem: os negócios, os planos de vida, os matrimônios, as viagens. A passagem do equinócio (dia de São José) comanda, em última análise, a vida

(45) — Em 227 anos, de 1692 a 1919 — houve 23 secas. A média foi de 8 anos para a intercorrência do fenômeno. Mas, tal regularidade não se verificou.

a região. Outra seria a situação e as sêcas surgissem com regularidade. O inverno na Europa influencia sobre os fatores de ordem biológica, mas o seu aparecimento a tempo certo permitiu ao homem uma perfeita adaptação social e econômica às suas condições. Na realidade, onde a escassez de chuvas e sua ausência se apresentam com mais intensidade e regularidade, os efeitos são menos sensíveis, porque contando com elas, o homem se organizou contra elas. O Dr. Pimentel Gomes mencionou, a este propósito, o que ocorre no Sertão.

A Missão do Conselho pôde apurar, entre os técnicos do Instituto José Augusto Trindade, informes os mais convincentes a respeito. Certas áreas das mais sêcas do sertão paraibano, onde as estiagens são anuais e o agricultor dispõe de poucos milímetros d'água de precipitação, em plena seca de 1953 exportavam produtos de lavoura e de pecuária. É que o lavrador se ajustara ecologicamente, plantando variedades de ciclo extremamente curto, carecendo de um mínimo d'água, e aprendera a "acudar" alimentos, para si e para seu "criatório".

É bem verdade o que a Missão do Conselho ouviu de um sertanejo, rústico e experimentado veterano das crises climáticas: "o que prejudica o sertão não é a falta, mas a incerteza de chuva".

Pode, pois, ser resumida a conceituação do fenômeno das sêcas nos seguintes pontos:

1) — Trata-se de um fato que se repete interminantemente, em períodos de desigual duração, constituindo o que se pode qualificar de "fenômeno periódico complexo" (46), com fases de muito variada amplitude, que duraram, em média, 8 anos, entre 1692 e 1919.

2) — A falta de um serviço de previsão, bem aparelhado, dificulta a organização de provi-

dências sistemáticas de prevenção, por parte do Governo e da iniciativa particular.

3) — As regiões do polígono, em decorrência de suas condições de ordem geológica, e climática, apresentaram grandes áreas de terras tipicamente semiáridas, pelas espécies de sua vegetação nativa, pelo comportamento de seu revestimento florístico e pelos aspectos de sua ecologia.

4) — Não se caracteriza o fenômeno, como em outros países, pela escassez d'água em relação às áreas aproveitáveis, de um modo global, mas sim pela falta de aproveitamento da quantidade excessiva em certos períodos, para sua utilização em outros, pela dispersão devida à natureza do solo, pela limitação das áreas que permitem a irrigação artificial, e pela irregularidade dos períodos de pequena e grande escassez.

5) — Agrava as consequências do fenômeno a dificuldade de adaptação do agricultor à sua situação contingente, de modo a orientar a escolha de suas culturas e o trato que lhes deve dar, nessa periodicidade climática incerta.

6) — A conceituação do fenômeno das sêcas conduz logicamente a uma atitude de intervenção e orientação por parte dos órgãos públicos, no sentido de lhe proporcionar um tratamento especial, tendo como base o suprimento complementar da água nos períodos de escassez, e a assistência necessária à condução das atividades agropecuárias de acordo com a natureza específica do meio físico e com o uso das técnicas apropriadas.

A respeito da limitação das áreas irrigáveis, convém acrescentar alguns dados, baseados em informes oficiais, que sobremodo esclarecem a matéria.

O primeiro refere-se à necessidade da rotação das culturas, técni-

ca agrícola de alta importância e que nas bacias de irrigação assume decisivo papel. Segundo o depoimento de um dos melhores conhecedores dos problemas do solo das regiões semiáridas (47): "Sabido que não é possível, pelos conhecimentos atuais, a cultura contínua do mesmo solo, em boas colheitas, mesmo com adubação química, pois são conhecidos os prejuízos causados pela exaustão do solo, urge deixar inculco cada lote 1 ou 2 anos, depois de cada quatro colheitas seguidas. Assim, um terço da bacia de irrigação fica inativo comercialmente, cada ano, ocupado com plantas espontâneas, em descanso vigorador".

Temos pois que, na exploração das bacias de irrigação, se tem de contar com uma parte inaproveitada, pela redução da sua área efetiva de um terço, numa prática bem conduzida.

Outra observação a mencionar é a limitação das áreas por acidentes geográficos que também reduzem a parte irrigável, tais como lagoas, rios e riachos, pelos drenos, e também pelos cultivos permanentes que devem ser conservados, por representarem uma grande riqueza já criada e em plena produção, como os carnaubais.

Os estudos agrológicos feitos nas bacias de irrigação do Nordeste até 1951 esclarecem a matéria com dados precisos:

	ha	%
Áreas totais irrigadas	125.603	
Áreas em carnaubais	38.351	30
Áreas em leito de rios e de lagoas	15.434	12

Vê-se por esse quadro que, mesmo que se considere como não devendo ser conservadas as áreas destinadas aos carnaubais, por serem extremos de irrigação (matéria muito controversa aliás) teremos uma elevada percentagem de terras não aproveitáveis, que atingem a 12% da área total irrigada o que introduz uma limitação a mais nas áreas irrigáveis das bacias.

Vale ainda examinar a retenção das áreas irrigáveis, em 31 açudes estudados e em construção, conforme relação publicada pelo DNOCS e que em anexo se transcreve. Atende-se na exiguidade das áreas irrigáveis.

EM 31 AÇUDE A PROJETAR OU DEPENDENDO DE ESTUDOS:

	ha
1 de	140.000
2 de	40.000
2 de	15.000
1 de	5.000
1 de	2.000
2 de	1.000
1 de	800
1 de	900
6 de	500
1 de	300

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

RELAÇÃO DAS REDES DE IRRIGAÇÃO DOS AÇUDES PÚBLICOS A PROJETAR OU DEPENDENDO DE ESTUDOS

		ha
1 — Açude Cajazeiras	Piauí	800
2 — Açude Orós	Ceará	140.000
3 — Açude Aracaju-Mirim	Ceará	500
4 — Açude Tucunduba	Ceará	500
5 — Açude S. Antônio do Aracati-Açu	Ceará	3.000
6 — Açude Várzea do Boi	Ceará	500
7 — Açude Latão	Ceará	1.000
8 — Açude Quixabinha	Ceará	700
9 — Açude Pentecoste — complemento	Ceará	5.000

(47) — Guimarães Duque — op. cit. pag. 139.

10 — Açude Ararás	Ceará	40.000
11 — Açude General Dutra	Rio Grande do Norte ..	1.000
12 — Açude Trairi	Rio Grande do Norte ..	500
13 — Açude Pataxó	Rio Grande do Norte ..	300
14 — Açude Baixo Açu	Rio Grande do Norte ..	40.000
15 — Açude Boqueira de Cabeceras	Paraíba	15.000
16 — Açude S. Gonzalo — complemento	Paraíba	15.000
17 — Açude Poço da Cruz	Pernambuco	10.000
18 — Açude Macaúbas	Bahia	500
19 — Açude Jacubici	Bahia	2.000
20 — Açude Sorete	Bahia	300
21 — Açude Serrote	Bahia	500

TOTAL 276.900 ha

SERVIÇO AGRO-INDUSTRIAL

INSTITUTO JOSE AUGUSTO TRINDADE

ÁREAS IRRIGÁVEIS DAS PROPRIEDADES DA BACIA DE IRRIGAÇÃO DO AÇUDE "SÃO GONÇALO" EM 1950

Unidade : Ha

Nome do cooperante	Solo cultivável em 1950	Solo cultivável após terraplenagem	Total da terra cultivável	Observações
Augusto Gonçalves Fraga	49.5300	182.6200	232.1500	
André Avelino de Paiva Gandêlha	13.7464	—	13.7464	
Antônio Alves da Nóbrega	168.2300	33.0000	201.2300	
Adalberto F. Braga	6.0000	—	6.0000	
Antônio Sales de Araújo	3.2000	1.0000	4.2000	
Antônio Félix da Costa	3.0000	—	3.0000	
Alcino Patrício de Almeida	6.7000	—	6.7000	
Alfredo Alves da Nóbrega	6.4800	1.2000	7.6800	
Augusto Marques Pordeus	6.5000	1.1020	7.6020	
Amélia Marques Pordeus	6.9232	1.0000	7.9232	
Antônio Alves Filho	12.5000	—	12.5000	
Cícero A. de Araújo	19.5000	1.1000	20.6000	
Cícero Vieira Primo	4.2000	—	4.2000	
Domiciano Pires Braga	111.4000	24.0000	135.4000	
Eliza Pires de Souza	18.5000	—	18.5000	
Francisco A. dos Santos	7.9000	—	7.9000	
Francisco Anelo	5.6000	—	5.6000	
Francisco E. da Costa	6.0000	—	6.0000	
Francisco Figueiredo	6.3500	—	6.3500	
Francisco S. Sá	36.0000	13.0000	49.0000	
Francisco Vieira da Silva	2.1600	—	2.1600	
Inácio Cardoso	2.7000	1.3000	4.0000	
José Virgílio dos Santos	115.6000	70.0000	185.6000	
José Braga Rocha	32.0000	3.0000	35.0000	
José Pereira de Souza	1.1200	—	1.1200	Arrendatário

Nome do cooperante	Solo cultivável em 1950	Solo culti- vável após terra-ple- nagem	Total da terra cultivável	Observações
João Virgínio dos Santos	102.6080	20.0000	122.6080	
José S. da Costa	18.6700	—	18.6700	
João Mendes da Silva	10.0000	2.0000	12.0000	
João Roberto Vicente	1.2500	3.0000	4.2500	
João Antônio de Oliveira	23.0000	—	23.0000	
João A. de Figueiredo	90.2823	10.5000	100.7823	
João Antônio dos Santos	8.1300	0.5000	8.6300	
João Barbosa da Silva	8.2000	—	8.2000	
João Patrício de Almeida	16.2000	0.8000	17.0000	
João Félix da Costa	2.0000	—	2.0000	
João Antônio da Silva	4.3000	—	4.3000	
João Antônio dos Santos	4.8000	—	4.8000	
José Antônio dos Santos	6.2000	1.0000	7.2000	
José Basílio da Silva	13.0000	—	13.0000	
José Ferreira Sobrinho	3.3000	—	3.3000	
José Ferreira Rocha	3.5000	—	3.5000	
José Joaquim Leite	2.7400	—	2.7400	Arrendatário
José Pedro dos Santos	2.6000	1.0000	3.6000	
José Paulino	7.3000	—	7.3000	
Justino Barbosa da Silva	7.2000	1.0000	8.2000	
Julio Ferreira	4.0000	0.8000	4.8000	
Julio R. do Nascimento	3.0000	—	3.0000	
Joaquim Barbosa da Silva	0.4800	0.5000	0.9800	
José Mancel de Araújo	5.0000	2.5000	7.5000	
Laurindo F. de Almeida	288.9840	20.0000	308.9840	
Luiza Valença Rocha	14.1000	—	14.1000	
Luiz Alcino de Souza	87.2000	8.3000	95.5000	
Luiz Ferreira Rocha	400.0000	66.0000	466.0000	
Lindolfo Pires Ferreira	87.0000	3.0000	90.0000	
Matias Jorge da Silveira	41.0000	7.0000	48.0000	
Manoel Pereira de Souza	81.8000	—	81.8000	
Maria Lica de Nazaré	12.0000	2.0000	14.0000	
Manoel Fernandes de Oliveira	1.1000	—	1.1000	
Maria P. de Lacerda	7.3300	0.2050	7.5350	
M. Lúcia da Conceição	23.2500	3.2000	26.4500	
Orestes Sá de Figueiredo	5.0000	—	5.0000	
Pedro Félix da Costa	20.0000	5.0000	25.0000	
Raimundo F. de Almeida	126.0402	20.0000	146.0402	
Raul Pires Braga	3.9400	0.1200	4.0600	
Severino F. Rocha	15.5440	4.2000	19.7440	
Severino P. de Souza	10.4800	2.0000	12.4800	
Sebastião G. Pedroza	11.7580	—	11.7580	
Silvino Sales de Araújo	40.6000	21.5000	62.1000	
Tiburtino A. de Carvalho	8.9800	5.6200	14.6000	
Tiburtino Ferreira	25.0000	2.2000	27.2000	
Manoel F. de Almeida	1.1200	—	1.1200	Arrendatário
Pedro Lauritino de Sales	8.5000	1.2000	9.7000	Arrendatário
Herculino de Souza Lima	11.7580	—	11.7580	Arrendatário
Ascendino Cavalcanti	10.0000	—	10.0000	Arrendatário
Antônio Dias de Franca	83.1000	—	83.1000	Arrendatário
Francisco M. dos Santos	63.0000	—	63.0000	Arrendatário
Severino F. Rocha	1.1200	—	1.1200	Arrendatário
José Vicente Ferreira	4.0600	—	4.0600	
Nelson Ferreira da Silva	5.7600	—	5.7600	
Severino Batista	—	—	—	
SOMA TOTAL	2443.8243	551.9370	2995.7613	

OBS. — Estes dados não estão atualizados, pois datam de 1950, hoje algumas áreas cultiváveis estão aumentadas por terraplenagem ou por ampliação de rede de canais. As partes elevadas das propriedades não foram computadas na área total.

INSTALAÇÃO DE NOVAS INDÚSTRIAS EM UMA CIDADE

(BELÉM DO PARÁ)

1º artigo

MaJ JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA

Howard W. Odum, em sua monumental obra a respeito do Sul dos Estados Unidos da América do Norte, afirmou, com ênfase:

"Toda empresa de planejamento, para ter um mínimo de possibilidade de sucesso, deve ser baseada, não em hipóteses, mas sobre informações completas, precisas e exatas." (1)

Ao estudarmos a situação geral da Cidade de Belém do Pará, tendo em vista a instalação de novas indústrias, esbarramos, desde logo, com enormes dificuldades, devido à falta de informação específica, mesmo recorrendo às fontes oficiais. Tal falta de informação não se limita apenas à cidade ou às indústrias, mas estende-se a toda região amazônica, sob todos os seus aspectos.

Seria, pois, uma audácia apontar rumos definitivos, fazer afirmações julgadas incontestáveis, negar categoricamente. O que pretendemos é tão-somente apresentar uma forma de estudo de uma área para fins de planejamento industrial.

PRIMEIRA PARTE

I — DELIMITAÇÃO DA REGIÃO

A) ZONAS URBANA, SUBURBANA E RURAL

O município de Belém tem uma área de 302 km². A sede do mu-

nicipio é Capital do Estado do Pará, e está incrustada em uma ponta de terra entre o Rio Pará (também chamado Rio ou Baía de Guajará), a W e NW, e o Rio Guamá ao S. A situação "peninsular" da cidade permite sua expansão apenas para uma direção, a caavleiro da E. F. Bragança, pelo menos até o bairro de Souza, a cerca de 8 quilômetros do centro comercial, situado este no vértice oeste do aglomerado urbano. Dentro de sua zona urbana existem ainda grandes terrenos vazios, mormente na margem Norte do Rio Guamá.

As zonas suburbana e rural abrangem parte do distrito de Belém e mais os de Val-de-Cans, Icoaraci e Mosqueteiro, incluindo ilhas importantes, tais como as do Mosqueteiro, Mutum, Caratateua e Cotijuba. A Ilha das Onças, defronte de Belém, apesar de não pertencer ao município, sofre fortemente a influência da Capital do Estado.

B) TOPOGRAFIA, SOLOS, AGUAS E CLIMA

A topografia do município de Belém caracteriza-se pela sua planura e pelas suas águas, que determinam um solo pouco consistente e alagadiço. A zona urbana da Capital do Estado é nitidamente cortada por um divisor de águas, marcado pelas Avenidas 15 de Agosto, Nazaré, Independência e Tito Franco; os bairros, de um lado e de outro desse divisor possuem largas áreas permanentemente alagadas ou que facilmente inundam durante as chu-

(1) Apud RENÉ FOCH, "La Haute Autorité de la Vallée du TENNESSEE", Presses Universitaires de France, 1952.

vas, erodindo as encostas e cavando profundos sulcos ao se escoarem pelas ruas ainda não calçadas. O bairro da Cidade Velha, até o Arsenal de Marinha, é uma colina separada daquele divisor pela baixada de Ver-o-Pêso.

Grande parte da zona suburbana é ocupada pela floresta secundária e assinalada por grandes espaços vazios; seu solo parece-nos mais estável, apesar de ser também cortado por inúmeros igarapés de margens baixas.

A zona rural e as ilhas são separadas da área citadina por furos e igarapés que permitem a navegação por barcos de pequena envergadura. Não obtivemos informações precisas a respeito do solo dos distritos de Icoaraci e Val-de-Sans; seu aspecto, porém, não difere do das demais áreas acima estudadas. A população e espaço ocupado são pequenos.

As condições meteorológicas de Belém, à luz das informações oficiais (2), indicam uma grande pluviosidade, com precipitação anual de cerca de 2.400 mm e uma evaporação total de 800 mm, o que se traduz em um alto grau de umidade. Na terminologia local, invertem-se as estações, denominando-se inverno à estação quente e mais chuvosa, de dezembro a fevereiro ou março, e verão, ao restante do período anual, igualmente quente, mas com menor carga pluvial. As chuvas são súbitas, pesadas e cessam após duas a três horas de duração, com raras exceções.

O conjunto climático, na classificação de Köppen, corresponde ao tipo quente-úmido.

C) VIAS DE TRANSPORTES INTERIORES

Os Rios Pará e Guamá põem em comunicação a zona urbana da Cidade de Belém com o litoral das zonas suburbana e rural e com as ilhas do município. Variadas e numerosas são as embarcações que ali circulam para transporte de mer-

cadorias diversas, matérias-primas e gêneros alimentícios. O porto de Belém, as pontes de embarque de Icoaraci e do Mosqueiro, e os numerosos trapiches existentes ao longo das margens, facilitam o acostamento, entrada e saída de cargas leves. Todavia, somente aquele porto possui aparelhagem para cargas pesadas: 23 guindastes de 1,5 a 3 toneladas de força, 58 pontes rolantes para 1,5 toneladas, 5.870 metros de vias férreas, 5 locomotivas, para 1.860 metros de extensão de cais e 15 armazéns.

O interior do município é servido por uma estrada de ferro, a E. F. Bragança, eternamente deficitária, e por duas rodovias principais, uma paralela à via férrea e outra que se dirige para o distrito de Icoaraci, atravessando o de Val-de-Sans e a Base Aérea de Belém. Existem outras estradas secundárias, sem pavimentação e mal conservadas.

D) CONCLUSÃO PARCIAL

1 — A situação topográfica da Cidade de Belém, cercada de águas navegáveis por três lados, constitui fator favorável à instalação de indústrias dependentes da água, ou cuja matéria-prima possa ser sobre ela transportada. A situação das ilhas do município possibilita transporte fácil e barato.

2 — As terras baixas e o solo alagadiço, cortado por igarapés, não aconselham a instalação de indústrias que exijam edifícios e maquinaria de grande peso, não só em razão do aumento de custo da construção, como de perigo de afundamento. Os edifícios de estrutura pesada, por esse motivo, estão construídos sobre o divisor de águas ao qual nos temos referido.

3 — O clima quente-úmido torna impeditiva a instalação de certas indústrias, tais como a de tecidos finos e, em alguns casos, a de couros e peles. Também o armazenamento eleva o custo da matéria-prima ou dos produtos acabados, devido à exigência de dispositivos especiais de ventilação e refrigeração. Convém

(2) Anuário Estatístico do Brasil, 1953.

considerar, ainda, os efeitos da oxidação no custo de manutenção das máquinas e ferramentas.

4 — As vias de transportes fluviais facilitam a circulação periférica; no entanto, as vias terrestres, pelo menos atualmente, sofrem um estrangulamento ao penetrar na cidade, onde uma só via calçada — percorrendo o divisor de águas — canaliza o tráfego.

II — SITUAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA

A) LOCALIZAÇÃO

Após uma busca penosa, com os meios informativos disponíveis, chegamos à conclusão de que os estabelecimentos industriais do município estão concentrados na zona urbana, à margem do Rio Pará, e constituem-se em dois núcleos principais — o da Cidade Velha e o da Docca Souza Franco. Os estabelecimentos situados fora desses núcleos encontram-se dispersos, raramente ultrapassando para o Sul o divisor de águas já mencionado.

Nas zonas suburbana e rural existem algumas indústrias, tais como as usinas de lavagem de borracha do Mosqueiro e da Ilha das Onças; uma serraria nesta última ilha; um curtume, uma olaria e uma fábrica de óleos e sabões em Icoaraci; a grande serraria do UNA, no caminho de Val-de-Cans, onde estão localizados depósitos de inflamáveis e a nova usina de energia termelétrica; o curtume do Maguari e o matadouro próximo a Icoaraci.

A localização descrita confirma uma preferência pelo litoral guarjano.

B) TIPOS DE ESTABELECIMENTOS — PRODUÇÃO — EVOLUÇÃO

Considerando o número de estabelecimentos, quantidade de operários e valor de produção, destacam-se no município belemense as indústrias de produtos alimentícios, têxteis e de vestuário, esta com um grande número de pequenas oficinas. Singularmente, as indústrias

dependentes de matéria-prima amazônica por excelência — borracha, madeira, óleos e essências vegetais — não ocupam posição de relevo.

Quanto à quantidade global de estabelecimentos industriais, é pequena a significação regional: em 1942, 3 para 100, e em 1950, 2 para 100, em relação a São Paulo. Tais índices são confirmados pelos dados relativos ao consumo de combustíveis e de energia elétrica, que se revelam ínfimos.

Embora aparentemente tenha havido evolução da indústria paraense de 1907 a 1950, uma análise comparativa demonstra-nos ter havido crescimento, mas não desenvolvimento. Basta atentar que o progresso industrial do Pará, Rio Grande do Sul, Pernambuco e S. Paulo, no período considerado, apresenta, respectivamente, os índices de 35,5 — 101,8 — 176,4 — 551,1. Houve, também, um desolador decréscimo da percentagem de operários em relação à população total do Estado: 1,4% em 1942, para 0,9% em 1950.

Uma lista de estabelecimentos industriais existentes em Belém, em 1955, à primeira vista sugere grande variedade dos serviços; é conveniente esclarecer, no entanto, que, sob o título, incluem-se nas estatísticas inúmeras pequenas fábricas e oficinas, sem operários qualificados, em instalações de emergência e, portanto, com produção limitada e de medíocre qualidade.

A situação exposta acarreta à indústria local um baixíssimo valor de produção, com salários desprezíveis e sem nenhuma atração.

C) ZONA DE INFLUÊNCIA INDUSTRIAL DE BELÉM

Pelo menos na atualidade, pode ser Belém colocada em situação privilegiada na Amazônia, podendo mesmo ser denominada sua "capital industrial", uma vez que as cidades mais importantes do Vale, tais como Manaus, Santarém, Bragança, as capitais dos territórios federais exercem pequena ou nenhuma atividade industrial.

As vias navegáveis do Rio Amazonas e de seus afluentes a oeste

do meridiano de Manaus, carregam para esta cidade a matéria-prima proveniente do extrativismo, originando algumas fábricas de beneficiamento de borracha, cacau, castanhas, juta e bebidas, incluindo-se, agora, o petróleo peruano. A leste, porém, todos os pontos de recebimento remetem seu total para Belém, desde Parintins a oeste, Oiapoque ao norte, e Conceição do Araguaia e Porto Nacional ao sul, cobrindo praticamente toda a área paraense, amapaense e região norte de Goiás; apenas Breves e Itacoatiara detêm uma parte da produção de borracha para lavá-la em suas usinas, e Santarém não permite descer parte da produção de juta, beneficiada em uma fábrica ali existente. A zona bragantina canaliza toda sua produção para Belém, captando, ainda, a produção da chamada Guiana Maranhense.

Com as mais destacadas exceções apontadas, Belém é a única cidade paraense a possuir indústrias, e daí decorre o fato de serem aceitáveis para a capital os dados estatísticos industriais referentes ao Estado.

D) CONCLUSÃO PARCIAL

1 — A indústria do município de Belém concentra-se à margem da Baía de Guajará. A projetada extensão da E. F. Bragança até o próprio cais do porto, através do bairro de Sacramento, adensará essa concentração. Daí a existência de grandes terrenos vazios à margem do Rio Guamá, igualmente em ótima situação para instalações industriais.

2 — Os números atestam um retrocesso no progresso industrial de Belém, nos últimos 50 anos. Tal fato, considerado isoladamente, significa campo aberto para instalação de novas indústrias, e mesmo para o desenvolvimento das indústrias já existentes.

3 — A situação geográfica de Belém, na foz do Amazonas e com seu porto regularmente aparelhado, faz com que sua influência industrial se exerça sobre uma área imensa do vale amazônico brasileiro. Tal

fato constitui uma vantagem inicial para seu desenvolvimento industrial, nada desprezível.

III — RECURSOS DISPONÍVEIS EM BELÉM

A) FONTES DE ABASTECIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA

No estado atual de conhecimento da Amazônia e, em particular, da região influenciada por Belém do Pará, excluiremos desde logo de nosso estudo os recursos de origem mineral, ainda mesmo tratando-se de petróleo e manganês, aquele por estar ainda na fase de sondagens e este, dadas as características especiais de sua exploração, escoar-se inteiramente para o exterior e, em pequena parte, para o Sul do país. Restam-nos, portanto, as matérias-primas de origens animal e vegetal.

1 — Recursos de origem animal

Em números relativos, o rebanho de gado do Pará, seja bovino, caprino, suíno ou ovino, é muito pequeno. Mas a importância desse rebanho não deve ser medida pela sua relatividade com o restante do país, e sim em relação ao mercado a que terá de servir. E mesmo nesse caso, somente o gado bovino possui valor como fonte de abastecimento, em duas áreas, possivelmente três: Ilha de Marajó (600.000 cabeças), Baixo Amazonas (100.000 cabeças) e, talvez, o Maranhão. As duas primeiras áreas, além de sabidamente insuficientes, são ainda mal aproveitadas: o abate de reses é insignificante por força das necessidades de reprodução, pelo desvio do gado para as Guianas, e pelo fato de não existirem no Pará, matadouros aparelhados para o aproveitamento total dos subprodutos. Não existem frigoríficos nem indústria do leite e derivados. Belém, no entanto, é amplo mercado e, instalando-se ali as indústrias correlatas, virá o gado da área do Maranhão para reforçar o abastecimento.

A indústria pesqueira é ainda rudimentar e suas condições de exploração assemelham-se às da industrialização do gado bovino.

2 — Recursos de origem vegetal

Conforme já vimos, os produtos alimentícios estão entre os principais componentes da indústria de Belém. Tais produtos não demandam transformação difícil nem onerosa e têm como matéria-prima a mandioca, o arroz, o milho, e outros em menor escala. Existem grandes áreas a aproveitar, principalmente para o cultivo do arroz, nas várzeas do Rio Guamá, constituindo atração para novas fábricas de beneficiamento.

Entre os produtos de plantação destinados a fins industriais, estão as fibras vegetais; todavia, pelas suas peculiaridades, sua industrialização é mais conveniente junto ao canteiro, tanto para a fabricação de sacos e cordoalha, como para a de celulose e papelão impermeável.

É o extrativismo e a coleta que fornecem as matérias-primas mais importantes, isto é, a borracha, a castanha, o guaraná, a madeira, as sementes e frutos oleaginosos. Sofrem, porém, das oscilações oriundas dos próprios processos de exploração e da disseminação dos indivíduos na floresta.

Existem, atualmente, em Belém, várias serrarias e fábricas de bebidas à base de guaraná; estabelecimentos químicos e farmacêuticos industrializam os óleos e essências vegetais, com um valor de transformação destacado nas estatísticas. Contudo, não há saturação para o beneficiamento e transformação da matéria-prima proveniente da floresta.

Já a borracha ocupa um lugar à parte no estudo de sua industrialização em Belém. A lavagem da borracha é feita atualmente em seis usinas (duas no Mosquito, uma na Ilha das Onças e três na cidade), cuja capacidade total é de 50.000 toneladas anuais e produção de apenas 10.000 toneladas. Assim, mesmo que toda a extração anual ama-

zônica, cerca de 30.000 toneladas, fôsse encaminhada para a Capital paraense, haveria ainda demanda de matéria-prima. A totalidade da borracha extraída na Amazônia, após lavada, é encaminhada para o Sul do país, onde estão as fábricas de pneumáticos, câmaras de ar, artefatos diversos, e seu mercado consumidor.

3 — Mercados, local e exterior

O mercado local, ainda mais do que o brasileiro, enfrenta o círculo vicioso: baixo poder aquisitivo da população, inexistência de estímulo para sua ampliação — mercado restrito, pequena procura. Parece-nos, pois, que não há incentivo para as grandes indústrias, se levarmos em conta apenas o mercado regional, isto é, a área de influência industrial de Belém. Já abordamos o problema da produção de carne, leite e de seus derivados, e asseguramos existir mercado local, que precisa, porém, ser motivado.

O mercado exterior, considerando este não tanto o estrangeiro, como também o do Sul do país, oferece boas perspectivas, até bastante promissoras. Vejamos um exemplo: — A produção de juta na Amazônia, desde 1933, liberou o mercado nacional do produto indiano; não há, porém, superprodução e o mercado nacional poderá absorver muito maior quantidade.

A castanha do Pará é quase totalmente exportada, não porque haja excesso no mercado interno, mas porque a fruta é fabricante de divisas. A borracha nativa terá sempre mercado, embora enfrentando a concorrência da borracha importada e da borracha sintética. Os óleos vegetais e as essências possuem procura garantida. A fabricação de celulose e papel ou papelão tem mercado assegurado no próprio local. Raízes, como a do timbó, já produziram rotenona que, em 1943, atingiu o valor de Cr\$ 2.630.000,00, desaparecendo as usinas que a fabricavam devido à concorrência estrangeira, que dispunha de capital abundante.

A Amazônia, pois, possui matérias-primas cuja transformação industrial tem mercado garantido, se não local ou regional, sempre nacional e estrangeiro. É necessário, apenas, aceitar essa afirmação condicionando-a a determinados fatores. A situação geográfica de Belém em relação aos mercados sulinos e a distância para os mercados estrangeiros, não são fatores favoráveis e somente admitirão a exportação de produtos essenciais e inexistentes naqueles mercados. Quanto aos mercados local e regional, pensamos que não sustentarão uma brusca expansão industrial, estando em condições de suportar maior número de pequenas indústrias diversificadas.

B) SERVIÇOS BÁSICOS

1 — Gás

Não existe, em Belém, gás para fins industriais.

2 — Água

A abundância da água, em Belém, pode orientar o planejador para um falso otimismo. Existe muita água, mas não submetida a tratamento, seja para fins industriais, seja mesmo para fins domésticos. Não somente a tubulação não satisfaz às necessidades, como os próprios mananciais de boa água já são insuficientes, sendo necessário procurá-los mais longe da estação de tratamento. As atuais instalações não comportam aumento, apesar de, em 1940, somente 7,9% das habitações de Belém possuírem água encanada, e 19,2% possuírem instalações sanitárias e pequena ter sido a melhoria desde então.

Deduz-se logo que a indústria que necessitar de água abundante, terá encarecida sua instalação com estação de tratamento particular.

3 — Rede de esgotos

Apenas uma pequena parte da cidade de Belém é servida por encanamento de esgotos. A rede, além

de deficiente, em certos casos tem seu escoamento em locais impróprios, ocasionando contaminação das águas próximas e mesmo dentro da própria cidade. Daí a impossibilidade de seu uso para os resíduos de fábricas de produtos químicos ou que os empreguem como elementos básicos.

4 — Energia elétrica

Este serviço, por si só, constitui fator básico para a industrialização de uma área. A conclusão da central termelétrica da Força e Luz do Pará S. A., com capacidade final de 22.500 kw, vem, até certo ponto, minorar o problema-chave de Belém. A fase atual, de substituição total da rede de distribuição, por etapas, caracteriza um período de transição. A maioria dos estabelecimentos industriais instalados possuem geradores próprios, com os quais atravessaram uma longa noite de quase quinze anos. As perspectivas para o futuro ainda não são das melhores. A nova usina, podendo inicialmente fornecer até 15.000, exigirá novos edifícios e aquisição de turbinas para alcançar 22.500 ou 30.000 kw; e este último número é um limite excessivamente curto para um esforço industrial sério. No seu prospecto para a formação de capital, a empresa recomenda ao Governo Estadual o estudo das possibilidades hidrelétricas regionais, reconhecendo implicitamente não ser a sua a melhor solução.

5 — Combustíveis

Não existindo na Amazônia combustível mineral sólido em exploração, restam a Belém, como mais econômicos, a lenha e o óleo Diesel. Não obstante a abundância de lenha nas proximidades da cidade, a falta de maquinaria e de transporte não aconselham seu uso industrial que, além do mais, acarretariam o desflorestamento, de consequências mais desastrosas na Amazônia do que em qualquer outra parte do país. O fornecimento

de óleo Diesel tende a melhoria considerável desde o início do funcionamento da refinaria de Manaus, e nêle deve repousar o futuro da energia motriz da indústria em Belém. Já vimos que inclusive a produção de energia elétrica local depende desse combustível e, no caso particular da Amazônia, uma conflagração mundial não trará perturbações em seu fornecimento. Assim, o panorama, sem nêle constar ainda a descoberta do petróleo amazônico, é bastante otimista, dependendo a região do exterior, no que se refere apenas aos óleos lubrificantes.

C) CONCLUSÃO PARCIAL

1º — A industrialização da carne bovina, leite e derivados oferece, em Belém, amplas possibilidades de êxito, e deve ser apoiada pelo que significa na melhoria da alimentação regional.

2 — Os recursos de origem vegetal, nas condições atuais, oferecem base segura para indústrias de beneficiamento e de transformação. Não há, porém, conveniência na ampliação ou instalação de novas indústrias baseadas na borracha, pelo menos no momento.

3 — O mercado local possui pequenas possibilidades; para determinadas manufaturas, o mercado nacional e estrangeiro é promissor.

4 — Incluem-se nos serviços básicos os meios de transporte e de comunicação, que estudaremos mais adiante. Quanto aos serviços básicos já mencionados, necessitam criação ou ampliação para que ofereçam perspectivas mínimas de utilização racional: apenas o combustível derivado do petróleo suporta maior consumo.

IV — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Bem compreendida a importância de bons transportes e fáceis comunicações na vida industrial de uma região, e já mencionadas as vias de transporte de e para Belém, restam apontar as condições dos meios empregados, inclusive as comunica-

ções e os meios de difusão, essenciais à vida comercial gerada pelas indústrias.

A) TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A única ferrovia do Estado do Pará, à qual já fizemos menção, a E. F. Bragança, com uma extensão de 228 km, sem contar pequenos ramais, bitola de 1 metro, serve a zona Bragantina e, indiretamente, a grande parte da região geo-econômica do Salgado. Com uma receita bruta média de Cr\$ 2.200.000,00 anuais (anteriormente ao recente aumento de tarifas), é economicamente classificada como de 3ª categoria, de acordo com as normas do DNEF. Articula-se com o porto de Belém e, pelo ramal do Pinheiro, com o porto desta vila, ambos fluviais; na outra ponta dos trilhos, Bragança é também porto fluvial, agora de escassa importância comercial.

Cogita-se em estender os trilhos da ferrovia até o próprio cais de Belém e, em Bragança, trabalha-se agora na melhoria das condições fluviais do Rio Caeté e da reconstrução do cais da cidade.

B) NAVEGAÇÃO

O porto de Belém, saída de toda a Região Amazônica para o mar, está ligado aos portos estrangeiros pela navegação de longo curso de várias organizações inglesas, holandesas, norte-americanas e outras. Entre as que mantêm linha regular, estão a "The Booth Steamship Co Ltd.", a "Lampport and Holt Lines", ambas da Europa a Iquitos, no Peru; a "Moore Mc Cormack", dos Estados Unidos da América do Norte para o Rio de Janeiro e Iquitos. A bandeira brasileira na navegação de longo curso está representada pela Empresa Nacional Lóide Brasileiro, com linha entre a Europa, Estados Unidos e Uruguai, todas com escala em Belém.

A navegação de cabotagem é feita eventualmente pelas empresas estrangeiras acima mencionadas, mas normalmente, em virtude de exigências legais, é privativa das

empresas nacionais, entre as quais figuram a citada "E. N. Lóide Brasileiro", "Cia. Navegação Costeira", "Lóide Nacional S. A.", "Cia. Comércio e Navegação" e "Navegação Rio-grandense Ltda."

A navegação interior constitui o fulcro de todo o transporte regional. Além das empresas nacionais e estrangeiras já focalizadas, os "Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará" (SNAAPP) detêm a responsabilidade de grande parte da navegação dos Rios Amazonas, Madeira, Acre, Xingu, Tapajós, Tocantins e Pará, com chegada e partida em Belém. A extensão das linhas dos SNAAPP, sem ultrapassar os limites da Amazônia brasileira, constitui algo de fabuloso para quem não se habituou às distâncias no Vale. Outras organizações menores, particulares, tomam parte na navegação interior, e não é de desprezar a importância comercial e social dos "regatões", equivalente fluvial dos antigos "mascates" do planalto brasileiro.

C) TRANSPORTE AÉREO

A aviação alterou, quase de improviso, o tradicional sistema de transporte e comunicações brasileiro. Muito principalmente na Amazônia têm-se que anotar o fato que, de tão novo, não foi ainda estudado como o deveria ser. Ali, o transporte aéreo, devido às distâncias, à floresta e aos rios, tornou-se mais cargueiro do que no Sul do país.

Basta calcular o custo de certas mercadorias com base em 15 a 20 dias de transporte em navios, e as mesmas mercadorias viajando pelo ar apenas dez horas, para compreender a mutação ocorrida e, com mais um pouco de boa vontade, aceitar a situação quase absurda de Belém, abastecida de carne de gado vinda de Goiás, em aviões!

Examinando o mapa de frequência semanal de viagens redondas das empresas brasileiras de transporte aéreo, organizado pelo DAC, somamos entre Rio e Belém 21 via-

gens semanais, ligando a última a todas as capitais dos Estados litorâneos e a Carolina, Barreiras, Araguaiana e Belo Horizonte, no "hinterland" brasileiro; devido à existência de aeroportos ou como escala de algumas companhias de transporte aéreo, Bragança, Marabá, Baião, Cametá, Curralinho, Gurupá, Altamira, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Conceição do Araguaia, no interior paraense, estão em condições de ligar-se com Belém; por intermédio de Manaus, Belém põe-se em ligação aérea com todas as sedes dos Territórios Federais amazônicos, sendo direto o contato com a Capital amapaense e com o Oiapoque. A Companhia de Transportes Itau, com aviões exclusivamente cargueiros, de 5 toneladas, faz viagens especiais a Belém, de acordo com as necessidades.

D) TRANSPORTES URBANOS

A zona urbana de Belém é servida por deficientíssimas linhas de ônibus para passageiros; a carga é transportada em caminhões pertencentes às próprias firmas industriais e comerciais, não existindo nenhuma organização para transporte rodoviário entre a cidade e o interior do Estado, nos moldes das existentes no Sul do país.

O número de automóveis, ônibus e caminhões, insignificante em relação às capitais industriais do Nordeste, Centro e Sul, isto é, Recife, São Paulo e Porto Alegre, é índice da precariedade dos transportes sobre pneumáticos na capital industrial do Norte.

E) MEIOS DE DIFUSÃO

Belém possuía, em 1940, telefones instalados em 0,8% de seus prédios e rádios receptores em 1,5%; acreditamos que a primeira percentagem tenha tido pequeno aumento nesses quinze últimos anos, mas, quanto aos rádios-receptores, devem ter sido multiplicados várias vezes.

São editados na cidade 7 jornais diários e 2 são as estações rádio-difusoras, uma das quais inaugurada há menos de três anos.

A Capital paraense está ligada às capitais brasileiras por telefone, pelo cabo submarino e pelo telegrafo.

F) CONCLUSÃO PARCIAL

Dentro das possibilidades de tempo, espaço e material de pesquisa, apenas resumimos o que pudemos estudar sobre os transportes e comunicações de Belém para o interior e exterior. As conclusões que se seguem têm base no resumo acima e na observação pessoal.

1 — As vias e os meios de transporte de Belém para o interior do Estado e vice-versa, repousam de modo quase único na rede potamográfica, mesmo quando os rios oferecem dificuldades de navegabilidade, como no Tocantins, Xingu e Tapajós. A existência da E. F. Bragança não invalida essa conclusão.

2 — As articulações entre as vias fluviais, ferroviárias e rodoviárias são muito fracas. De um certo modo as vias terrestres, mesmo as da região bragantina, têm por finalidade a ligação dos núcleos populacionais às margens da via fluvial mais próxima, de onde a matéria-prima é enviada a Belém.

3 — A maior massa da circulação é feita por meios de transporte de pequena capacidade, que atingem ao máximo a montante dos rios e negociam na base da troca; daí a importância dos "regatões" e a atenção que deve merecer qualquer sistema diferente, que possa alterar subitamente a presente situação.

4 — O transporte aéreo de cargas ainda não assumiu toda a importância que poderá vir a ter, embora já o transporte de passageiros e as comunicações tenham evoluído prodigiosamente nos últimos dez anos.

5 — A navegação de cabotagem não assegura o transporte regular de cargas para o Sul do país. Não existe ainda um volume suficiente de carga para um tráfego intenso da navegação de longo curso. Todavia, Belém beneficia-se do fato de ser a única saída e entrada de superfície, da Amazônia.

6 — Os transportes urbanos e sua organização não satisfazem às condições mínimas desejáveis para um movimento industrial razoável.

7 — Os meios de comunicação e de difusão garantem a Belém um índice aceitável de comunicabilidade.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — Caixa Postal, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

OS SEIS EQUIVOCOS FUNDAMENTAIS SOBRE A PETROBRÁS

MENSAGEM DE ESCLARECIMENTO AOS BRASILEIROS DE BOA-FÉ, QUAISQUER QUE SEJAM SUAS CONVIC- ÇÕES; NO TERRENO POLÍTICO, ECONÔMICO OU SOCIAL

HELIO BELTRÃO

Ex-Diretor da Petrobrás

Constitui este trabalho a síntese de uma série de palestras que nos últimos dois meses, tenho sido convidado a realizar em vários círculos.

Dedico-o especialmente aos brasileiros que, de boa-fé, se opõem à Petrobrás, por imaginarem que ela é a expressão de um nacionalismo estreito, suicida e agressivo, infenso a qualquer forma de co-operação estrangeira; a todos que nela enxergam mais uma aventura desastrosa do estatismo caboclo, um inútil esmagamento da liberdade de iniciativa, a um grupo considerável de ardorosos, porém mal informados, partidários da Petrobrás, que, no afã de defendê-lo apresentam como virtudes limitações e defeitos que ela felizmente não tem: à própria administração da Petrobrás, como contribuição para uma campanha de esclarecimento público que, afastando-se dos temas puramente emocionais, focalize os fatos essenciais à objetiva compreensão do problema; enfim, à grande maioria dos brasileiros que, no desconhecimento preciso desses fatos essenciais, vêm sendo arrastados a toda sorte de equívocos em matéria de petróleo.

A excessiva exaltação dos debates em torno de petróleo se deve, em grande parte, ao quase absoluto desconhecimento dos dados reais do problema.

É, aliás, muito de nossa índole, quando determinado problema nos é proposto, atirarmo-nos, desde logo, como bons latinos, a debate ardoroso das teses abstratas, dos princípios gerais, e levarmos a discussão dessas teses e princípios gerais até as últimas conseqüências, sem, antes, ter o cuidado de descer aos fatos e verificar pacientemente a exata situação que se encontra à base do problema em exame. Não raro acabamos por verificar que aquelas teses e princípios por que nos vinhamos batendo tão apaixonadamente não estavam realmente em jogo, seja porque não se ajustassem à situação de fato existente, seja porque, no caso, já tivessem sido superados pelos acontecimentos. Isto é o que vem frequentemente acontecendo no caso do petróleo. Vemos homens de bem, patriotas homens de boa-fé, dividirem-se irreconciliavelmente em campos opostos, simplesmente porque desconhecem os fatos.

Minha convivência de vários anos com os assuntos da economia e da administração do petróleo — inicialmente no Conselho Nacional do Petróleo, depois como autor do Plano de Organização da Petrobrás e, finalmente, como diretor da Empresa, até fevereiro do ano passado — permite-me uma visão objetiva e desimpedida do problema e animame a promover a retificação de

vários equívocos e preconceitos que, de tão repetidos, adquiriram foros de verdade e vêm dificultando o entendimento dos homens de boa-vontade.

A título de informação pessoal, devo esclarecer que sou um convicto defensor da liberdade de iniciativa e da proteção do indivíduo contra a opressão crescente do Estado. Não desconheço os desastres que, de permeio a algumas exceções, vêm marcando no Brasil a atuação do Estado como empreendedor industrial. Esclareço ainda, que sou um sincero amigo do povo norte-americano; com ele convivi durante mais de um ano, tendo-me diplomado em Direito Comparado pela Universidade de Nova York; sou membro do Conselho Deliberativo do Instituto Brasil-Estados Unidos e de sua Comissão de Bolsas, da qual participo há muitos anos. Julgo-me, portanto, em condições de abordar com insuspeição o problema que nos ocupa.

SEIS EQUIVOCOS FUNDAMENTAIS

O debate cotidiano em torno do assunto permitiu-me selecionar seis afirmações que me parecem representar as objeções mais comuns daqueles que discordam, de boa-fé, da solução Petrobrás. São — digamos — as *premissas* em que, geralmente, se fundamentam os pronunciamentos contrários à solução Petrobrás, o eixo da argumentação dos que advogam a alteração da legislação em vigor.

Pois bem. A exposição que passo a fazer destina-se a demonstrar que cada uma dessas afirmações corresponde a um grave equívoco, capaz de viciar irremediavelmente qualquer conclusão que o tenha por fundamento.

PRIMEIRO EQUIVOCO

"A Petrobrás não dispõe de recursos suficientes para enfrentar o problema e no ritmo em que vai levará 50 ou 100 anos para resolvê-lo. Até lá, teremos sido definitivamente asfixiados pelo aumento crescente do consumo, que não está sendo correspondido pelo reduzido aumento de nossa produção."

Esta primeira afirmação diz respeito ao porte da Petrobrás como empresa industrial, aos recursos de que dispõe, e à sua *agressividade*, isto é, ao seu ritmo de operação.

Devo, em primeiro lugar, dizer que a Petrobrás é hoje a *maior organização industrial do país*. Está ela faturando 15 bilhões de cruzeros por ano. Não estou me referindo, notem bem, à receita de origem tributária, que é da ordem de 3 bilhões por ano, mas ao seu *faturamento industrial*, isto é, ao movimento efetivo de vendas. Não existe, ao que me consta, nenhuma outra organização industrial no Brasil com esse valor de produção que supera de muito o de Volta Redonda e dos grandes empreendimentos privados nacionais.

Segundo: a Petrobrás já é *uma das grandes empresas de petróleo do mundo*. Como a afirmação poderá parecer surpreendente a alguns, passo a revelar certos dados interessantes e pouco conhecidos.

O ritmo de crescimento de uma empresa pode medir-se pelo *vulto de investimento* que ela faz. Como se sabe, existem sete empresas gigantescas que controlam substancialmente a economia do petróleo mundial. Estas firmas são a Esso (New Jersey), a Shell, a Socony, a Texas, a Gulf, a Standard da Califórnia e a British Petroleum. Tenho em mãos (*Management Digest*, McGraw-Hill, julho de 1956) os totais investidos por essas sete gigantes em 1955. Não disponho ainda dos dados de 1956. A Esso investiu, em 1955, 860 milhões de dólares; a Shell investiu 600 milhões de dólares; a Socony 420 milhões; a Texas entre 200 a 300 milhões, a Gulf 270 milhões, a Standard da Califórnia 350 milhões e a British 120 milhões de dólares. São investimentos globais, realizados no mundo inteiro por essas grandes organizações, que operam em todas as fases da indústria do petróleo. Vejamos como se situa a Petrobrás, empresa que tem apenas 3 anos de existência, junto a esses gigantes. A Petrobrás está invertendo, neste ano, *sete bilhões de cruzeros*, o que significa, aproximadamente, 150 milhões de dólares, ao valor de in-

versão cambial vigente para a Petrobrás. Isto já é mais do que a British — empresa sob o controle do Governo Inglês, antigamente denominada Anglo-Iranian — inverteu no mundo inteiro em 1955. E, como ordem de grandeza, já não parece muito distante do que a Gulf e a Texas aplicaram naquele ano. Note-se que a Petrobrás está invertendo aquela enorme soma somente no Brasil, e não em todo o mundo. E uma empresa, para nós, só é grande na proporção daquilo que ela pode inverter no Brasil. Registre-se, ainda, que o programa de investimentos da Petrobrás para 1958 deverá ser superior a 10 bilhões de cruzeiros, isto é, a mais de 200 milhões de dólares, ao câmbio da Companhia.

No que se refere particularmente à pesquisa de petróleo, os montantes que a Petrobrás já está invertendo não receiam paralelo com o de qualquer outra companhia, em qualquer outro país.

A BATALHA PRODUÇÃO X CONSUMO

Ao contrário do que geralmente se pensa, estamos vencendo, e de forma que se poderia qualificar de espetacular a batalha produção X consumo. Enquanto o consumo nacional vem crescendo à taxa de 8% ao ano, a produção de petróleo bruto, desde que se instalou a Petrobrás, em 1954, tem aumentado à base de 100% ao ano. Aquela produção que, em 1954, era de 2.700 barris, por dia, é hoje de 45.000 barris por dia, o que já corresponde a 20% do consumo nacional. Ora, se considerarmos que o Brasil é hoje o 9º ou 10º consumidor de derivados de petróleo do mundo, seremos levados a admitir que a nossa produção já é bastante expressiva. Convém esclarecer que, mesmo em números absolutos, o aumento anual de produção já está superando o aumento de consumo.

Embora a ninguém seja dado garantir que será mantida a percentagem de aumento que se vem observando — já que não é lícito fazer promessas por conta do sub-solo — todos os dados de que dis-

pomos são no sentido de que a produção deverá prosseguir em ritmo crescente. Os prognósticos são muito favoráveis neste particular. As últimas descobertas de petróleo na Bahia têm sido extremamente significativas. Entre elas, citaremos:

a) descoberta de óleo na Baía de Todos os Santos (extensão do Campo de D. João), já tendo sido perfurados 40 poços sobre água, todos produtores;

b) desenvolvimento da região do Campo de Candeias, que abriu igualmente nova frente de trabalho para dentro do mar, com ótima potencialidade;

c) perfuração de poços em Catu com uma produção média de 1.200 barris por poço, o que pode ser considerado excepcional. Já, há, pelo menos, 30 poços do tipo;

d) descoberta de óleo na formação designada por "Aliança", onde havia a convicção generalizada de inexistência de petróleo. Isto importa na positividade de um novo horizonte produtor, também de extraordinárias possibilidades;

e) descoberta de novo alto estrutural, ao sul do Campo de Dom João, cuja produção, aos testes, se revelou bastante expressiva;

f) descoberta de novo campo produtor na região de São Pedro.

Essas ocorrências no Recôncavo Baiano já de si justificam os prognósticos favoráveis. A elas devemos acrescentar a recente descoberta de petróleo na região de Alagoas, que poderá vir a ser de grande importância, sem mencionar as possibilidades de se apresentar, a qualquer momento, produção realmente comercial na Bacia Amazônica, onde a Petrobrás, com base na descoberta pioneira de Nova Olinda, está invertendo mais de um bilhão de cruzeiros neste ano, e já efetuou uma impressionante concentração de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros. Já há onze sondas pesadas operando nas selvas amazônicas, número que deverá subir a 15 unidades dentro de poucos meses.

Prosseguem ativamente as perfurações visando à descoberta de óleo no Maranhão e na região do sul do país.

Isto quanto à produção.

REFINAÇÃO

Quanto à refinação, trata-se de problema inteiramente equacionado. O Brasil já está refinando mais de 60% do consumo, e, de acordo com o programa, em plena execução, de construção de novas refinarias da Petrobrás, e ampliação das existentes, estaremos, em princípios de 1961, refinando praticamente 100% do consumo nacional.

TRANSPORTE

Quanto ao transporte, deve-se dizer que a nossa frota, que já desloca uma considerável tonelagem (26 navios, totalizando 230.000 ton. d. w.), terá a sua capacidade duplicada até 1960, o que a converterá em uma das grandes frotas de petroleiros do mundo. Nossos petroleiros têm contratos de fretes com as várias companhias estrangeiras e operam em todos os oceanos, produzindo divisas para o Brasil.

O NÚMERO DE SONDAS E A PRODUÇÃO

É hábito julgar da capacidade da Petrobrás com base no número de sondas. Este número não serve como ponto de referência pela simples razão de que não há uma relação direta entre o número de sondas e a produção que elas podem ocasionar. O Brasil já é, segundo as estatísticas disponíveis (que não incluem a Rússia), o sexto país em número de sondas, e está atrás apenas dos seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Alemanha Ocidental, México e Venezuela. Temos hoje 45 sondas e deveremos dispor de 54 sondas dentro de alguns meses. Entretanto, a produção está relacionada com o número de sondas, mas com diversos outros fatores, inclusive o comportamento e a produtividade das jazidas. Para que se veja como va-

ria essa produtividade, basta que se diga que a produção média por poço, nos Estados Unidos, é de 12 barris por dia; no México de 180, na Venezuela de 250 (no Brasil era de 35 em 1954 e é hoje de 170). No entanto, no Oriente Médio, a produção média diária por poço, é, inacreditavelmente, de 6.000 barris. Isto é, cada poço árabe vale 500 poços norte-americanos. Isto explica porque o Kuwait, que é o maior produtor de petróleo do Oriente Médio (que em conjunto é o segundo do mundo) tem apenas 5 sondas em operação. A Venezuela, que produz pelo menos cinquenta vezes mais petróleo do que nós, emprega cerca de cem sondas somente, o dobro das que temos. Não tem sentido, portanto, estabelecer uma proporção rígida entre a capacidade de produção e a quantidade de sondas. Já temos muito mais de 300 poços produtores no Brasil. Se eles tivessem a produção dos poços do Oriente-Médio, já estaríamos produzindo dez vezes o total do nosso consumo. Quero com isto frisar apenas que o número de sondas não deve ser encarado como ponto de referência decisivo para o entendimento da matéria. Como sonda é coisa muito cara, criou-se em torno desse problema uma série de equívocos, tendentes a causar na opinião pública um clima de desânimo que não tem o menor fundamento, mesmo porque a Petrobrás dispõe de sondas em número suficiente para o programa traçado e não tem a menor dificuldade, seja financeira, seja técnica, para ampliar esse número à proporção que o desenvolvimento dos trabalhos for reclamando.

RESERVAS

Quando da instalação da Petrobrás, as reservas de petróleo armazenadas no subsolo baiano foram estimadas em 50 milhões de barris. De acordo com a última avaliação, essas reservas já alcançaram hoje 350 milhões de barris. Seu valor é de um bilhão de dólares, importância por si suficiente a lastrear qualquer programa de petróleo.

De todo o exposto se conclui que incorrem em equívoco todos aqueles que encaram a Petrobrás como uma empresa pequena, pobre de recursos e, portanto, incapaz de resolver, em tempo útil, o problema que lhe foi confiado.

SEGUNDO EQUIVOCO

"A Petrobrás é uma repartição e não é com repartição pública que se acha petróleo. Temos uma experiência bastante amarga no Brasil, e já sabemos o que acontece quando o Estado se mete a explorar uma atividade industrial."

O erro está na premissa. A Petrobrás não é uma repartição pública. É uma *Sociedade Anônima* e, o que é mais importante, vem se comportando como tal. Repartição era o Conselho Nacional do Petróleo, no qual trabalhei e cujo esforço pude testemunhar. A escassez de recursos do Conselho e a falta de flexibilidade organizacional, aliada às demais limitações que tornam incompatível a condição de repartição pública com o exercício da atividade industrial, explicam porque a Petrobrás, em três anos, já produziu três vezes mais petróleo do que o Conselho em quinze anos. Note-se que os homens que tornaram possível essa produção vieram, em sua maior parte, do Conselho Nacional do Petróleo. Honra se faça, portanto, ao trabalho do Conselho, sobre o qual se fundamentou a atual grandeza da Petrobrás. Mas forçoso é reconhecer que, com a inflexibilidade decorrente de sua natureza jurídica, impossível seria ao Conselho atingir os índices que a Petrobrás vem obtendo.

A organização da Petrobrás inspirou-se na das grandes companhias. Tenho uma parcela de responsabilidade nisto, porque fui o autor do Plano de Organização adotado pela Companhia, que se afastou intencionalmente dos padrões do serviço público brasileiro. É certo que a Petrobrás ainda está numa fase de transição, porque herdou um acervo de praxes e hábitos trazidos do Conselho, mas essas características estão sendo superadas à

proporção que se vai implantando a nova organização. É indiscutível que predomina na Companhia o clima de empresa industrial. Seu horário é o de tempo integral — 8 às 12 e 14 às 18 horas — o que constitui o mais eficiente desestímulo ao empreguismo. Sua velocidade de operação vem sendo registrada com surpresa nas publicações especializadas estrangeiras. A empresa vem demonstrando extraordinária agressividade, embora só agora esteja firmando, no Brasil, o crédito que já firmou no exterior. Ironicamente, o brasileiro tem sobre a Petrobrás certas dúvidas que o estrangeiro não tem. As companhias de petróleo e os fornecedores internacionais negociam intensamente com ela e concedem-lhe créditos crescentes, como mais adiante comentaremos.

A Petrobrás não é, portanto, uma repartição pública, mas uma grande e flexível companhia de petróleo. A prova está na surpreendente expansão que imprimiu a todos os índices da indústria nacional de petróleo.

TERCEIRO EQUIVOCO

"A Petrobrás foi constituída à base de um nacionalismo estreito, agressivo e estéril. Além de não haver mais lugar, no mundo de hoje, para essa atitude, que revela antes de tudo um complexo de inferioridade, é absurdo pensar que podemos abrir mão dos créditos, do equipamento e da técnica estrangeira, que só as grandes companhias estão em condições de fornecer."

Este equívoco é o mais generalizado, e nele incorrem não só os adversários como defensores da Petrobrás.

Não foi dentro desse espírito que foi concebida nem está funcionando a Companhia.

Mantendo rigorosamente, na forma da lei, o controle nacional sobre a propriedade, a direção e os frutos da exploração, a Petrobrás tem utilizado amplamente, como é indispensável, e como já fazia o Conselho, a técnica, os equipamen-

tos e os créditos de origem estrangeira.

Quanto à técnica, tem-na recrutado, sem impedimentos, no mesmo mercado de trabalho onde vão buscá-la as companhias internacionais. Não sei mesmo de nenhuma empresa estrangeira no Brasil que tenha a seu serviço mais técnicos estrangeiros do que a Petrobrás. Centenas desses profissionais, de todas as nacionalidades, vêm trabalhando ao lado dos técnicos brasileiros, que os vão progressivamente substituindo à proporção que se expande o programa de formação e treinamento de pessoal especializado.

Além do contrato individual de técnicos, tem a Companhia inúmeros contratos com firmas estrangeiras, para a realização de trabalhos de perfuração, geofísica e muitos outros serviços especializados. A propósito, é bom que se saiba que as grandes companhias internacionais também não executam todos esses serviços diretamente. Basta dizer que noventa por cento das perfurações realizadas nos Estados Unidos são feitas mediante contrato. Isto mesmo é o que a Petrobrás vem fazendo, em escala crescente, como já fazia, anteriormente, o Conselho Nacional do Petróleo. Não há o menor problema nem dificuldade, portanto, na expansão dessas atividades, para cuja realização existem sempre contratantes disponíveis, recebendo por serviços prestados ou por metro perfurado.

Quanto aos equipamentos, também não existe dificuldade. Os fornecedores estrangeiros de sondas, refinarias, material de produção, petroleiros, etc., disputam ardorosamente a preferência da Petrobrás, que é importante comprador, e concedem-lhe todas as facilidades, inclusive financiamentos.

Para o programa de construção de refinarias, por exemplo, tem contado a Petrobrás, invariavelmente, com ofertas de crédito dos fabricantes europeus de equipamento e mesmo de consórcios bancários, que importam, na prática, em financiamento de 70 a 80% de seu custo, para pagamento com o lucro, a

partir do início do funcionamento das refinarias. As próprias companhias internacionais de petróleo, desejosas de colocar os excedentes de sua produção, estão começando a oferecer créditos vultosos para a construção das novas refinarias da Petrobrás, como acaba de acontecer na concorrência para fornecimento de petróleo bruto à futura refinaria do Rio de Janeiro, onde ficou assegurado à Petrobrás, pelas companhias fornecedoras, um crédito de onze milhões de dólares para financiamento do equipamento, além de outras vantagens adicionais.

Para que se tenha idéia de como têm sido usados os créditos em moeda estrangeira, basta mencionar os seguintes empreendimentos da Petrobrás cuja inversão em divisas foi financiada por créditos proporcionados pelas organizações interessadas no fornecimento de equipamentos ou de matéria-prima:

- a) Usina de Asfalto de Cuba-tão, já concluída e em operação;
- b) Fábrica de Fertilizantes, já concluída e em início de operação;
- c) Terminal marítimo em Santos ou São Sebastião — Aguardando decisão final do M. Viação;
- d) Ampliação da Refinaria de Mataripe, de 6.000 para 37.000 barris. Em execução.

Todos esses financiamentos, que montam a muitas dezenas de milhões de dólares, vêm sendo liquidados sem a menor dificuldade pela Petrobrás, por se tratar de empreendimentos de rápida amortização e extraordinária repercussão no balanço cambial. Como se vê, o emprêgo não só da técnica estrangeira como do próprio capital estrangeiro tem sido amplo. E esse capital tem sido utilizado na modalidade mais conveniente para o Brasil, que, no caso, é a de financiamento, facilmente resgatável a prazo médio.

Não é verdade, portanto, que a solução Petrobrás seja a expressão de um nacionalismo estreito e jacobino. É, pelo contrário, uma solução esclarecida e flexível, que permite a máxima cooperação estrangeira, sem o menor sacrifício

do controle nacional da propriedade e dos frutos da exploração dessa extraordinária riqueza, que deve proporcionar a Petrobrás, só neste ano, um lucro líquido superior a Cr\$ 2,5 bilhões de cruzeiros.

Se isto é ser "tupiniquim", forçoso é convir que estamos em face de um "tupiniquim" muito inteligente, que sabe utilizar, em seu proveito, a técnica e o dinheiro dos tupiniquins de todas as nações.

QUARTO EQUIVOCO

"Se for alterada a lei da Petrobrás, as grandes companhias internacionais, que estão vivamente interessadas na exploração do nosso petróleo, estarão prontas a inverter imediatamente, somas consideráveis nos trabalhos de pesquisa, em montantes nunca sonhados pela Petrobrás. Só assim poderá ser convenientemente acelerada a solução do problema, pouco importando que aquelas companhias ganhem dinheiro, se o Brasil com isto também enriquece."

Este prognóstico não encontra o menor fundamento nas atuais circunstâncias de fato.

O problema brasileiro é o de descobrir e produzir, com a maior rapidez possível petróleo em quantidade suficiente às nossas necessidades, de forma que nos libertemos do grande dispêndio em divisas que ainda representa a importação de derivados.

Nas circunstâncias atuais, a alteração da legislação em vigor não deverá trazer nenhuma contribuição substancial para a solução desse problema, pela simples razão de que o interesse brasileiro, neste particular, não coincide com o das companhias internacionais de petróleo. É o que a seguir se demonstra:

A) Em primeiro lugar, a conjuntura internacional de petróleo é de franca *superprodução*. Existe uma enorme sobra de capacidade não utilizada nos Estados Unidos, na Venezuela e no Oriente-Médio. Os poços norte-americanos estão trabalhando notoriamente muito abaixo de sua capacidade real, e o governo dos Estados Unidos, aten-

dendo à pressão dos produtores domésticos, acaba de impor às companhias internacionais limitações à importação de derivados, o que produzirá maiores excessos na Venezuela. As reservas do Oriente-Médio, segundo as últimas estimativas, já atingem a fantástica importância de 230 bilhões de barris, o que equivale ao consumo brasileiro durante vários milhares de anos. A produção de petróleo vem crescendo em todos os países, em escala globalmente muito superior à demanda de petróleo.

A situação hoje é, portanto, absolutamente oposta à que ocorreu logo após a primeira guerra mundial, quando um sentimento quase de pânico a eventual escassez de petróleo motivou o interesse agudo e agressivo das grandes companhias nos trabalhos de produção, responsável pelos empreendimentos da Venezuela e do Oriente-Médio.

Não quer isto dizer que aquelas companhias não estejam interessadas na obtenção de concessões. A obtenção de concessões para o fim de garantir o controle de reservas potenciais é uma política permanente das grandes companhias, que não trabalham para 5 ou 10 anos, mas para muito longe, no futuro. Não hesitarão mesmo, em inverter uns poucos milhões de dólares, desde que necessários à obtenção de concessões promissoras, em condições favoráveis. Tais concessões, entretanto, não representariam nenhuma contribuição substancial para o problema brasileiro, que é o de produzir dentro do menor prazo possível, e em quantidade suficiente às nossas necessidades. A urgência é problema exclusivamente nosso e por nós poderá ser resolvido. Ninguém, senão nós, tem interesse em realizar grandes investimentos para resolvê-lo. Temos um exemplo frisante no contrato recentemente ajustado por Perón com uma das grandes companhias internacionais e que não chegou a ser executado, tendo sido, aliás, uma das razões de sua queda. Vejamos que contrato era esse: tratava-se realmente de uma concessão, de 40 anos, sobre extensa e promissora faixa de território argentino. Entretanto, o

único compromisso de investimento assumido pela concessionária foi o de, durante os primeiros 4 anos do contrato, inverter treze e meio milhões de dólares. Ora, treze e meio milhões de dólares, correspondem ao que a Petrobrás está invertendo, não em 4 ou 40 anos, mas em pouco mais de um mês.

Outro exemplo ainda mais recente. Acabamos neste momento de ler, na edição do "Time", de 21 de outubro, notícia de uma importante concessão que teria sido feita pelo Paraguai, abrangendo enorme zona do Chaco, junto a campos já produtores, bolivianos e argentinos. Essa concessão, que a revista se permite apontar como um exemplo a ser seguido pelo Brasil, pelo vulto da contribuição estrangeira, implicará, segundo "Time", em inversão da ordem de 6 milhões de dólares em 4 anos, isto é, 1,5 milhão por ano. É o que a Petrobrás está invertendo em apenas quatro dias.

Isto é facilmente explicável, uma vez que, a par de seu compreensivo desinteresse em agravar problemas de superprodução, as grandes companhias de petróleo, que operam no mundo inteiro, têm solicitações de investimento de toda parte, mormente nos países onde há muito se engajaram em programas extensos, em troca de concessões extremamente vantajosas, e em condições de operação muito mais favoráveis, salubres e confortáveis do que a região amazônica, por exemplo.

B) Como já foi dito, o Brasil, que é o 9º ou 10º consumidor do mundo, representa um excelente mercado para os produtos das companhias internacionais, às quais (não obstante a economia de 100 milhões de dólares, já obtida com o rápido avanço da indústria nacional de petróleo) ainda pagamos anualmente, cerca de 250 milhões de dólares. Ora, é um contra-senso supor que aquelas companhias estejam assim vivamente interessadas em destruir rapidamente esse grande mercado, vindo para cá inverter somas vultosas na pesquisa e produção imediata de petróleo.

C) Todas as grandes companhias internacionais, sem exceção, são empresas integradas, isto é, exploram as várias fases da indústria de petróleo, desde a pesquisa até a distribuição, passando pelas fases intermediárias da produção, refinação e transporte. Essa integração é uma das características da indústria do petróleo, dada a necessidade de compensar os riscos, principalmente os da fase da pesquisa. Com a recente instalação da indústria nacional de refinação, passamos a processar mais de 60% do consumo, não havendo nenhum problema técnico ou financeiro para a conclusão em 1961, do programa de auto-suficiência, que já se acha em franca execução. Impedidas, portanto, de explorar a fase de refinação, é inteiramente improvável que as companhias internacionais cometam a insensatez de vir para o Brasil inverter grandes somas na fase mais arriscada, que é da pesquisa, para se e quando for descoberto o petróleo, entregar esse petróleo às refinarias da Petrobrás, ao preço que for fixado pelo Governo.

D) Em qualquer hipótese, e ainda que não existissem as circunstâncias que apontamos nos itens anteriores, as somas de que as grandes companhias poderiam dispor para inverter no Brasil, seriam inexpressivas e irrelevantes se defrontadas com a extraordinária mobilização de recursos financeiros que a Petrobrás está realizando. Realmente, ante o vulto de seus investimentos atuais em todo o mundo podemos razoavelmente antecipar que, se as grandes companhias se reunissem e, tomadas de inexplicável altruísmo, resolvessem adotar a política suicida de ajudar o Brasil a não importar petróleo, as somas que, neste momento, estariam dispostas a inverter no Brasil na pesquisa e produção de óleo estariam muito longe de representar uma contribuição substancial ao esforço da Petrobrás.

QUINTO EQUIVOCO

"A manutenção da Petrobrás importa numa grande sangria de dólares no nosso orçamento de divisas, dólares que poderiam ser em-

pregados noutras utilidades essenciais ao nosso progresso e conforto."

Esta afirmação tampouco corresponde à realidade. De acordo com a regulamentação atualmente em vigor, a Petrobrás está autorizada a consumir anualmente até 89% da economia de divisas provenientes diretamente do funcionamento da indústria nacional de petróleo. A produção global dessa indústria em 1957 representará uma economia de 100 milhões de dólares, para a qual só a Petrobrás deverá contribuir com 80 milhões. Nada mais razoável do que lhe assegurar o justo privilégio de empregar essa economia na importação de equipamentos e no pagamento de serviços em moeda estrangeira, indispensáveis ao seu programa.

Como se vê, longe de importar numa sangria, a indústria nacional de petróleo ainda contribui para o nosso orçamento cambial com 20% das economias que proporciona.

SEXO EQUÍVOCO

"Bastou que o petróleo passasse a ser refinado no Brasil para que os derivados dobrassem de preço. Imagine-se onde iremos parar quando cessar inteiramente a importação..."

Esta é uma grande injustiça às refinarias nacionais, que têm sua principal origem em infeliz coincidência, o fato de haverem as autoridades fazendárias deliberado elevar enormemente os ágios sobre os produtos de petróleo importado, justamente no momento em que entravam em funcionamento as refinarias nacionais (fins de 1954). Essa lamentável coincidência deu ao consumidor a injusta impressão de que o aumento de preços estava relacionado com o início da refinação nacional.

Convém, aliás, esclarecer que, de acordo com a lei, o que comanda as variações de preço não é o produto nacional, mas o importado. O preço para o consumidor é fixado pelo Conselho Nacional do Petróleo, com base no custo do produto importado. Sucede que, em relação a este último, ocorreram, a

partir de outubro de 1954, sucessivos aumentos, por motivos inteiramente alheios às refinarias brasileiras. Além da grande majoração nos ágios, foram substancialmente aumentados o custo internacional dos produtos e dos fretes marítimos, o imposto único sobre combustíveis líquidos e a parcela destinada às companhias distribuidoras. Todos esses aumentos independentemente do fato de uma parte dos derivados ser refinada no Brasil. Incidiram sobre o produto importado e, conseqüentemente, refletiram-se, de forma automática, no preço fixado pelo Conselho para o consumidor.

CONTRIBUIÇÕES EXPRESSIVAS À ECONOMIA NACIONAL

Não deve esta exposição ser encerrada sem breve referência à significativa contribuição que a Petrobrás vem prestando a outros importantes setores de nossa economia. Basta mencionar a Usina de Asfalto e a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão. A primeira, em operação há mais de um ano, abastece integralmente o mercado brasileiro, tendo abolido praticamente a importação de asfalto, não obstante estar utilizando apenas 1/4 de sua capacidade. A segunda, ora nos testes finais para início de operação, suprirá igualmente todo o mercado de fertilizantes nitrogenados. Trata-se de um investimento de 800 milhões de cruzeiros, de enorme significação econômica.

A par dessa decisiva contribuição ao transporte rodoviário e à agricultura, deve ser ressaltado o impulso da Petrobrás à indústria nacional, na qual vem colocando encomendas de materiais e equipamentos em ritmo crescente. A título de ilustração, saiba-se que as encomendas à indústria nacional, referentes à construção, ora em início, da grande Refinaria do Rio de Janeiro, estão orçadas em Cr\$., 900.000.000,00, isto é, cerca de 30% do custo total da refinaria.

Os grandes fabricantes paulistas de equipamento já de há muito constituíram, com o apoio da Petrobrás, uma organização conjunta, equipada para estudar e traduzir em

têrmos de indústria nacional as especificações estrangeiras de equipamento de petróleo que lhe são encaminhadas pelos vários setores da Petrobrás.

Importantíssima é ainda a contribuição da Petrobrás ao nascimento, entre nós, de uma indústria que na América do Norte, vem acusando maiores índices de investimento do que a própria indústria de petróleo: a indústria petroquímica. A Petrobrás está concluindo as instalações da fábrica de eteno que aproveitando os gases residuais da Refinaria de Cubatão funcionará como supridora de matéria-prima e ponto de partida para um grande parque industrial privado, que já se está estabelecendo na zona de Cubatão. A indústria petroquímica abrange extensíssima gama de produtos, compreendendo, entre muitos outros, os plásticos, detergentes, corantes, fungicidas, inseticidas, fertilizantes, estireno, polietileno, etc. No momento está a Petrobrás concluindo estudos sobre a montagem

direta de uma fábrica de borracha sintética, tendo em vista o ônus de 8 milhões de dólares que representa, anualmente, a nossa importação de borracha.

APÊLO FINAL

Preservemos a Petrobrás do debate político-partidário:

Ao concluir esta exposição, dirijo um apêlo a todos os partidos políticos correntes de opinião no sentido de que esse extraordinário empreendimento industrial que é a Petrobrás capaz, por si só, de alterar substancialmente as condições de vida do povo brasileiro, seja, quanto possível, preservado do debate político-partidário, dos conflitos ideológicos e das mutações governamentais.

O destino da enorme empresa — que nasceu sob o signo feliz do consenso multipartidário — não pode nem deve estar ligado à sorte de nenhum partido, regime político ou doutrina social.

FERRO, AÇO E METAIS, EM GERAL

Aço em barras e vergalhões. Trefilados — Canos de ferro galvanizados, pretos, vermelhos e de aço — Chapas de ferro galvanizadas, pretas e corrugadas — Cobre e latão em barras, chapas e vergalhões — Importadora de todas as linhas do ramo — I.U.T.L.H. em vigas.

Eixos de Transmissão

... FERRO EM BARRAS, VERGALHÕES E CANTONEIRAS ...

ALMEIDA, COMÉRCIO, IMPORTADORA DE FERRO E AÇO, LTDA.
Distribuidora das Companhias Siderúrgica Nacional, Siderúrgica Belgo-Mineira e de outras procedências

Escritório e Vendas:

RUA DOS ARCOS, N. 28/42 — FONES: 22-1342 E 52-2104
(Rêde Interna)

Depósito:

RUA GENERAL BRUCE, 102 — FONES: 54-0860 E 28-7519 —
Rio de Janeiro

Endereço Telegráfico "ACIFAÇO"

RIO DE JANEIRO



COMÉRCIO REGIONAL E PAGAMENTOS NA AMÉRICA LATINA (1)

LUIS S. SWENSON

Convencidos da necessidade e da mútua vantagem de u'a maior colaboração econômica entre os países latino-americanos temo-nos esforçado em publicar nesta Revista os documentos que refletem as conquistas realizadas nesse setor. Assim é que ora divulgamos a interessante conferência que o Sr. Luís N. Swenson, Vice-Diretor da Comissão Econômica para a América Latina, pronunciou na 5ª Reunião de Técnicos de Bancos Centrais do Continente Americano, realizada em Bogotá no mês de novembro de 1957 e na qual problemas comuns aos países da América Latina são tratados com proficiência e nitidez

O Dr. Prebisch pediu-me para exprimir o seu mais sincero pesar por não poder, impedido por outros compromissos, comparecer a esta reunião. Como todos sabem, ele sempre acompanhou o trabalho dos Bancos Centrais com profundo in-

teresse e tem comparecido a estas reuniões desde o seu início.

O Secretário da ECLA sente-se grato pela oportunidade de explicar sucintamente o trabalho da Comissão referente a comércio e pagamentos regionais. Esses problemas

(1) Tradução de Helena Doria.

devem, naturalmente, ser encarados no âmbito do comércio, e pagamentos mundiais e sentimo-nos felizes por termos um excelente trabalho apresentado pelo Prof. Triffin nesta reunião. É um trabalho pensado, — pois não nos dá ele somente uma análise incisiva dos fatos mas, também, as suas interpretações e opiniões são altamente sugestivas para os Latino-Americanos, especialmente no que diz respeito à política monetária, destinada aos interesses de longo prazo dos países subdesenvolvidos e ao papel dinâmico que a integração regional poderá exercer, acelerando o crescimento econômico. Não preciso lembrar aos Banqueiros Centrais que ele fala com a experiência de um homem que tem contribuído com fé e habilidade para a aplicação prática desses princípios.

PERSPECTIVAS PARA CONVERSIBILIDADE

Triffin chega a duas amplas conclusões: primeiro, que a conversibilidade está próxima, pois que, o nosso estágio atual é o de quase conversibilidade; segundo, que a integração econômica regional e conversibilidade de âmbito mundial, para usar sua própria expressão, "constituem metas complementares e de mútuo apoio para a política econômica". Qualquer um que tenha lido seu livro recente sobre *"A Europa e a Confusão Monetária"* (*Europe and the Money Mud*) mal poderá duvidar de que a força e estabilidade da Europa Ocidental são devidas, em proporção não pequena, à cooperação e a acordos regionais. A eficiência produtiva, o crescimento econômico e o comércio baseados em sólidas políticas monetárias, têm sido estimulados ao mesmo tempo que uma defesa comum foi erguida contra flutuações externas. Até os puristas em matéria monetária, que olham de soslaio para os esquemas regionais de pagamentos e os consideram meros paliativos e alternativas, de preferência a degraus para a conversibilidade universal, não contestam a conclusão final de Triffin de que esses países nunca mais depositarão a sua plena

confiança em conversibilidade mundial, como nos dias do padrão ouro automático ou em estreitas políticas econômicas nacionalistas.

Embora não diga que "a conversibilidade esteja ao alcance da mão" poderá ele estar um pouco otimista demais sobre a proximidade da conversibilidade universal. O hiato entre a exportação e a importação americana não está diminuindo; na realidade, tem estado aumentando durante os dois últimos anos, e o que talvez seja mais importante, a composição e direção das exportações e importações nos EE.UU. são tais, que não parece haver uma solução imediata para o problema. Os EE.UU. vendem utilidades primárias para todas as áreas, mas o grosso de seu comércio com a América Latina e outras regiões subdesenvolvidas, é uma troca de manufaturas por utilidades primárias, um excedente comercial relativamente pequeno sendo coberto por investimento, empréstimos, concessões e outros empréstimos com recibos em moeda local pela venda de excedentes agrícolas. Por outro lado, os EE.UU. compram manufaturas da Europa, as quais mal são suficientes para pagar a sua própria exportação de manufaturas para a Europa. Além dessa quantia, os EE.UU. vendem utilidades primárias à Europa — cerca de 2.500 milhões de um total de 5.000 milhões de exportação em 1936. Ora, se a Europa pudesse cobrir uma parte considerável desse déficit comercial, com dólares adquiridos de terceiros — tanto quanto fosse necessário para fazer face aos requisitos do seu balanço, incluindo reservas monetárias, porém sem concessões e despesas extras pelos EE.UU. — não haveria problema de dólar. Isso, ela não tem podido fazer, apesar de um aumento na sua eficiência produtiva e capacidade de competir. As vendas das manufaturas da Europa para a América Latina, por exemplo, não têm sido maiores do que a quantidade que a América Latina poderia pagar com suas próprias exportações para a Europa. Nessas circunstâncias e devido à complementação de seu comércio, a Amé-

rica Latina e a Europa têm um incentivo para elevar esse seu comércio a um nível tão alto quanto possível.

O que é importante para os países da América Latina é que a plena conversibilidade das moedas da Europa Ocidental entre eles, seja mantida, de modo que cada país latino-americano possa usar qualquer moeda européia que receba, para comprar o que quiser em qualquer outro país europeu. A América Latina deveria aproveitar-se dos vários acordos regionais multilaterais existentes na Europa, para criar o seu próprio sistema multilateral, usando para isso, tanto quanto possível, esquemas de organizações tais como os Clubes de Haia e Paris. No entanto, as perspectivas de qualquer aumento de vulto nas importações européias da América Latina, não parecem muito promissoras e, como veremos, tem isso importante repercussão no comércio e nos pagamentos.

Já que o Professor Triffin nos forneceu o maior esquema de comércio mundial e pagamentos, concentraremos nossos esforços, principalmente, na exposição desses fatores e movimentos dentro da América Latina, que atuam como força propulsora para a integração regional.

FATORES BÁSICOS CAUSADORES DO DESEQUILÍBRIO

Antecipando o que temos a dizer sobre isso, gostaríamos de salientar as seguintes proposições:

Que, para a maior parte dos países da América Latina em processo de desenvolvimento, há um hiato, — em alguns casos bastante grande — entre as necessidades de importação e a capacidade de importar que, a parte de outros fatores, cria um desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, o que é difícil de corrigir completamente por meio de políticas sólidas, monetária e cambial, sem atrasar seu desenvolvimento;

Que, para os países latino-americanos, cujo comércio é relativamente grande com a Europa e

outros países latino-americanos, esse desequilíbrio básico tem-se tornado mais crítico pela estagnação do comércio interlatino-americano e latino-americano-europeu, sendo o grau de importância correlato com a proporção relativa que o comércio de cada país com a Europa e outros países latino-americanos e do seu próprio comércio total;

Que os países mais afetados por esta estagnação do comércio são aqueles que têm que recorrer ao bilateralismo e restrições cambiais quantitativas;

Que, se uma taxa satisfatória de desenvolvimento econômico deve ser mantida, o hiato da capacidade de importação-demanda somente poderá ser preenchido por substituição de importação, já que os ganhos de exportação não poderão ser aumentados para fazer face às necessidades;

No entanto, a disposição de recursos e a alimentação de mercados nacionais em relação a tecnologias e vulto ideal de operações e os requisitos especializados e a composição de importações, imporão limites à possibilidade de substituição de importação restaurando o equilíbrio;

Isso nos leva à conclusão que, se um país, no processo de industrialização, não pode, ao mesmo tempo, expandir a sua exportação primária a um grau suficiente alto para satisfazer a demanda de importação e criar uma economia não especializada com tudo o que isso implica para a proliferação de indústrias e tecnologias, terá de desenvolver indústrias para exportação.

Para melhor clareza, citamos essas proposições em termos um tanto dogmático. A evidência para sua corroboração poderá ser encontrada em estudos da CEPAL, particularmente em estudos de países: a análise, por exemplo, e projeções do crescimento econômico da Colômbia, Brasil, México, Bolívia e Argentina. Os problemas específicos desses países são assaz diferentes; o volume e direção de seu comér-

cio são diferentes, e estão em estágios diferentes de desenvolvimento, mas todos sofrem do mesmo desequilíbrio estrutural embora em graus diversos. Podemos acrescentar que a situação atual do Chile ilustra também esse ponto. Exceto a Bolívia, esses países, estão em estágios semelhantes no que concerne à sua demanda de maquinaria, equipamento e materiais, tais como, metais, produtos químicos, etc., para produção industrial.

COMÉRCIO LATINO-AMERICANO COM A EUROPA E OS EE.UU.

Consideremos primeiro a recente tendência do comércio da América Latina. Aproximadamente 85% de seu comércio é feito com a Europa e América do Norte. Os ganhos de exportação da América Latina e a sua capacidade de importação, elevaram-se em ritmo acelerado durante os primeiros tempos de após guerra, como resultado da recuperação do comércio europeu e de um progresso, em termos de comércio, no período de 1947 a 1951. Mas, o volume de exportações para a Europa não alcançou o nível da segunda metade dos 20. Nos anos de 1947 a 1951, foram até 28% mais baixo. Por outro lado, as importações latino-americanas da Europa, foram aproximadamente, de igual nível aos anos anteriores, ao passo que, se tomarmos o período de 1951 a 1955, foram mais ou menos 20% mais elevadas. A estagnação do comércio entre a Europa e a América Latina tem sido causada principalmente pelo afastamento parcial da América Latina pelos territórios de ultramar e áreas associadas, como fontes que são de alimentos e matéria-prima para países da Europa Ocidental. A participação latino-americana na importação total da Europa Ocidental de produtos primários caiu de 30 a 35% de 1926-1929 a 1953-1955. O aumento da produção europeia de produtos alimentícios e uma política errada de desenvolvimento por parte de certos países latino-americanos, foram também fatores que contribuíram para soffrer a demanda europeia de utilidades latino-americanas. O impacto des-

sa estagnação foi mais forte nos países meridionais da América do Sul, que mais dependiam da Europa como mercado; antes da guerra, 75% das exportações da Argentina e do Uruguai iam para a Europa, mais de 50% das do Brasil e do Chile, e 90% da Bolívia. As percentagens correspondentes, desde a guerra, são de 55%, 35%, 25% e 35%.

Enquanto isso, o comércio com os EE.UU. continuou a crescer — as exportações em 1948-50 tendo sido 50% superiores às do período de 1926-29 e as importações, duas vezes e meia o nível anterior. Isso concorda com a tendência para longo prazo da importação da América Latina pelos EE.UU. a qual mostra um movimento em ascensão, tanto em valor quanto em volume, de 1900 a 1950, que acompanhou mais ou menos a produção industrial dos EE.UU., embora o ritmo de crescimento das importações totais dos EE.UU. fossem sensivelmente menores. Desde 1950, o volume das importações da América Latina pelos EE.UU., não se têm elevado, embora o valor seja um tanto quanto maior. Todos os países latino-americanos, beneficiaram-se, de um certo modo, desse surto no comércio com os EE.UU., porém, os lucros maiores em volume global de comércio, foram obtidos pelos países ao Norte do Equador, cujo comércio, na sua maioria era antes da guerra dirigido para os EE.UU. Como já salientamos anteriormente, foram os países sem dólares forçados, por essas circunstâncias, a entrar em acordos bilaterais.

O papel do comércio e da substituição da importação em desenvolvimento econômico, tem sido amplamente estudado e é bem conhecido nos seus aspectos principais. A fim de ligar o fator comércio aos requisitos de crescimento da economia regional integrada, é suficiente relembrar aqui, duas tendências em comércio e desenvolvimento. Uma, é que, nos países latino-americanos que estão conseguindo intensificar o seu desenvolvimento, a demanda de importação cresce em ritmo mais elevado do

que a capacidade de importação, exceto casos muito especiais em que o aumento de exportações é grandemente favorável. A outra, é que há uma mudança marcante na estrutura de importação, como resultado de substituição de importações. A menos que a substituição de importação seja adequada, o que não é provável em uma economia em desenvolvimento, a razão decrescente da importação-renda causa um desequilíbrio no balanço de pagamentos, além de outros fatores causadores de desequilíbrio, tais como inflação, inconvertibilidade de moedas e flutuações, em prazo curto, de preços e volumes de comércio. Isso, por sua vez, tem levado em alguns casos, a políticas erradas de substituição de importação e a investimentos mal dirigidos e distorções em produção.

Calculamos que a elasticidade da renda de demanda de manufaturas na América Latina é de 1,6, ao passo que a elasticidade de demanda em países altamente industrializados, para a importação de utilidades primárias, é de 0,7. A tendência da demanda de importação a desenvolver as economias para elevá-las a uma proporção maior que a renda nacional e a aumentar as exportações em menor proporção, é amparada por estudos de fluxo do comércio, desde a guerra, em outras áreas subdesenvolvidas, assim como na América Latina também. Com relação a isso, além de estudos da CEPAL, pode-se mencionar o "World Economic Survey of 1956" das Nações Unidas, e o "Estudo do Comércio Internacional em 1956" do GATT. O estudo do GATT é particularmente interessante, porque mostra que a maior parte dos grandes lucros em comércio internacional são devidos a comércio de manufaturas entre países industriais e que, a participação das áreas não industriais no comércio mundial, tem caído acentuada e constantemente, não só em relação ao período de antes da guerra, mas também no período mais curto desde 1950, isto é, de 41,6% em 1950 e 34,5% em 1956.

Já anotamos que a América Latina encontrava-se em situação especialmente favorável em seu comércio com os EE.UU. e é interessante observar, que aqueles países cujo comércio tem sido sempre amplamente dirigido para o mercado norte-americano e que se têm sempre beneficiado mais com a sua expansão, sofreram menos com o desequilíbrio interno e externo. O fato de o volume de importações americanas da América Latina não se ter elevado desde 1950, suscita a questão sobre a razão de importações da América Latina para produção industrial e renda nacional nos EE.UU., não poderá sofrer um declínio, como foi o caso com as importações totais de utilidades primárias nos EE.UU.

O EFEITO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O Processo pelo qual a industrialização e o comércio se afetam reciprocamente é complexo, mas talvez a sua manifestação mais direta e significativa possa ser apreciada na evolução da composição de importações. Em um esforço para obter uma melhor compreensão de alguns dos efeitos da industrialização no comércio e vulnerabilidade externa de países Latino-Americanos, o Secretário da ECLA analisou as mudanças ocorridas na composição de importações em um período relativamente curto, de 1948-50 a 1954-55, e fez estimativas aproximadas do grau de substituição de importação conseguidos pelos principais países na região. Os resultados dessa pesquisa, poderão ser encontrados em uma seção especial do "Economic Survey, 1956", o qual será publicado até o fim de mês (1). Não nos precisamos preocupar aqui com os detalhes dessa análise, mas somente com as suas conclusões mais amplas. A capacidade para importar não foi capaz de conservar o mesmo ritmo que a demanda em vários países e conseqüentemente, uma proporção crescente de moeda estrangeira foi gasta em importação de produtos

(1) Novembro, 1957.

alimentícios essenciais, combustíveis, matéria-prima, e produtos semi-manufaturados para indústrias já estabelecidas, reduzindo assim constantemente a margem para aquisição de bens de capital e bens de consumo acabados. Além disso, em alguns países houve ocasiões em que faltava câmbio estrangeiro até para a importação de material necessário para a manutenção da produção industrial. O estudo mostra também que um país em processo de desenvolvimento, que não pode mais importar o bastante para cobrir as suas necessidades em todas essas categorias e cujas indústrias nacionais somente podem satisfazer parte de suas demandas, estará em posição muito mais vulnerável se houver uma queda súbita em sua renda de exportação, como resultado de baixa de preços ou de demanda para seus produtos. Não é fácil reduzir a sua importação de alimentos essenciais sem causar escassez ou descontentamento na população, e uma redução na importação de matéria-prima ou mercadorias intermediárias poderia conduzir a desemprego na indústria, ao mesmo tempo que a sua incapacidade em manter um fluxo adequado de bens de capital, retardaria sem dúvida o seu desenvolvimento.

Quando os países alcançam o estágio de industrialização onde encontram dificuldades em intensificar substitutos de importação, na base dos mercados existentes e de recursos naturais, terão de apoiar-se em exportação de manufaturas a fim de financiar a crescente necessidade de importação da sua agricultura e indústria em desenvolvimento e o aumento de sua população.

É natural, que um mercado interno limitado seja um obstáculo para aqueles países que tentam produzir seus próprios bens de capital e que eles tenham de recorrer cada vez mais à exportação de manufaturas. Em vista da forte competição que terão que enfrentar nos mercados dos E.E.U.U. e da Europa, a sua saída lógica terá de ser encontrada na própria América Latina. A solução óbvia para

esse dilema, seria criarem esses países o seu próprio mercado regional, o qual poderia ser um mercado comum, abrangendo toda a América Latina, ou, para começar, limitado a um grupo de países.

A natureza do problema de comércio, conforme descrito acima, suscita questões muito diferentes daquelas que a Europa Ocidental defronta depois da guerra. Uma grande proporção do comércio total da Europa — aproximadamente dois terços — tinha sido intra-regional e um esforço comum foi necessário para restaurar o padrão do comércio que fora destruído pela guerra. Muito mais de 60% desse comércio era de manufaturas e semimanufaturas. Além disso, o grau de desequilíbrio entre os países da Europa Ocidental era muito menor do que com o mundo exterior, portanto, havia muito a lucrar conjugando os esforços e adaptando políticas nacionais, monetárias e comerciais, para as necessidades de um convênio regional de *clearing*. A situação da América Latina é exatamente o oposto. O comércio de cada um dos países da América Latina foi orientado para o mundo exterior, indo somente dez ou doze por cento da exportação total para a região. O grau relativo de instabilidade monetária e desequilíbrio comercial entre eles é muito maior do que com o do mundo exterior e nem estão eles dispostos a amparar as suas moedas reciprocamente. Se, aos problemas de distâncias geográficas e transporte, e carência de experiência técnica e administrativa do manejo de mecanismos internacionais de natureza altamente técnica, acrescentarmos os fatores de comércio, a extensão do trabalho a enfrentar poderá ser percebida. No entanto, a necessidade de encontrar novos mercados torna-se cada vez mais urgente, e, para alguns países, como já vimos, isso somente poderá ser realizado de modo significativo através da exportação de manufaturas e semimanufaturas dentro da região, além do estímulo ao comércio de produtos primários. Em outras palavras, o problema da América Latina é essencialmente o de

expansão comercial proporcional à sua capacidade crescente de produção e renda dentro da região, e particularmente de mudança radical na estrutura de qualquer comércio em benefícios recíprocos entre cada país e o resto da região como um todo. É esse, afinal, o significado das discussões e resoluções do primeiro Comitê de Comércio da CEPAL levado a efeito em Santiago há um ano.

LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E UM SISTEMA REGIONAL DE PAGAMENTOS MULTILATERAIS

O Comitê estabeleceu as finalidades e princípios básicos a serem seguidos em sua tentativa de promover cooperação econômica na região. Os objetivos podem ser classificados sob três amplos títulos: liberalização do comércio existente; estabelecimento de um sistema de pagamentos multilaterais e a criação gradativa de um mercado regional para produtos selecionados. A liberalização teria de ser aplicada, em primeiro lugar, a utilidades de exportação tradicionais e compreenderia a eliminação de restrições quantitativas, taxas de câmbio diferenciadas e impecilhos administrativos e o estabelecimento de taxas cruzadas organizadas, preços de competição e tratamento igual e facilidades para comerciantes particulares. O Secretariado está fazendo um estudo das restrições e obstáculos que ora impedem o comércio, na base do qual, recomendações para ação comum poderão ser feitas a governos. A eliminação de restrições e obstáculos terá de ser um processo gradativo, pois, a liberação do comércio deverá ser acompanhada por um aumento de exportações, especialmente por países potencialmente devedores — persistentes e facilitado por um acordo de pagamentos possibilitando a transferência de balanços. Os impedimentos existentes para comércio são ao mesmo tempo de caráter geral e específico. O último aplica-se sobretudo a utilidades individuais e será provavelmente necessário prover proteção tarifária, ou algum controle temporário, se necessário, para certas utilidades.

É esse especialmente o caso em que a importação de uma utilidade suplementa à produção local e a quantidade e preço devem ser ajustados às condições e requisitos locais.

Em segundo lugar, o Comitê, após extensa discussão e troca de pontos de vista, muita vezes no nível técnico, concordou, em princípio, com o estabelecimento de um sistema de pagamentos multilaterais para a região e convidou os Bancos Centrais dos países que possuíam acordos bilaterais entre si, a estabelecer um grupo de trabalho, para estudar, com a ajuda do Secretariado, a possibilidade de estabelecer um tal sistema e sugerir medidas para torná-lo real. Era evidente que todos os Governos estavam convencidos de ser altamente desejável evoluir o mais rapidamente possível, do bilateralismo para o multilateralismo, com a América Latina participando de uma conversibilidade mundial, mas, era também evidente que isso teria de ser realizado gradativamente e que o primeiro objetivo deveria ser um regime regional-multilateral.

O bilateralismo na América Latina surgiu em resposta às condições do comércio mundial nos 30, algumas vezes por instigação de alguns governos europeus. Acordos de *clearing* e pagamentos entre países latino-americanos foram de certo modo incidentais e suplementares a seu acordos com os seus principais associados comerciais na Europa, os quais absorviam quase 60% das exportações latino-americanas de antes da guerra. Após a guerra, os acordos de comércio bilateral com países europeus e entre países sul-americanos, tornaram-se quase universais. Com a recuperação econômica da Europa e a prevalente próxima conversibilidade, tem sido possível terminar todos os acordos bilaterais de compras com países da Europa Ocidental. No entanto, como vimos acima, o crescimento econômico europeu não se refletiu em aumento de demanda de produtos latino-americanos. Para os países mais dependentes do comércio europeu, as medidas européias tornaram-se tão

escassas quanto o dólar. A necessidade de conservar as escassas divisas para importações essenciais de combustível, bens de capital, e material para as indústrias existentes, fazem-nos extremamente relutantes em usar divisas para liquidação do balanço com outros países latino-americanos. Por esse motivo, poderá continuar a existir uma tendência em insistir para que as obrigações de um país para com outro sejam canceladas por importações, de preferência a transferência para um terceiro país. Em outras palavras, o país devedor poderá preferir forçar o seu credor a importar diretamente dele, a fim de liquidar o balanço, se achar que assim fazendo poderá elevar o total de suas exportações. É interessante anotar de passagem que a indústria de madeira no Chile, que está em estado de depressão, exigiu que o Chile adquirisse na Argentina todo o trigo que lhe era necessário a fim de prover os fundos para prosseguimento de importações, pela Argentina, de madeiras chilenas. Sem dúvida, em uma situação especial como essa, poderá haver vantagem em bilateralismo rígido, mas essa vantagem não seria perdida sob as condições de expansão comercial em um sistema multilateral.

Nessas circunstâncias, seria aconselhável incorporar tão cedo quanto possível, em um sistema regional de pagamentos, uma cláusula para a transferência automática de balanços como encaráda na resolução do Comitê de Comércio. Pareceria que a compensação automática multilateral, seria exequível somente, se o padrão subjacente de comércio tivesse por longo prazo um grau relativamente alto de equilíbrio comercial entre os países participantes, isto é, se cada país pudesse ter a certeza de que poderia vender para o resto da região um volume tal, que equilibrasse substancialmente, aquilo que ele estivesse disposto a comprar da região. Isso não significa que não deverão ser usadas moedas fortes para compras dentro da região, mas somente, que estas não deverão ser relativamente vultosas. Tais con-

dições de comércio não existem, e é por isso que o Comitê de Comércio insistiu em dar prioridade à liberalização e à expansão do comércio, o que estabeleceria a base para um sistema viável de pagamentos e possibilitaria a países continuamente devedores, levantar o nível geral de comércio. Proveria também, gradativamente, uma colocação mais econômica dentro da região.

Em terceiro lugar, um sistema automático de pagamentos terá que ter um fundo comum de crédito, sustentado por países latino-americanos, suficiente para financiar balanços temporários assaz grandes, e sobretudo uma quantia de moeda forte para financiar imbalanços de termo médio e inspirar confiança no sistema.

Qualquer esquema de pagamentos seria grandemente fortalecido se o seu âmbito fosse alargado para incluir acordos tais como os dos Clubes de Haia e Paris, com uma cláusula a fim de que uma parte do balanço proveniente de transações multilaterais com países europeus pudesse ser usada para compensar débitos e créditos entre países latino-americanos, acima daqueles fornecidos pelos recursos conjugados desses países.

O Comitê de Comércio requereu ao Secretariado que preparasse estudos técnicos para ajudar o Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais. Um desses estudos, agora em andamento, tentará analisar a natureza e o mecanismo que um sistema multilateral deve ter. É de esperar que, para esse trabalho, haja a ajuda da OEEC e do Fundo Monetário Internacional.

AS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO DOS BANCOS CENTRAIS

A primeira reunião do Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais realizou-se em Montevideu no princípio deste ano (2). O Grupo de Trabalho considerou que, a remoção de certos obstáculos e a discriminação em acordos bilaterais existentes era um pré-requisito e o primeiro passo para a liberalização do comércio e de um sistema multila-

teral. Eles, portanto, limitaram suas decisões a três assuntos: o esboço de um acordo "standard" de pagamentos; o intercâmbio de informações comparáveis sobre o movimento de balanços monetários e o processo bancário "standard" para a operação técnica de acordos para pagamentos bilaterais.

As características mais importantes do acordo "standard" são: (1) que o dinheiro para contas deverá ser cotado à mesma taxa do dólar para as mesmas operações, as quais efetivamente estabeleceriam taxas cruzadas para tais moedas como base para transferência de balanços; (2) não haver preços discriminativos, isto é, não mais elevados do que os preços do mercado mundial; (3) pagamentos de certos invisíveis, inerentes ao comércio de mercadorias, a serem compensados através das contas bilaterais; (4) transferência de balanços em excesso, de crédito oscilante. O texto do acordo "standard" foi adotado pela Argentina e Chile e pela Argentina e Brasil, ao negociarem seus novos tratados de comércio.

O Grupo de Trabalho concordou que o intercâmbio de informações periódicas e comparáveis, mostrando a posição das contas bilaterais, seria um pré-requisito para iniciar a transição para um sistema multilateral, tanto para a continuação do estudo do problema, como para indicar oportunidades para a possível transferência de balanços. Essa informação foi enviada, desde julho de 1957, ao Secretariado, o qual compila e consolida a informação para representação aos Bancos Centrais.

A segunda reunião do Grupo de Trabalho será levada a efeito em 1958, quando se espera haja o acordo sobre propostas definidas para o estabelecimento de um sistema de pagamentos multilaterais.

PROBLEMAS RELACIONADOS COM A CRIAÇÃO DE UM MERCADO REGIONAL

O Comitê de Comércio não tentou encerrar as negociações e o mé-

todo institucionais para a criação de um Mercado Regional. Em vez disso, requereu ao Secretariado que indicasse um grupo de técnicos e que colaborasse com o grupo nos estudos das possibilidades e formulasse propostas concretas para um tal mercado. O Secretariado tem estado preparando vários estudos para a primeira reunião do grupo de técnicos a realizar-se em fevereiro.

Considerando a possibilidade de ser criado um mercado regional, pode-se partir do princípio de que o comércio terá sido liberalizado e que as tarifas serão o instrumento para libertar o movimento de mercadorias dentro da região, ao mesmo tempo que igual proteção será dada às indústrias regionais; em segundo lugar, que a finalidade não é estabelecer um único grande mercado, mas, de preferência, o esquema institucional para o comércio e vantagens recíprocas entre países soberanos; e, finalmente, que a localização de indústrias será determinada por vantagens comparativas e livre competição em produtos a serem incluídos no mercado regional.

Esses princípios suscitam problemas práticos extremamente complexos além dos de natureza política e social. Entre esses estão a seleção de produtos a serem incluídos; a coordenação de comércio e de políticas monetária e cambial; a certeza de que os países menos desenvolvidos dentro da região participarão dos benefícios; provisão para o financiamento do novo comércio, sobretudo crédito de prazo médio para facilitar a venda de bens de capital; o estabelecimento de uma política de investimento para promover o desenvolvimento de indústrias regionais e especialmente para atrair investimentos estrangeiros em uma base que seja justa para com todos os países participantes. E, finalmente há o problema dos modos e meios de promover essas políticas e acordos.

Como resultado dos pontos de vista expressos na reunião do Comitê de Comércio e em subsequen-

tes discussões sem formalidades, parece haver concordância que o mercado, pelos menos no seu primeiro estágio, deva pôr mais ênfase em produtos industriais, sobretudo naqueles cuja produção ainda não foi iniciada, ou esteja somente começando em pequena escala. Uma grande proporção de bens de capital e semimanufaturas e algumas mercadorias duráveis de consumo, pertencem a essa categoria. Há também outras indústrias que poderão ser trazidas para o mercado regional, tais como as que têm capacidade ociosa ou aquelas cujas vantagens de recursos naturais são excepcionais ou cujos custos possam ser consideravelmente reduzidos pela extensão do mercado. Os critérios e modos de selecionar os produtos ainda não foram determinados, mas isso provocará certamente muitas discussões e negociações. Grupos econômicos e interesses especiais em cada país desejarão conhecer as perspectivas e efeitos prováveis para indústrias específicas — existentes ou em potencial — de preferência às teóricas e gerais de um mercado regional. É essa a razão pela qual o Secretariado está dando alta prioridade aos seus estudos sobre indústria.

Ao terminar, gostaríamos de voltar à idéia, simples mas essencial,

de cooperação regional. Os países latino-americanos têm sido lentos em conciliar os seus interesses nacionais divergentes e em criar meios efetivos para ação coletiva que trariam, de fato, resultados práticos. Portanto, é ainda mais animador ver que estão agora começando a aprender essa lição. Dois notáveis exemplos são, o programa de integração econômica da América Central e o Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais. Os cinco governos da América Central já tomaram medidas importantes para a integração através do Comitê da CEPAL sobre Cooperação Econômica e estão agora no ponto de avançarem para o segundo estágio, o de prover as condições requeridas para o estabelecimento de indústrias regionais.

O Grupo de Trabalho dos Bancos Centrais teve um excelente começo estabelecendo as bases para o que, esperamos, possa breve tornar-se um sistema eficiente e completo para compensação multilateral de pagamentos. Isso será não somente de imenso valor prático por si mesmo, como poderá também conduzir os Bancos Centrais a tomarem uma parte ativa e crescente em prover a orientação e os instrumentos necessários no amplo campo de cooperação financeira entre os países latino-americanos.

O MERCADO COMUM EUROPEU APRECIADO EM REUNIÃO DO GATT (1)

Na 12ª Reunião do Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, realizada em Genebra, em 29 e 30 de outubro, quase todos os delegados manifestaram-se sobre o Tratado de Roma que criou o Mercado Comum Europeu. Divulgamos, a seguir uma síntese desses pronunciamentos que mostram a repercussão que teve o Tratado de Roma refletida nos depoimentos prestados pelos representantes de 26 países.

EUROPA

D. W. HALLSTEIN — Ministro das Finanças da Alemanha. A Comunidade Econômica Européia é mais do que uma simples união aduaneira. É uma união de fins e objetivos políticos comuns. Transcende os dispositivos do GATT porque contempla disposições relativas ao movimento livre de pessoas, serviços e capital. Acha que no que concerne à política comercial, a Comunidade Econômica não entra em conflito com o GATT e de acôrdo com estes princípios a Comunidade entende que serve a propósito de expansão do comércio internacional.

ANDRÉ PHILIP — Membro do Conselho Econômico da França. Assinala que mesmo no tempo da Conferência de Havana estávamos concordes em que ação mundial e ação regional, longe de serem opostas, eram de fato complementares, dependendo de circunstâncias que prevalecessem, a decisão por uma ou por outra. Eis porque a França votou pela integração européia, embora não se soubesse no momento que forma

iria tomar uma organização regional. O artigo XXIV, do GATT, que corresponde à organização regional, tem por objetivo promover o estímulo à produção e ao comércio dentro de uma estrutura regional determinada pela eliminação de barreiras comerciais.

Quanto aos territórios de ultramar ligados ao Mercado Comum Europeu, afirma que eles não são inteiramente livres dentro da área, porque estão autorizados a manter direitos alfandegários sobre mercadorias importadas da Europa, como medida transitória para desenvolver sua incipiente indústria. Assim, pelo Tratado de Roma, os países de ultramar e territórios gozam dos direitos estabelecidos pelo artigo XVIII, do GATT.

Referindo-se às exposições feitas pelos representantes da Austrália e de Ghana contra dispositivos do Tratado de Roma, referentes a isenção de direitos de alfândegas para os produtos de países de ultramar ligados à Comunidade Européia, diz o representante da França que essas queixas não têm fundamento, de vez que o mercado comum euro-

(1) Tradução e resumo de Luiz Souza Gomes.

peu leva à especialização da produção, ao aumento da produtividade, à elevação do padrão de vida, o que resultará, num considerável aumento das necessidades de matérias-primas, por parte das seis potências associadas, e do maior consumo de produtos alimentares de países do ultramar não ligados à Comunidade. Traz como exemplo do que afirma, um relatório da F. A. O., no qual, referindo-se ao cacau, assim se expressa: A mudança nos direitos da Alfândega poderia vir a ter efeitos imediatos estimulando importações dos territórios associados. Mas como o objetivo do Mercado Comum é elevar os padrões económicos, o consumo total dos produtos de cacau e chocolate que é relativamente baixo em muitos países, elevar-se-ia e beneficiaria também os países não associados produtores de cacau. O que se disse do cacau poder-se-ia repetir de qualquer outro produto.

H. de BESCHE — Secretário-Geral do Ministério do Exterior — Suécia. Com referência ao Tratado de Roma, deseja manifestar que a sua delegação acha ser importante para a futura cooperação no GATT, que um estudo de profundidade seja feito do Tratado, tendo em vista as suas implicações do ponto de vista do GATT, visto como é de parecer, bem como as partes que compõem o GATT, que este não seja enfraquecido, mas sim, reforçado.

L. SCHAUS — Embaixador do Luxemburgo na Bélgica. O Luxemburgo é um país exportador, que tem seguido uma política de liberdade comercial, e que através de sua história tem procurado integrar a sua economia e estender os seus contactos cada vez mais dentro de organizações tais como BLEU, BENELUX, ECSC, CEEC e GATT, assegurando-se com escrupulosa atenção de que não haja contradições entre um e outro cometimento. Assim, como um membro da Comunidade Europeia, considera que do ponto de

vista legal o Tratado de Roma está de plena conformidade com o GATT em seu artigo XXIV.

HENRY FAYAT — Ministro do Comércio Exterior — Bélgica. Agradece os comentários encorajadores que os Seis do Mercado Comum têm recebido dos distinguidos delegados ali presentes, e diz que é natural que haja apreensão por parte dos países de economia agrícola, tal é o impacto do Tratado sobre o comércio mundial, e a magnitude das consequências que podem daí advir. Mas às vezes tem a impressão de que há receio de que os Seis sejam um grupo de rapazes mal educados jogando pedras sobre as janelas de vidro do GATT; desse grupo faz parte a Bélgica. Entretanto pode assegurar que nenhum dos contratantes iria assinar um tratado para violar os anteriores, especialmente o que está no artigo XXIV do GATT.

D. J. ZIJLSTRA — Ministro dos Negócios Económicos — Holanda — Pergunta se os objetivos da Comunidade Económica Europeia colidem com as do GATT, ou se, em outras palavras, o Tratado de Roma causa ou não a expansão do comércio mundial. Afirma que sim, e que são infundadas as queixas dos países de ultramar não associados aos do Mercado Comum, visto que, o Mercado Comum irá provocar intercâmbio mais intenso de produtos, mais alto teor de vida e o aumento da produção, o que conduzirá a maiores aquisições nos mercados de além-mar.

SIR DAVID ECCLES — Presidente do Board of Trade — Reino Unido. Reporta-se ao discurso do Presidente do GATT, Sr. Claude Coreá. Após algumas considerações sobre o GATT, declara estar convencido da existência de uma filosofia comum entre o Acordo Geral de Tarifas e o Mercado Comum, ambos tendo como ponto essencial expandir o comércio internacional. Lembra que fala em nome não só do Commonwealth,

como de colônias com uma população de 60 milhões e que concorda com simpatia com os objetivos da Comunidade Européia sobre o desenvolvimento e industrialização dos territórios de ultramar, que são os mesmos do Reino Unido.

D. F. POCK — Ministro Federal para o Comércio e Reconstrução da Áustria. Diz que a despeito do nível recorde alcançado em 1956 no comércio internacional, constatou-se um decréscimo no comércio entre as áreas industrializadas e não industrializadas, o que se deve ao processo de industrialização em certos países, o que é altamente compreensível e admitido em toda a sua extensão, visto ser o caminho para mais alto *standard* de vida para todos os povos. Deve ser entretanto notado que essa abrupta interrupção da evolução orgânica da troca de bens entre os dois grupos de países, poderá trazer sérias consequências para o mundo como um todo. Uma alta excessiva das matérias-primas pode eventualmente levar a um declínio nas cifras de vendas dos artigos manufaturados com essas matérias e conseqüentemente a uma baixa na produção. Salienta que embora a Áustria não faça parte da Comunidade Européia, está altamente interessada na integração européia, na mais larga base, tendo em vista a expansão da área de comércio livre.

AMÉRICA

THOMAS C. MANN — Assistente do Secretário de Estado para assuntos econômicos. Estados Unidos.

Acha que o tratado de Roma (Comunidade Européia) é um marco milhar no caminho da integração da Europa Ocidental, sendo um evento da maior importância no desenvolvimento das relações comerciais do mundo. Afirmar que os objetivos do GATT e da Comunidade Européia são os mesmos, e que esses acordos são

companheiros na estrada da melhoria das relações econômicas amigáveis entre as nações e melhor padrão de vida para os seus povos.

GORDON CHURCHILL — Ministro do Comércio do Canadá. Refere-se ao papel que tem o Canadá assumido perante o GATT, que o seu país não tem barreiras contra a importação além das tarifas. Tendo um dos maiores mercados para importação do mundo, deve o Canadá vender os seus produtos para ter com que comprar, e que o seu governo toma o compromisso de assegurar uma sã política de comércio internacional. Quanto ao Tratado de Roma, afirma que o Canadá goza de relações amigáveis e tradicionais com os seis países da Comunidade Européia, e que espera que os países contratantes revejam cuidadosamente o Tratado a fim de pô-lo de acordo com os dispositivos do GATT, tarefa a que se obriga o Canadá de participar. Pensa que o Tratado de Roma é apenas um arcabouço sobre o qual se poderá levantar uma substancial estrutura.

AMÉRICA LATINA

CASTRO VIANNA — Diretor-Geral da Fazenda Nacional — Brasil. Lembra que precisamente há 30 anos nessa mesma cidade de Genebra a Confederação Econômica Mundial recomendava uma reforma geral de tarifas e sua redução geral, bem como a abolição de restrições quantitativas e diferenciação de taxas internas, preconizando a adoção de processos não discriminatórios e a abolição de obstáculos que se opusessem à expansão do comércio entre as nações. A grande crise de 1929 vem demonstrar que a estabilidade econômica de cada povo é inseparável da estabilidade econômica do mundo como um todo, enquanto a segunda conflagração confirmou a tese de que a paz e a segurança internacional não podem ser mantidas

exclusivamente por laços jurídicos, sendo indispensável suplementá-las por persistente esforço a fim de diminuir gradualmente o sulco existente entre desiguais níveis de desenvolvimento econômico.

Referiu-se depois às reuniões internacionais desde Bretton Woods e São Francisco, bem como à de Havana, cuja carta corporificava a doutrina do multilateralismo, sem entretanto considerar o desequilíbrio entre países altamente industrializados e menos desenvolvidos. A doutrina, entretanto, prevaleceu, limitada, porém ao seu aspecto formal. Afastando-se dessa doutrina, o GATT incorporou apenas parcialmente as proposições tendendo a garantir condições de equivalência de posição a países diferenciados por distintos níveis de desenvolvimento econômico. Isso equivalia a um tratamento desigual das partes contratantes de economia primária, cuja produção competisse com as áreas coloniais. Aguardando uma reformulação da política do GATT, os países menos desenvolvidos entre os quais o Brasil, concordaram em participar do Acordo Geral, embora contra os seus interesses econômicos.

As esperanças foram entretanto frustradas, pois somente em 1955, depois de sete anos, foi feita a revisão do texto do GATT, à luz da experiência e tendo em vista os princípios da Carta de Havana. Tal atitude abria novos horizontes e melhores expectativas, quando surgiram as iniciativas do Mercado Comum Europeu, que o governo brasileiro teve de considerar nos seus aspectos políticos e econômicos. Temos razões para louvar a iniciativa que objetiva a integração das nações europeias, ligadas por tantas afinidades políticas e culturais. Mas lamentamos que tal progresso, tão conforme com a doutrina do multilateralismo nas transações internacionais, esteja para se efetivar em termos de causar reflexos da-

nosos aos países de economia menos desenvolvidas.

Salienta os múltiplos problemas que surgirão de tal iniciativa e que apresentaram sérios obstáculos ao nosso desenvolvimento econômico, assim como ao de outros países de economia similar. O sistema preferencial instituído pelo Mercado Comum, eleva, contra nossos mais legítimos interesses, os aspectos negativos levantados a respeito do GATT, porque aumenta a discriminação numa série de casos relacionados no texto do Acordo.

Em consequência dessas discriminações a implementação dos programas quadrienais pode promover crises em nossa economia, ligadas ao decréscimo da capacidade competitiva para colocar produtos nos nossos tradicionais mercados de exportação.

É importante lembrar que pelo tratado do M.C.E., os produtos originários das áreas coloniais, se beneficiarão, no futuro, de tratamento especial permanente, em suas relações com o M.C.E., entrando neste livres de qualquer direito de alfândega, o que é francamente discriminatório e contraria frontalmente o Acordo Geral de tarifas. Tais dispositivos exigem que seja emendado o Acordo Geral, concedendo-se compensações às partes contratantes tais como o Brasil, substancialmente afetadas em seu comércio exterior pela área do Mercado Comum.

GARCIA OLDINI — Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Chile. Salienta que embora a Carta de Havana não haja sido ratificada, nunca o Chile abandonou a idéia de integração econômica da América Latina. É pois natural que tenha aquele país apoiado a criação da Comunidade Europeia, como uma importante contribuição para resolver os problemas econômicos e sociais do mundo de hoje, como um estabilizador do mundo econômico e como um encorajamento ao consumo de bens

primários, que formam a base das exportações dos países subdesenvolvidos e fonte de divisas estrangeiras. Entretanto, teme que os componentes do Tratado de Roma não saibam fugir à tentativa de transformar a união alfandegária em uma área protecionista baseada em restrições e mais altos direitos de alfândega.

RAMON PIRIZ COELHO — Embaixador Extraordinário e Enviado Plenipotenciário — Uruguai. Exalta o espírito de cooperação existente após a 2ª Grande Guerra, de que são testemunhas a Carta de Havana e o General Agreements, demonstrativos de universalidade e imparcialidade das partes contratantes. O Uruguai está convencido da urgência em estabelecer acordos gerais no sentido de estabilizar preços e regular o comércio de produtos primários. Externa-se com simpatia pela integração política e econômica da Europa, mas acha necessário o exame dessa questão, à luz dos interesses de outros países de ultramar não integrados na Comunidade Européia, mesmo que essa discussão possa vir a encurtar o prazo para o debate de outras questões, pois disso depende a longo prazo o bom resultado do GATT.

Alonga-se em considerações sobre investimentos em países ultramarinos não membros do Tratado, externando o seu temor de que os capitais necessários para o pleno funcionamento do sistema possa vir a ser encaminhados somente para as regiões de ultramar ligadas pelo Tratado, desviando-se assim dos países não membros. Segue-se daí que são necessárias medidas compensatórias tendo em vista os países de ultramar estranhos à Comunidade Européia.

ORIENTE

BURMA — Acha que as nações, na época do átomo e do sputnik não podem viver isoladas. Assim, a criação da Comunidade Euro-

péia foi o resultado de um processo inevitável do progresso do espírito humano para mais altas realizações. Apoia o Tratado, mas salienta que contém êle restrições ao comércio internacional através de tarifas sobre importações outrora livres.

PAQUISTÃO — Acha que o Tratado de Roma é muito semelhante ao GATT, tendo em vista os objetivos comuns, mas não pode afirmar que os seus dispositivos não venham a ser deletérios ou maléficis às pequenas economias assim como às que já tomaram forma definitiva.

NOVA ZELANDIA — Manifesta seu aplauso pela criação do Mercado Comum; diz que se o Tratado de Roma estiver construído na base de um espírito liberal, não tem dúvida de que trará notável contribuição à expansão do comércio do mundo, o que todos desejam. Há entretanto dispositivos do Tratado que causam apreensão, e neste sentido apresentou uma série de questões que foram respondidas pelas seis nações signatárias do Tratado, mas as respostas não foram satisfatórias quanto ao que tange aos produtos agrícolas, de cuja exportação depende o bem-estar da economia da Nova Zelândia. Acha que os dispositivos do Tratado de Roma neste particular, estão em contradição com o artigo XXIV do GATT.

AUSTRALIA — Entende que o Tratado de Roma, em seus amplos objetivos é similar se não idêntico ao GATT. Esses objetivos são os de promover através da Comunidade Econômica Européia um harmônico desenvolvimento econômico, uma contínua e equilibrada expansão e crescente estabilidade, elevando o padrão de vida e criando mais íntimas relações entre os países membros. O governo australiano está pronto a dar sua aprovação ao Tratado se este oferecer real segurança da abolição das tarifas e outras barreiras ao comércio en-

tre as partes, sem criar novas barreiras ao comércio de países ultramarinos não-membros. Acentua que com referência à agricultura, o Tratado constitui um sistema de comércio dirigido e regulamentado, o que é a antítese do comércio livre.

RODÉSIA — Vê no Tratado de Roma dificuldades em visualizar um comércio livre entre os Seis e os territórios exteriores, contemplados no artigo XXIV do GATT. Não pode se convencer de que uma associação que concede livre passagem de produtos por um lado, e permite tarifas por outro lado, possa significar comércio livre.

TURQUIA — Faz referência à necessidade de equilíbrio entre agricultura e indústria, ressaltando os males que resultam para os países menos desenvolvidos na sua troca de produtos agrícolas por produtos industriais. Congratula-se com os signatários do Mercado Comum Europeu e espera que êle venha trazer facilidades ao comércio mundial.

INDONÉSIA — De referência ao relatório do Secretário Geral do GATT, lido durante a reunião, confirma a assertiva de que durante o período, o comércio internacional tanto em valor como em volume alcançou níveis record. Mas essa expansão em valor foi devida principalmente ao aumento do comércio entre países industrializados, enquanto o comércio entre os países industriais e não industriais infelizmente mostrou tendência desfavorável. Isso significa que o progresso dos países desenvolvidos não foi acompanhado pelo dos países não industriais, nem com referência à expansão do comércio internacional, nem com respeito ao crescimento econômico.

Chama a atenção para a recente obra de Gunnar Myrdal em que êste autor refere-se ao fenómeno, e manifesta suas apreensões diante do largo sulco que se abre entre as duas economias. A

principal razão para êsse sério fenómeno é a estreita base de exportações dos países não industriais e a instabilidade dos preços dos produtos no mercado internacional, determinando as suas relações de troca (terms of trade).

O assunto sugere considerações sobre a Comunidade Europeia, convindo esclarecer se o Tratado está de acordo com a filosofia do GATT. Parece que não está em conformidade com o artigo XXIV dêste, e nestas condições, a situação acima descrita terá de agravar-se na vigência do Tratado do Mercado Comum.

JAPÃO — Espera que o Mercado Comum Europeu traga prosperidade à Europa, contribuindo destarte para a expansão do comércio mundial. Entretanto, em face das condições monetárias e comerciais de seus membros, haverá dúvidas de que se possa estabelecer suficiente segurança contra a implantação de uma área preferencial, ou se não se prejudicará os interesses de terceiros.

ÍNDIA — Ministro do Comércio. — Não interessa.

MALÁIA — Sem interesse.

ÍNDIA — Alto Comissário em Londres — Apóia os pontos de vista do representante da Alemanha quanto ao Mercado Comum, de que as seis potências signatárias do Tratado de Roma, como componentes do GATT, saberão respeitar os pontos essenciais da política dêste.

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL — Espera que os signatários do Tratado de Roma expliquem mais completamente do que até aqui têm feito, em que terreno êles consideram que a tarifa comum proposta está em consonância com o artigo XXIV do GATT. Os arranjos propostos para a eliminação das restrições quantitativas entre

os. Estados-Membros, podem igualmente levar à intensificação das restrições para com terceiros países.

GHANA — Apresenta estatística sobre o cacau, de que é o maior produtor e exportador. Manifesta seu aplauso pela criação do Mercado Comum Europeu, mas adverte quanto às barreiras tarifárias estabelecidas contra os países de ultramar não dependentes do Tratado de Roma. Vê alarmado, o fato de que o cacau, que é o principal produto de exportação de Ghana, o sangue vital de sua economia, estar sujeito, nestas circunstâncias, a uma taxa discriminatória especial.

CONCLUSÕES

A 12ª Reunião do GATT, no que tange à criação do Mercado Comum Europeu, pode ser dividida em 5 grupos seguintes:

A — O dos países da Europa signatários do Tratado de Roma. Estes, como é óbvio defendem o tratado, e negam que ele cria restrições e estabeleça discriminações contra terceiros, entendendo que os dispositivos do Tratado estão em concordância com os itens relativos do General Agreements (GATT).

B — O dos países europeus não signatários, os quais apoiam

o Tratado de Roma e declaram esperar que dos seus termos provenha o aumento da produção e mais alto nível de vida dos povos.

C — O dos países não latinos da América (Estados Unidos e Canadá) que apoiam uma integração econômica européia. O Canadá pensa ser necessário um estudo mais aprofundado do Tratado de Roma, a fim de pô-lo de acordo com os dispositivos do GATT.

D — O dos países da América Latina, inclusive o Brasil os quais vêem no Tratado uma ameaça ao seu comércio exterior, em face da abolição de tarifas em benefício de regiões de ultramar, ligadas ao M.C.E. o que consideram prática discriminatória e restritiva, condenada no artigo XXIV do GATT.

E — O dos países orientais subdesenvolvidos e África, todos condenando aquilo que chamam de política discriminatória do Tratado de Roma, altamente prejudicial ao seu comércio exterior, todo ele baseado na exportação de produtos agrícolas e matérias-primas. Entretanto, aplaudem a criação do órgão europeu que consideram um passo para a estabilidade do Comércio Mundial.

MALA REAL INGLESA

ROYAL MAIL LINE

Serviços rápidos de carga e passageiros para

EUROPA E RIO DA PRATA

Pelos luxuosos paquetes ANDES*, ALCANTARA e tipo HIGHLAND
* O "Andes" é equipado com "Estabilizador", moderno dispositivo para maior conforto reduzindo o jôgo do navio em alto mar

PARA PASSAGENS E MAIS INFORMAÇÕES COM "ROYAL MAIL
AGENCIES (BRAZIL) LIMITED"

AVENIDA RIO BRANCO, 51/5 — TEL.: 23-2161 — RIO DE JANEIRO

PAGAMENTO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS POR INTERMÉDIO DAS CAIXAS ECONÔMICAS

MAJ ALTAIR CHAVES PACHECO

COSEF — S/1

Uma rotina que não mais se pode conceber é o nosso sistema de pagamento de vencimentos e vantagens.

De sã consciência, ninguém mais aceita a idéia do transporte, com ou sem aparato belicoso, de milhares ou milhões de cruzeiros, em pastas, sacos ou valises.

Contar dinheiro ou aceitar, com o risco calculado, os pacotes lacrados; transportar, em viaturas comuns ou blindadas que sejam; separar dinheiro para as subunidades, para pagamento a Oficiais e Civis e o que deve ficar para atender aos Descontos em Depósito; envelopar; sofrer choques emocionais em cada balanço que se faça, na expectativa do típico "jogou ou não jogou" — tudo isso, enfim, é processo estagnado, arcaico que necessita de rápida e urgente evolução.

Há bem poucos anos, pensar-se em assalto a bancos ou em rapto de criança, seria absurdo.

Pois bem, essas figuras delituosas deixaram de ser letra morta no nosso Código Penal e não constituem mais privilégio da terra do Tio Sam. Já as temos, bem recentes e no rol dos casos insolúveis, desafiando toda a aparelhagem policial e preocupando legisladores e juristas, no sentido de uma cominação mais severa da pena, no tocante à extorsão mediante seqüestro.

Considerar impossível e impraticável um assalto a um tesoureiro, com ou sem escolta, é não aceitar como verdade o rapto do menino Sérgio, os dois assaltos à Agência do Banco de Crédito Territorial, em Olaria, e o do Banco Lonwdes, no Leblon.

A meu ver, as medidas preventivas devem se resumir, unicamente, na eliminação do "móvel", na retirada do dinheiro e transportar e não no aumento da "blindagem" de proteção e segurança.

Medidas repressivas serão por certo improdutivas e tardias.

Apurar responsabilidades, instaurar inquéritos, mobilizar forças para capturar assaltantes, tudo enfim, *a posteriori*, não ressarcirá prejuízos e quiza vidas preciosas.

Não obstante, outros fatores devemos também considerar.

O pagamento de dezembro da ESAO sofreu um atraso de cerca de quatro horas, em relação à hora determinada. O motivo fôra

apenas uma "batida" da camioneta da Escola com outra viatura, na Avenida Brasil.

E se o acidente fôsse mais grave? Se o tesoureiro ficasse ferido e tivesse necessidade de internação? Se perdesse a memória? Se morresse? Lá, na camioneta, sob sua guarda e risco, estavam apenas Cr\$ 10.000.000,00. Sim, dez milhões de cruzeiros.

Em outras ocasiões, não há tempo para ser efetuado o pagamento. E, lá dentro do cofre das 3 chaves, sob a guarda apreensiva do sentinela, dormem alguns milhões de cruzeiros.

Não se pensa num incêndio, num imprevisto qualquer, em nada.

Pois bem, a eficiência do processo de pagamento aos Inativos, pelas Caixas Econômicas, está aí bem atestado pela PCIP, pelo ERF/4 e alguns outros.

A adoção desse sistema para pagamento à Tropa, pequenas modificações iria sofrer.

Teríamos, então, em linhas gerais:

- 1) O Tesoureiro recebendo em cheque e depositando, também, em cheque;
- 2) A eliminação da contagem, no ato do recebimento, do transporte e da guarda, no cofre da UA;
- 3) Eliminação do pagamento individual, aos Oficiais e Funcionários Civis;
- 4) Depósito nas agências dos respectivos bairros, dos Vencimentos e Vantagens do mês, no mesmo dia do recebimento do cheque, pelo Tesoureiro da UA.

Em relação às Subunidades incorporadas, processo idêntico poderia ser adotado com referência aos Sargentos e Cabos. Quanto aos Soldados, entretanto, tendo em vista uma série de fatores, talvez não seja possível aplicação desse sistema, ressaltando como principais, os pequenos valores a depositar e a curta permanência dos mesmos, na caserna.

Na fase final do curso da EsAO, no ano findo, já no tutorial, tivemos oportunidade de expor tal idéia a quatro turmas de dezesseis colegas. A aceitação foi de 63 x 1, não tendo o voto vencido apresentado qualquer argumento convincente em defesa de sua negativa. Apenas o "Não". O "Porque" resumiu-se no... "Tem sido sempre assim!"

Precisamos difundir a mentalidade do cheque. O deixar de receber os vencimentos das mãos do Tesoureiro, no infalível envelope que invariavelmente vai ao controle do RDD (Regulamento Disciplinar Doméstico) para o levantamento final dos "descontos internos", não significa a obrigatoriedade de ir à Agência da Caixa Econômica retirar aquilo que o próprio Tesoureiro poderia ter entregue, lá na UA. Isto significa, que a partir da data do depósito nominal, efetuado pelo Tesoureiro da UA, o militar, bem como sua família, já pode efetuar seus pagamentos em cheques, já pode retirar dinheiro, em qualquer Agência da Caixa Econômica.

O uso generalizado do cheque estimula o hábito da poupança; permite um melhor aproveitamento do meio circulante; desenvolve o crédito pessoal valorizando, destarte, a personalidade humana.

"SALSICHAS DE PETRÓLEO" OU SUPER-TANQUES?

Como em todos os demais setores de atividades humanas, no transporte marítimo de petróleo e derivados, presentemente, sente-se um febril empenho em realizar novas descobertas no sentido de tornar essa atividade menos dispendiosa e, portanto, mais apta a enfrentar as constantes altas e baixas que se processam no mercado internacional.

Outrossim, as dificuldades reinantes no seio da construção naval, em consequência das numerosas encomendas que, durante vários anos, ocuparão totalmente as atividades dos estaleiros atualmente existentes no mundo, e o constante aumento que se verifica no custo de cada unidade, têm causado sérias apreensões aos armadores, levando-os a estudar acuradamente o problema, em busca de soluções viáveis e que atendam aos requisitos da técnica moderna.

Antes e durante a Segunda Grande Guerra, os navios tipo T-2 (16.000 tdw) eram considerados como possuidores da capacidade ideal para o mister a que se destinavam. Lentamente, porém, foi sendo abandonado esse padrão tendo início a construção de unidades de 20.000 tdw e, a seguir, de 30.000 tdw.

Todavia, somente em 1955 apareceu o primeiro petroleiro de grande tonelagem, 56.000 tdw, de bandeira americana, e que veio abrir a senda para a construção de verdadeiros gigantes do mar, como o "Sinclair Petrolere", o "Universe Leader" e outros.

Fator de real preponderância foi, também, o fechamento temporário do Canal de Suez, que trouxe sérios problemas para as

companhias transportadoras de petróleo e derivados e deu início a uma surda concorrência entre os armadores, todos certos de que a solução mais plausível era a construção de super-petroleiros, ficando, não obstante, a dúvida quanto à tonelagem ideal dos mesmos: 60.000 e 65.000 tdw ou 100.000 tdw.

Atualmente, duas correntes se empenham com firmeza nessa batalha: a que prefere super-tanques menores de 100.000 tdw e a que luta pela hegemonia dos de 100.000 tdw e maiores.

Todavia, afastados dessa luta, porém, diretamente interessados em razão das atividades que desempenham, os estudiosos do assunto continuam desenvolvendo intensas pesquisas, visando melhor equacionar o problema dos petroleiros.

Disso temos agora uma prova contundente, com a apresentação, em Hamburgo, do invento de autoria do engenheiro e físico alemão Ernst H. Doerpinhaus, que consiste em enormes tubos de matéria plástica e que se destinam ao transporte de petróleo.

Os armadores, como Onassis e Niarchos, ambos donos das maiores frotas de petroleiros do mundo, sempre atentos aos fatos que dizem respeito ao ramo a que se dedicam, enviaram prontamente seus observadores àquela cidade alemã, para que assistissem às demonstrações a serem realizadas.

A idéia do inventor, com efeito, por si só, já era motivo de rara sensação, pois, segundo sua afirmativa, visava a substituição dos super-tanques por enormes recipientes de matéria plástica, nos

quais, tendo em vista o seu singular formato, denominou "salsichas de petróleo".

Segundo o noticiário internacional, as demonstrações levadas a efeito com o invento do engenheiro Doerpinhaus, lançando ao mar, a título experimental, uma "salsicha" de 30 metros de comprimento, foram coroadas de absoluto êxito e mereceram a aprovação dos técnicos presentes.

Futuramente, ao que consta, serão construídos recipientes de 200 metros de comprimento, com capacidade para 20.000 toneladas de petróleo e, inicialmente, pensa-se na construção de dois tipos: maiores de 20.000 tdw e menores de 4.000 tdw, sendo que um rebocador de alto mar estará capacitado a rebocar um recipiente dos maiores ou 4 menores, de uma vez.

Um eloquente atestado do sucesso dessa inovação é o interesse demonstrado pela firma "Deutsche Novo Tank G. m. b.H", de Hamburgo, que está propensa a cons-

truir uma certa quantidade desses recipientes.

Por sua vez, o engenheiro Doerpinhaus, referindo-se ao prego astronômico de um super-petroleiro, disse: "Por que razão haveremos de gastar milhões e esperar anos? Os meus "Container" facilitam o transporte de petróleo, custando apenas a décima parte da soma que a construção de um petroleiro absorve".

Como vemos, este invento, ao criar uma intensa expectativa no seio da Marinha Mercante internacional, mórmente no setor de transportes de petróleo e derivados, tornou-se o alvo de tôdas as atenções, deixando no ar uma interrogação: conseguirá essa inovação suplantiar os super-tanques?

Temos certeza de que brevemente saberemos definitivamente qual o vencedor e, por enquanto, só nos resta afirmar que tudo quanto for realizado em proveito da Marinha Mercante, será digno dos nossos aplausos.

CAFÉ E CONFEITARIA CENTRAL CARIOCA LTDA.

CAFÉ AMAZONAS

DOCES REFRESCOS E VITAMINAS

ESPECIALIDADES EM FRIOS SORTIDOS, FRUTAS E BOMBONS

**O PREFERIDO PELOS PASSAGEIROS QUE DEMANDAM OS
TRENS DOS SUBÚRBIOS E PARA O INTERIOR DA ESTRADA
DE FERRO CENTRAL DO BRASIL**

LOJA N. 9 — ESTAÇÃO D. PEDRO II

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

AMÉRICA LATINA

UM GRUPO DE PERITOS ESTABELECE AS BASES PARA SEU MERCADO REGIONAL

Regressou de sua viagem a Santiago do Chile o Sr. José Garrido Tórres, Presidente do Conselho Nacional de Economia, quando esteve integrando, em caráter pessoal, o Grupo de Peritos convocado pela Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas, a realização desta reunião está ligada à idéia da criação de um mercado regional latino-americano, nos termos do mandato conferido àquela Secretaria na Sessão Plenária de La Paz e de conformidade com o estabelecido pela Conferência Econômica Interamericana de Buenos Aires, ambas realizadas no ano passado.

Juntamente com o economista brasileiro, fizeram parte do Grupo referido os Srs. Galo Plaza, ex-Presidente do Equador; Juan Pardo Heeren, ex-Ministro da Fazenda do Peru; Joaquim Vallejos, ex-Ministro do Fomento da Colômbia; Rodrigo Gomez, Diretor-Presidente do Banco do México; Eustáquio Mendez Delfino, Presidente da Bolsa do Comércio da Argentina; e Flaviano Levino, Gerente da Companhia de Aço do Pacífico do Chile.

MERCADO REGIONAL

A decisão de constituir um grupo de pessoas qualificadas para estudar meios e medidas para a possível e paulatina implantação do mercado regional latino-americano surgiu de recomendações feitas pelos economistas Eusebio Campos, da Argentina, e do mesmo Sr. Garrido Tórres, do Brasil, na qualida-

de de Consultores "ad-oc" da Secretaria Executiva da CEPAL, após exaustivo estudo executado, "in loco", em sete países da América do Sul, em 1956, relativos aos problemas do Comércio e pagamentos na região. Ao Grupo de Peritos confiou-se a tarefa de completar aquele estudo.

O Sr. Garrido Tórres declarou: a reunião de que acaba de participar e que durou de 3 a 11 do corrente mês, foi a primeira do Grupo. Como tal, teve o propósito de ensinar a consideração conjunta do problema em foco. Necessário se fazia que os integrantes do Grupo discutissem entre si o alcance das resoluções tomadas até o presente pelos países e examinassem os trabalhos preliminares já realizados, a fim de assentar alguns princípios básicos suscetíveis de nortear o esforço de estruturação do mercado e bem assim de orientar as investigações técnicas da Secretaria da CEPAL, dentro de um programa de trabalho que se deveria traçar. Oportunamente o Grupo preparará um relatório aos governos interessados, com recomendações sobre a política a seguir.

DOZE BASES PARA O MRL

"Os estudos em apêço estão, por conseguinte — afirmou o Sr. Garrido Tórres — em fase ainda muito preliminar. O objetivo apontado foi plenamente alcançado, graças ao espírito construtivo, à compreensão e à cordialidade com que o Grupo realizou esta primeira etapa de seus trabalhos. Para os resul-

tados obtidos muito contribuiu a eficiente assistência do Secretariado da CEPAL, tendo à frente a personalidade marcante do eminente economista Raul Prebisch. Eles se consubstanciaram num relatório que enumera 12 bases sobre as quais se deverá alicerçar, eventualmente, o MRL, bases essas que foram cognominadas por Galo Plaza como os seus "12 mandamentos".

"O informe — prosseguiu o Senhor Garrido — está tendo a mais ampla divulgação, para facilitar, inclusive, o entendimento do problema e o alcance dos estudos em curso, tanto por parte dos governos, como das classes produtoras e da opinião pública em geral do Continente, pois, do debate suscitado crêem os peritos que se poderão beneficiar em sessões futuras do Grupo.

"Em ligeira entrevista certamente não caberia entrar em minúcias, mesmo porque a matéria é bastante intrincada e complexa. Bastará dizer, portanto, e em termos muito gerais, que aquele informe evidencia repousar a filosofia do mercado comum em 6 premissas, condições ou princípios básicos, sendo três de caráter, por assim dizer, político e três são de natureza estritamente econômica.

PREMISSAS POLÍTICAS

"Os três primeiros — continuou o Sr. Garrido Tórres — são os seguintes: igualdade de oportunidade, voluntariedade e não-exclusividade de participação de países.

Por igualdade de oportunidade se compreende que todos os países devem ter acesso ao mercado regional em condições compatíveis com as possibilidades potenciais de cada um, proporcionando-se a todos, deste modo, condições que assegurem o pleno desenvolvimento de seus recursos. Isto poderá implicar em que os países mais atrasados da região possivelmente farão jus a um tratamento especial, que lhes garanta um aproveitamento ótimo de tais recursos em benefício próprio e da área, sem se verem perpetuados na atual situação de retardamento na exploração de suas riquezas.

Por voluntariedade se entende a completa liberdade que deve ter cada país de decidir sobre a conveniência e oportunidade de sua participação.

Por outro lado, o acordo ou os acordos que vierem a surgir e que poderão não abranger, desde logo, todos os países, deverão ficar abertos à adesão dos demais, sem qualquer propósito de exclusividade.

São estas condições consentâneas com a tradição que impera no continente e que tornaram possível o sistema político e jurídico existente na América, carente ainda hoje de conteúdo econômico.

CONDIÇÕES ECONÔMICAS

"Os três princípios econômicos fundamentais a que me referi anteriormente são iminentes à ideia do mercado comum: *produtividade, concorrência e especialização progressiva*. Poderiam sintetizar-se no conceito de economicidade ou no da divisão internacional do trabalho, dentro dos limites da região.

Com efeito, o primeiro recomenda o respeito aos custos comparados, a fim de que a elevação dos níveis de vida das populações da América Latina se processe comensuravelmente com o melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos.

A implementação desse princípio implica por sua vez, na efetiva observância da concorrência, que deverá ser tão livre quanto possível.

E no da especialização progressiva das atividades econômicas regionais, meta a que os dois precedentes deverão naturalmente conduzir.

OS "12 MANDAMENTOS"

"Foi à luz de tais fundamentos que trabalhou o Grupo" informou mais o Sr. Garrido Tórres, cegando à enunciação de bases que ora apresenta à consideração geral e que, como já disse, deverão orientar a pesquisa e a formulação de futuras recomendações. Tais bases são: 1) adesão eventual de todos os países da Amé-

rica Latina; 2) inclusão, igualmente eventual, de todos os produtos; 3) tratamento compatível com a posição relativamente menos desenvolvida de alguns desses países; 4) regime tarifário único frente ao resto do mundo; 5) especialização crescente das atividades

econômicas; 6) necessidade de um regime multilateral de pagamentos; 7) restrições temporárias cabíveis por motivo de desequilíbrio de balanço de pagamentos ou de desocupação tecnológica da mão-de-obra; 8) reconhecimento da situação especial...

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SO FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ENERGIA ELÉTRICA

Durante a última reunião das Diretorias da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o Engenheiro Ericks Bedicks, do Departamento Estadual de Energia Elétrica, pronunciou interessante palestra a qual passamos a resumir.

Saudado inicialmente pelo Senhor Aldo Mario de Azevedo, Diretor das entidades da indústria e seu representante no Conselho de Águas e Energia Elétrica, iniciou o orador a sua palestra, tecendo algumas considerações a propósito da necessidade de economizar energia elétrica, face às incertas perspectivas de fornecimento em futuro próximo.

Referindo-se à situação atual e às previsões de fornecimento de energia elétrica para 1958 e 1959, informou aquele engenheiro que a produção do atual sistema "Light", de São Paulo (gerada e recebida) nos últimos anos foi a seguinte:

1954, 3.914.106.000 kwh; 1955, 4.440.106.000 kwh; 1956,
5.345.106.000 kwh; 1957,
5.249.004.581 kwh.

Com uma produção média, diária, de 15.000.000 de kwh, até o fim do mês, teremos para este ano uma produção estimada em mais ou menos 5.489.106.000 kwh. Fazendo-se uma comparação entre a produção deste ano e a do ano passado, verifica-se ter havido um aumento de, aproximadamente, 2%. Considerando que os fornecimentos para o Rio de Janeiro e para a Cia. Paulista de Força e Luz foram bem reduzidos, poderemos então considerar o aumento da produção como sendo da ordem de 3%, em relação ao ano passado, em São Paulo.

Em anos anteriores, prosseguiu o conferencista, o ritmo de crescimento da produção variava entre

10 a 15%, chegando a 20% de 1955 para 1956, o que é um caso excepcional, pois em 1956, saímos de uma crise de produção que durava vários anos.

Comparando-se a produção diária dos últimos meses deste ano, com a do ano passado, observa-se pequeno aumento favorável à do corrente exercício; porém, deduzindo-se os quilowatts-hora remetidos para o Rio de Janeiro e para a Cia. Paulista de Força e Luz, verifica-se que a produção diária do sistema de São Paulo tem sido bem superior à do ano passado. Em muitos casos esse aumento de produção tem chegado até 1.000.000 de quilowatts-hora por dia e, tomando-se por base as últimas semanas, obtém-se um aumento médio da ordem de 7%.

Nos próximos anos (1958-59-60), a continuar nesse ritmo normal de crescimento, aquela percentagem (7%) permanecerá como índice médio de crescimento da produção de energia elétrica. Tomando por base os próximos anos, as seguintes previsões de produção: 1958, 5.870.106.000 kwh; 1959,
6.280.106.000 kwh; 1960,
6.720.106.000 kwh.

Quanto às disponibilidades para estes próximos anos, parece, no presente momento, que não haverá problemas, tendo em vista as últimas e abundantes chuvas, que têm mantido os reservatórios em seus níveis máximos. Atualmente o reservatório Bilings está com cerca de 86% de sua capacidade total, mas este nível está sendo mantido pela "Light" na espera das chuvas que ainda cairão até março do próximo ano, quando então deverá atingir o nível de 100%.

Em 1956, continua o Engenheiro Ericks Bedicks, a produção máxima de energia elétrica horária,

foi de 923.156 quilowatts-hora. A procura, medida em 15 minutos, segundo estudos realizados, é 5% superior à média horária. Esse recorde de 1955 foi estabelecido no dia 10 de outubro, quando, também, se deu o máximo da produção diária gerada (18.170.277 kwh). Nesse dia, porém, forneceu-se para o sistema do Rio de Janeiro e para a CPLF um total de 1.264.600 kwh, que, portanto, foram desviados do sistema de São Paulo, e que dariam, caso fossem utilizados, uma média horária de 53.000 kwh, sobrando para São Paulo, no mínimo, 870.000 kwh, na hora da ponta máxima verificada.

Este ano a produção horária máxima não atingiu ainda o recorde do ano passado, tendo chegado a apenas 916.600 kwh/h. Observando-se, porém, que os fornecimentos para o Rio e Para a CPLF foram mais reduzidos, pode-se concluir também que a procura cresceu na ordem dos 7%.

Levando, portanto, em conta essa percentagem de crescimento da procura dos próximos anos, teremos as seguintes previsões para a produção horária máxima: 1958, 985.000 kwh/h; 1959, 1.055.000 kwh/h; 1960, 1.130.000 kwh/h.

Nos anos de 1959 e 1960, continua o conferencista, a taxa de crescimento será bem maior, isto porque existem no momento várias indústrias pesadas, principalmente metalúrgicas e automobilísticas em fase inicial de produção, que deverão entrar em pleno funcionamento próximamente. Essas novas indústrias irão aumentar a procura e isso se refletirá sensivelmente no sistema produtor de energia elétrica.

O total da carga ligada atingiu, em fins de julho de 1956, 2.271.886,70 kw e em 1957 (na mesma época) 2.559.207,40 kw, com uma diferença para mais, portanto, de 287.320,70 kw. As novas ligações de carga durante o ano passado atingiram 205.930 kw e, até 31 de outubro deste ano, chegavam a 277.930 kw, prevenindo-se até o fim do ano uma carga total de 340.000 kw. Observa-se, a propósito, que a carga tipo resi-

dencial e comercial é da ordem de 8.000 kw mensais. O ritmo de ligações não tende a diminuir, concluindo-se, portanto, que a procura e o consumo também aumentarão.

Se compararmos as cargas ligadas com as máximas produções horárias, verificaremos que estas são da ordem de 35% a mais. Entretanto, para as novas ligações efetuadas, não podemos tomar a taxa de 35% para a máxima produção horária, visto que grande parte dessa carga ligada é do tipo comercial e residencial, o que influi muito menos nas máximas produções horárias verificadas durante o dia. Tomando por base cerca de 20 a 25% da carga ligada resultará ainda um crescimento da ordem de 7% para as máximas produções horárias.

Com toda a segurança — continua o conferencista — nada se pode prever para os próximos anos.

Em 1958 e 1959, praticamente, não haverá nada de novo no sistema gerador, a não ser duas unidades de 17.000 kw, totalizando 34.000 kw, que servirá a Alta Sorocabana e as zonas próximas e, talvez, alguns milhares de quilowatts sejam economizados pela "Light" no seu atual fornecimento para a Estrada de Ferro Sorocabana. Por outro lado, a nova Usina Hidrelétrica da Companhia Brasileira de Alumínio, no Rio Juquiá-Guaçu, com duas unidades de 15.000 KVA, totalizando 30.000 KVA, deverá talvez aliviar o sistema "Light" de mais ou menos 11.500 kw. Finalmente, é possível que se possa obter um auxílio maior da Companhia Paulista de Força e Luz pela Usina de Peixoto, tudo dependendo de interligações a serem estudadas.

A S. Paulo-Light só em fins de 1959 inaugurará mais uma unidade da Usina Subterrânea do Cubatão, unidade essa com 65.000 kw. Nos anos seguintes, 1960 e 1961, talvez sejam inauguradas mais 2 unidades da Usina de Piratininga. Tudo isso quer dizer que, até fins de 1959, deve-se estar prevenido para qualquer crescimento súbito do consumo. Foi precisamente tendo em vista essa possibilidade e evitar assim o racionamento e desli-

gamentos de circuitos, que surgiu a idéia de evitar os desperdícios de energia elétrica.

Durante os vários anos de racionamento de energia, visitou o Engenheiro Ericks algumas centenas de indústrias, principalmente de Capital. Em muitas delas pôde observar desperdício de energia elétrica. O industrial, na maioria das vezes, pouco se importa com essas perdas, porque a influência do custo da energia elétrica é mínima para o cálculo dos custos da produção industrial em geral. Há mesmo até quem não leve em conta o custo da energia no cálculo dos seus produtos. Em muitos casos, esse custo é inferior a 1% do valor do manufaturado.

Qualquer engenheiro eletricitista ou técnico em eletricidade sabe como se pode desperdiçar energia elétrica numa indústria, mas nem todos têm a preocupação de evitar tal acontecimento.

Terminando sua interessante palestra técnica, fez o Engenheiro Ericks um veemente apelo aos ho-

mens de indústria, para que apoiem o plano elaborado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, no sentido de encetar uma campanha de racionalização do uso da energia.

Informou que, inicialmente, em poucos circuitos e a título de experiência, o DAEE se propõe a assistir os industriais, examinando suas instalações elétricas e aconselhando as medidas necessárias a economizar energia e, ao mesmo tempo, aumentar a potência e o rendimento dos motores. Solicitou o conferencista a boa-vontade e a compreensão dos industriais para o problema, inclusive para que facilitem a visita de técnicos e engenheiros do DAEE às suas áreas, onde poderão estudar "in loco" as condições existentes. Acrescentou, ainda, que tal campanha não trará nenhuma despesa extra para o industrial e que seus benefícios serão incontáveis, inclusive na prevenção de um futuro racionamento, evitando o desligamento dos circuitos.

BRASILIANAS

● Perspectivas do mercado de manganês

No ano passado, com a exportação de 820.000 toneladas de manganês, o Brasil classificou-se no primeiro lugar dos exportadores mundiais desse minério, concorrendo, por si só, com 40% das importações do maior consumidor, os Estados Unidos. Este resultado, que, de um ano para o outro, altera completamente o panorama do mercado mundial do manganês, dominado até agora pela Índia, é fruto da instalação da "ICOMI" (Indústria e Comércio de Minérios) no Amapá. Com efeito esta firma, da qual toma parte uma grande sociedade siderúrgica norte-americana com 49% do capital, começou em janeiro de 1957 a sua exportação de minério, que já no ano passado se elevou a 658.000 toneladas inglesas.

Em certos círculos brasileiros reina a opinião de que este êxito virá a ser passageiro, em face da ofensiva do minério da Índia, que tem a seu favor acórdos sobre a permuta de produtos agrícolas norte-americanos com minérios daquele país asiático. Essas transações, de fato, poderão afetar ligeiramente a situação do nosso minério, mas não há nada que recear este ano.

A "ICOMI" já vendeu a maior parte da sua produção, mediante contratos firmados de antemão. Há, entretanto, uma alteração de mercado para a "ICOMI". No ano passado, das 658.000 toneladas que exportou, 400.000 foram compradas pelo governo de Washington para os seus estoques estratégicos. Este ano, ao abrigo da política de preservação de reservas, a produção

não deverá ir além de 600.000 toneladas, mas as compras do governo norte-americano, por seu lado, não excederão de 75.000. Todavia, como dissemos, apesar da profunda alteração na estrutura das compras, estas não foram afetadas.

Este êxito é o fruto da experiência feita no ano passado. Era necessário que, no seu primeiro ano de funcionamento, a firma brasileira desse provas da sua eficiência. Com efeito, chamada a abastecer uma indústria siderúrgica tão exigente como a norte-americana, que precisa de ter à sua disposição as quantidades necessárias de manganês dentro da data e do tipo estabelecidos, não podia haver melhor ensejo para a sociedade brasileira dar provas da sua capacidade. Desse ponto de vista, as compras do governo de Washington foram utilíssimas, pois permitiram uma demonstração irrefutável do perfeito funcionamento do sistema. Hoje, na praça de Pittsburg, sabe-se poder contar com o manganês brasileiro. Ganhamos a primeira partida, que nos coloca numa situação particularmente confortável. Sabe-se desde já, com efeito, que o minério brasileiro que lá chegou é, geralmente, dum teor ligeiramente superior ao que fora estabelecido no contrato de venda, fato a que não se estava habituado em muitos outros produtos.

É particularmente importante esse fator favorável no início duma produção para a qual iremos encontrar as dificuldades inerentes a uma grande concorrência. Este ano todo o nosso manganês foi vendido por preço sensivelmente igual ao do ano passado (preço FOB). Fo-

ram as despesas de frete que mudaram consideravelmente. Apesar de tudo, mantemos no mercado dos Estados Unidos uma enormíssima vantagem sobre a Índia: para este último país há que contar com um frete de uns 12 dólares por tonelada, ao passo que, para o nosso, o custo não vai além de 5 ou 6 dólares. A situação poderá modificar-se se forem feitas grandes remessas de trigo para a Índia, visto existir, nesse caso, um frete de retorno para o minério; mas em nenhum caso é de prever que a nossa vantagem desapareça.

Dois graves fatores poderão surgir: à redução de atividade da indústria siderúrgica e a entrada de novos concorrentes no mercado. Quanto ao último ponto, convém notar que existe, na África Equatorial Francesa, um projeto em vias de realização no qual está interessado um forte grupo siderúrgico norte-americano. Por aqui se vê quanto é frágil o nosso pretendido monopólio. De maior importância, de momento, parece ser, todavia, a diminuição da atividade industrial nos Estados Unidos. No ano passado, as usinas siderúrgicas trabalharam com 103% da sua capacidade teórica e, nos últimos meses, não foram além de 78%. Se essa evolução se agravar, é possível que os preços caiam. Parece, entretanto, que essa evolução é passageira, pois tanto a política de rearmamento como a que visa lutar contra a depressão irão dar ensejo a nítida recuperação da indústria siderúrgica norte-americana. O nosso País

acha-se diante duma nova oportunidade de aumentar as suas receitas de cambiais, não só por meio do manganês mas do minério de ferro. Esperamos que a lição tão preciosa que recebemos do primeiro nos sirva para o último.

● Problemas do Aço no Brasil

O problema da produção de aço no Brasil, assume cada dia que passa, aspectos dos mais graves, dada a intensa industrialização que envolve o País de norte a sul. Apesar de todos os programas atualmente em vigor ou em vias de execução, para o aumento da capacidade das usinas já existentes, ou para a criação de novas fábricas de ferro e aço, ainda assim, segundo as fontes mais autorizadas, teremos nos anos próximos ponderáveis déficits na produção, obrigando-nos, portanto, a recorrer à importação.

Segundo cálculos fixados pelos pesquisadores da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), na bem elaborada Memória Técnica que divulgou, são as seguintes as previsões para a produção de aço em 1959:

As perspectivas para fabrico de aço em lingotes, tendo em vista a capacidade das usinas atuais e os planos finais já contratados e, portanto, em fase de execução, podem ser estimadas em 1.950.000 toneladas para o ano de 1959, conforme a discriminação abaixo:

1 — Produção realizada em 1955	1.156.000
2 — Capacidade não utilizada em 1955, aproximadamente ..	50.000
3 — Ampliação de usinas existentes:	
a) Cia. Siderúrgica Nacional	334.000
b) Belgo-Mineira	180.000
c) Outras menores	110.000
4 — Usinas novas:	
Cia. Siderúrgica Manesmann	120.000

ce para os portos brasileiros, informa-se em fonte fidedigna.

Esse crédito faz parte de uma série de empréstimos, atualmente, em negociação entre as autoridades brasileiras e o referido banco, num total que se eleva a 55.720.000 dólares.

O Banco Export-Import concedeu prioridade ao pedido brasileiro de um crédito de 12.500.000 dólares, porque ele permitirá ao Brasil dobrar suas exportações de minérios de ferro para os Estados Unidos.

Essas exportações elevam-se atualmente a cerca de 3.000 toneladas por ano e o crédito concedido as elevaria a 6.000 em menos de um ano.

● Cresce a produção brasileira de lápis

O Brasil já está exportando lápis para países da América do Sul e da Europa concorrendo em condições de igualdade com outros produtores, como o Japão e a Tcheco-Eslováquia que desfrutam de sólida posição nesse ramo do mercado mundial.

Uma das principais fábricas do artigo localizada em São Paulo, está produzindo 60 mil grosas por mês, ou sejam 8.640.000 unidades desde os lápis pretos até os "dematológicos" (para sobrancelhas).

O processo de preparação é semelhante ao empregado nos países acima citados. A produção é realizada em série e atravessa diversas fases de fabricação, cada uma exigindo grande cuidado. O pessoal técnico opera com máquinas de precisão. Na mais importante fábrica do ramo, situada em São Paulo, são empregados 600 operários, 7 técnicos e um engenheiro. Apenas um dos técnicos é estrangeiro; o resto do pessoal é nacional.

O número relativamente elevado de operários se deve ao fato de que muitas operações têm que ser realizadas manualmente embora se venham estudando métodos que permitam substituir diversas dessas tarefas por processos mais modernos e mecanizados de trabalho.

Cerca de 90% da matéria-prima utilizada é de procedência nacional. Diversos tipos de madeiras brasileiras são empregados na fabricação do lápis. As madeiras provêm do Paraná ou de campos de florestas cultivadas em São Paulo. A grafita é de Minas Gerais. Já vem pulverizada e constitui, no gênero, um dos melhores materiais do mundo, pois seu teor de pureza ascende a 97%.

A parte importada se refere à anilina e à parafina, artigos cuja produção nacional é, ainda, deficiente. Na maior empresa existente em São Paulo as máquinas foram quase todas construídas na própria oficina da fábrica. Apenas alguns modelos especializados foram importados da Alemanha e dos Estados Unidos.

● Mercado de caminhões

Em 1957, produzimos cerca de 20.000 caminhões e importamos 37.555 caminhões e ônibus.

Note-se — observa o sr. Morel M. Reis — que os dois números não podem ser somados, pois a importação de partes ponderáveis de veículos parcialmente nacionalizados foi computada como importação de veículos.

Admite aquele técnico que o suprimento do mercado tenha girado, em 1957, em torno de 25.000 unidades, sobretudo se considerarmos que nos dados referentes a caminhões e ônibus foram englobados também os jipes.

Este ano, na pior das hipóteses, deverão ser produzidos 35.000 unidades. Esse número, observa o referido comentarista econômico, não será de molde a determinar alteração muito sensível no mercado. É que o déficit acumulado, em carros de carga, é tão grande que somente com o correr de mais alguns anos é que será possível estabelecer um suprimento normal, em condições de relativo equilíbrio entre a oferta e a procura.

Em 1958, a produção nacional de caminhões deverá alcançar a casa

A SITUAÇÃO EM SÃO PAULO

No que se refere ao Estado de São Paulo, diz a nota do CNE que o número total de estrangeiros diminuiu de 761.991 em 1940 para 627.433 em 1950, se bem que o de naturalizados aumentasse de 52.111 para 65.888. No conjunto das duas classes, a diminuição foi de cerca de 15%. A proporção dos estrangeiros e naturalizados dentro da população paulista, que atingia 11,74% em 1940, caiu para 7,59% em 1950.

A diminuição numérica dos grupos estrangeiros foi acompanhada pelo seu envelhecimento, em virtude da insuficiente renovação dos grupos de idades juvenis. No conjunto dos habitantes de origem estrangeira, a idade mediana (isto é, idade abaixo e acima da qual se encontra igual número de pessoas) passou de 44,1 anos para 48,5 anos entre 1940 e 1950. Tomando-se os dois principais grupos estrangeiros em São Paulo, o italiano e o português, pode-se verificar que as distribuições segundo a idade se deslocaram para o alto, no período intercensitário.

ITALIANOS E PORTUGUESES

A proporção das idades de 0 a 19 anos diminuiu de 2,22% para 1,74% entre os italianos e de 7,89% para 5,43% entre os portugueses; as das idades de 20 a 39 anos diminuiu de 13,13% para 11,47% entre os primeiros e de 36,68% para 24,20% entre os segundos. Ainda a proporção das idades de 40 a 59 baixou de 48,88% para 36,55% entre os italianos, enquanto que entre os portugueses aumentava de 40,53% para 47,50%.

Em ambos os grupos, cresceu fortemente a proporção das idades de 60 anos e mais, passando de 35,77% em 1940 para 50,24% em 1950 entre os italianos e de 14,90% para 22,87% entre os portugueses. A idade mediana dos italianos sobe de 55,0 anos em 1940 para 60,1 em 1950; a dos portugueses, de 42,3 anos para 45,0.

● Desenvolvimento da exportação no Recôncavo Baiano

Em 1957, a Petrobras perfurou na Bahia um total de 78.836 ou seja 56% mais que no ano anterior. Nos campos conhecidos foram executados 53 furos, dos quais 8 secos, 2 foram abandonados, 2 se revelaram produtores de gás e 41 de petróleo.

Esses poços produtores não somente trouxeram acréscimo a produção diária, como incrementaram, consideravelmente, a área provada de quase todos os campos.

Em 1957, a Petrobras marcou grande vitória no Recôncavo: a descoberta de novo campo de gás, o de Jacuípe. Descobriu também a extensão sul do Campo de Dom João.

Em 1958, segundo o engenheiro Geonísio Barroso, a Região de Produção da Bahia espera perfurar dez locações pioneiras, treze poços pioneiros e cento e oito poços de desenvolvimento, sem contar aqueles dentro da Baía de Todos os Santos, extensão do campo de Dom João, onde já estão selecionados cerca de duzentos furos, programa a realizar-se no prazo de três anos, quando a produção deverá alcançar dezessete milhões de barris de petróleo.

FATURAMENTO DA REFINARIA DE CUBATÃO

Em dezembro de 1957, o faturamento da Refinaria Presidente Bernardes alcançou Cr\$ 1.002.655.076,30. Com esse resultado, encerrou-se o exercício passado com o faturamento global de Cr\$ 11.420.498.960,70, oferecendo a média mensal de Cr\$ 951.708.246,70, sendo a média diária de Cr\$ 31.723.608,20.

● Cubatão, grande centro industrial

A indústria de refinação de petróleo possui extraordinária capacidade multiplicadora, pois a petro-

química tornou-se, hoje, um ramo industrial fabuloso com uma linha de mais de cinco mil produtos. É o que está acontecendo em Cubatão, com a instalação da Refinaria Presidente Bernardes, a maior atualmente em atividade no país. Ali já funcionam uma usina de asfalto, com capacidade para atender as necessidades do mercado nacional e uma fábrica de fertilizantes nitrogenados.

A instalação da unidade de recuperação de eteno, pela Petrobrás, em início de atividade, está determinando o aparecimento de várias outras iniciativas, umas em projeto, outras já em fase final de execução.

Encontra-se nesta situação a fábrica de polietileno, da Union Carbide do Brasil Indústria e Comércio (subsidiária da Union Carbide and Carbon Corporation), que deve entrar em funcionamento em maio próximo. O investimento é da ordem de 7.500 mil dólares e a capacidade de produção será de 4.500 toneladas de polietileno que, como se sabe, é um produto de larga aplicação na indústria de plásticos.

Do mesmo modo, a Companhia Brasileira de Estireno, que fabricava o produto do mesmo nome à base do eteno importado, vai tê-lo agora fornecido pela Refinaria Arthur Bernardes.

Outros projetos em andamento — o da Alba S.A., que vai fabricar formol, e o da COPEBRAS, subsidiária da Columbia Carbon Co. (fábrica de negro e fumo) evidenciam a enorme importância que vai assumindo a área de Cubatão, como centro industrial.

Sem falar que nas suas imediações localizar-se-á a usina da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), com capacidade final de um milhão de toneladas de aço.

• Jazida de chumbo

O reconhecimento completo da maior jazida de chumbo do País, que fica situada na região de Buqueira, no centro-sul da Bahia, foi terminado por técnicos do Departa-

mento Nacional da Produção Mineral, em prosseguimento às atividades de pesquisas de nossos recursos minerais não ferrosos.

A mina identificada apresenta consideráveis reservas de minério que pode ser lavrado a céu aberto, conforme dados constantes do relatório anual do diretor da Divisão de Geologia daquele Departamento do Ministério da Agricultura. Abrem-se, assim, novas perspectivas para o setor de nossa exploração plumbífera, cujas áreas principais, conhecidas até 1956, estavam localizadas no Vale do Ribeira, do Iguape, entre os Estados do Paraná e São Paulo e no Vale do São Francisco, atingindo principalmente Minas Gerais.

Os corpos do minério de chumbo encontrados em Buqueira, dispõem-se em intercalações xistosas na formação ferrífera. No local denominado Morro do Cruzeiro são conhecidos pelo menos três horizontes mineralizados, com espessuras de 1 a 10 metros; no Morro Pelado, próximo ao anterior, ocorrem duas zonas de minério, das quais uma com comprimento de 200 metros e espessura de até 3 metros. A extensão do total da faixa de ocorrência das reservas de chumbo é superior a 2.000 metros.

A produção atual da mina é da ordem de 1.000 toneladas mensais de minério oxidado com 50% de chumbo. Ainda não existem dados precisos sobre as reservas da jazida porém uma amostragem superficial revelou a existência de substancial teor plumbífero em toda a extensão da área mineralizada, mostrando a importância do depósito e indicando as possibilidades futuras da lavra a céu aberto de quantidades consideráveis de chumbo.

• A indústria de artefatos de borracha no Brasil

Existem atualmente no País duzentas fábricas de artefatos de borracha e usinas de beneficiamento, seis das quais de pneumáticos. Esses estabelecimentos se distribuem da seguinte maneira: 1 na Bahia;

1 no Paraná; 1 em Santa Catarina; 3 em Minas Gerais; 3 no Rio de Janeiro; 7 no Amazonas; 8 no Pará; 15 no Rio Grande do Sul; 30 no Distrito Federal; e 130 no Estado de São Paulo. Podemos ter uma idéia do vulto do ramo fabril entre nós com base no último censo divulgado pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, com relação ao ano de 1953. Segundo tais dados, em 31 de dezembro daquele ano, existiam 179 fábricas de artefatos de borracha com um investimento total de 5,7 bilhões de cruzeiros. Os impostos atingiram a nada menos de 588 milhões de cruzeiros e eram empregados... 21.200 operários, possuindo as fábricas 100 mil cavalos de força instalados. O consumo de borracha natural foi da ordem de 30.700 toneladas (hoje gira ao redor de 40 mil toneladas) e o valor das vendas, ainda no aludido ano, subiu a 5 bilhões de cruzeiros.

A indústria em apêço, em sua maioria, se constitui de estabelecimentos de pequeno porte, que em média empregam 10 operários. O número de grandes estabelecimentos é bastante reduzido. O setor, entretanto, produz a quase totalidade dos artefatos de consumação obrigatória, desde pneumáticos gigantes para tratores e máquinas de terraplenagem até as pequenas borrachas para apagar, de uso dos estabelecimentos escolares. A qualidade de sua produção se equipara à similar estrangeira e em certos casos a supera.

PRODUÇÃO NACIONAL

A importância da produção de borracha ressalta dos dados referentes ao consumo mundial: em 1953, a indústria transformou em artefatos nada menos de 1.900.000 toneladas de borracha natural, e 1.000.000 de toneladas de elastômeros sintéticos.

Como já se tornou histórico, o suprimento de borracha à indústria mundial de artefatos, era privilégio do Brasil, em épocas remotas. Hodiernamente, somos obriga-

dos a importar determinadas quantidades de borracha do estrangeiro, para cobrir a insuficiência da presente produção nacional.

O primeiro registro de produção de borracha em nosso País alude ao ano de 1822, quando atingiu 31 toneladas. Já em 1830 vendíamos à Inglaterra 23 toneladas. No ano de 1850, o índice de produção subia para 1.467 toneladas e no começo deste século eram extraídas das selvas amazônicas nada menos de 27.650 toneladas. Nesse ano, o consumo mundial era da ordem de 53.000 toneladas, fornecendo o Brasil cerca de 60% desse total aos países consumidores. Ainda nesse, já as colônias inglesas da Ásia contribuíam com 500 toneladas, como resultante do trabalho britânico nas plantações de seringueiras, utilizando sementes e mudas do nosso Vale Amazônico. Daí por diante, a produção asiática foi crescendo em ritmo acelerado, de modo que em 1910 produziu 110 mil toneladas, em 1920 310 mil toneladas, em 1930 800 mil toneladas e 1.900.000 toneladas em 1955.

Não obstante as condições propícias, entre as quais os preços altos então vigentes e a assistência do governo em várias ocasiões, os produtores brasileiros não conseguiram ultrapassar uma produção máxima de 42 mil toneladas, verificada em 1912. Razões das mais variadas impediram o incremento da produção nacional.

Presentemente, a produção brasileira de borracha natural decresceu para 25 mil toneladas anuais, o que representa pouco mais de 1% sobre a produção mundial e 60% do consumo interno, obrigando o País a importar cerca de 15 mil toneladas anuais da própria Ásia, nosso antigo concorrente. Essa importação implica na despesa de 10 milhões de dólares por ano. E a tendência, logicamente, é para um aumento considerável nos próximos anos. Assim, reveste-se de máxima importância conseguirmos esse suprimento faltante dentro dos nossos próprios meios e recursos.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

E.R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas 529-S/1211 — Tel. : 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz: Rio, Av. Presidente Wilson, 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais: Rio, Av. Brasil, 555 — Telefone 28-4135 — São Paulo: Rua Bento Freitas, 148-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba: Av. 7 de Setembro, 1927-1941 — Distribuidores: Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre: Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, 664 — Tel. 6150 — Salvador: Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife: Denis Paredes & Cia. — Av. Guararapes, 154, 5º andar — Tels. 6965 e 7875 — Caixa Postal 469.

FABRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica: Rua 29 de Julho, 220 — Depósito: Rua Flávia Farnese, 120 — Escritório e loja: Praça 11 de Junho, 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

LATICINIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, 176 — Tel. 28-2616 — Distrito Federal.

GRÁFICA ARTECOR LTDA. — Tricomias — Policromias — Rua Flack n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

RADIO TECNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

A METALÚRGICA FEDERAL — Fundação de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Fortela n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. tel. "Dilaminos" — Rua Camerino n. 87 — Tel. 52-2174 — Rio de Janeiro.

SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLANTICO LTDA. — TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana n. 21 — Tel. 43-2768 — Rio de Janeiro.

MACHADO CARNEIRO S. A. INDUSTRIA E COMERCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Charque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre n. 90, 7º — Tel. 43-2482 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Delim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel n. 81 — Telefone 28-3706 — Rio de Janeiro.

JORGE MENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de Junho, 203-A-loja — Rio de Janeiro.



SESQUICENTENARIO DO 1º REGIMENTO DE CAVALARIA DE GUARDAS

Gen. FLORIANO PEIXOTO KELLER

O atual Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG) foi criado na ocasião da data natalícia de D. João VI, Príncipe Regente, por Decreto de 13 de maio de 1808.

Este Decreto é um documento de alto valor histórico e nêle Sua Alteza Imperial houve por bem nomear para o Regimento o Barão de Vila Bela, Coronel Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. O Regimento era constituído de um Estado-Maior e 3 Companhias divididas em 4 Esquadrões de 2 Companhias cada.

A criação do Regimento se deu pelo motivo de que, quando a Côrte Portuguesa veio para o Brasil, a tropa não se achava bem organizada, nem era satisfatória sua disciplina, e por isto deu logo o Ministro da Guerra, Conde de Linhares, prontas providências para disciplinar o Exército.

Convencido o Príncipe de que não se podia ter um bom Exército sem cavalaria, convencido ainda mais de que para bem guarnecer a sede do Governo havia urgência de se ter uma boa cavalaria para perseguir e destroçar o inimigo no caso de um desembarque, resolveu criar um Corpo dessa Arma, com a denominação de 1º Regimento de Cavalaria do Exército. A 5 de dezembro de 1816, em face do projeto de organização de um Regimento de Cavalaria, datado de 18 de agosto do mesmo ano e da autoria do Barão de Vila Bela, foi decretada nova organização para o Regimento que passou a ser administrado pela Real Fazenda.

Sua constituição foi mantida, os seus efetivos em homens e cavalos aumentados e instruções pormenorizadas sobre administração e serviços gerais foram determinadas. Passou então o Regimento a um efetivo de 620 homens e 584 cavalos. Com este Decreto foram lançadas as bases do futuro Exército Brasileiro, cabendo ao 1º Regimento de Cavalaria a glória de ter sido o preferido pelo Governo para assentá-las.

Em 1861, sentou praça no Regimento o Príncipe D. Felipe de Bourbon e, em 1883, mantendo-se incógnito, o Conde austríaco, Alfredo de Gottemburg. Os motivos de sua vinda para o Brasil e a razão de sua praça no 1º Regimento de Cavalaria não foram conhecidos. Com objetivo de dar maior comodidade à tropa e à cavalaria, o Governo mudou o aquartelamento do 1º Regimento para o local onde atualmente se encontra. Isto em 1883. Mais tarde, em 4 de novembro de 1922, inaugurou o seu atual aquartelamento.

Em face de ser o decano dos nossos Regimentos e de suas gloriosas tradições foi dotado de um uniforme de "Dragão", igual ao usado por ocasião do "Grito do Ipiranga", em 1822. Este uniforme é ainda hoje usado pelos oficiais e praças em dias de gala e foi apresentado publicamente pela primeira vez por ocasião do desfile militar do dia 7 de setembro de 1926. Possui ainda um distintivo para ser usado nos uniformes externos.

A designação de "Dragões da Independência", foi dada ao Regimento por Decreto n. 1.042, de 20 de agosto de 1936, cabendo nas ocasiões determinadas o uso dos uniformes de "Dragão", relembrando a Unidade criada em 1808.

Desde sua criação até o presente, o Regimento teve as seguintes denominações:

- 1º Regimento de Cavalaria do Exército (13 de maio de 1808);
- 1º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha do Exército (7 de abril de 1831);
- 1º Regimento de Cavalaria (de 1839);
- 1º Regimento de Cavalaria Divisionário (26 de dezembro de 1919);
- 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (4 de junho de 1946).

Em 150 anos de existência, o 1º Regimento esteve sempre ao lado do povo em todos os atos que foram decisivos para a Nação; assim, a 7 de setembro de 1822 esteve presente no "Grito do Ipiranga"; ainda no mesmo ano tomou parte nos acontecimentos de 11 de janeiro e na aclamação do 1º Imperador, a 12 de outubro. A 18 de novembro recebia das mãos de D. Pedro I a Bandeira Nacional.

Compareceu à Coroação e Sagração do 1º Imperador (1 de dezembro de 1822), fez parte da Guarda de Honra que por esta ocasião foi instituída e que lhe conferia honras extraordinárias, tais como a precedência sobre todos os demais Corpos do Exército e o direito que tinham seus oficiais de entrar na sala do Docel.

Em 1829, por ocasião da Proclamação da República, tomou parte saliente nos acontecimentos que se processaram, tendo a 11 de novembro os oficiais firmado um documento no qual hipotecavam a Benjamin Constant, sua solidariedade à Causa Republicana. Na madrugada do dia 15, este oficial apresentou-se ao Regimento, de onde lançou duas mensagens, uma ao Clube Naval pedindo o apoio da Esquadra e outra ao General Floriano pedindo que comandasse a tropa reunida e da qual fazia parte o 1º Regimento de Cavalaria e por tal não poder ser feito pelo General Deodoro que se encontrava enfermo. Com o Regimento na vanguarda, deslocaram-se as tropas e na rua Visconde de Itaúna, reuniu-se Deodoro, que montando o baio n. 6, proclamou a República. Este animal morreu em 26 de fevereiro de 1904, com 18 anos de idade e foi enterrado nas imediações do antigo picadeiro do Regimento.

Tomou parte na repressão da Revolta da Fortaleza de Santa Cruz (novembro de 1905), na repressão da revolta do Batalhão Naval (dezembro de 1910), na repressão à sublevação do Forte Copacabana e

da Escola Militar (julho de 1922), na repressão ao Movimento Comunista de 1935, na repressão ao Movimento Integralista (maio de 1938), e ainda foi parte saliente no Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais. Vigentes, de novembro de 1955.

Estêve em operações por ocasião da Revolução Pernambucana de 1824, tendo para lá deslocado dois Esquadrões. Tomou parte na Campanha de 1825/28, desde 16 de novembro de 1825. A 20 de fevereiro de 1827 tomou parte o 1º Regimento de Cavalaria na Batalha do Passo do Rosário, incorporado à 4ª Brigada de Cavalaria, por ordem do Brigadeiro Paula Rosa, e a sua atuação foi destacada, perdendo muitos oficiais e praças. Recebeu citações honrosas do Marquês de Barbacena.

Ainda sobre sua atuação nesta batalha assim se expressou o Brigadeiro Soares de Andréa: "ATESTADO — Francisco José de Souza Soares de Andréa, Brigadeiro Graduado do Corpo de Engenheiros e Ajudante General do Exército do Sul — Atesto que no dia 20 de fevereiro em que teve lugar a Batalha do Rosário dada junto ao Passo do mesmo nome, no rio Santa Maria, entre o Exército Imperial sob o Comando do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Tenente-Coronel, Marquês de Barbacena e o Exército da República sob o Comando de Carlos de Alvear, quando a ação estava na força do engajamento e o nosso Exército envolvido pelos flancos e retaguarda, indo eu em direção para o lado direito encontrei 4 peças comandadas pelo Tenente Mallet, coisa de 30 caçadores do Batalhão 27 e os restos do 1º Regimento de Cavalaria do Exército que tudo vinha retirando da direita, tendo sofrido muita perda o Regimento e falhando os nossos esforços sobre a esquerda do inimigo; no Major Mello, meu deputado que me acompanhava, ali fez reunir alguns caçadores que continuavam a marcha em dispersão e nós seguimos o destino que iam para a direita, mas encontrando-nos com alguns Esquadrões inimigos que tinham volteado à nossa direita, retrocedendo para junto daquele grupo de tropas e os achamos postos em ordem e prontos a repelir os inimigos debaixo do Comando do Sr. Coronel Emídio Calmon, Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria e, não obstante a superioridade do inimigo que tentou por duas ou três vezes tomar aquela artilharia, foi sempre tão castigado do nosso fogo e recebido com tanto valor, que abandonou por fim a empresa e o campo unindo-se com grande perda aos outros Corpos que estavam sobre a nossa retaguarda. Quartel-General no Passo de São Lourenço, 20 de abril de 1827. a) Francisco José de Souza Soares de Andréa".

Ainda em carta particular ao Imperador, o Marquês de Barbacena diz que coube ao 1º Regimento de Cavalaria, juntamente com outras Forças, a glória de salvar o Exército na marcha para o Rio Jacuí.

Após êstes brilhantes, a 23 de maio de 1828, foi o Coronel Calmon mandado recolher à Corte, trazendo em sua companhia o casco do seu Regimento cujo arquivo deixou de o acompanhar por ter sido destruído na Vila do Rosário.

Por ocasião do movimento chefiado pelo Almirante Custódio José de Melo, em fevereiro de 1892, o Regimento apoiou decididamente a atitude do Marechal Floriano.

Operou o Regimento, partindo de Itararé, em terras do Paraná e Santa Catarina, por ocasião da Revolução de 1894, tendo seguido a 21 de março deste ano, estêve em Guarapuava, Palmarès, no Passo das Pelotas, no Rio do Peixe, na perseguição à coluna de Juca Tigre e no Reconhecimento do Passo do Herval. Cumpriu várias missões, teve muitas baixas e por todos os atos de bravura que realizou foi elogiado pelo Marechal Floriano. A 25 de janeiro de 1895 retornou ao seu aquartelamento em São Cristóvão.

Estêve presente nos distúrbios que se passavam na Bahia e provocados pelos fanáticos de Canudos, tendo destacado para lá um Esquadrão que operou em conjunto com outro do 9º de Cavalaria. Nesta campanha tomou parte no combate do Rancho do Vigário, do Morro Vermelho, no Cêrce e Assalto a Canudos (18 de julho) e, para desalojar os fanáticos de suas posições, ocultos em trincheiras e caatingas, foi necessário carregar a baioneta. Este esquadrão se reuniu ao Regimento em 5 de novembro de 1897.

A partir de 20 de julho de 1924 tomou parte na repressão ao movimento sedicioso irrempidio em São Paulo, tendo realizado reconhecimento em Itapira, tomou parte no combate de São Manoel (3 de agosto) onde teve atuação destacada um Pelotão do 1º Esquadrão.

Por ocasião da Revolução de 1930, teve elementos destacados para Barra do Piraí e Entre-Rios, defendeu o Setor de São Cristóvão e protegeu o Presidente deposto em sua transferência para o Forte de Copacabana.

Na manhã de 10 de julho de 1932, o Regimento recebeu ordens no sentido de se aprestar para seguir, por via férrea, com destino a São Paulo onde se desenrolavam sérios acontecimentos; às 23,00 horas do mesmo dia o Regimento partiu com todos os seus efetivos animais e material, com a missão de cooperar no eixo Rio-São Paulo e recalcar os Rebeldes em armas. No dia imediato chegou a Rezende. Operou durante cêrca de 3 meses no Vale do Paraíba, tomou parte em vários Reconhecimentos e no Combate de São Francisco. A 15 de outubro do mesmo ano regressou ao seu aquartelamento.

Em tôdas as ações nas quais estêve empenhado o 1º Regimento de Cavalaria sempre fêz jus aos mais exaltados elogios pela bravura, destreza e disciplina. São várias as citações honrosas a êle consignadas.

Possui o Regimento Condecorações e Distinções que lhe foram conferidas, tais como a Precedência sobre os demais Corpos do Exército (1822); Insignias da Ordem do Mérito Militar, cujo diploma é registrado sob o n. 1 (1935); Estandarte recebido das mãos do General Revollo, da República Boliviana (1943); Diploma de Reconhecimento do Instituto Nacional dos Surdos Mudos (1954); Medalha Cultural e Comemorativa da Trasladação dos despojos da Imperatriz Leopoldina (1956); Batuta de ébano com incrustações de prata e ouro, oferecida ao Regimento pelo Doutor Rodrigues Alves, Presidente da República (1906); Medalha de ouro comemorativa do Primeiro Centenário do Regimento e ofertada pelo Doutor Afonso Augusto Moreira Pena, Presidente da República (1908); Medalha de Bronze comemorativa da inauguração do Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados (1933); e, Placa de ouro como homenagem da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (1953).

Foram comandantes do Regimento, desde a sua criação, os seguintes:

Cel Francisco de Paula Magessi Távares de Carvalho, (1808-1817); Cel Luis Paulino de Oliveira Pinto França (1818-1822); Brigadeiro Graduado José Maria Pinto Peixoto (1822-1823); Major João Emídio Calmon, (1823-1829); Cel Francisco Xavier Calmon, da Silva Cabral (1829-1833); Cel José Manuel Carlos de Gusmão, (1833-1847); Cel Manuel Antônio da Fonseca Costa, (1847-1855); Ten-Cel José Luis Mena Barreto, (1855-1856); Cel João Antônio de Oliveira Lôbo, (1856-1859); Cel João Daniel Damasso dos Reis, (1859-1866); Brig Grad Augusto Frederico Pacheco, (1866-1870); Cel Agostinho Maria Piquete, (1870-1871); Cel Justiniano Sabino da Rocha, (1871-1880);

Cel José Souto, (....-1880) ; Cel Antônio Nicolau Falcão da Frota, (1880-1884) ; Ten-Cel Carlos Machado Bittencourt, (...-1884) ; Cel José de Almeida Barreto, (1884-1887) ; Cel Antônio Germano de Andrade Pinto, (1887-1889) ; Ten-Cel Silva Teles, (1889-1892) ; Cel José Caetano de Faria, (1892 e 1898-1905) ; Cel José Maria Marim da Silva, (1892-1895) ; Cel Alfredo Barbosa, (1896-1897) ; Cel Luis Antônio Cardoso, (1905-1909) ; Cel Pedro Augusto Pinheiro Bitencourt, (1909-1910) ; Cel Antônio Neto de Oliveira Faro, (1910-1912) ; Cel Joaquim Inácio Batista Cardoso, (1912-1914) ; Cel Alfredo Ribeiro da Costa, (1914-1917) ; Cel Augusto Tasso Fragoso, (1917-1918) ; Cel João Batista Neiva de Figueiredo, (1918-1919) ; Cel Isidoro Dias Lopes, (1919-1920) ; Cel Estelita Augusto Werner, (1920-1922) ; Cel Antenor de Santa Cruz Pereira Abreu, (...-1922) ; Cel Augusto Inácio do Espírito-Santo Cardoso, (1922-1923) ; Cel Francisco de Borja Pará da Silveira, (1923-1926) ; Ten-Cel Euclides de Oliveira Figueiredo, (1926-1927) ; Cel José Maria Franco Ferreira, (1927-1931) ; Cel Otávio Pires Coelho, (1931-1934) ; Ten-Cel Renato Paquet, (1934-1936) ; Ten-Cel Luis Guandley, (1936-1937) ; Cel Aristóteles de Souza Dantas, (1937-1939) ; Cel José Silvestre de Melo, (1939-1941) ; Cel Oscar Moreira Tinoco, (1941-1943) ; Cel Estêvam de Souza Lima, (1943-1945) ; Cel Ari Salgado Freire, (1945-1947) ; Cel Jandir Galvão, (1947-1952) ; Cel Inimá Siqueira, (1952-1953) ; Cel Amaury Kruel, (1953-1954) ; Cel Enio da Cunha Garcia, (...-1954) ; Cel Antero de Matos Filho, (1954-1956) ; Cel Oromar Osório, (1956-1957) ; Cel José Público Ribeiro, (1957-...).

(Os dados sobre o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, aqui citados, foram extraídos do Livro Histórico da Unidade).

UM DUELO TÉCNICO USA - URSS

"OS MISSEIS"

(Artigo da "Revue Militaire D'Information" — Nov 57)

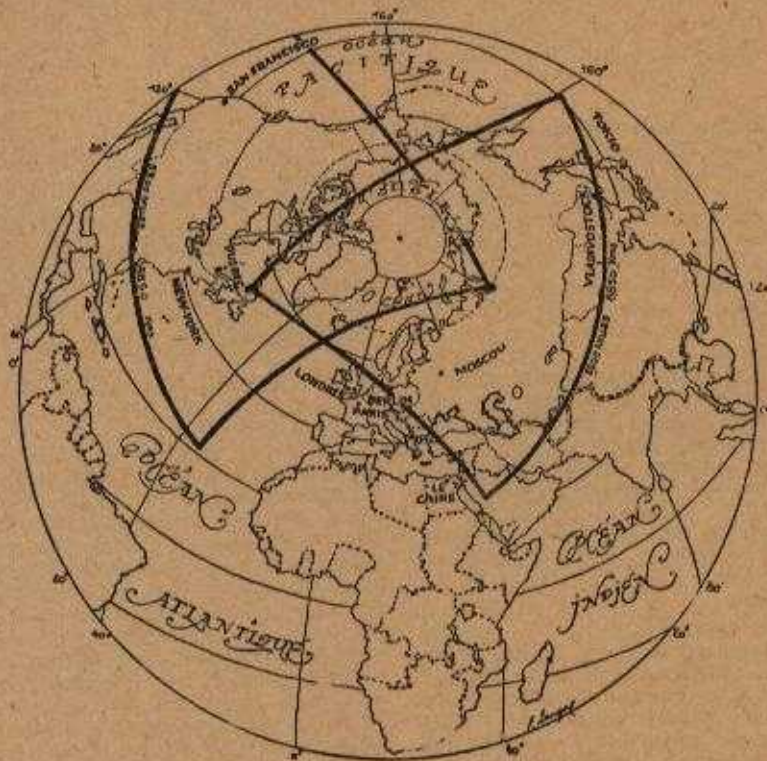
Tradução do Major PAULO CORREIA LIMA

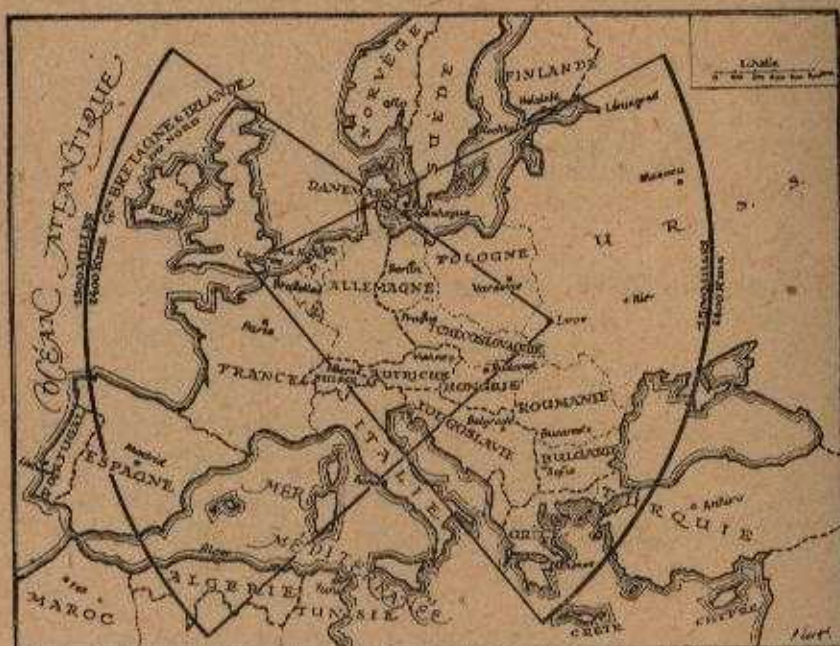
O FOGUETE BALÍSTICO INTERCONTINENTAL

A 26 de agosto, a Agência Tass anunciava: "Dias atrás foi lançado um super-foguete balístico intercontinental múltiplo. Os ensaios foram coroados de êxito confirmando os cálculos. O foguete voou a uma

altitude sem precedentes, cobrindo uma grande distância em pouco tempo. Aterrou na zona prevista".

A gigantesca luta técnica e industrial, na corrida aos foguetes de grande porte, começada no fim da guerra (1), entre os USA e a URSS, tomou novo impulso.





Existem dois tipos de foguetes: o Missil Balístico Intercontinental, ou ICBM e o Missil Balístico de Alcance Intermediário ou IRBM. O primeiro tipo tem um alcance de 8.000 km ou mais; o segundo alcance entre 2.400 e 6.000 km.

A concepção destes dois tipos de engenhos é análoga. Tratam-se de foguetes com estágios, isto é, compostos de vários elementos propulsores que os impulsionam sucessivamente e que se destacam tão logo tenham gasto a respectiva reserva de energia. Cada um destes estágios aumenta a velocidade do engenho. O elemento que constitui a cabeça do missil termina a trajetória tal qual um obus. Chama-se a esse elemento ogiva, e é ele quem transporta a carga nuclear até ao objetivo.

Em entrevista coletiva concedida à imprensa, a 27 de agosto, o Secretário de Estado Norte-Americano, Sr. Foster Dulles, declarou que os Estados Unidos deviam fazer face a uma "ameaça formidável", mas que o sucesso soviético não poderia

afetar o atual equilíbrio das forças, porque a aviação estratégica continuará ainda por muito tempo, a desempenhar um papel importante sobre o plano militar. Por outro lado, o Secretário Adjunto de Defesa, Sr. Quarles, precisou que os Estados Unidos não se consideram vencidos na corrida aos engenhos balísticos intercontinentais.

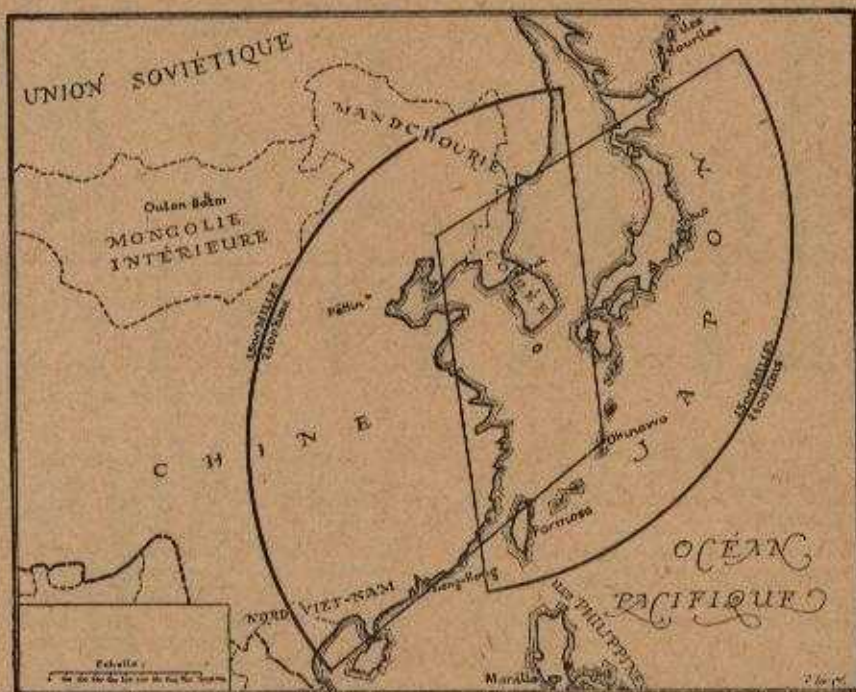
OS SATÉLITES ARTIFICIAIS: SPOUTNIK I E SPOUTNIK II

A 4 de outubro, um comunicado da Agência Tass, difundido pela Rádio Moscou, anunciou que a URSS, havia lançado, com sucesso, um satélite artificial descrevendo em volta da Terra uma trajetória elíptica a 900 km de altitude. O engenho, de forma esférica, tinha 58 cm de diâmetro, pesando 83 kg sendo provido de um aparelho radioemissor. O foguete que o impulsionara proporcionou a aceleração requerida de 8 km por segundo e a rotação completa da Terra se fizera em uma hora e trinta e cinco minutos.

A 3 de novembro, quase um mês, dia por dia, após o primeiro, os russos lançaram o Spoutnik II, uma super pequena lua com 508,300 kg. Difere do primeiro satélite por estar constituído do quarto estágio de um foguete extremamente rápido que, após cinco minutos de voo havia atingido 700 km de altitude.

O lançamento fôra operado com a ajuda de um carburante secreto.

Gravitando a 1.500 km da Terra, com uma velocidade de 8 km/seg, completou sua revolução em 1 hora, 42 minutos e 42 segundos (7 minutos e 30 segundos mais que o Spoutnik I). Está habitado por uma cadela, Frisette, com reflexos condicionados (2) (como o cão de Pavlov). Todos os reflexos do animal, batidas do coração, tensão, etc., são registrados por aparelhos existentes no satélite. Após 130 revo-



luções em volta do globo Frisette morreu.

A mecânica celeste não havia sido revelada até o presente senão através da observação e cálculos. Assistimos hoje às primeiras experiências efetuadas neste domínio, que era ainda interdito a dita pesquisa, humana. Estas experiências constituem as primeiras na via vertiginosa da astronáutica. As futuras astronaves serão lançadas pelos foguetes.

O lançamento de satélites artificiais faz parte do programa de investigação do "Ano Geofísico In-

ternacional" e sua realização produziu um choque psicológico universal. No momento, pode-se dizer somente que há necessidade de um capital técnico que poderia ser facilmente aplicável, cedo ou tarde, à técnica da guerra.

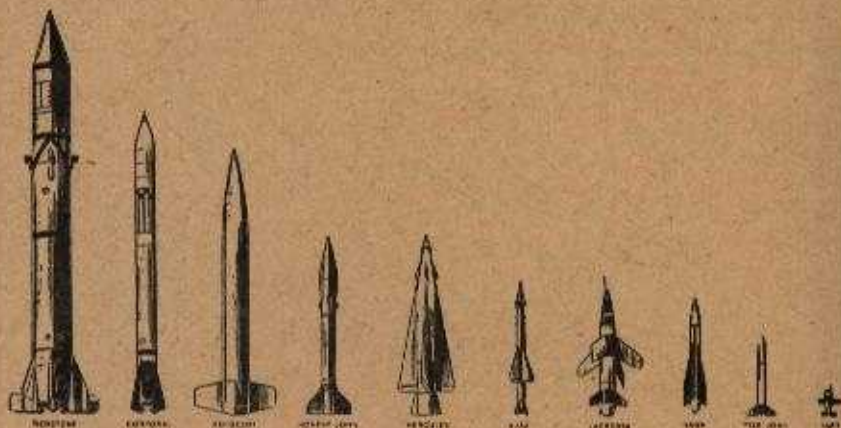
OS ENGENHOS AÉREOS OFENSIVOS

Nos parece oportuno fazer referência aos numerosos engenhos aéreos em curso de realização nos USA a fim de dar uma idéia, no momento em que eles se colocam no primeiro plano da atualidade.

O Exército ensaiou, recentemente, com sucesso, um engenho balístico estratégico, Jupiter, para distâncias médias (cerca de 2.500 km). A Força Aérea foi menos feliz, pelo menos agora, com o Atlas previsto para um alcance de 8.000 km e com o Thor para distâncias médias; um outro engenho intercontinental,

o Titan, está em vias de realização. A Marinha decidiu construir um engenho balístico de sua própria concepção, para distâncias médias, o Polaris, que ainda não ultrapassou a fase do projeto.

Prevendo que os engenhos balísticos só seriam realidade dentro de vários anos, a Força Aérea estu-



dava os engenhos de construção menos difícil, como sejam, os aviões sem piloto, de raio de ação muito grande.

O Snark é o mais simples. Propulsado por um tubo-reator, tem um raio de ação de 7.000 km e uma velocidade de 1.000 km/h. Não custa mais do que 7% de um bombardeiro B.52. Sua trajetória retilínea, sua velocidade subsônica e sua altitude de cruzeiro de 18.000 metros o tornam vulnerável. O Navaho atinge 3.000 km/h a 25 km de altitude, mas parece que pararam, ou pelo menos demoram sua construção para dedicarem o esforço principal aos engenhos balísticos.

nhos teleguiados, podendo ser lançados de 200 a 300 km da área. O mais poderoso é o Rascal, capaz de subir a 30 km e atingir 1.600 km/h; pesando 6 toneladas, com 10 metros de comprimento e alcance de 150 km. O Bullpup é menor; a construção do Petrel destinada aos aviões torpedeiros da Marinha, foi suspensa.

OS ENGENHOS DEFENSIVOS

O único tipo de engenho "soloar", em serviço nos USA é o Nike-Ajax: 6 m de comprimento, 0,30 m de diâmetro, 650 kg; 30 km de alcance, altitude de 18.000 m, velocidade de 2.000 km/h. Lançado verticalmente, é guiado por um feixe de radar que o conduz à vizinhança do objetivo onde é provocada a explosão, na qual é fragmentado o corpo do projétil. Estes fragmentos devem atingir o objetivo em um ponto vital para destruí-lo. Um Nike-Ajax custa 30.000 dólares.

A Marinha emprega os Regulus, cuja velocidade atinge a 2.000 km/h e o raio de ação de 1.500 km. A fim de evitar que bombardeiros estratégicos sobrevoem a área em que se encontram, que será defendida, de um modo geral, por engenhos de intercepção, a Força Aérea e a Marinha estudam enge-



REGULUS II



REGULUS I



PETREL



FALCO



TERRIER



TARTAR



SPARROW



SIDEWINDER



STINGER



HAVOC



BOMBER



MATADOR



RASCAL



FALCON

O Talos, derivado do Terrier, se destina a equipar os cruzadores anti-aéreos da Marinha, e foi adotado pela Força Aérea para proteção de suas bases. Parece constituir um belo resultado. Seu alcance é de 70 km, a velocidade de 25.000 km/h; tem 4,5 m de comprimento e peso de 1.100 kg.

O Bomarc é um verdadeiro avião supersônico telecomandado de 12 m de comprimento, 6 m de envergadura, pesa 2.250 kg, sua velocidade é de 2.500 km/h, com um raio de ação de 400 km. Propulsado por dois stato-reatores, teleguiado desde o solo, é dotado de uma "cabeça procuradora" com radar, que o guia ao bombardeiro inimigo a abater. Pode ser armado, como um avião de interceptação, com foguetes Falcon e dotado de uma cabeça nuclear. Poderá, dentro de uma certa medida, substituir os interceptadores conduzidos por um piloto. Custa 350.000 dólares e será operacional em 1959.

O engenho Hawk está destinado a completar a defesa assegurada pelos "Nikes". É teleguiado pelo radar que detectou o bombardeiro inimigo.

Os engenhos Air-Air devem ser montados nos interceptadores, com ou sem pilotos para serem lançados contra bombardeiros. Podem também ser montados nos bombar-

deiros como meio de defesa contra os interceptadores.

O Falcon é um dos menores. É muito eficaz graças à sua "cabeça procuradora" equipada com um radar. É fabricado em série desde 1955 e custa 10.000 dólares. Características: 2 m de comprimento, 50 kg e 2.800 km/h. O Sidewinder é mais ou menos equivalente para os interceptadores da Marinha, ao "Falcon" da Força Aérea. Ele é mais pesado — 165 kg — mas não custa senão 2.500 dólares. O Sparrow, que equipa certos aviões da Marinha, é mais poderoso que os precedentes. Características: alcance de 10 km, velocidade de 2.600 km/h, 30 kg de peso, teleguiado pelo radar do interceptador que o lança. É provido de uma "cabeça procuradora".

O Ding-Dong é mais eficaz que os três engenhos precedentes. Suas características são desconhecidas — porque a explosão da cabeça nuclear pode desintegrar o avião inimigo a várias centenas de metros.

O Farside, último nascido dos foguetes americanos, foi lançado a 23 de outubro de um balão gigante flutuando a 35.000 m, atingindo sobre Eniwetok a altitude fantástica de 6.400 km. É um engenho de dimensão relativamente reduzida; pesa 900 kg; se assemelha a um foguete a 4 estágios.

NOTAS DO TRADUTOR

(1) O articulista se refere à 2ª Grande Guerra, no fim da qual os alemães começaram a lançar sobre a Inglaterra suas bombas voadoras V1 e V2.

(2) O articulista emprega a expressão "com reflexos condicionados" querendo significar especialmente treinados.

(3) Após a publicação do presente artigo já foram lançados no espaço mais os seguintes satélites artificiais:

VANGUARD I	EXPLORER I	
17-111-958	31-1-958	data de lançamento
640 km	364 km	altitude mínima
4.000 km	2.520 km	altitude máxima
1.475 kg	13.938 kg	peso
esférica	cilíndrica	forma
16,25 m	2,93 m	tamanho diâmetro
18.160 kg	37.690 kg	empuxo no lançamento

ATOS OFICIAIS

AVISO N. 191 D/5-A — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1958

1. De acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército resolve baixar as seguintes normas reguladoras do processamento de alteração ou retificação de nome, filiação e naturalidade dos militares do Exército:

a) A alteração ou retificação de nome, filiação ou naturalização dos militares do Exército, só será determinada:

1) quando houver evidente equívoco na organização dos documentos para alistamento, incorporação, matrícula nas escolas de formação ou concessão de certificados de reservistas ou de isenção do serviço militar;

2) quando o peticionário não haja apresentado sua certidão de nascimento ao se alistar ou quando tenha sido alistado à revelia, observadas as disposições dos arts. 25, § 2º e 26 do Decreto n. 9.500, de 23 de julho de 1946;

3) nos casos de decisão judicial;

b) A alteração ou retificação de nome, filiação ou naturalidade dos militares do Exército é de competência:

1) Do Departamento Geral do Pessoal — para os Oficiais;

2) Da Diretoria do Pessoal da Ativa — para os Subtenentes e Sargentos da Ativa;

3) Dos Comandos de Regiões Militares — para os Cabos e Soldados da ativa em serviço no território de sua jurisdição;

4) Da Diretoria do Serviço Militar — para as praças da reserva remunerada ou reformadas;

5) Das Circunscrições de Recrutamento de domicílio — para os reservistas de qualquer categoria e para os isentos do Serviço Militar.

2. O processamento da retificação será feito mediante requerimento instruído:

a) Com certidão de idade, de inteiro teor (*verbum ad verbum*), extraída do Registro Civil;

b) com documento a ser retificado, se fôr o caso.

3. Ordenada a retificação solicitada, será feito expediente aos órgãos interessados, a fim de serem feitas as devidas alterações nos assentamentos individuais e fichários de mobilização. No caso de se acharem as alterações da praça recolhidas ao Arquivo do Exército, a Diretoria do Serviço Militar fará comunicação a essa Repartição, em Ofício, ao qual serão anexadas as referidas alterações, sem necessidade de serem feitas quaisquer anotações relativas à retificação ordenada.

4. Fica revogado o Aviso n. 699-D-5-A, de 13 de agosto de 1957.

AVISO N. 193 D-4 — EM 27 DE FEVEREIRO DE 1958

Granja da Guarnição de Belo Horizonte — Autorização para sua manutenção e exploração pelo 12º Regimento de Infantaria.

Fica o 12º Regimento de Infantaria autorizado a manter e a explorar, a título provisório, a granja iniciada pela 4ª Divisão de Infantaria, na Cidade de Belo Horizonte, em área ao sul da cerca já construída, aproximadamente na direção Leste-Oeste, de acordo com a previsão da Diretoria de Obras e Fortificações para a expansão do Colégio Militar e situada nos terrenos destinados às instalações deste estabelecimento de Ensino e do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva daquela Capital e tudo de acordo com a planta e demais elementos constantes do processo protocolizado sob o n. 26.050-57 — Gab. M.

(*) AVISO N. 137, D-4 — EM 13 DE FEVEREIRO DE 1958

Tendo em vista o disposto no art. 168 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936 e no sentido de conciliar os interesses da Indústria Nacional e a proteção devida pelas autoridades governamentais ao comércio legal de armas e munições, resolvo:

1) Permitir, a partir de 1 de julho de 1958, a importação de armas e munições, de acordo com as seguintes quotas máximas, por semestre:

a) Por firma devidamente registrada no Ministério da Guerra (matriz ou filial):

— 270 espingardas de retrocarga, de dois canos lisos, fogo central, calibres 12 a 36, para caça;

— 30 espingardas de retrocarga, de 1 cano liso, fogo central, calibres 12 e 36, para caça;

— 100 carabinas, calibre 22, de um só tiro ou de repetição, fogo circular, para tiro ao alvo;

— 200.000 cartuchos carregados a bala;

b) por sociedade de Tiro, devidamente registrada no Ministério da Guerra:

— 20 armas (das especificadas na alínea a) e 100.000 cartuchos carregados a bala para as armas raiadas, acima citadas;

c) a importação de armas de ar comprimido, de funcionamento por mola, até o calibre de 6 mm, independente de quota;

d) as demais armas não constantes do presente aviso, embora de importação permitida pelo item 2 do art. 137 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.246, de 11 Dez 36, não poderão ser importadas para comércio.

2) Revogar, a partir de 1 de julho de 1958, os Avisos ns. 267, de 1 de abril de 1955; 829-D/4, de 23 de julho de 1956 e a Nota Ministerial n. 410-D/4, de 6 de setembro de 1955 — Henrique Baptista Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" de 1-III-558.)

(*) Republicado por haver saído com incorreção no "Diário Oficial" de 14 de fevereiro de 1958, pág. 3024, 1ª coluna.

DECRETO N. 43.255 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1958

Validade da Carteira de Identidade fornecida pelo Serviço de Identificação do Exército como prova de quitação com o Serviço Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. A Carteira de Identidade instituída pelo Decreto n. 3.985, de 31 de dezembro de 1949, e expedida pelo Serviço de Identificação do Exército, poderá constituir, também prova de quitação com o Serviço Militar desde que, nela se ache definida de modo claro e preciso, a situação do portador, face à Lei do Serviço Militar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1958; 137 de Independência e 70 da República.

PORTARIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 1958

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as Instruções que se seguem, para o julgamento de livros e outros trabalhos elaborados por militares:

INSTRUÇÕES PARA O JULGAMENTO DE LIVROS E OUTROS TRABALHOS ELABORADOS POR MILITARES.

A — Finalidade

Art. 1º. As presentes Instruções têm por fim regular o processo de julgamento de livros e quaisquer outros trabalhos elaborados por militares e que devam ser submetidos à apreciação do Estado-Maior do Exército, nos casos que a seguir se definem.

Art. 2º. A aplicação destas Instruções restringe-se aos casos em que o pronunciamento do Estado-Maior do Exército seja requerido:

1) para fins de autorização-prévia para publicação, nos termos do que prescrevem o RDE (R4 — Decreto n. 8.835, de 23 Fev 42 — art. 13 — ns. 106, 107 e 126), o RISG (R1 — Decreto n. 42.018, de 9 Ago 57 — art. 76 — n. 60) e o Regulamento para Salvaguarda das Informações que Interessam à Segurança Nacional (Decreto n. 27.583, de 14 Dez 49 — n. 21 — letra b);

2) para fins de aprovação exigida pela Lei n. 2.657, de 1 Dez 55, que regula as promoções dos oficiais do Exército (art. 63 — Primeiro escrutínio — letra A — n. 11) e seu Regulamento (Decreto n. 39.344, de 11 Jun 56 — art. 32 — Primeiro Escrutínio — letra A — n. 11);

3) para fins de aprovação e classificação previstas na Portaria Ministerial n. 2.100, de 19 Nov 56, que estabelece Normas Gerais para a promoção de Graduados.

Art. 3º. Por obedecerem à legislação específica, regulamentos e outras normas em vigor, não são abrangidos por estas Instruções, no que se refere à autorização para publicação (n. 1 do art. 2º):

1) a divulgação, em caráter amplo ou restrito, de quaisquer assuntos, feita por órgãos do Ministério da Guerra, no cumprimento de suas atribuições próprias;

2) os discursos, palestras ou conferências proferidas em solenidades realizadas sob a responsabilidade de autoridade militar.

Art. 4º. Para os fins da aprovação de que tratam os ns. 2 e 3 do art. 2º, só se considerarão trabalhos de autoria individual e, tratando-se de textos, os que não apresentem o caráter transitório peculiar a discursos, saudações, artigos de jornal e revista ou outras peças de circunstância.

Quanto a livros didáticos, destinados ao ensino primário, normal, profissional (não militar) e secundário, será sempre exigido prévio julgamento favorável da Comissão Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação e Cultura (Decreto-lei n. 8.460, de 26 Dez 45), cabendo ao autor todas as providências que, para tal, se tornarem necessárias.

Ficam, por outro lado, dispensados de aprovação pelo Estado-Maior do Exército considerando-se, para todos os efeitos como se a tivessem obtido, os trabalhos que merecerem "prêmios pecuniários", concedidos de conformidade com o art. 258 do CVVM (Lei n. 1.316, de 20 Jan 51).

B — Normas de Encaminhamento

Art. 5º. O pronunciamento do Estado-Maior do Exército — autorização ou aprovação, conforme o caso — deverá ser solicitado em requerimento do próprio interessado ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

Art. 6º. O requerimento deverá ser acompanhado de duas vias do texto, dactilografado em espaço duplo ou impresso, conforme o caso, e será encaminhado pelos trâmites regulamentares:

- 1) à Diretoria-Geral do Ensino — os trabalhos referentes a métodos de ensino, obras didáticas e assuntos relativos à classificação de pessoal;
- 2) à Diretoria de Instrução do Exército — os trabalhos referentes à instrução ou à difusão de ensinamentos regulamentares ou de manuais relativos às diversas Armas e Serviços;
- 3) ao Departamento de Produção e Obras — os trabalhos de natureza científica ou essencialmente técnica, relativos a engenharia, comunicações, fortificações, vias de transporte, fabricação, recuperação de material, patrimônio, etc. e que se relacionem com os assuntos da alçada daquele Departamento;
- 4) ao Departamento de Provisão Geral — os trabalhos de natureza científica ou técnico-militar relativos a intendência, saúde, remonta, veterinária, provisão de material bélico, etc., e que se relacionem com os assuntos da alçada daquele Departamento;
- 5) ao Departamento Geral do Pessoal, os trabalhos de natureza militar relativos a assistência social, serviço militar, etc., e que se relacionem com os assuntos da alçada daquele Departamento;
- 6) ao Estado-Maior do Exército — todos os demais trabalhos não enquadrados nos itens anteriores inclusive os relativos à cultura geral.

No caso de pedido de autorização para publicação, feito em virtude de exigências do Regulamento para Salvaguarda das Informações que Interessam à Segurança Nacional, o encaminhamento far-se-á diretamente ao Estado-Maior do Exército.

Também serão diretamente encaminhados ao Estado-Maior do Exército, no caso de aprovação solicitada para os fins da Lei n. 2.657, de 1 Dez 55, ou da Portaria Ministerial n. 2.100, de 19 Nov 56, (números 2 e 3, do art. 2º), os trabalhos publicados antes da vigência das presentes Instruções e para os quais já exista parecer oficial de órgão competente, emitido em época anterior.

Estão sob esta rubrica as obras que, tendo sido editadas pela Biblioteca do Exército, mereceram parecer favorável de sua Comissão Diretora de Publicações.

Art. 7º. O requerimento, de que tratam os arts. 5º e 6º, deverá obedecer às normas correntes, além de:

1) mencionar a natureza do trabalho, classificando-o como "assunto profissional" ou "de cultura geral ou científica";

2) observar, no que fôr o caso, as prescrições do Regulamento para Salvaguarda das Informações que Interessam à Segurança Nacional;

3) será instruído, conforme o caso, com os seguintes documentos:

a) cópia autêntica de folhas de alterações ao requerente ou item do Boletim Interno de organização militar, em que haja menção sobre o trabalho;

b) memória descritiva do trabalho;

c) projeto, desenhos, mapas, esquemas, dados experimentais ou estatísticos, fontes de consulta de referência ou de base utilizadas no trabalho (livros, monografias, publicações técnicas ou científicas, etc.);

d) comprovante de autorização concedida pela Comissão Nacional do Livro Didático;

e) juízos ou pareceres de autoridades ou órgãos que já tenham pronunciado oficialmente sobre o tratado;

f) outros elementos que possam facilitar o julgamento, inclusive os textos originais, quando se tratar de tradução.

Art. 8º. Quando o trabalho não puder ser apresentado por completo em duas vias, por conter numerosas gravuras, desenhos, etc., os originais respectivos, depois de registrados e autenticados pelo Estado-Maior do Exército, poderão ser cedidos, mediante recibo, para fins de impressão, ficando o autor obrigado a restituí-los logo após sua publicação.

Art. 9º. Não deverão ser encaminhados os trabalhos que não satisfaçam as condições estabelecidas no art. 4º.

Art. 10. Para os fins do pedido de autorização, de que trata o n. 1 do art. 2º, fica vedada a apresentação de obras já publicadas, sem prejuízo das penalidades que couberem ao responsável pela divulgação feita sem necessária autorização.

Art. 11. Os livros já publicados poderão ser reeditados independentemente de novo pedido de autorização, caso não venham a apresentar alterações ou adições substanciais que importem em modificações de conceitos emitidos pelo autor na edição original.

C — Normas de Julgamento

Art. 12. Nas organizações militares mencionadas no art. 6º, serão nomeadas Comissões que darão parecer sobre os trabalhos apresentados.

Tratando-se de obras de cultura geral, será solicitado parecer da Comissão Diretora de Publicações da Biblioteca do Exército.

Art. 13. Na elaboração dos pareceres, levar-se-á em conta o seguinte:

1) a doutrina vigente no Exército, verificada através das prescrições contidas nos diversos regulamentos e manuais em uso;

2) o grau de originalidade que o trabalho possa apresentar e seu valor como contribuição ao desenvolvimento do gosto pelos estudos militares e à difusão de conhecimentos gerais, técnicos ou profissionais, de real interesse e utilidade para o Exército;

3) a repercussão comprovada que já tenha produzido a divulgação do trabalho nos meios técnicos ou científicos, civis ou militares;

4) a melhoria de processos de fabricação de material a que o mesmo possa dar lugar, sob os pontos de vista qualitativo e quantitativo e no que se refere às condições de trabalho (higiene, segurança, etc.) — se fôr o caso;

5) o valor didático do trabalho, se fôr o caso, considerados os princípios fundamentais da pedagogia;

6) a apresentação geral do trabalho, sua redação e o método e clareza da exposição;

7) o pronunciamento da Comissão Nacional do Livro Didático, se fôr o caso;

8) os pareceres e juízos das autoridades ou órgãos que já se tenham pronunciado oficialmente sobre o trabalho;

9) as prescrições do Regulamento para Salvaguarda das Informações que Interessam à Segurança Nacional;

10) as restrições impostas pelas Leis ns. 1.802, de 5 de janeiro de 1958, que define os crimes contra o Estado e a ordem política e social, e 2.083, de 12 de novembro de 1953, que regula a liberdade da imprensa;

11) as prescrições do Estatuto dos Militares (Decreto-lei n. 9.698, de 2 de setembro de 1946) e do RDE (R4 — Decreto n. 8.835, de 23 de fevereiro de 1942), em particular o art. 13 deste.

Art. 14. Quanto aos ns. 1 e 2 do artigo anterior, considerar-se-á, especialmente, o fato de que o trabalho não contribua para suscitar dúvidas ou falsas interpretações acerca da doutrina vigente ou dos textos regulamentares. Serão admitidos quaisquer comentários ou críticas, bem assim a apresentação de doutrinas diversas ou preceitos adotados em outros países, desde que bem caracterizada, em tal caso, a divergência ou divergências existentes em relação à doutrina e aos regulamentos vigentes.

Tratando-se, porém, de obra apresentada, em seu conjunto, como de divulgação, apenas da doutrina e regulamentos em vigor as críticas e comentários deverão figurar sob a forma de notas de observações destacadas do corpo do trabalho.

Qualquer referência a leis, regulamentos manuais, ou outras prescrições vigentes, deve conter a precisa identificação destas (número da lei a data; número do decreto e data; ato de aprovação; edição; etc.).

Art. 15. O parecer deverá concluir por um julgamento sintético que contenha:

1) declaração formal a favor ou contra a concessão da autorização ou da aprovação solicitadas;

2) caracterização do trabalho como relativo a "assunto profissional" ou "assunto de cultura geral ou científica";

3) especificação, se fôr o caso, das modificações ou correções que devam ser introduzidas no texto, para que possa ser concedida autorização para publicação (inclusive recomendação quanto à impressão, quando se tratar de assunto militar e tenha sido o texto apresentado datilografado);

4) classificação do trabalho como "Regular", "Bom" ou "Muito Bom" — no caso da aprovação prevista nas Normas Gerais para Promoção de Graduados (n. 3 do art. 2º).

D — Normas de Despacho do Requerimento

Art. 16. Julgado o trabalho pelo Estado-Maior do Exército, o despacho do requerimento será publicado no Boletim Interno desse órgão, sob uma das seguintes formas:

1) "Autorizada a publicação, sob inteira responsabilidade do autor, desde que introduzidas as seguintes modificações";

2) "Aprovado para os fins da Lei n. 2.657, de 1 de dezembro de 1955";

3) "Aprovado para os fins da Portaria Ministerial n. 2.100, de 19 de novembro de 1956, sendo classificado como..."; (n. 4 art. 15) conforme se tratar do n. 1, 2 ou 3 do art. 2º.

Art. 17. A aprovação ou a autorização para publicação não importa em qualquer obrigação, por parte do Exército, em imprimir, executar ou divulgar o trabalho julgado, nem muito menos, na sua adoção oficial por essa Instituição.

Art. 18. Após o julgamento uma das vias do trabalho será restituída ao autor ou a quem se achar por ele devidamente autorizado. A outra ficará arquivada no Estado-Maior do Exército (3ª Seção).

Art. 19. A autorização para publicação de um trabalho, que fôr julgado necessitar de alterações do texto, ficará na dependência de novo parecer do Estado-Maior do Exército.

Art. 20. Em todo livro publicado, a partir da vigência da presente Portaria — excetuadas as reedições — deverá ser citado o Boletim Interno do Estado-Maior do Exército que publicou o despacho de requerimento concedendo a necessária autorização.

E — Prescrições Gerais

Art. 21. As presentes Instruções revogam as baixadas com a Portaria Ministerial n. 3, de 2 de janeiro de 1952 (Boletim do Exército n. 2, de 2 de janeiro de 1952).

AVISO N. 183 D5/E — EM 28 DE FEVEREIRO DE 1958

Leitura de Sentenças — (Recomendação)

Tendo o Egrégio Superior Tribunal Militar, aprovado a proposta do Exmo. Sr. Ministro Doutor Octávio Murgel de Rezende, no sentido de serem lidas, perante a tropa formada, as sentenças condenatórias proferidas pelos MM Auditores, bem como os Acórdãos dessa Corte que reformarem decisões absolutórias de 1ª Instância, dou por bem recomendada a observância da medida nas condições especificadas, logo que recebida a comunicação dos MM Auditores ou o venerando Acórdão daquela Alta Corte.

AVISO N. 218 D/7 — EM 5 DE MARÇO DE 1958

Consultam os Coronéis I Ex José Jacintho Camerino e Vet Altamir Baptista Lopes sobre a inteligência da expressão — Serviço Privativo da Especialidade — constante da letra g), art. 21, da Lei n. 2.57, de 1 de dezembro de 1955 (LPO).

Em solução, de acordo com os pareceres do EME e do Consultor Jurídico deste Ministério, decido que as funções de Chefe de Gabinete e de Divisão da Diretoria-Geral de Intendência, da Diretoria do Material de Intendência, da Diretoria de Subsistência, da Diretoria de Finanças e da Diretoria de Veterinária, especificadas na consulta, não podem ser consideradas "chefia de serviço" para os fins da letra g) do art. 21 da Lei n. 2.57-55 (LPO).

AVISO N. 223 — EM 5 MARÇO DE 1958

Tendo surgido dúvidas quanto à interpretação do texto do § 3º do art. 358, do R/1, declaro, de acordo com o disposto no art. 2º do referido regulamento e parecer do Estado-Maior do Exército:

a) Os militares que, em suas atividades profissionais, operam direta e habitualmente, com Raios X ou substâncias radioativas, próximo às fontes de irradiação, gozarão 20 (vinte) dias consecutivos de férias, não acumuláveis, logo após o término de cada semestre nas referidas atividades, de acordo com a letra b), do art. 1º da Lei número 1.234-50;

b) O semestre nas atividades a que se refere a letra anterior, compreende o período de 6 (seis) meses contados a partir do dia em que se iniciou os trabalhos radiológicos, ficando subentendido que qualquer período de afastamento do serviço, inclusive por motivo de férias, interrompe e anula a contagem, devendo, portanto, ser a mesma reiniciada com a retomada dos trabalhos;

c) Os militares que, durante o ano civil, gozarem apenas um período de 20 (vinte) dias das férias concedidas pela Lei 1.234-50, terão direito, em época oportuna, a gozar mais um período correspondente à metade das férias normais relativas ao ano, caso tenham direito às mesmas;

d) Os que, durante o ano civil, tiverem gozado mais de um período das férias previstas na Lei 1.234-50, perderão o direito às férias normais relativas àquele ano;

e) Os militares que, durante o ano civil, não gozarem, por qualquer circunstância, nenhum período das férias previstas na Lei 1.234-50, terão direito às férias normais do ano, e deverão gozá-las na conformidade do respectivo plano da Organização em que servem;

f) As férias previstas na Lei n. 1.234-50 devem ser iniciadas no dia imediato ao vencimento do semestre de atividades radiológicas, sob pena de perda do direito às mesmas.

DECRETO N. 43.254 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1958

Altera o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. É acrescido do art. 21 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951, o seguinte:

"e) das Qualificações Militares Gerais para Sargentos:

1) Cavaleiro — duas lanças cruzadas com bandeirolas e um laço de fita no cruzamento (Fig. 130-A);

2) *Guerra Química* — uma célula, tendo superpostas duas retortas cruzadas (Fig. 130-B);

3) *Artilheiro de Costa* — um perfil de fortificação sobre ondas, com uma bomba em chamas na parte superior (Fig. 130-C);

4) *Sapador de Engenharia* — um castelo (Fig. 130-D);

5) *Artilheiro de Campanha* — uma bomba em chamas (Fig. 130-E);

6) *Infante* — dois fuzis cruzados com uma granada de mão no cruzamento (Fig. 130-F);

7) *Saúde* — uma cruz de braços iguais (Fig. 130-G);

8) *Intendentes* — uma fôlha de acanto (Fig. 130-H);

9) *Comunicações* — um círculo irradiando quatro setas em ângulo reto (Fig. 130-I);

10) *Material Bélico* — Armamento — três bombas em chamas se tocando, postas em triângulo (Fig. 130-J);

11) *Material Bélico Motomecanização* — uma roda de automóvel, encimada por um elmo e guarnecida lateralmente por duas pontas de lança (Fig. 130-L);

12) *Remonta* — dois sabres cruzados, pontas para cima, tendo uma cabeça de cavalo no cruzamento (Fig. 130-M);

13) *Veterinária* — uma cruz de braços iguais (Fig. 130-N);

14) *Artilheiro Antiaéreo* — uma bomba em chamas armada de duas asas abertas para os lados (Fig. 130-O);

15) *Transportes* — uma roda de oito raios, atravessada horizontalmente por uma seta de duas pontas (Fig. 130-P);

16) *Meios Auxiliares de Instrução* — um perfil de livro aberto, sob o perfil de uma lanterna de projeção (Fig. 130-Q);

17) *Burocrata* — duas penas cruzadas pelas pontas (Fig. 130-R);

18) *Músico* — uma lira (Fig. 130-S);

19) *Corneteiro e Clarim* — uma corneta (Fig. 130-S);

20) *Suprimentos e Manutenção de Engenharia* — um castelo sobreposto a uma engrenagem de duas rodas dentadas (Fig. 130-T);

21) *Fabricação e Recuperação* — um perfil de fábrica inscrito em uma roda dentada (Fig. 130-U);

22) *Tecnologista* — uma roda dentada, tendo no centro um "T", envolvendo um sabre (Fig. 130-V).

Art. 2º. É dada a seguinte redação à letra d) do art. 21 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951:

"d) *De Comandante de Pelotão ou Seção* — uma quaderna circunscrevendo o distintivo da QMG (Fig. 130)."

Art. 3º. É dada a seguinte redação ao art. 22 e sua letra a) do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951:

"Art. 22. Os distintivos de especialização se destinam à identificação:

- dos oficiais que pertençam a quadros especiais;
- das praças que pertençam a quadros especiais;
- das praças que exerçam funções especiais, tradicionalmente assinaladas;
- dos oficiais, subtenentes e sargentos que possuam cursos de especialização, com duração mínima de seis meses.

a) Quadros especiais:

1) *Quadro de Oficiais de Administração* — duas penas cruzadas pelas pontas, tendo superposto um sabre (Figs. 131 e 132);

2) *Quadro de Oficiais Especialistas* — uma letra "E" inscrita em uma roda dentada para dentro, tudo pôsto num sabre (Figs. 133 e 134);

3) *Identificadores* — uma palma de mão esquerda, dentro de um losango, circundado por uma coroa circular estrelada e posta sobre um sabre. Tudo sobre um eixo menor de um outro losango que tem as extremidades do eixo maior ligadas por dois ramos de louro à cruzeta do sabre (Fig. 135);

4) *Topógrafo* — uma seta apontando para cima, sobre esfera armilar ladeada por dois ramos de louro. Tudo sobre dois outros ramos de louro abertos (Fig. 136);

5) *Serviço de Saúde* — cruz de braços iguais dentro de uma elipse formada por dois segmentos terminado em volutas voltadas para o interior (Fig. 137);

6) *Radiotelegrafistas* — um círculo irradiando quatro setas em ângulo reto. O círculo é atravessado por uma centelha oblíqua, descendente (Fig. 137-A)."

Art. 4º. É dada a seguinte redação à letra c), n. 1 do art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.136, de 13 de novembro de 1951:

"c) Os do art. 22:

1 — *Quadros Especiais*:

— os de números 1 e 2, em simetria, nas golas das túnica e dos blusões;

— os de números 3 e 4, acima do bolso superior direito das túnica e dos blusões;

— os de números 5 e 6 no interior do ângulo das divisas (Fig. 155)."

Art. 5º. É dada a seguinte redação ao n. 3 da letra "B" do art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951:

3 — Os das letras "d" e "e", no interior do ângulo das divisas (Figura 154).

Art. 6º. É acrescido ao art. 60 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, o seguinte:

f) *Das Qualificações Militares Gerais para Sargentos*:

1) *Cavaleiro* — duas lanças cruzadas com bandeirolas e um laço de fita no cruzamento (Fig. 149-A);

2) *Guerra Química* — uma célula tendo sobrepostas duas retortas cruzadas (Fig. 149-B);

3) *Artilheiro de Costa* — um perfil de fortificação sobre ondas com uma bomba em chamas na parte superior (Fig. 149-C);

4) *Sapador de Engenharia* — um castelo (Fig. 149-D);

5) *Artilheiro de Campanha* — uma bomba em chamas (Fig. 149-E);

6) *Infante* — dois fuzis cruzados com uma granada de mão no cruzamento (Fig. 149-F);

- 7) *Saúde* — uma cruz de braços iguais (Fig. 149-G);
- 8) *Intendente* — uma folha de acanto (Fig. 149-H);
- 9) *Comunicações* — um círculo irradiando quatro setas em ângulo reto (Fig. 149-I);
- 10) *Material Bélico e Armamento* — três bombas em chamas se tocando, postas em triângulo (Fig. 149-J);
- 11) *Material Bélico Motomecanização* — uma roda de automóvel, encimada por um elmo e guarnecida lateralmente por duas pontas de lança (Fig. 149-L);
- 12) *Remonta* — dois sabres cruzados, pontas para cima, tendo uma cabeça de cavalo no cruzamento (Fig. 149-M);
- 13) *Veterinário* — uma cruz de braços iguais (Fig. 149-N);
- 14) *Artilheiro Antiaéreo* — uma bomba em chamas, armada de duas asas abertas para os lados (Fig. 149-O);
- 15) *Transportes* — uma roda de oito raios, atravessada horizontalmente por uma seta de duas pontas (Fig. 149-P);
- 16) *Meios Auxiliares de Instrução* — um perfil de livro aberto sob o perfil de uma lanterna de projeção (Fig. 149-Q);
- 17) *Burocrata* — duas penas cruzadas pelas pontas (Fig. 149-R);
- 18) *Músico* — uma lira (Fig. 149-S);
- 19) *Corneteiro e clarim* — uma corneta (Fig. 149-S);
- 20) *Suprimento e Manutenção de Engenharia* — um castelo sobreposto a uma engrenagem de duas rodas dentadas (Fig. 149-T);
- 21) *Fabricação e Recuperação* — um perfil de fábrica inscrito numa roda dentada (Fig. 149-U);
- 22) *Tecnologista* — uma roda dentada tendo no centro um "T", envolvendo um sabre (Fig. 149-V)."

Art. 7º. É dada a seguinte redação à letra e) do art. 60 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954:

"e) De Comandante de Pelotão ou Secção, uma quaderna circuncrevendo o distintivo da QMG (Fig. 149)."

Art. 8º. É dada a seguinte redação ao art. 61 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954:

"Art. 61. Os distintivos de especialização são assim descritos:

a) *Quadros Especiais:*

- 1) *Quadro de Oficiais de Administração* — duas penas cruzadas pelas pontas tendo pôsto um sabre (Figs. 150 e 151);
- 2) *Quadro de Oficiais Especialistas* — uma letra "E" inscrita numa roda dentada para dentro, tudo pôsto num sabre (Figs. 152 e 153);
- 3) *Identificadores* — uma palma de mão esquerda dentro de um losango circundado por uma coroa circular estrelada e posta sobre um sabre; o losango menor de um losango que tem as extremidades do mesmo de ouro à cruzeta do sabre (Fig. 154);

4) *Topógrafo* — uma seta apontando para cima, sobre esfera armilar ladeada por dois ramos de louro abertos (Fig. 155);

5) *Serviço de Saúde* — cruz de braços iguais dentro de uma elipse formada por dois segmentos terminados em volutas voltadas para o interior (Fig. 156);

6) *Radiotelegrafistas* — um círculo irradiando quatro setas em ângulo reto. O círculo é atravessado por uma centelha oblíqua, descendente (Fig. 156-A)."

Art. 9º. É dada a seguinte redação ao n. 3 da letra b) do art. 63 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954:

3 — Os das letras e) e f) bordados a fio de seda amarelo-ouro nos 3º e 4º uniformes e com linha cinza-escura nos demais.

Excetuam-se desta regra, em todos os uniformes, o distintivo de saúde (Fig. 149-G), que é bordado a linha vermelha e o de veterinário (Figura 149-N), que é bordado em linha azul-celeste, cores internacionais desses serviços.

Art. 10. É dada a seguinte redação ao n. 1 da letra c) do art. 63 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954:

1 — os da letra a):

— os de números 1 e 2, nos 1º e 2º uniformes; como para os Generais; nos 3º e 4º uniformes, em metal dourado assentando sobre elipse esmaltada de 20 x 23 milímetros, cinza-escura e tendo um debrum ondulado do mesmo metal; nos 5º e 6º uniformes e blusões verde-oliva, bordados a linha cinza-escura.

— os de números 3 e 4, em metal prateado ou cromado, para as praças;

— de números 5 a 6, bordados com fio de seda amarelo-ouro nos 3º e 4º uniformes e com linha cinza-escura nos demais.

Art. 11. É dada a seguinte redação ao Capítulo VIII do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.999, de 2 de fevereiro de 1954:

CAPITULO VIII

Descrição das peças dos uniformes e insígnias do Batalhão de Guardas.

Art. 82. Os uniformes especiais do Batalhão de Guardas são assim descritos:

a) de inverno ...

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

PLANO DE UNIFORMES PARA OS COLÉGIOS MILITARES (*)**(Modificações)**

DECRETO N. 43.257 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1958

Introduz modificações no Plano de Uniformes para os Colégios Militares, aprovado pelo Decreto n. 1.539, de 30 de março de 1937

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. É dada a seguinte redação à letra c) do item a) da 1ª Parte do Plano de Uniformes para os Colégios Militares, aprovado pelo Decreto n. 1.539, de 30 de março de 1937:

“c) Boné — de gabardine vermelha, fita de côr azul turquesa, pala e jugular pretas de celulóide e emblema igual ao da barretina.

Art. 2º. É acrescido à 2ª Parte do mesmo Plano de Uniformes para os Colégios Militares, o seguinte:

“I” — Distintivos:

a) Para colégio, curso e ano: de forma retangular com o lado superior quebrado em ângulo obtuso, vértice para fora, com 55 milímetros de largura e altura variável; campo do tecido e da côr das túnicas.

Para o Curso Científico — em Chefe a abreviatura do estabelecimento; sobre esta uma estrela de vinte milímetros de diâmetro e abaixo desta, em sentido horizontal, faixas de cinco milímetros de largura e 48 milímetros de comprimento, em número correspondente ao ano.

Para o Curso Ginásial — idêntica ao anterior, sem a estrela.

A abreviatura, a estrela e as faixas serão em ouro nos fardamentos cinza — garance e branco, e vermelho no fardamento cáqui.

b) Para a Arma — elipse de 55 milímetros por 40 milímetros, campo do tecido e da côr das túnicas orlada com friso vermelho de dois milímetros em toda a volta; no centro, o distintivo da arma em ouro (vermelho no fardamento cáqui).

Usados no terço superior da manga esquerda das túnicas, o da Arma acima do distintivo do estabelecimento.

Art. 3º. É substituída, na Tabela de Fardamento anexa ao Plano de Uniformes para os Colégios Militares, referido no art. 1º do presente decreto, a camisa de brim cáqui por camisa de tricoline cáqui.

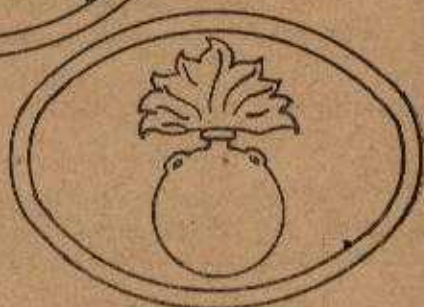
(*) Publicado novamente por terem salido com incorreções as gravuras das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, no BE n. 12-58.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.



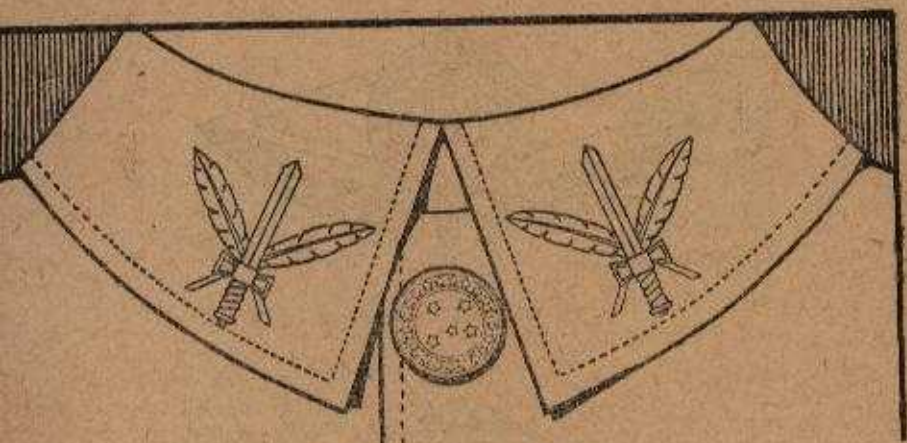


Fig. 132 e 131 da 2ª Parte



Fig. 131 e 150 da 2ª Parte



Fig. 133 e 152 da 2ª Parte

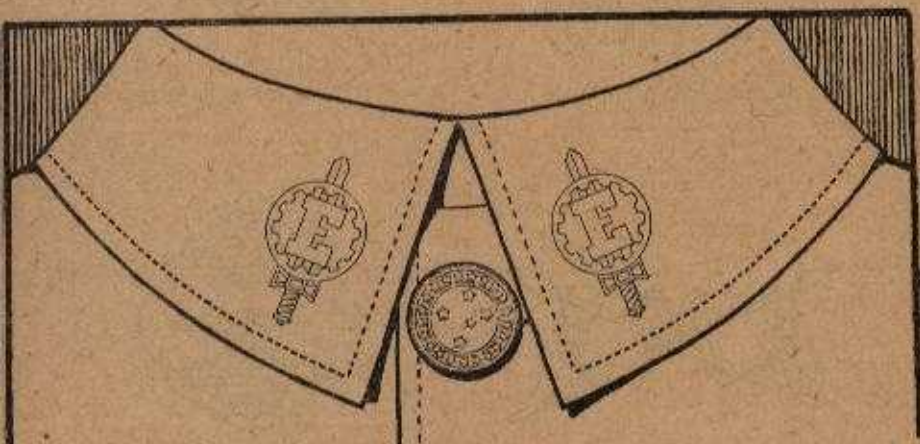


Fig. 134 e 155 da 2ª Parte



Fig. 135 e 134 da 2ª Parte



Fig. 136 e 135 da 2ª Parte



Fig. 137 e 156 da 2ª Parte



Fig. 137-A e 156-A da 2ª Parte

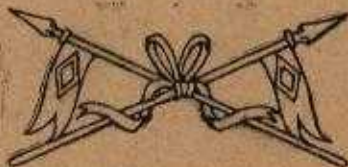


Fig. 130-A e 143-B

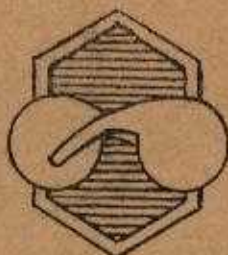


Fig. 130-B e 149-B



Fig. 130-C e 149-C



Fig. 130-D e 149-D



Fig. 130-E e 149-E

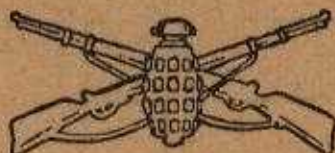


Fig. 130-F e 149-F

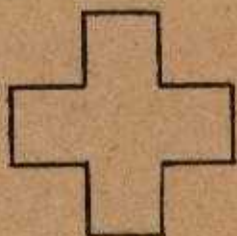


Fig. 130-G e 149-G



Fig. 130-H e 149-H

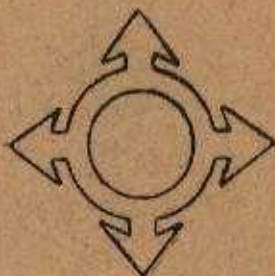


Fig. 130-I e 149-I

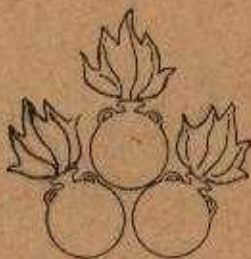


Fig. 130-J e 149-J



Fig. 130-L e 149-L



Fig. 130-M e 149-M

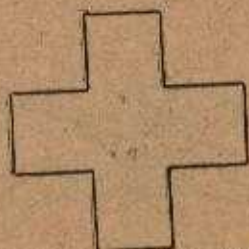


Fig. 130-N e 149-N



Fig. 130-O e 149-O

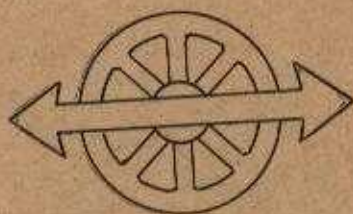


Fig. 130-P e 149-P

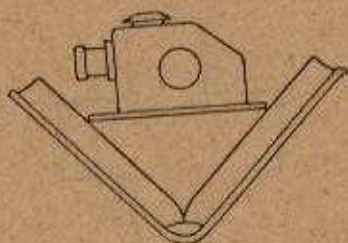


Fig. 130-Q e 149-Q



Fig. 130-R e 149-R

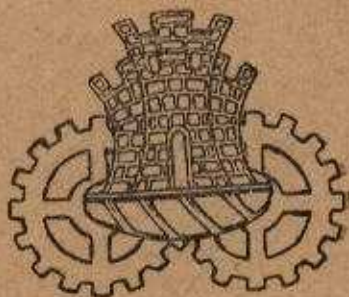
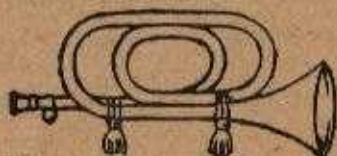
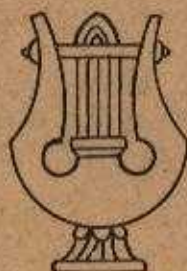


Fig. 130-T e 149-T



130-S e 149-S



130-S e 149-S



Fig. 130-U e 149-U

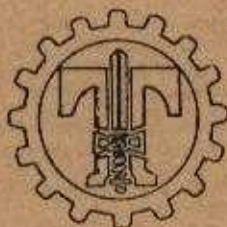


Fig. 130-V e 149-V

("Diário Oficial" de 27 Fev 58.)

NOTA — O Decreto n. 39.163, de 13 Nov 51, acha-se publicado no BE número 51, de 22 Dez 51.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen Floriano Peixoto Keller

Gen A. de Lira Tavares

Ten-Cel Carlos Alberto da Fontoura

Cap-Corveta Alexandre Portela Barbosa Lima

Cap-Corveta Alexandre Barbosa Lima

Maj José Lopes de Oliveira

Maj Altair Chaves Pacheco

Maj Paulo Correa Lima

Maj Serzedelo Coelho, do Ex Português

Helio Beltrão

Luiz N. Swenson

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.



Cr\$ 10,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1938